Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do
Desporto e de Educação Física

FORMAÇÃO DO TÉCNICO DESPORTIVO DE JOVENS

Abordagem sobre status profissional e escolaridade de nível universitário entre técnicos da modalidade futebol no Estado de Pernambuco

Raul Siqueira Lopes

Porto, 2005

Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do Desporto

e de Educação Física

FORMAÇÃO DO TÉCNICO DESPORTIVO DE JOVENS

Abordagem sobre status profissional e escolaridade de nível universitário entre técnicos da modalidade futebol no Estado de Pernambuco

Raul Siqueira Lopes

Porto, 2005

Dissertação apresentada às provas de Doutoramento no ramo de Ciência do Desporto nos termos do Decreto-Lei nº 216/92 de 13 de Outubro, orientada pelo Prof. Doutor Fernando Tavares e co-orientada pelo Prof. Doutor Amândio Graça

Lopes, Raul Siqueira (2005)

Formação do técnico desportivo de jovens: abordagem sobre status profissional e escolaridade de nível universitário entre técnicos da modalidade futebol no Estado de Pernambuco. Dissertação apresentada às provas de Doutoramento em Ciências do Desporto. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Palavras-Chave: TREINO DE JOVENS; TÉCNICO DESPORTIVO; FORMAÇÃO DO TÉCNICO; STATUS PROFISSIONAL; ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR.

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que gostam de mim por virtudes que talvez eu não possua e aquelas outras que não gostando pelos meus defeitos, me dão estimulo para tentar melhorar como ser humano.

Em especial:

Gau (companheira e amiga, juntos na estrada há 35 anos)

Guila e Juli (pedaços de mim desde sempre)

Dona Matilde (minha mãe) – que me proporcionou os primeiros estudos

Seu Marcolino (meu pai) – tão longe e tão perto

Família do Cupim, Fernando Lapa, Fernando Tavares, Amândio Graça e José Soares

AGRADECIMENTOS

No trajeto entre nascimento e morte
Nasci e morrerei sozinho
Mas nesta estrada tenho tido a sorte
De contar com amigos ao longo do caminho

Em tantos jogos onde me envolvi
Muitos esforços foram consumidos
E certamente sempre que venci
Subi no podium graças aos amigos

Muito agradeço o apoio recebido
Não conseguiria sem vocês por perto
Não nomeados não foram esquecidos
Estão gravados em meu coração por certo

R.S.L. (2004)

Fosse feita uma revisão de literatura sobre agradecimentos, como possível constante estaria a referência sobre as dificuldades para serem vencidas durante a "longa travessia" para a gestação de uma tese.

A discussão dos resultados confirmaria que não existe diferença significativa na constatação de quão duro é enfrentar este tipo de jornada.

Embora o bônus ou o ônus da tessitura do trabalho seja atribuído a uma só pessoa, chegar ao final de empreitada deste tipo requer mais do que duas mãos e uma cabeça.

Por este motivo, os nomes que seguem foram decisivos nesta trajetória e não poderia deixar de ser feito agradecimento especial.

Ao mesmo tempo, eles representam os demais não nomeados, que conforme foi escrito no verso acima "estão gravados em meu coração, por certo".

Em Portugal:

Professores Jorge Bento e António Marques pela ajuda prestada sempre que houve necessidade.

Dona Sílvia e André que nunca negaram apoio.

Família Tavares: Fernando, Benedita, Nuno e Miguel por tudo o que fizeram nos meus períodos de permanência no Porto.

Família Soares: José, Lena, Sophia e Duarte, pelo apoio e amizade.

Família Marinho: Sr. José, Dona Odete, Daniel, Geninha, Nádia e Isabel, pelo enorme carinho demonstrado.

Em Pernambuco:

ESEF-UPE: Todos os que apoiaram e ajudaram em vários momentos.

UNICAP: Fernando Lapa pela amizade de longa data e ajuda na resolução dos problemas administrativos para minhas viagens.

Ivano Vasconcelos pela amizade e cobertura dada durante minhas ausências.

Aos demais membros da COGESP pelo apoio.

Mais: Pedro Manta, Sérgio "China" Figueiredo representando tantos outros que ajudaram na difícil tarefa de entregar e recolher questionários pelas veredas do Estado.

Finalmente, utilizando a referência de que os últimos serão primeiros (Mateus, 20.16a), deixei os meus orientadores, Professores Doutores Amândio Graça e Fernando Tavares (amigo incondicional) para fechar os agradecimentos.

Sem o constante rigor na orientação, a disposição para ajudar em todos os momentos (apesar de um vasto oceano entre nós, na maioria do tempo), o estímulo dado nos momentos de incerteza, a paciência e compreensão com as minhas dificuldades intelectuais, eu não teria tido a chance de escrever estas páginas, o que significaria não ter finalizado a árdua, porém, gratificante caminhada. Para ambos, meu melhor muito obrigado!

Índice Geral

Agradecimentos 5
Índice geral 7
Índice de quadros 9
Resumo 11
Abstract 13
Résumé 15
Introdução 19
1. Revisão da literatura 27
1.1 A caracterização do técnico desportivo no mercado profissional 27
1.2 Técnico desportivo: ocupação ou profissão? 30
1.3 Técnico e professor são faces da mesma moeda? 38
1.4 Formação do técnico desportivo: o x da questão? 45
1.5 Estudos sobre formação do técnico desportivo 52
1.5.1 O estudo de Ibáñez Godoy 55
1.5.2 O estudo de Evans 58
1.5.3 O estudo de Nascimento 61
1.5.4 O estudo de Turner 64
1.5.5 O estudo de Fuentes-Guerra 67
1.6 Técnico de jovens: uma enorme contradição? 70
Estudo I 83
2. Comparação das normas e regulamentos sobre formação e certificação do técnico de futebol em diferentes países 83
2.1 Introdução 83
2.2 Profissionalização e desprofissionalização 84
2.3 O processo de certificação no contexto profissional 88
2.4 Material e métodos 91
2.4.1 Problema e objectivos 91
2.4.2 Delineamento do estudo 93
2.5 Apresentação dos resultados: 98
2.5.1 Introdução 98
2.5.2 A certificação do técnico de futebol no Brasil 99
2.5.3 Análise do conteúdo do caso brasileiro 102
2.5.4 A certificação do técnico de futebol no bloco anglo-saxônio 104
2.5.5 Análise do conteúdo do caso do bloco anglo-saxônio 109

2.5.6 A certificação do técnico de futebol no bloco latino 111
2.5.7 Análise do conteúdo do caso do bloco latino 115
2.6 Discussão dos resultados 118
2.7 Conclusões 133
2.7.1 Sugestões para novos estudos 136
Estudo II 141
3. A escolaridade de nível superior específica em desportos e o treino de jovens, de acordo com técnicos do futebol pernambucano 141
3.1 Introdução 141
3.2 O técnico no fenômeno desportivo 143
3.3 Estudos sobre o técnico de futebol no brasil 150
3.3.1 O técnico de futebol no contexto da pesquisa desportiva em pernambuco 156
3.4 Material e métodos 159
3.4.1 Delimitações e limitações do estudo 159
3.4.2 Delineamento geral do estudo 161
3.4.3 Problema e objetivos 162
3.4.4 Recolha de dados 167
3.4.5 Métodos estatísticos 177
3.5 Apresentação e discussão dos resultados 178
3.5.1 Perfil dos técnicos participantes 178
3.5.2 Testando hipóteses 189
3.6 Conclusões 226
4. Conclusões gerais 231
4.1 Conclusões 231
4.2 Aspectos essenciais para futuras investigações 234
5. Referências bibliográficas 239
Anexos 263
Anexo I - questionário definitivo 263
Anexo II: documento de solicitação do consentimento livre e esclarecido 269
Anexo III – tabelas 270

Índice de quadros

Quadro 1: Escala de melhorias em Pernambuco 42

Quadro 2: Escala de melhorias segundo o ano de início 43

Quadro 3: Escala ascendente de qualificação para o técnico de acordo com o nível de rendimento (extraído de Campbell, 1998) 74

Quadro 4: subdivisão (1-8) do CBO – relação de técnicos desportivos, atletas profissionais e trabalhadores assemelhados 100

Quadro 5: Análise de conteúdo de documento específico da Confederação Brasileira de Futebol 104

Quadro 6: Análise de conteúdos de documentos específicos de federações da modalidade futebol de países de língua inglesa 111

Quadro 7: análise de conteúdos de documentos específicos de federações da modalidade futebol de países de línguas latinas 116

Quadro 8: Resultado obtido sobre a presença ou não (S / N) nos documentos sobre a formação de técnicos, das sete unidades de registro selecionadas.... 118

Quadro 9: Quantidades de textos publicados em revistas brasileiras sobre Educação Física e Desportos e os números específicos da modalidade futebol 152

Quadro 10: Quantidades de textos publicados nos anais do Encontro Perrnambucano de Pesquisa em Educação Física e Esporte e os números especifcos da modalidade futebol. 157

Quadro 11: Avaliação da coincidência entre o teste e o re-teste para o grupo dos 31 pesquisados (questões 1 a 16)..... 172

Quadro 12: avaliação da coincidência entre o teste e o re-teste para o grupo dos 31 pesquisados (questões 17 a 28)..... 173

Quadro 13: Avaliação da coincidência entre o teste e o re-teste para o grupo dos 31 pesquisados (questões 29abcd a 31abcd) 174

Quadro 14: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o local e a região onde exerce a atividade..... 179

Quadro 15: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo a escolaridade e curso superior 183

Quadro 16: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo a faixa etária, o tempo como técnico, o tempo como técnico de jovens, a categoria ideal para iniciar a carreira e a idade mais adequada para exercer a função de técnico de jovens no futebol 185

Quadro 17: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo a função atual 187

Quadro 18: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o grau de estudos necessário para exercer a função de técnicos de jovens, o nível do terceiro grau e o curso mais adequado 191

Quadro 19: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo as prioridades indicadas para ser técnico de jovens no futebol (pergunta 30 bc) 194

Quadro 20: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo as prioridades indicadas para ser técnico de jovens no futebol (pergunta 31abcd) 196

Quadro 21: Estatísticas da Competência Profissional Percebida, das dimensões de Conhecimentos e Habilidades necessárias para exercer a função..... 200

Quadro 22: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo status da função no mercado de trabalho; participação em associação de classe; necessidade do código de ética, leis desportivas e diferenciação entre as leis para o futebol e outras modalidades..... 207

Quadro 23: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o fato de exercer ou não ao mesmo tempo as funções de técnico e professor e qual das funções prefere..... 214

Quadro 24: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o fato da função de técnico de futebol possuir características semelhantes às de um professor..... 215

Quadro 25: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo a categoria ideal para iniciar a carreira e a idade mais adequada para exercer a função de técnico de jovens no futebol..... 218

Quadro 26: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo as características indicadas para ser técnico de jovens no futebol (Perguntas 29abcd) 220

Quadro 27: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o nível de prática do futebol, nível competitivo e tipo de experiência adequada..... 223

RESUMO

A pretensão no presente trabalho foi investigar aspectos relacionados com a formação e certificação do técnico desportivo com ênfase no técnico responsável por crianças e jovens da modalidade futebol.
Baseado nos modelos e experiências produzidas em outros países, discutir as questões referentes ao nível de escolarização e perfil mais adequado para o técnico de jovens no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil pode contribuir para fomentar um debate que não aparenta fazer parte das preocupações dos indivíduos que interagem direta ou indiretamente no meio desportivo.
O estudo foi buscar em Ibañez Godoy (1996); Evans (1996); Nascimento (1998); Turner (2001) e Fuentes-Guerra (2003) subsídios para sustentar as hipóteses levantadas.
Na metodologia, foi utilizada a observação direta extensiva, tendo como instrumento o questionário. Também foi utilizada a análise de conteúdos de documentos sobre a regulamentação e certificação dos técnicos desportivos.
Com este formato, em função da utilização de questionário como principal instrumento da pesquisa, o estudo apresentou como resultante uma característica de valor predominantemente quantitativo.
Como principais conclusões o estudo evidenciou o seguinte:
Apesar do Brasil possuir legislação que estabelece a formação do técnico no nível universitário, ainda necessita ajustá-la e fazer que seja cumprida;
Os técnicos pesquisados consideram a escolaridade de nível superior em Educação Física e Desportos fator importante para a formação profissional. Por este motivo, urge que as instituições de ensino responsáveis por este curso melhorem a qualidade específica do mesmo;
Os técnicos pesquisados consideram que técnico e professor são funções semelhantes. Por este motivo, a formação além do conhecimento técnico-científico, também deve privilegiar os aspectos pedagógicos durante o processo de formação profissional;
A função de técnico é uma profissão emergente que necessita valorizar as associações de classe, código de ética e a formação universitária específica em Educação Física e Desportos.

PALAVRAS-CHAVE: TREINO DE JOVENS, TÉCNICO DESPORTIVO; FORMAÇÃO DO TÉCNICO; STATUS PROFISSIONAL; ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR.

ABSTRACT

The main purpose of this research was to investigate aspects related to the training and certification of sport coaches with emphasis on children and teenager's soccer coaching.

Based on models and experiments performed in other countries, discussing the matters related to the level of schooling and the most appropriate profile for coaches working with teenagers in the State of Pernambuco – in Northeastern Brazil – may contribute to encouraging a debate which apparently doesn't concern the individuals who directly or indirectly interact with sports.

Ibañez Godoy (1996), Evans (1996), Nascimento (1998), Turner (2001) and Fuentes-Guerra (2003) were researched for subsidies supporting the hypothesis raised.

As for the methodology, extensive direct observation was used through a questionnaire. Analysis of the contents of Coaching Regulation and Certification-related documents was also used. Using this format, the study revealed a predominantly quantitative characteristic as a result of the use of questionnaires as the research's main tool.

The following conclusions were drawn by the study:

In spite of Brazil to possess legislation that establishes the coaches' formation in the academical level, still needs to adjust her and to do that it is accomplished;

The coaches who were researched considered majoring in Physical Education an important step for professional excellence. For this reason, secondary institutions are being urged to improve the specific qualities of this course;

The coaches who were researched consider coaches and teachers to have very similar functions. Thus, training beyond the technical/scientific knowledge also contemplates the pedagogical aspects during the job training process;

Coaching is a growing profession that needs to value sports´ associations, code of ethics and needs a specific university degree program in Physical Education.

KEYWORDS: YOUTH SPORT; COACH; COACH EDUCATION; PROFESSIONAL STATUS; SUPERIOR GRADUATE-LEVEL

RÉSUMÉ

La prétention de ce travail a été de faire une enquête sur les aspects relationês avec la formation et certification de l´entraîneur sportif avec emphase de l´éntraîneur responsable pour les enfants et les jeunes de la modalité de football.

Basé sur les modéles et les experiences produites dans d´autres pays, discuter les questions référants au niveau de scolarisation et le profil plus indiqué pour l`entraîneur des jeunes dans l´état de Pernambuco (Nord-est du Brésil) peut contribuer pour fomenter un débat apparament ne fait pas partie des préoccupations des individus qui integrent directe ou indirectement le milieu des sports.

L´étude a cherché en Ibañez Godoy (1996), Evans (1996); Nascimento (1998); Turner (2001); et Fuentes-Guerra (2003) des subventions pour soutenir les hipothèses soulevés.

Dans la méthode a été utilisé l´observation direct extensive; qui a pour instrument le questionnaire. A été aussi utilisé l´analyse de contenu des documents sur la règlement et la certification des entraîneurs sportifs.

Avec ce format en fonction de l´utilisation du questionnaire comme principal instrument de la recherche, l´étude présente comme résultant une caractéristique où prédomine une valeur quantitative.

Comme principaux conclusions l´étude montrent le suivant:

Malgrés que le Brésil posséder une législation qui établit la formation de l'entraîneur dans le niveau de l'academical, il faut l´ajuster et la faire observer;

Les entraîneurs qui ont été l´objet de recherche considerent la scolarité de niveau superieur en éducation physique et sports un facteur important pour la formation profissionnel. C´est pour cette raison qu´il est urgent que les institutions d´enseignements responsables pour ce cours dévelope la qualité du même ;

Les entraîneurs objets de cette recherche considérent qu'entraîneur et professeur sont des fonctions similaires pour cette raison la formation en plus des connaissances tecniques, scientifiques doivent aussi privilegier les aspects pédagogiques pendant la procedure de formation profissionnel ;

La fonction de l´entraîneur est une profession émergent qui a besoin de valoriser les associations de classe, code d´ethique et la formation universitaire spécifique en éducation Physique et Sports.

MOTS CLES: ENTRAINEMENT DE JEUNES, SPORT ENTRAINEUR; FORMATION DE L'ENTRAINEUR ; STATUT PROFESSIONNEL, NIVEAU DE SCOLARITE SUPERIEUR.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O técnico desportivo ocupa um espaço de grande relevância no mundo dos desportos.

Ele é um dos componentes essenciais da estrutura deste fenômeno que mobiliza milhões de pessoas.

Apesar dessa grande importância, é relativamente recente a preocupação em estudar com maior rigor todas as variáveis da atuação destes indivíduos no ambiente desportivo.

Por ser o desporto um fenômeno que movimenta enormes quantias de dinheiro, apenas o fator econômico já seria um motivo suficiente para mobilizar esforços no sentido de conhecer nos mínimos detalhes o indivíduo que tem a responsabilidade de selecionar, preparar e dirigir atletas e equipes.

Em função da inequívoca importância do técnico no contexto desportivo surgiu o interesse do presente trabalho que tenta estudar este indivíduo no desporto de rendimento sob o ponto de vista de sua formação e certificação para inserção no mundo do trabalho com *status* de profissional capaz de atender às demandas impostas por um mercado globalizado e cada vez mais competitivo, no qual uma das maiores exigências é a capacidade de produzir de forma competente.

O julgamento do trabalho do técnico é feito a partir do resultado obtido por atletas e equipes dirigidas por ele. Neste caso, certamente, a qualificação profissional deste indivíduo dever ter um peso significativo (difícil de mensurar) para a produção dos atletas e equipes sob o seu comando. Quando se considera apenas o resultado numérico, a real contribuição do técnico pode ser supervalorizada ou desvalorizada. Ser avaliado apenas pela capacidade de vencer jogos ou conquistar títulos coloca o técnico em posição desfavorável, uma vez que além do resultado numérico, devem ser consideradas todas as demais variáveis que fazem parte da sua atuação profissional.

De uma realidade onde o modelo de recrutamento era a passagem do ex-jogador à função de técnico, para uma situação em que o mercado de trabalho também passou a ser disputado por indivíduos, não necessariamente ex-jogadores, porém, com formação escolar de nível universitário em Educação Física e Desportos, estamos colocados perante novos desafios sobre o melhor perfil para os indivíduos responsáveis pelo comando de equipes desportivas.

Considerando a estreita ligação entre educação e trabalho, o estudo partiu do pressuposto que a formação adequada e certificação dada por instituição conceituada servem para dar credibilidade a preparação profissional do técnico que atua no rendimento desportivo, sendo determinante para que ele possa ocupar uma função que é estratégica para o desenvolvimento do desporto em todas as suas vertentes, principalmente nos primeiros anos da formação das crianças e jovens que pretendem atuar no desporto competitivo.

A estrutura básica do presente trabalho assenta em dois estudos, antecedidos por um capítulo de revisão e rematados com um capítulo de conclusões gerais.

O capítulo de revisão de literatura busca caracterizar o técnico desportivo, o seu estatuto no concerto das profissões, a situação dos técnicos desportivos no mercado de trabalho, bem como as semelhanças e diferenças entre o técnico e professor. A formação do técnico, em geral, e do técnico de jovens, em particular, mereceu uma atenção especial, por ser o tema que motivou o presente trabalho. Destacamos os trabalhos de Ibañez Godoy (1996), Evans (1996), Nascimento (1998), Turner (2001) e Fuentes-Guerra (2003) por nos servirem de base teórica para o desenvolvimento do trabalho. Finalizando a revisão, em função do que está contido nos estudos sobre a importância de dominar conhecimentos essenciais para desempenhar a função de técnico de jovens, é feita uma proposição no sentido de buscar outro encaminhamento para o recrutamento dos indivíduos a quem deve ser dada a incumbência de trabalhar na formação desportiva de crianças e jovens.

O segundo capítulo é dedicado a um estudo documental intitulado: Comparação das normas e regulamentos da formação do técnico de futebol em diferentes países, que pretendeu analisar e comparar o conteúdo de regulamentos que tratam da normatização da função do técnico no Brasil e em

países representativos dos blocos anglo-saxônio e latino. Na metodologia são descritos: os objetivos, o tipo de estudo, apresentação e discussão dos resultados dos conteúdos analisados, finalizando com as principais conclusões sobre normas e estatutos que regulamentam a atuação do técnico desportivo.

O terceiro capítulo relativa ao estudo "A escolaridade de nível superior específica em desportos e o treino de jovens de acordo com técnicos do futebol pernambucano" que tentou identificar qual o perfil para o técnico de jovens sob o ponto da escolarização, de acordo com os indivíduos que na época atuavam na modalidade no Estado de Pernambuco. A metodologia traz o delineamento da pesquisa, a delimitação do problema, a definição de objetivos, hipóteses; a apresentação da metodologia, bem como a caracterização do estudo no que tange aos aspectos quantitativos e qualitativos; a apresentação e discussão dos resultados e listagem da bibliografia utilizada.

No capítulo 4, equivalente a última parte da pesquisa, foram tratadas as conclusões gerais do estudo realizado e as possibilidades de novos questionamentos e investigações futuras abordando o tema.

DEFINIÇÃO DOS TERMOS

Técnico desportivo – indivíduo com formação superior em desportos responsável pela preparação física, técnica e tática de jogadores e equipes durante treinamentos e competições desportivas. Dependendo da região, Treinador, Professor ou Mister são utilizados como termos sinônimos.

Técnico de jovens – indivíduo a quem é dada à responsabilidade de orientar a prática desportiva de jovens na faixa etária que vai da infância até a adolescência (aproximadamente dos sete aos dezessete anos).

Técnico sem formação superior em desportos – Diz-se do indivíduo que embora exercendo a função, não obteve formação específca no nível universitário.

Formação do Técnico – processo relacionado com a preparação dada a este indivíduo para que ele possa atuar na seleção, treinamento e direção de jogadores e equipes com o objetivo de participar em jogos e competições

desportivas. O credenciamento em muitos países ainda depende de fatores culturais e sócio-econômicos, tendo como possibilidades mais freqüentes à formação baseada na experiência do ex-jogador ou a formação baseada na escolaridade de nível superior em desportos.

Status profissional – posição ocupada no âmbito do mercado de trabalho. Apesar de divergências conceituais, considerando uma escala que atende ao entendimento mais generalizado, esta posição pode estar localizada no ponto mais alto (profissão) ou mais baixos (ocupação, biscate, etc).

Escolaridade de nível superior – Ela ocorre nas instituições universitárias em vários níveis (graduação, mestrado, doutorado) significando o mais alto grau de escolarização para a formação profissional.

Nível escolar exigido – trata da escolaridade mínima desejável para quem exerce a função de técnico. Dependendo da região, existem estatutos que exigem grau de estudo mais alto (nível universitário), grau de estudo abaixo deste, ou nenhum grau. Parece ser consensual ao redor do mundo que nos níveis mais baixos (iniciação desportiva) o nível de escolaridade pode ser menor. À medida que aumenta o nível de atuação (alto rendimento no topo), maior deve ser o nível de escolaridade (com tendência para o nível universitário).

Instituições formadoras - Os locais principais de formação do técnico são federações específicas das modalidades, faculdades de formação profissional no nível universitário, ou o campo de jogo como (ex) praticante da modalidade. Esta última opção ainda é considerada por muitos como a grande escola de formação do técnico desportivo.

Instituições certificadoras – orgão estatal ou privado que concede autorização oficial que tem o poder de habilitar uma pessoa para trabalhar em um campo específico porque esta possui níveis mínimos de competência atingida em uma determinada área.

Conteúdos da formação - Tópicos necessários para dar ao candidato a técnico os conhecimentos que serão utilizados no exercício da profissão. Estes conteúdos congregam as diversas ciências que auxiliam o domínio dos

elementos básicos que norteiam a prática desportiva: a técnica, a tática e a preparação física.

Tempo para a formação - O tempo para formação do técnico varia de poucas horas (cursos realizados nas federações ou instituições correlatas) até uma carga horária acentuada (cursos de formação profissional no nível universitário superior).

N*íveis e/ou tipo de intervenção* - como a estrutura desportiva envolve diversas situações (sexo, idade, tipo de competição, etc), o técnico recebe várias denominações e / ou níveis que permitem atuar em uma ou mais situações. desta forma, o técnico pode ser denominado de monitor, assistente, técnico principal, etc, ou ser denominado pelo nível de aprofundamento no desporto: nível I, II, III, etc.

REVISÃO DA LITERATURA

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1 A CARACTERIZAÇÃO DO TÉCNICO DESPORTIVO NO MERCADO PROFISSIONAL

Atualmente, a função de técnico desportivo no mercado de trabalho ocupa uma posição onde se discute a real amplitude da tarefa por ele executada. O pressuposto de que qualquer indivíduo pode exercer o ofício tem vindo a ser cada vez mais questionado em função da dimensão atingida pelo desporto na sociedade.

Como no presente estudo, dentre as possibilidades que o desporto abrange (educacional, popular e de rendimento, cf. Tubino, 1992), é enfatizada a dimensão do rendimento, a posição ocupada pelo técnico desportivo fica mais visível e as preocupações com o desempenho profissional são mais evidenciadas. Isto se deve ao fato que os interesses econômicos envolvidos resultam na necessidade de monitorar o desempenho deste indivíduo no sentido de serem obtidos os resultados esperados, especialmente, os financeiros.

Sobre a transformação do desporto em empresa comercial, Dunning (1999) utiliza a seguinte classificação (p.131): 1) surgimento de produtos desportivos, mercadorias e indústria de serviços; 2) desenvolvimento do desporto para espectadores como base para publicidade; 3) exploração dos recursos dos cidadãos, especialmente dos trabalhadores; 4) a indústria de apostas.

É na perspectiva do desporto como setor da atividade e produtor de riqueza que Tenreiro (1990) externa as preocupações que devem existir no que diz respeito à formação do técnico.

Esta é uma realidade que não deve ser desconsiderada uma vez que, os valores envolvidos no desporto significam enorme quantidade de dinheiro. De acordo com Pozzi (1998), em dissertação que desenvolveu sobre o marketing desportivo, apenas no que diz respeito a roupas e calçados na modalidade futebol em todo mundo, grandes empresas como Adidas, Nike e Reebok

lutavam por um mercado que, no final do século passado, envolvia 5 bilhões de dólares.

Embora não sendo o escopo do presente trabalho, tais cifras servem apenas para demonstrar que sendo parte importantíssima da engrenagem que movimenta tanto dinheiro, as questões ligadas aos conhecimentos, às competências e, consequentemente, ao tipo de formação que possuem os técnicos desportivos não devem ser tratadas de forma banal e descuidada.

Apesar da evidente importância econômica do desporto, sendo lógico esperar que nele estejam indivíduos preparados para atuar com a eficiência que permita atingir os resultados financeiros perseguidos, o certo é que inúmeros autores (Betti, 1992; Brás, 1994; Campbell, 1993; Franchini e Mariz de Oliveira; 1996; Oyama, 1995; Sobral, 1992, Tani, 1992; Teixeira, 1993), quando analisam a inserção dos técnicos desportivos no mercado de trabalho, referem a existência de indivíduos com características discrepantes neste tipo de atividade.

A atuação de pessoas sem qualquer formação ao lado de técnicos com formação considerada adequada exercendo lado a lado a mesma função configura o que Nascimento (1998) denominou de profissionalização e desprofissionalização da área e pode estar gerando problemas que merecem ser devidamente estudados para que seja melhor definido qual o perfil ideal dos técnicos desportivos, considerando-se as variáveis que envolvem a atividade em toda sua abrangência no ambiente desportivo.

A disputa de espaço por indivíduos com formação superior específica e outros que foram apenas ex-atletas (muitas vezes, nem isto) ocorre principalmente no ambiente extra-escolar, embora na escola também seja encontrado este tipo de sujeito sem a formação adequada para o exercício da função. Tem vindo a crescer no entanto a preocupação mundial com a educação de um modo geral e educação profissional de forma particular na tarefa de preparar os indivíduos de forma a qualificá-los para o ofício que exercem (Amaral 2004). Sintomaticamente, o Ministério da Educação e Cultura do Brasil, em análise sobre da situação específica dos professores (uol Educação 2004) aponta para a falta de formação adequada de professores, como se constata neste excerto:

"Outra medida para proporcionar novas oportunidades de formação aos docentes é o programa Universidade para Todos, que deverá criar cerca de 70 mil vagas em instituições de educação superior privadas. (...), o programa tem como público-alvo professores da educação básica que ainda não possuem cursos de licenciatura." (s/p.)

O dado acima permite inferir que esta também é a situação do técnico desportivo, principalmente, na periferia das grandes cidades, centros urbanos menores ou na zona rural, onde a ocorrência deste tipo de situação é muito freqüente.

Como indicativo da mesma situação nos Estados Unidos, Schweitzer (1989) apresentou valores, onde dos 350.000 técnicos de escolas no ensino médio, cerca de um terço a metade não possuía formação específica em desporto. A formação especializada parece não ser uma prioridade, uma vez que documentos que tratam sobre a formação de técnicos em vários países contemplam a existência de cursos de formação rudimentar.

O fato é que, embora exista preocupação de órgãos governamentais responsáveis pela gestão do desporto nos diversos países com o desempenho do técnico nos mais variados aspectos, a realidade aponta para situações em que são minimizadas as exigências para a inserção dos técnicos no ambiente desportivo. Desta forma, são permitidas facilidades para os indivíduos que, sentindo-se motivados para atuar no treinamento, com objetivos profissionalizantes ou apenas por diletantismo, em muitos casos, assumem a função com as mesmas prerrogativas de quem obteve preparação para tal.

Assim, são promovidos cursos rápidos (existem exemplos de cursos de 6 horas – Nível de orientação para o treino na Austrália) que supostamente credenciam os "novos técnicos".

Porém, na própria Austrália apesar do exemplo dado acima, existe a convicção de que todos os praticantes desportivos, independente da idade, gênero, nível de habilidade desportiva ou escolha de desporto, devem ter acesso a técnicos qualificados e experientes.

Em Portugal, o Artigo 3º do Exercício da Atividade de Treinador de Futebol, em seu parágrafo 1 traz o seguinte: O exercício das funções de Treinador no âmbito do Futebol Federado, ainda que não remunerada, compete exclusivamente aos agentes habilitados nos termos do Regulamento (Correia, 2001).

Esta obrigatoriedade pode levar ao entendimento de que a preocupação existente extrapola a reserva de mercado, permitindo um controle maior da atuação dos técnicos ligados a esta Federação em todas as situações em que haja a necessidade de cobrar responsabilidades.

Sobre o trabalho de técnicos não remunerados, Berrocal (1995) e Cordovil (1998), embora elogiando o desprendimento destes indivíduos, chama a atenção para o fato de que este tipo de situação pode ser prejudicial quando inexiste a qualificação necessária para exercer a função, podendo até mesmo vir a causar dano aos praticantes.

No Canadá, todas as entidades que possuem ingerência sobre o assunto (governo, empresários, dirigentes desportivos) recomendam um rigoroso controle dos indivíduos que têm a responsabilidade de atuar como técnicos. O controle é feito através da formação adequada para posterior certificação através do Programa de Certificação de Treinamento Nacional (NCCP).

No Reino Unido, está sendo feito um grande esforço no sentido de dar aos técnicos desportivos a formação adequada para que eles possam ter em todos os sentidos, padrão de qualidade igual ou superior aos das grandes potências desportivas, especialmente aos dos países da comunidade européia.

1.2 TÉCNICO DESPORTIVO: OCUPAÇÃO OU PROFISSÃO?

Enquanto algumas funções já foram ou estão em via de serem extintas, outras estão surgindo e algumas estão se transformando em busca de reconhecimento (Schwartz 2000; Woodman 1993).

No caso do técnico desportivo, este cargo pode ser longevo através do tempo, porém como profissão é ainda muito recente (Meinberg, 2002).

Em vista disso, apesar das ressalvas que podem ser feitas, decorrentes da diversidade no nível de formação (ou falta dela), ele faz parte do grupo de profissões emergentes que buscam se estabelecer no seio das demais profissões à escala mundial (Adelino 1991/1992; Campbell, 1993; Cunha 1995; Faria Junior, 1992; Marcotte e Larouche 1994; Marques 1997; Nascimento 1998; Suleman 1994; Woodman 1993).

O que se percebe nos textos, pesquisas e regulamentos sobre o tema, é que num futuro não muito remoto a função de técnico poderá ter o mesmo estatuto profissional de outras atividades plenamente estabelecidas no mundo do trabalho. Desta forma, parece ser essencial qualificar, ao invés de quantificar, para que não haja a vulgarização da profissão e dos profissionais.

Nos lugares onde o técnico desportivo já é considerado de fato e de direito um profissional de acordo com os itens que o definem como tal, as discussões giram em torno da qualidade da formação, do pouco tempo dedicado a essa formação em muitos países, das diferenças qualitativas na formação (instituições e professores formadores), dos níveis de especialização e qualificação em função dos espaços de atuação, das questões éticas, dos conhecimentos básicos indispensáveis para cada nível e a obrigatoriedade da formação continuada (Canadá, Austrália, União Européia).

Discorrendo sobre o assunto, Gilbert e Trudel (1999b) apontam que o nível de competição, a idade e gênero de atletas, o tipo de esporte (individual ou coletivo), o ambiente socioeconômico, a experiência e conhecimento do técnico resultam como dificuldades para o reconhecimento deste como profissional de fato. Como fator agravante, deve ser considerada a realidade sócio-cultural onde ocorre o fenômeno (Campbell, 1993). Estes fatores exigem tipos de técnicos que dominem as competências julgadas pertinentes para cada situação.

Segundo Faria Junior (1992) e Boudon e Bourricaud (1993), existe uma escala na ordem crescente que inicia como uma ocupação até alcançar o ponto mais alto denominado profissão, distinguindo-se pelos seguintes critérios:

a) O desempenho de função social

Este é um fato mais do que evidente no desporto. É um fenômeno que possui interfaces com todos os outros que caracterizam a vida em sociedade, relacionando-se com a política, saúde, economia, educação, cultura, etc, influenciando-as e sendo por elas influenciado.

Vários autores (Adelino, 1988; Bento, 1991; 1995a; Campbell, 1998; Jones et al., 2002; Lima, s/d; Marques, 1997; Martens, 1995; Mcready, 1984; Ping, 1993; Prata, 1998; Rosado, 2000; Sabock, 1985; Wooden, 1980) enfatizam que o aspecto essencial da atuação do técnico desportivo é a formação global do atleta e não apenas as questões que dizem respeito ao rendimento desportivo de forma unilateral.

Para tanto, as competências de cunho técnico-científico permitirão trafegar pelo conhecimento específico da modalidade e possibilitarão uma atuação esclarecida na formação do atleta. Além destas, as qualidades éticas, morais e sociais, também importantes, permitirão colaborar na formação do homem em sua totalidade, e não apenas na faceta de atleta.

A função do técnico é muito mais do que simplesmente o resultado no campo de jogo. Ela tem a ver com questões de cunho social que envolvem educação, política, economia, etc (Martens et al 1995; McCready 1984;).

Este envolvimento multifacetado exige um indivíduo capaz de exercer função tão complexa, com um perfil que agregue conhecimentos, qualidades e competências que atendam a expectativa dos extratos sociais envolvidos no desporto.

Por este motivo, Jones et al. (2002) advertem que a investigação social nas ações diárias do técnico no campo de trabalho pode ampliar o entendimento da complexidade do que ocorre no ambiente de treinamento.

b) Conjunto estruturado de conhecimentos especializados

O desporto possui um corpo de saberes organizados, que são específicos e não podem ser considerados simples.

Esse conjunto de conhecimentos deve ser um fator capaz de distinguir os membros de uma profissão daqueles que não a exercem ou daqueles que não podem exercê-la, porque lhes falta o saber específico (Nascimento,1998).

No que tange aos conhecimentos específicos, estando inserido no âmbito da Educação Física, é inquestionável a existência desse corpo de saberes no desporto, onde a técnica, a tática e as regras são fatores indispensáveis para o desenvolvimento dos atletas e equipes, mas, não apenas isto (Mesquita 1998; Nunes, 1995).

A aplicação destes conhecimentos em situações concretas requer o auxílio de outras áreas do saber que fundamentam a preparação física (fisiologia, nutrição, etc), a preparação psicológica, e a gestão (organização e direção do treino, escolha e direção de jogadores, etc), requisitando estas por sua vez uma enorme quantidade de conhecimentos importantes para o desenvolvimento da atividade (Evans 1996).

Apesar da evidência deste corpo de conhecimentos, há no seio das instituições universitárias professores de educação física, antropólogos, pedagogos, psicólogos, sociólogos, etc, que são radicalmente contra o desporto.

Caso estes indivíduos, ao invés de tão somente negarem o desporto, colaborassem no sentido de o reformar, independentemente do contexto de prática (clube, escola, etc), esta convergência serviria para o aperfeiçoamento do desporto, principalmente no que diz respeito aos aspectos educacionais que dele se esperam (Bento 1991; Constantino 1995). Parece ser um erro de avaliação negar o desporto ou lutar contra ele. Melhor seria estudá-lo com maior profundidade e propor soluções para as inegáveis distorções nele existentes.

Relativamente ao tema conhecimento, a grande contradição no desporto, é que, apesar das exigências formativas preconizadas para que ele possa ser praticado de forma conveniente, por ser uma atividade que permite a qualquer indivíduo opinar "como é" ou "como deverá ser", não encontradas em outras profissões (Adelino 1991/1992), ainda é permitido, ou até mesmo estimulado que muitos técnicos responsáveis diretos pelo exercício da profissão, a exerçam sem a devida qualificação.

c) Programas institucionalizados de formação para transmitir um corpo de conhecimentos sistematizados e desenvolver habilidades específicas.

Admitindo que a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades possam estar ao alcance da maioria dos indivíduos, tal nunca deixa de exigir um extenso treinamento e experiência, pelo que não fazem parte da competência da generalidade dos adultos, pois implica a necessidade de uma sistematização para dominar os conhecimentos inerentes ao exercício da atividade. (Nascimento, 1998; Freidson 1998; Ibáñez Godoy 1996; Evans 1996; Campbell 1993).

O processo de qualificação para o exercício da função de técnico encontra-se inserido num ambiente de escolarização, seja nas escolas formais, ou em cursos organizados por instituições que dirigem o desporto (federações nacionais, ministérios, etc).

Existem opiniões dissonantes sobre quem deve assumir a responsabilidade da formação.

Assim, Suleman (1994) minimiza a prioridade deste saber adquirido no âmbito da escola, não restringe a formação profissional apenas ao sistema de ensino institucional e considera a formação extra-escolar. Launder (1995), analisando o atual modelo australiano de formação dos técnicos, sugere um formato diferente, uma vez que os objetivos atuais estão restritos a dar respeitabilidade acadêmica à profissão de técnico, através da excessiva valorização das preocupações pedagógicas de ensinar teorias. Por outro lado, muitos reconhecem que a formação universitária em desportos parece ser a que conjuga as melhores possibilidades para a formação do profissional, que em determinadas condições de tempo e lugar dirige o treinamento desportivo.

Vários autores (Afonso 2001; Bento 1995b; Constantino 1995; Fuentes-Guerra 2003; Ibáñez Godoy 1996; Lombardo 1999; Nascimento 1998; Nunes, 1995; Proença 1998; Rosado 2000; Souza 1984) apontam a importância da formação técnico-pedagógica e científica ministrada em estabelecimento de ensino oficial específico como forma de certificar os conhecimentos adquiridos e a preparação na área dos desportos.

Liukkonem et al. (1993) e Ibáñez Godoy (1996), respectivamente na Finlândia e Espanha referem que a formação no âmbito das federações, apesar de ter avançado, ainda apresenta grandes deficiências sob o ponto de vista de uma formação que deve privilegiar também os valores humanísticos e não apenas o ensino da técnica.

Este foi um dos motivos de alterações do processo de formação dos técnicos em Portugal no Decreto-Lei nº 407/99 de 15 de outubro (Portugal, 1999).

Adelino (1991/1992) aponta a importância da formação obtida em ambiente escolarizado, uma vez que a sociedade, da forma como está estruturada, tem neste espaço o local adequado para a aquisição do conhecimento sistematizado. Ele considera a escola, e "o próprio sistema educativo em geral, com o seu papel de instrumento transformador da sociedade, como indispensável meio de transmissão de conhecimentos" (p. 139). Neste local, o candidato a profissional do desporto tem a possibilidade de entrar em contato e num espaço de tempo relativamente curto, o conhecimento acumulado e as novas descobertas obtidas na área.

De acordo com Campbell (1993), é mais fácil controlar o nível de qualificação dos técnicos quando a tarefa está sob o controle governamental. Cita como exemplos a China, Cuba e a extinta União Soviética.

No Brasil, Classificação Brasileira de Ocupações - Portaria SES 13, e, em Portugal, Classificação Nacional das Profissões-94, os técnicos desportivos e atletas profissionais estão incluídos no grupo de trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas, e trabalhadores assemelhados.

No caso específico do Brasil, apesar da legislação existente que define a profissão e quem deve exercê-la, ainda parece distante uma aproximação com o que está indicado na Portaria SES 13, citada acima, haja vista a grande quantidade de técnicos sem formação superior em desportos que atuam sem possuir a qualificação adequada, ainda mais quando o assunto é futebol.

d) Associação profissional própria

A associação profissional é um dos requisitos exigidos para validar uma profissão, de acordo com diversos autores que discorreram sobre o tema (Freidson, 1998; Garcia, 1988; Morgaine, 1999; Nascimento, 1998; Oliver, 1990; Tobias, 2003). A função da associação profissional é congregar os técnicos em torno dos interesses comuns da classe.

Jordan (1948) aponta a associação classista como uma das instituições que detém a prerrogativa de validar a atividade profissional e Ibáñez Godoy (1996) comenta a necessidade de estudar o papel das associações de técnicos no processo de formação inicial e continuada. Na atualidade, parece ser a regra geral, as ações implementadas por estas associações possuem um caráter essencialmente corporativista que necessita ser avaliado no sentido de dar consistência e reconhecimento social a estas associações.

Como o técnico desportivo ainda busca consolidar uma posição sob o ponto de vista profissional, sendo considerada profissão emergente (Woodman 1993), discussões sobre abertura de vagas no mercado de trabalho, defesa das vagas neste mercado de trabalho por técnicos habilitados, defesa dos associados nas discussões com a classe patronal, vigilância no sentido de serem seguidos os princípios éticos e morais estabelecidos, etc. devem fazer parte da agenda de qualquer associação de classe que busca reunir os técnicos desportivos.

Esta associação deverá ser capaz de atuar no mercado de trabalho com o objetivo de defender os direitos dos seus membros. Porém, também deve fazer parte das preocupações das associações de técnicos espalhadas por todos os recantos, procurar meios de dotá-los com a necessária competência, através de uma formação adequada, uma vez que estes indivíduos estando inseridos no rol dos prestadores de serviço, devem possuir responsabilidade social que não deve ser esquecida.

Como exemplo de associações de técnicos, Campbell (1998) cita a Associação de Técnicos do Canadá, Conselho de Técnicos da Austrália, Fundação Nacional de Técnicos do Reino Unido e Academia de Técnicos da Alemanha.

Gautrat (1995) indica a Confederação Nacional de Educadores Desportivos da França, como um local de valorização da profissão.

Embora existindo no Brasil, a associação de técnicos não possui tanta importância e força quanto em outros países, no que diz respeito às discussões sobre os aspectos ligados à formação e certificação. São os casos por exemplo, da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol (ABTF) e Sindicato dos Treinadores de Futebol do Rio de Janeiro que não conseguem resolver problemas ligados à atuação de ex-jogadores que assumiram a função de técnicos e estão exercendo a função de forma irregular, uma vez que descumprem o que está regulamentado nas leis 8650 e 9696 (Corassa 2004).

e) Um código de ética

De acordo com Bento (1995a), quanto mais pública é uma função tanto maior é a exigência de qualificação. Segundo ele, quem assume uma função sem a preparação correspondente estaria roubando o exercício profissional a uma pessoa preparada para tal, além de afetar, com o mau desempenho, o interesse legítimo de terceiros.

Partindo desta assertiva, cabe ao código de ética definir direitos e deveres, regulamentar e determinar a conduta desejada dos profissionais, no sentido de estabelecer padrões que garantam o desempenho eficiente da função, assegurando desta forma, o fornecimento de um serviço de alta qualidade e a projeção de uma imagem profissional.

Padrões éticos deveriam cobrir assuntos como integridade, responsabilidade, competência e confiança. Esta é a preocupação do código de ética e conduta dos técnicos britânicos (Campbell 1993). Este tipo de preocupação também é evidenciada em documentos de diversos países (Portugal, Espanha, França) e autores analisados (Bento 1995b, Constantino 1995), porém, no que pode ser uma característica das sociedades dos países de lingua inglesa (especialmente os britânicos), principalmente no que tange a possíveis abusos em relação aos jovens atletas, a conduta ética dos técnicos aparenta ser uma grande preocupação que deveria ser seguida em outros países.

No Brasil, o CONFEF (Conselho Federal de Educação Física) , ao qual estão atrelados os técnicos desportivos por conta da atual legislação, divulgou o código de ética que, em linhas gerais, se assemelha a qualquer código das demais profissões, que possuem como princípio basilar a necessidade de competência profissional para prestar serviço de qualidade.

Apesar das divergências existentes no país sobre o CONFEF, o que está descrito nos parágrafos abaixo, no capítulo referente à responsabilidade e deveres e proibições para exercitar a função, parece ser uma necessidade óbvia:

II – Assegurar a seus clientes um serviço profissional seguro, competente e atualizado, livre de danos decorrentes de imperícias, negligência ou imprudência, utilizando todo o seu conhecimento, habilidade e experiência;

VIII – Manter-se atualizado dos conhecimentos técnicos, científicos e culturais no sentido de prestar o melhor serviço e contribuir para o desenvolvimento da profissão; " (Brasil, 2000:s / n)

1.3 TÉCNICO E PROFESSOR SÃO FACES DA MESMA MOEDA?

Embora seja permitido imaginar o técnico como parte do fenômeno desportivo desde o seu primórdio, sua valorização é um fato mais recente.

No espaço anglo-saxónico, o termo técnico (coach) começa a ser utilizado em torno de 1860, e, desde 1870, técnicos desportivos acedem ao status profissional (Coakley, 1990 apud Bloom 1996). Assaf (2002) lista Tom Rawthorne, no Bolton Wanderers, e Tom Slaney, no Stoke City, no ano de 1874, como os primeiros treinadores na história do futebol. Mcintosh (1975: 83) cita o "coach Jackson", responsável por lutadores de boxe bem antes, em torno do ano de 1820.

No início do século 20, segundo Figone (1994a), o desporto, e conseqüentemente os técnicos, fazem a sua entrada no ambiente das escolas americanas, anteriormente, território exclusivo da educação física.

Mas, é a partir dos anos cinqüenta/ sessenta do século passado, incentivada pela utilização do desporto como instrumento de afirmação de sistemas de governo (guerra fria), que a importância dos técnicos desportivos assume a um lugar proeminente na otimização do rendimento desportivo (Marques, 1997).

Essa evidente importância desaguou na discussão sobre as competências e qualificações indispensáveis para estabelecer o perfil ideal para exercer a função de técnico. Dentre as competências, a capacidade de ensinar ocupa um lugar destacado.

De acordo com Altet (2001), entre os franceses existe a intenção institucional de fazer com que todos professores possuam uma verdadeira formação profissional e para isto ocorrer será necessário saber ensinar (Lima, 1989) e não apenas dominar o conteúdo de ensino. Talvez seja por isto que na França existe a denominação de educadores desportivos para nomear determinados níveis de técnicos (França 2005; Morland 2001).

Neste caso, é essencial apropriar-se das devidas competências. Estas competências estão representadas pelos conhecimentos, o saber-fazer e posturas e atitudes para o exercício da profissão, que estão contidas nos saberes teóricos e práticos.

Como o ensino é função inerente ao professor, muitos estudiosos da pedagogia do desporto consideram que a função do técnico desportivo é de natureza idêntica, uma vez que, em diversos aspectos da sua atuação, ele apresenta comportamentos e atitudes semelhantes, especialmente quando se trata do treinamento das camadas jovens.

Autores que se debruçaram sobre convergências e divergências entre as duas funções embora lhe reconheçam semelhanças não deixam de sublinhar especificidades próprias de cada uma (Alves, 2001; Cheladurai e Kuga, 1996; Figone, 1994b; Ibáñez Godoy, 1996; Hardin, 1999; Perez Ramirez, 2002; Proença, 1998; Rodrigues, 2002; Shigunov, 2000; Suleman, 1994).

Apesar de Ibáñez Godoy (1996) fazer referência ao técnico como educador, o fato de as federações se assumirem como entidades formadoras, na sua perspectiva, tem contribuído para a persistência de problemas, tais como a

permissividade geral, até mesmo a preferência por ex-jogadores nas tarefas de direção de equipes e pessoas sem a devida formação acadêmico-desportiva; a valorização extrema do resultado como moeda de avaliação da atuação dos técnicos; os elementos da formação baseados preponderantemente nas questões técnicas, táticas e físicas, deixando de lado questões de cunho didático-metodológicos; o nível heterogêneo de atuação que vai da dedicação exclusiva (técnicos no alto rendimento) com remuneração estabelecida, até os técnicos de fim de semana. Considerando as diferenças encontradas entre o professor e o técnico eficaz, o autor afirma a necessidade de diferenciar o processo de formação dos professores e dos técnicos. Apesar destas dificuldades , tendo em vista as evidentes relações entre a formação do Professor de Educação Física e do Técnico Desportivo, Ibáñez Godoy e Casaubón (2000) apontam como fator que obriga a tomar como modelo para a formação do Técnico Desportivo, a maior tradição na formação e investigação sobre os professores de Educação Física.

Numa clara alusão à similaridade das funções, Perez Ramirez (2002) destaca que a Educação Física contribuiu para a qualidade educativa do técnico desportivo, bem como para o avanço do conhecimento científico nos desportos, porém, faz a ressalva sobre as particularidades existentes para exercer a função de técnico.

Estas opiniões sobre a realidade atual, apontam para uma mudança defendida por muitos, ou seja, uma formação de técnicos que apresente traços básicos da formação dos professores. Mas esta não sendo uma questão pacífica, apresenta outros estudiosos que apontam semelhanças e diferenças entre as duas funções.

Figone (1994a; 1994b) produziu dois textos sobre o conflito existente entre as atividades de professor e técnico no âmbito escolar. O primeiro faz uma revisão histórica do momento em que iniciou a dupla função professor-técnico, no início do século vinte, período em que o desporto foi incluído no espaço anteriormente exclusivo da Educação Física no âmbito escolar. O segundo debruça-se sobre o conflito existente no exercício das duas funções

concomitantemente: professor de educação física e técnico desportivo, bem como, os conflitos que esta situação dual provoca entre os alunos-atletas.

Cheladurai e Kuga (1996) e Hardin (1999), do mesmo modo que Figone (1994a; 1994b), apontam diferenças no comportamento de técnicos e professores de educação física que assumem as duas funções em instituições de ensino. Também analisam a diferença de status entre ambas e as opiniões desses indivíduos sobre a questão.

Shigunov (2000) comentando o desporto escolar, utiliza a distinção que os americanos fazem entre treinar e ensinar, sugerindo que estas ações diferenciam as atividades do professor e técnico. Estas posições não invalidam o valor que o desporto possui em qualquer instância, mais ainda, no contexto escolar. Talvez, por este motivo, em sentido contrário à questão semântica abordada por Shigunov (idem), são os próprios americanos que também evidenciam a necessidade das duas funções serem convergentes.

Matsakis (2002) cita o fato de técnicos famosos dedicarem especial atenção em seus livros, à necessidade de ação de caráter docente na direção de suas equipes (Sabock, 1988; Walsh, 1988; Walton, 1992), onde se consideram essencialmente como professores.

Tharp e Gallimore (1976), na pesquisa em que observaram John Wooden, legendário técnico do basquetebol americano, se referem ao mesmo como técnico-professor.

Conn (1990) discutiu a necessidade de os técnicos e professores de Educação Física receberem formação especial sobre como minimizar a existência de erros durante a atividade profissional, que, pelos danos causados aos clientes (alunos e atletas), podem incidir em reclamações judiciais.

Mavi e Sharpe (2000) revisaram a literatura sobre a teoria das expectativas, constatando que técnicos e professores demonstram comportamento semelhante em relação aos aspectos negativos ou positivos da interação com atletas e alunos.

Refletindo sobre as diferenças entre trabalhar com alunos e atletas durante o ensino da educação física e do desporto, Staffo (1992) afirma que "Educação

física e desportos são ambas partes integrantes do programa educacional total. Ensinando ou treinando, atividade física e desporto são os meios de ensinar e educar os estudantes. Trabalhando com estudantes na sala ou praticando no campo/quadra, os objetivos e metas, dependendo da situação, só deveriam diferir em grau" (p.95).

Não é produto do acaso, dentro da classificação feita para o desporto, incluí-lo como uma possibilidade educacional concreta (Tubino, 1992). Como forma de exemplificar a utilização do desporto com interesses educacionais e formativos, pode ser apontado o Projeto Escola Aberta promovido pela UNESCO no Estado de Pernambuco. Este projeto visa o desporto como meio de inserção social buscando minimizar os problemas que envolvem os jovens no Estado por conta da violência urbana. Nestes casos, espera-se do técnico uma atuação de verdadeiro educador (Diniz, 2004).

Os quadros 1 e 2 abaixo, divulgados no jornal Folha de Pernambuco indicam resultados da implementação do projeto Diniz (idem):

Quadro 1: Escala de melhorias em Pernambuco

Aspectos	Escolas com Programas	Escolas sem Programas
Brigas na escola	55,7%	36,4%
Roubos	25,4%	19,0%
Furtos	36,1%	23,3%
Vandalismo/Depredação	45,9%	23,3%
Pichações	43,1%	20,0%
Agressões Sexuais	20,0%	20,2%
Tráfico de Drogas	17,4%	15,8%
Consumo de Drogas	23,5%	15,0%
Porte de Armas de Fogo	14,0%	9,7%
Gangues na Escola	22,5%	19,3%
Indisciplina dos Alunos	54,1%	25,4%
Uso de Álcool na Escola	24,6%	17,2%
Interesse pela Comunidade Escola	84,4%	60,0%
Participação dos Pais	73,8%	64,5%
Aprendizagem dos alunos	53,3%	38,3%

Quadro 2: Escala de melhorias segundo o ano de início

	Ano Escolar		
Aspectos	2000	2001	2002
Brigas na escola	83,8%	59,2%	27,8%
Roubos	66,7%	24,5%	16,7%
Furtos	83,3%	33,7%	33,3%
Vandalismo/Depredação	100,0%	43,9%	38,9%
Pichações	83,3%	30,2%	22,2%
Agressões Sexuais	33,3%	14,3%	11,8%
Tráfico de Drogas	33,3%	16,3%	17,6%
Consumo de Drogas	66,7%	21,6%	18,8%
Porte de Armas de Fogo	33,3%	12,2%	17,6%
Gangues na Escola	33,3%	22,4%	18,8%
Indisciplina dos Alunos	83,3%	55,1%	38,9%
Uso de Álcool na Escola	50,0%	23,5%	22,2%
Interesse Comunidade pela Escola	100,0%	61,2%	58,8%
Participação dos Pais	83,3%	74,5%	66,7%
Aprendizagem dos alunos	66,7%	52,6%	52,9%

Abordando o técnico e suas funções, Adelino (1988); Afonso (2001); Araujo (1988); Barata e Lacoste (1990); Bento (1995b); Cordovil (1998); Fuentes-Guerra (2003); Gomes e Erichsen (2004); Ibáñez Godoy (1996); Lima (1989); (s/d); Marques (1998); Marques e Mesquita (1996); Martens et al. (1989); Meinberg (2002); Mesquita (1998); Miguez (1995); Paes (2001); Paterno (1988); Pereira (1996); Ping (1993); Prata (1998); Sabock (1985); Simpson (1984); Walton (1992); Wooden (1980); fazem parte do cortejo de tantos quantos se dedicaram a opinar ou pesquisar sobre o que significa o educador presente no técnico desportivo, ressaltando a existência de similaridade com a função do professor.

Meinberg (2002) e Gomes e Erichsen (2004), sobre as aproximações entre técnico e professor, afirmam que a intervenção do técnico é uma forma especial de ensino, tratando-se de um processo genuinamente pedagógico. Enquanto Meinberg (idem) relaciona ações presentes de forma idêntica no cotidiano profissional do professor e do técnico (planejamento, controle das

atividades, coordenação, organização, avaliação, relacionamento com diversos grupos sociais, instrução, pesquisa, etc), Gomes e Erichsen (idem) apontam a fundamental importância do domínio dos diversos ramos de conhecimento técnico-científicos.

Indicando a importância da formação do técnico no âmbito da Educação Física, Simpsom (1984) comenta que "a tendência parece sugerir que a educação física deveria ser vista como sinônimo de treinamento e pode ser considerada como parte do processo de profissionalização para técnicos" (p. 19)

Alinhado com esta mesma perspectiva, Fuentes-Guerra (2003) considera que o técnico desportivo deve possuir as mesmas competências do professor. Por este motivo, preconiza que a formação do técnico percorra o mesmo trajeto, diferenciando-se apenas nos aspectos específicos que caracterizam o treinamento desportivo. Talvez, por conta disto, como objetivo maior, Paes (2001) afima que o professor de Educação Física e o técnico desportivo primordialmente devem estar preocupados com a educação dos alunos.

Ibáñez Godoy (1996) discutiu a formação do sujeito que guia o processo de ensino treinamento/aprendizagem como professor/treinador, apontando três enfoques que são diferentes durante sua atuação, mas não necessariamente excludentes: o educativo, o recreativo e o competitivo/rendimento. Ao utilizar os termos alunos/jogadores e professor/treinador para os sujeitos que interagem no que chama de processo ensino/treinamento-aprendizagem, evidencia o caráter de docência da função.

Afonso (2001), no seu estudo sobre as concepções de treinamento de técnicos desportivos, constatou a primazia dada à natureza pedagógica da atividade, consubstanciada no entendimento de que o técnico tem que agir como verdadeiro educador no treinamento desportivo. Além do mais, enquanto processo didático, o processo de instrução comporta o uso do método heurístico nas ações do técnico (Cieslinski e Perechuda 1993).

Considerando que a atividade do técnico é similar à do professor, inclusive no que tange ao tipo de formação, e concordando com a afirmação de Marques (1990) de que os técnicos não devem ser teóricos nem práticos, mas essencialmente competentes, não é sustentável o conhecimento universitário

numa perspectiva corporativa de reserva de mercado, e / ou ligada a puro academicismo assente numa " falta de humildade das instituições de formação com o pretensiosismo cientifista e com a confiança cega nas teorias que aí se transmitem, com o exagero de promessas e expectativas que nelas são alimentadas." (Bento 1995b: 45). A postura elitista pode levar a perder valores presentes nos segmentos que permanecem significativos no mundo desportivo e que influenciam a própria forma de perceber a profissão (Freidson 1998). Porém, como um dilema a ser resolvido, também não é sustentável advogar o privilégio da experiência prática ao arrepio da formação.

Esta situação faz retornar ao questionamento feito se a função do técnico no mercado de trabalho é ou não uma profissão. O status adquirido não deve estar atrelado apenas aos interesses corporativos (Tardiff, Lessard e Gauthier 2001), mas, às características existentes no serviço prestado e o entendimento social dos beneficiários deste serviço.

1.4 FORMAÇÃO DO TÉCNICO DESPORTIVO: O X DA QUESTÃO?

A velocidade das transformações no campo do conhecimento e das tecnologias faz parte de um novo tempo que fala de globalização, de (pos)modernidade e reengenharia.

Quando a discussão versa sobre a formação do técnico desportivo os problemas parecem maiores, uma vez que, apesar de todos os avanços da vida moderna, a origem da competência do técnico permanece difusa, vagueando entre uma formação baseada na experiência prática do ex-atleta ou na necessidade do conhecimento teórico obtido nos bancos escolares.

Quem defende a tese que o ex-jogador está habilitado para exercer a função de técnico desportivo fá-lo na suposição de que ter praticado uma modalidade capacita o sujeito para ensiná-la. Como esta preferência pode ser constatada até nos centros mais avançados, é fácil imaginar que as preocupações

envolvendo uma melhor qualificação para o treinamento ainda enfrentam muita incompreensão.

Esta situação vai ao encontro da observação feita por Marques (1997), ao comentar que o estatuto do técnico está ainda muito dependente da sua antiga prática como atleta. Porém, o mesmo autor comenta que "Nem sempre, (...), a experiência como atleta encontra correspondência na competência como treinador. E cada vez menos aquela é suficiente para suportar a competência deste." (p.11)

Sobre esta questão, Diaz (2000), técnico de futebol, no que denominou como "Duas artes distintas" opina que "(...) em pleno século XXI, numa sociedade global e universal, (...) parece pouco ajustado ter em conta – pelo menos em elevado grau – o passado de um futebolista para medir as suas capacidades numa actividade tão diferente como é a de treinador" (p.3). Apesar disto, Tadeia (2000) revela casos que atestam a superioridade dos técnicos ex-jogadores no futebol europeu.

Citando caso brasileiro sobre o mesmo tema, Alves (2001), em reportagem sobre técnicos de futebol, revela que a maioria deles não freqüentou um campus universitário.

Discorrendo sobre o treinador ex-atleta, Lima (s/d) aponta como erro pedagógico este utilizar suas (antigas ou recentes) habilidades como jogador durante o treinamento, chegando a afirmar que esta atitude "contribui para desfigurar o papel de treinador". (p. 77)

Santos Berrocal (1995), professor titular do INEF de Barcelona, no prefácio da edição espanhola do livro "El entrenador" (Martens, 1995), aponta a necessidade de ser modificada a situação de técnicos voluntários por uma "profissionalização" rigorosa que dote os técnicos de uma sólida capacitação pedagógica.

Considerando toda a aura que cerca o técnico desportivo cujas competências estão restritas apenas a experiência de ex-jogador, parece pertinente indagar:

Será que todo o ex-praticante reúne as qualidades essenciais para ser técnico?

Quais as qualidades que transformam um ex-praticante em um técnico eficiente?

Qual o peso real da experiência do ex-praticante em sua atuação como técnico?

Existe diferença na qualidade da prática de alguém que jogou no nível municipal (distrital) com outro que jogou no nível internacional?

Exerce alguma influência a qualificação (melhor ou pior) dos técnicos com quem o ex-praticante candidato a esta função atuou enquanto atleta, ?

Serão os conhecimentos técnico-científicos necessários para exercer a função de técnico incorporados automaticamente ao ex-jogador?

Mesmo considerando a sugestão de Schempp (2003) de que a experiência de ex-jogador seja um antecedente importante para se tornar técnico desportivo, Borko e Putnam (1998) advertem que "ainda estão sendo desenvolvidas idéias sobre a relação entre teorias cognitivas tradicionais e cognição situada e que a pergunta de como é transferido conhecimento a novos contextos está sendo debatida atualmente dentro da comunidade escolar." (p.37)

Este é o caso do ex-jogador que passa a ser técnico. Se se comprovasse que efetivamente existem respostas positivas para as perguntas acima, então o ex-praticante estaria numa situação vantajosa para vir a ocupar esta função, uma vez que em se tratando de uma transferência direta de competências práticas nada melhor do que alguém que já esteve no campo de jogo.

Mesmo assim, se fosse este o caso, ainda caberiam outras questões:

Supondo que o ex-jogador consegue transferir todo o seu conhecimento e habilidades, de que forma isto acontece? E em que medida isso cobre o escopo de requisitos para o exercício da função de técnico?

É sobre este dilema cada vez maior em relação ao técnico ideal que Betti (1992), utilizando um exemplo do judô, indaga: "pode um técnico recém-formado concorrer com um indivíduo sem formação (faixa preta) com muitos anos de experiência?". Como tentativa de resposta ele propõe outras perguntas para o que parece ser uma evidente vantagem do técnico sem formação: "se o indivíduo sem formação faz o melhor trabalho possível?" E se "uma adequada

formação acadêmica poderia aperfeiçoar a ação profissional deste indivíduo?" (p.247)

No lado oposto, a vertente que defende a função do técnico como atribuição de quem possui formação universitária específica, de preferência com o mesmo embasamento característico do professor, em especial o de Educação Física (Fuentes-Guerra, 2003; Ibáñez Godoy, 1996; Langston, 1978, apud Matsakis), esbarra na falta de experiência prática de quem não vivenciou a modalidade. Será que esta inexperiência dificulta operacionalizar os conhecimentos adquiridos na academia?

Este tipo de técnico que Ibañez Godoy (idem) nomeia como treinador acadêmico desportivo ou treinador acadêmico desportivo universitário obtém o conhecimento através das escolas de formação (federações ou instituições de ensino universitário), ao contrário dos técnicos sem formação superior em desportos cujo conhecimento é oriundo da vivência prática como ex-atleta ou aficionado do desporto.

É a análise das qualidades que são esperadas num técnico e entre duas possibilidades existentes (ex-jogador sem formação específica ou indivíduos não jogadores, porém, com formação específica) que forçosamente levam ao questionamento:

Quem reúne melhores condições para executar a tarefa?

Quem reúne melhores condições de dominar as competências necessárias para a função?

O fato é que esta situação começou a suscitar discussões, a partir do momento em que o paradigma do técnico sem formação superior em desportos começou a ser questionado com a inserção cada vez maior de técnicos com uma bagagem de conhecimentos que não se restringe apenas em mandar executar a técnica e a tática.

Desde então, as inevitáveis comparações têm sido feitas, e, cada vez mais a busca por técnicos capazes sinalizam que a balança parece pender para indivíduos que dominem conhecimentos de forma consistente e não apenas se apóiem no fato de ter sido ex-praticante, apesar da aparente preferência do

senso comum por este modelo. Por conta disto, tentando responder sobre o que distingue um indivíduo sem formação do profissional de Educação Física com formação universitária, Betti (1992) afirma que "um sólido referencial teórico permite a visualização da prática sob novas perspectivas, descortina possibilidades inusitadas. Em outras palavras, permite a dialética teoria-prática – a praxis." (p.247).

Esta discussão remete para as observações de Freidson (1998) sobre perícia (expertise) e em conseqüência disto, para a necessidade de certificação para o exercício das profissões. De acordo com Freidson (idem), a certificação deve ser institucionalizada de algum modo, e mesmo que a credencial dada não seja garantia de desempenho superior para os beneficiários do trabalho, serve como referência que atesta a condição básica para realizar um determinado tipo de trabalho.

Este também é o pensamento de Schweitzer (1989), ao afirmar que os problemas, mesmo não desaparecendo de todo, podem ser reduzidos de forma substancial se os técnicos receberem certificados garantidos por programas de formação de qualidade.

Quando Pinto (1991) afirma que os critérios de aferição de um treinador não são nem os títulos acadêmicos nem um passado relevante como atleta, põe em evidência a grande dificuldade em definir o que faz, como faz e quem realmente é o técnico desportivo. Em vista desta situação dúbia, o que deve ser levado em consideração são os conhecimentos e as competências que o técnico deve possuir no desempenho de uma função tão complexa.

Oliver (1990) realça a complexidade da definição sobre o que vem a ser um professor competente, apontando a insuficiência da abordagem a esta questão através do inventário de uma lista de competências essenciais para a formação profissional. Assim, Oliver (idem), dando conta dos esforços da reconceitualização do tratamento da competência no Estado da Califórnia no seio do Conselho Nacional para Certificação da Educação do Professor (National Council for Accreditation of Teacher Education – NCATE), define competência como: um comportamento do indivíduo manifestado numa ação ou desempenho de uma tarefa; um nível de desempenho relacionado com o

saber fazer demonstrado pelo indivíduo no alcance de um objetivo particular; um conjunto de conhecimentos e habilidades que uma pessoa seleciona e implementa; uma qualidade ou característica referente ao estado de existência do indivíduo, evidenciando suas qualidades, valores e crenças.

Pela complexidade, são grandes as dificuldades para definir o perfil apropriado do técnico.

Nesta linha, Mcready (1984) entende que o técnico desportivo necessita de uma qualificação eclética. Espera-se do técnico um desempenho que envolve uma enorme diversidade de habilidades e atividades (competências), as quais podem ser colocadas dentro de uma das seguintes categorias de funções e papéis:

Funções - técnicas, conceituais, administrativas ou recursos humanos;

Papéis - observador; avaliador; especialista; estimulador; solucionador de problemas e conselheiro.

Nascimento (1998) identificou as seguintes dimensões no conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para uma atuação competente: Conhecimento Conceitual, Conhecimento Procedimental, Habilidades de Planejamento, Habilidades de Comunicação, Habilidades de Avaliação, Habilidades de Incentivação, Habilidades de Gestão e Habilidades de Auto-reflexão. O autor explorou também possibilidade de reconhecimento de uma outra dimensão de competências que denominou de contextual ou situacional, porém, no estudo que realizou, não obteve o consenso esperado.

Rosado (2000) apresenta quatro grandes grupos de competências:

Científico-pedagógicas (dimensão científica, técnico-metodológica e relacional);

Pessoais (formação geral e desenvolvimento pessoal); Gestão e Administração; Produção e Divulgação de Saberes.

Variando os termos ou o escopo do conceito de competência, outros autores se referem às tarefas e requisitos exigidos no exercício da atividade do técnico.

Sobre competência profissional, Ramos (2001) analisou questões psicológicas e sócio-econômicas que justificam a necessidade de competências pedagógicas na ação profissional de quem atua em situações de ensino.

Rodrigues (2000) aponta variáveis importantes para as funções pedagógicas do técnico e conseqüentes repercussões em relação aos atletas: Instrução, Organização, Interação, Controle e Atividade.

As 10 grandes competências apresentadas por Perrenoud (2000:) permitem inserir os professores (técnicos) no que se considera atualmente as novas tendências da profissão docente: 1) Organizar e dirigir situações de aprendizagem; 2) Administrar a progressão das aprendizagens; 3) Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; 4) Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; 5) Trabalhar em equipe; 6) Participar na administração da escola. 7) Informar e envolver os pais; 8) Utilizar novas tecnologias; 9) Enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão; 10) Administrar sua própria formação contínua. Das competências relacionadas, o item seis é o único que oferece algumas restrições em relação à atuação do técnico, especialmente no desporto de alta competição, no qual, devido a permanente instabilidade da função, o tempo de permanência no cargo freqüentemente não permite atuar como gestor. Apesar disto, existem casos em que os técnicos são contratados especificamente para este tipo de função, ficando responsáveis pela coordenação técnica de uma determinada modalidade ou do departamento desportivo de um clube.

As demais competências indicam as concretas necessidades de domínio do técnico, especialmente, quando se trata da atuação com crianças e jovens.

Partindo do princípio que o conhecimento é um dos principais suportes da competência (Pinto 1991), e, devido ao fato que a busca do significado da competência na ação profissional está ainda na sua infância (Oliver 1990), aparentemente, o entendimento do que vem a ser um técnico competente ainda está no início da caminhada, o que dificulta uma definição operacional de competência em desportos.

1.5 ESTUDOS SOBRE FORMAÇÃO DO TÉCNICO DESPORTIVO

A quantidade de textos que abordam a questão da formação do técnico é tratada de forma expressiva tomando por referência a formação do professor de educação física.

Se por um lado, isto demonstra o consenso existente entre os dois fenômenos, com semelhanças muito fortes e difíceis de separar, as quais servem para reforçar a proximidade entre a função de professor de educação física e do técnico desportivo, por outro, deixa antever que a massa crítica de trabalhos que abordem especificamente a formação do técnico desportivo necessita ser incrementada, principalmente onde há escassez ou mesmo inexistência.

Como exemplo, pode ser apontado o levantamento feito por Gilbert (2002) sobre estudos em língua inglesa relacionados com o técnico desportivo no período entre 1970 e 2001. Dos 611 trabalhos catalogados, apenas 24 (3,9%) foram relativos à certificação e formação.

Estudos ou comunicações buscando classificar o nível de competência dos técnicos referem o tipo de relacionamento entre técnicos e atletas e a contribuição destes no desenvolvimento dos atletas: Vários destes estudos enfatizam a relação entre técnicos e atletas jovens (Baria et al., 1992; Bray e Whaley, 2001; Colomberotto, 1987; Côté et al., 1996; Crespo et al., 1991; De Rose Jr., 1997; Feliu, 1994; Fonseca e Rocha, 1995; Gould et al., 2002; Jorunn-Kolnes (1992); Jowett e Meek, 1999; Lashuk, 1992; Leveque, 1995; Lidor e Arnon, 2000; Lombardo, 1999; Mesquita, 1998; Rodrigues, 1997; Pieron, 1994; Potrac et al., 2002; Price e Weiss, 2000; Saborowski et al (1999); Saury e Durand, 1995; Seaborn, Trudel e Gilbert, 1998; Serpa, 1995; Trudel, Cote e Donohue, 1993).

Outros trabalhos buscaram a opinião de atletas sobre o comportamento e competências que deveriam estar presentes no tipo ideal de técnico (Bortoli et al.,1995; Marques, 2003; Rodrigues et al., 1992; Rosado et al., 1993; Stewart e Bengier, 2001; Stewart e Taylor, 2000; Williams et al., 2003).

Com relação a este tema, em estudo realizado sobre a opinião de atletas de tênis e futebol sobre a importância da psicologia desportiva, Marques (2003)

refere que a não convocação de especialistas ou utilização dos recursos desta ciência por parte dos técnicos ocorre muitas vezes por conta do desconhecimento. Dado que durante a formação universitária específica em desportos os conhecimentos básicos da Psicologia são tratados, em princípio, a não utilização destes conhecimentos pelos técnicos com formação ficará a dever-se a outros motivos.

Rosado (2000) sugere na conclusão de estudo realizado que a formação dos técnicos necessita de ser de nível universitário superior. Por conta da particularidade da função do técnico, ele recomenda a preparação adicional para outra atividade (profissão). Isto serve para reforçar que a formação em Educação Física pode ser uma alternativa bem coerente, e, certamente, a mais freqüente.

Rodrigues (2000), sobre a formação de técnicos enquanto tema de estudo conclui que "carece esta área de muito desenvolvimento, orientando-se para pesquisas de tipo experimental, semi-experimental, psicológico e ou sociológico."

Simão e Rosado (2004) realizaram estudo com 102 técnicos concluindo que as competências que devem constar da formação ultrapassam significativamente a "dimensão técnica da profissão". Como áreas fundamentais encontram-se: Produção e Divulgação de Saberes; Conhecimentos do Corpo Humano; Conhecimentos de Metodologia do Treino; Psicopedagogia; Intervenção Social; Qualidade da Informação; conhecimentos da Estrutura Desportiva e Compreensão dos Fenômenos Sociais ligados ao Desporto.

Correia (2001), em estudo comparativo da formação de técnicos portugueses e espanhóis na modalidade futebol, concluiu que, embora similares no que concerne à conceituação e elaboração teórica, os dois modelos apresentam diferenças principalmente na aceitação dos ex-praticantes (o modelo português privilegia mais os ex-atletas); Na relação quantitativa entre teoria e prática (o modelo português privilegia mais a prática); Na duração dos cursos (a carga horária espanhola é maior), o que leva o autor a inferir sobre a possibilidade desta maior carga horária ser um fator decisivo para uma melhor formação dos técnicos espanhóis .

Feitosa (2002), enquadrando o técnico desportivo no rol dos profissionais da Educação Física (atual legislação brasileira), concluiu que as competências profissionais necessárias para a construção de um currículo para formação profissional destes indivíduos não deve ficar restrita apenas aos aspectos técnicos do saber-fazer da profissão.

Gilbert e Trudel (1999b), em estudo de caso realizado no Canadá, concluíram que o curso realizado pelo técnico pesquisado deixou lacunas importantes: o tempo de duração, 21 horas e 40 minutos, durou bem menos do que isto; o curso não transcorreu como planejado; não foram adquiridos novos conhecimentos.

Considerando que isto ocorreu no âmbito canadense, considerado como um centro avançado quando se trata da formação de técnicos, este estudo pode ser uma evidência de que cursos de curta duração podem não surtir o efeito desejado, servindo apenas como meio de certificar indivíduos para exercer a função.

De acordo com Beja (2002), a formação institucionalizada concedendo título de treinador, iniciou em Portugal no ano de 1974, sendo o basquetebol uma modalidade pioneira. No texto, o autor explica a gênese do processo de formação dos técnicos de basquetebol e a criação da Associação Nacional de Treinadores de Basquetebol (A.N.T.B.). Também apresenta a estrutura da Escola Nacional do Basquetebol, criada pela federação da modalidade.

Diversos estudos debruçaram-se sobre os requisitos considerados importantes para estabelecer como e quando um técnico pode ser considerado apto, de acordo com o nível de atuação e a diversidade de situações que encontra no exercício da função. Os estudos englobaram técnicos novatos e experientes, ou com perfis hierarquicamente distintos (Abraham e Collins, 1998; Baria et al., 1992; Bloom, 1995; Bloom et al., 1997; Côté e Salmela, 1996; Côté et al., 1995a, 1995b; Cunha et al., 2000; Cushion, 2001; Cushion et al.; 2001; Cushion et al., 2003; Dunn e Dunn, 1992; Gilbert e Trudel, 1999a; 2000; Isberg, 1993; Jones et al., 1997; Malete e Feltz, 2000; Matsakis, 2002; Nash, 2003; Nunes, 1994/1995; Potrac et al., 2000; Quintillan, 1992; Salmela, 1995;

Salmela et al., 1996; Solomon, 1998; Stewart e Bengier, 2001; Wilcox e Trudel, 1998).

Bloom (1996) procurou examinar as diferentes características, conhecimentos e estratégias de técnicos desportivos consagrados. Ele baseou-se na experiência de outros pesquisadores que acompanharam o desenvolvimento de talentos em várias especialidades (incluindo o desporto), concluindo ser fator determinante a contribuição dada pelos professores ou técnicos para estes talentos conseguirem atingir a excelência nas atividades específicas.

Neste quadro relativamente escasso no que tange aos estudos específicos sobre formação e certificação, as teses desenvolvidas por Ibáñez Godoy (1996), Evans (1996), Nascimento (1998), Turner (2001) e Fuentes-Guerra (2003) foram de grande importância para constituir a base teórica da presente pesquisa.

Os estudos destes autores, ao incidirem sobre as variáveis intervenientes na formação, os conteúdos essenciais para esta formação e os problemas que envolvem especificamente o técnico de jovens, necessariamente, abordam questões transversais relativas a trabalho, profissão, processo educacional, questões éticas e morais que também permeiam o presente trabalho.

1.5.1 O ESTUDO DE IBÁÑEZ GODOY

Da exaustiva pesquisa realizada por Ibáñez Godoy (1996), os aspectos mais importantes para o presente estudo foram as discussões sobre a inadequação das idades dos técnicos, a constatação de que, além de outras fragilidades, os cursos realizados no âmbito federativo não conseguem atender às necessidades da formação dos técnicos; a aproximação entre a formação e função de técnico e de professor, e, finalmente, as discussões sobre o paradoxo de não utilizar técnicos mais experientes, com melhor formação no delicado e importante processo de formação das novas gerações de jogadores, permitindo que estes não raras vezes, tenham como responsáveis indivíduos

que não possuem os recursos essenciais para prepará-los convenientemente para a modalidade e para a vida.

A tese de doutoramento deste autor teve como objeto de estudo o técnico desportivo da modalidade basquetebol. O título do trabalho foi: "Análise do processo de formação do técnico espanhol de basquetebol". O estudo foi dividido em três partes. A primeira constou da fundamentação teórica que tratou dos modelos de formação dos professores, a formação do professor de Educação Física e Desportos e linhas de investigação em Atividade Física e Desportos, os modelos de técnicos desportivos, a organização da formação do técnico desportivo e a formação do técnico desportivo espanhol de basquetebol. A segunda tratou das questões metodológicas da investigação e a terceira abordou a discussão e as conclusões.

Foram traçados seis objetivos para a investigação, iniciando com a realização de revisão bibliográfica sobre os modelos de técnicos desenvolvidos no contexto desportivo, o estabelecimento das relações entre os modelos de formação dos professores e modelos de formação de técnicos que foram encontrados, levantamento dos documentos mais importantes, conhecimento da opinião dos técnicos de basquetebol espanhóis sobre a própria formação, comparação das opiniões recolhidas através de questionário, proposições para melhorar o processo de formação do técnico de basquetebol na Espanha.

O pesquisador levantou diversas hipóteses (15) que abordaram aspectos gerais, sobre o nível de entrada dos técnicos nos cursos de formação, sobre a formação inicial e sobre a formação permanente.

Partindo do estudo dos aspectos quantitativos e qualitativos para o encaminhamento das pesquisas, o autor optou por uma metodologia que denominou como integradora através da utilização de técnicas quantitativas e qualitativas. Desta forma, a aplicação de questionário e a análise deste por grupo de discussão foram utilizadas buscando uma combinação metodológica que considerou adequada para o tipo de estudo realizado.

A população estudada foi composta pelos três níveis de técnicos de basquetebol existentes na Espanha: Monitor, Técnico e Técnico Superior através do preenchimento de questionário composto por quatro blocos: Dados

Gerais, Nível de Entrada, Formação Inicial e Formação Permanente. A etapa seguinte foi submeter os questionários a apreciação do grupo de discussão. Neste ponto, tendo em vista a existência de dois agrupamentos distintos de técnicos, um que está voltado para o alto rendimento e outro que se dedica à iniciação, foram formados grupos diferenciados para discutir especificamente cada uma destas variáveis. Como sintese dos resultados quantitativos foi destacado que os três níveis de técnicos apresentaram diferenças significativas entre si, com os monitores (menos de vinte anos, escolaridade ao nível de bacharel, não possuindo titulação específica em Educação Física) e técnicos superiores (entre vinte e cinco e trinta e cinco anos com formação acadêmica universitária, não possuindo formação específica em Educação Física) colocando-se em extremos opostos e os técnicos (entre vinte e trinta anos, formação acadêmica média, estudante ou com titulo universitário, sem formação específica em Educação Física) tendendo mais para os monitores ou técnicos superiores de acordo com as variáveis analisadas.

Os resultados do referendo qualitativo, partiram de nove temas que serviram para encaminhar a discussão e respostas dos especialistas participantes dos dois grupos de discussão. Nesta síntese serão priorizados os que seguem:

Sobre o tema 1 (formação diferente para níveis diferentes) a maioria considerou que a formação deve ser comum e única. Na sequência, opiniões sobre a necessidade de iniciar treinando as categorias de base, ou especializar-se nos aspectos mais importantes de acordo com o contexto de atuação.

No tema 2 (a formação recebida garante competência para atuar) a maioria considerou que a formação não garante atuar com eficiência. O excesso de cursos vulgariza a formação e apenas formaliza a recepção de um certificado.

Quando se trata do tema 3 (requisitos necessários de acordo com o nível de atuação) o acaso ou o poder de influênciar (próprio ou de terceiros) são os fatores mais importantes para ocupar os cargos, não existindo um processo sólido de escolher os mais capacitados para cada nível.

No tema 5 (o paradoxo entre a formação e titulação) foi evidenciado que maior titulação implica maior formação e que os técnicos com maior titulação

trabalham nos níveis mais altos, enquanto os com menor titulação trabalham nos níveis mais baixos. De acordo com boa parte das opiniões, este modelo predominante merece uma profunda reflexão, pelas evidentes incoerências que apresenta, até mesmo quando o argumento é unica e exclusivamente preparar os jovens jogadores para o alto rendimento.

Nas conclusões, num apanhado geral, Ibañez Godoy concluiu que existem queixas semelhantes sobre a formação dos técnicos desportivos espanhóis nos três níveis, não havendo paridade entre a quantidade de cursos e a qualidade dos mesmos. Diante deste fato, ele apontou para a necessidade de uma melhor estruturação dos cursos de formação em todos os aspectos (instituições responsáveis, conteúdos, carga horária, professores, etc).

Como aspecto básico, o autor concluiu que, independentemente do nível em que o técnico atue, a formação acadêmica deve ser comum e única. Os ajustes sobre as necessidades do nível específico de atuação complementariam posteriormente o núcleo comum da formação básica.

Visualizando o futuro, Ibañez Godoy entende que os próximos estudos devem considerar a perspectiva de formação do técnico desportivo no âmbito acadêmico universitário.

1.5.2 O ESTUDO DE EVANS

Num estudo que tem como objetivo abordar a formação e certificação de técnicos desportivos como o atual, a existência de uma tese de doutoramento tratando especificamente de um modelo de currículo para técnicos possibilita uma base teórica que permite alicerçar a discussão neste aspecto particular. Este é o caso do estudo de Evans (1996) que, considerando a problemática da formação dos técnicos e os esforços de instituições americanas como A Associação Americana de Saúde, Educação Física e Recreação (The American Association of Health, Physical Education and Recreation - AAHPER) e Associação Nacional para o Desporto e Educação Física (National Association for Sport and Physical Education -NASPE) no sentido de criar

normas para a certificação dos técnicos desportivos, realizou pesquisa com o intuito de propor um modelo de currículo para graduar técnicos de basquetebol.

O título do trabalho foi "um currículo modelo para a graduação de técnicos de basquetebol universitário" (a model curriculum for the graduate preparation of collegiate basketball coaches) e a tese foi dividida em cinco secções: introdução ao estudo; revisão de literatura; procedimentos para a coleta de dados; apresentação a análise dos dados; discussão, conclusão e recomendações. Além destas, também foram apresentados os apêndices e bibliografia.

Oito perguntas serviram para direcionar o estudo que pretendia estabelecer quais os conteúdos indispensáveis numa formação ao nível de mestrado para técnicos de basquetebol. Procurou-se saber se temas como: lesões (prevenção, cuidado, e tratamento); crescimento, desenvolvimento, e aprendizagem; treinamento, condicionamento, e nutrição; aspectos sócio-psicológicos do treinamento; habilidades, táticas, e estratégias; ensino e administração; preparação profissional e desenvolvimento se estas áreas de conhecimento eram percebidas como essenciais pelos técnicos de basquetebol universitário, independentemente da idade, nível da competição, grau acadêmico, sexo e experiência como técnico.

Os objetivos traçados buscaram operacionalizar o exame das áreas de conhecimento consideradas essenciais para uma formação ao nível de mestrado, bem como, a construção de um modelo de currículo para o tipo de formação proposta (mestrado).

Sob o ponto de vista metodológico, a amostra do estudo, escolhida aleatoriamente, foi composta por técnicos principais de equipes universitárias da modalidade basquetebol. O questionário com 20 questões (14 com uma escala Likert dividida em quatro categorias) utilizado como instrumento foi avaliado e revisado por um painel de profissionais composto por profissionais mais experientes e menos experientes.

Dos 434 questionários enviados para as divisões I, II e III, retornaram respectivamente 75, 89 e 88 resultando num total de 252 (58%).

Os resultados dos dados demográficos que se apresentaram mais importantes para o presente caso tiveram a média de tempo como técnico no nível universitário 14,1 anos, (respectivamente 15,4, 14,1 e 13 seguindo a ordem crescente das divisões - I a III), enquanto a média de idade foi de 41,9 anos (42,5 na I, 43,4 na II e 39,9 na III).

Sobre as perguntas de pesquisa, excetuando a última (8ª), as demais variando apenas o conteúdo indagavam sobre o grau de essencialidade de conteúdos específicos num currículo para formação de mestres. Na seqüência serão apresentados os resultados do somatório das opiniões dadas como equivalentes a muito essencial e essencial para estes conteúdos.

Na primeira que tratava sobre a essencialidade de dominar conhecimento sobre lesões, levando em conta a prevenção, cuidados e tratamento, o somatório das opiniões correspondeu a 78,2% do total. Esta pergunta ocupou a sexta posição entre as sete perguntas.

A segunda pergunta dividida em duas partes, apresentou somatório de 73,6% para os conteúdos crescimento, desenvolvimento, e aprendizagem. A posição ocupada no rol das perguntas foi a sétima.

A terceira pergunta também dividida em duas partes apresentou para treinamento, condicionamento e nutrição um total de 91,6%, tendo ocupado o primeiro lugar no ranking das perguntas.

A quarta pergunta sobre aspectos sócio-psicológicos encontrou como resultado total 87,1% e ocupou a quarta posição.

Na quinta pergunta, os resultados na Escala Likert apresentaram 91,2% como somatório para habilidades, táticas e estratégias e ficou como o segundo aspecto mais importante.

A sexta pergunta abordando ensino e administração apresentou um total de 90,3%. O terceiro lugar foi o resultado para os conteúdos desta pergunta.

A sétima pergunta sobre preparação e desenvolvimento profissional apresentaram o resultado de 88,7% para muito essencial e essencial ocupando o quinto lugar.

O estudo concluiu que: os conhecimentos do currículo proposto são essenciais para formar técnicos (mestres) na modalidade basquetebol, não havendo discrepâncias nas respostas dos inquiridos independentemente das diferenças quanto ao nível acadêmico, idade e sexo.

Entre as recomendações feitas, incluiu a necessidade de acrescentar a ética e o marketing como conhecimentos a serem estudados pelos técnicos.

Embora tratando da questão específica de quais conhecimentos seriam necessários para o desempenho da função de técnicos de faculdades, o estudo chama a atenção para as necessidades que são inerentes ao técnico desportivo em qualquer situação de treinamento, quando trata de conhecimentos que são básicos para a formação deste indivíduo em qualquer nível.

1.5.3 O ESTUDO DE NASCIMENTO

A tese de doutoramento desenvolvida por Nascimento (1998) deu uma forte contribuição teórica, uma vez que tratando da temática ligada a formação em Educação Física e Desportos, discutiu aspectos intimamente ligados ao técnico desportivo, tais como a profissionalização, os conhecimentos, a formação e competências deste indivíduo. Estas questões, quando se trata dos desportos, em muitos aspectos, ainda carecem de equacionamento. Assim, trabalhos como o do autor em tela permitem maiores subsídios para localizar e buscar definição para a posição ocupada pelo técnico desportivo no âmbito das profissões. O título do trabalho foi: A formação inicial universitária em Educação Física e Desportos: uma abordagem sobre o ambiente percebido e a auto-percepção de competência profissional de formandos brasileiros e portugueses. Oito perguntas nortearam a pesquisa e os objetivos traçados em busca de resposta foram no sentido de identificação das principais competências para o desempenho profissional em Educação Física e Desportos; construção de instrumento para avaliação da auto-percepção da competência profissional; análise de como os formandos portugueses e brasileiros percebem a formação proporcionada no âmbito das instituições de

ensino freqüentadas e a verificação da relação entre as estruturas inter-pessoais e a competência profissional percebida em Educação Física e Desportos.

Para operacionalizar os objetivos traçados, o trabalho foi dividido em duas partes: a contextualização teórica e estudos exploratórios realizados no sentido de permitir a análise entre o que se percebia na formação inicial e a auto-percepção da competência profissional em Educação Física e Desportos.

O primeiro estudo: "As competências específicas do profissional de Educação Física e Desportos: um estudo DELPHI" caracterizou-se como pesquisa descritiva e teve como objetivo identificar as competências específicas do profissional de Educação Física e Desportos. Ele reuniu inicialmente 114 profissionais (mestres e doutores) de cinco universidades portuguesas. Foi solicitado que cada um destes listasse as dez principais competências, consideradas mais importantes e necessárias para o profissional da E. F. e Desportos.

O segundo estudo: "Escala de Auto-Percepção de Competência Profissional em Educação Física e Desportos" teve como objetivo elaborar um instrumento que permitisse avaliar a competência profissional percebida em Educação Física e Desportos. Para operacionalizar o objetivo traçado foram seguidos os seguintes passos: identificar as principais competências para o profissional da Educação Física e Desportos; construção de um instrumento de medida para avaliar a auto-percepção de competência profissional; verificar a validade de conteúdo dos itens do questionário construído e constatar a fidedignidade dos escores obtidos no instrumento.

Como conclusão foi possível detectar um conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho profissional na área. Um aspecto evidente do estudo nas dimensões mais técnicas e objetivas da competência profissional na área é que tanto o conhecimento conceitual, procedimental e contextual, quanto habilidades de planejamento, comunicação, avaliação, intervenção, incentivação, e auto-reflexão são componentes importantes da competência profissional em Educação Física e Desportos. Estas capacidades

e habilidades foram consideradas imprescindíveis para resolver problemas cotidianos da atuação profissional e quando não são devidamente dominadas limitam a atuação no local de trabalho.

O terceiro estudo, denominado "O ambiente percebido na formação inicial universitária em Educação Física e Desportos: uma abordagem ecológica", caracterizou-se como pesquisa descritiva e aproveitou a teoria ecológica de Brofenbrenner sobre o comportamento e desenvolvimento humano como interação entre o sujeito e o seu ambiente. Apesar das controvérsias, foi enfatizada a interpretação subjetiva da experiência dos indivíduos participantes do estudo e não dos aspectos mensurados durante a formação em instituições de ensino superior de Portugal e do Brasil.

O quarto estudo, denominado "A relação entre as estruturas interpessoais na formação inicial e a percepção de competência profissional em Educação Física e Desportos", também de caráter descritivo, mais uma vez lançou mão dos paradigmas de pesquisa ecológica de Brofenbrenner, buscando identificar a extensão dos efeitos causados em seres humanos com características pessoais diferentes que vivem em ambientes semelhantes, no caso, os estudantes brasileiros e portugueses (finalizando o curso) em instituições dos dois países.

Como conclusão desta parte do estudo foram apontadas as diferenças e semelhanças em cada subgrupo da amostra, considerando as questões regionais (países diferentes) que envolvem questões de ordem cultural, filosofia de atuação docente em relação aos discentes e características sócio-econômicas de cada país. Apontando diferenças e semelhanças da amostra, o autor chamou atenção para o detalhe de que em ambos casos (portugueses e brasileiros), o maior domínio percebido de habilidades profissionais do que conhecimentos profissionais não condiz com o formato dos cursos de educação física e desportos que privilegiam mais a aquisição de conhecimentos, apontando para a necessidade de serem realizados estudos para melhor compreensão deste fato, como uma forma de nortear os cursos de formação.

Com a ressalva de que o estudo não buscou respostas definitivas para os problemas tratados e que os resultados encontrados não permitiam extrapolações, à guisa de conclusão Nascimento pontuou que na formação inicial universitária o desenvolvimento das competências cognitivas, instrumentais e comportamentais devem ser garantidas por serem essenciais ao desempenho profissional. Isto deve ocorrer predominantemente nos ambientes universitários, haja vista que nas associações profissionais, os interesses corporativos prejudicam a inovação e aperfeiçoamento profissional. Tendo em vista esta particularidade, Nascimento comenta que no seio do ensino universitário devem se buscar alternativas para reunir de maneira consistente, duas experiências distintas: de formação e de trabalho; que as instituições devem apoiar os estudantes durante a transição nem sempre fácil que ocorre desde a entrada até a saída da universidade; estimular o estudante a assumir as rédeas da própria formação; que o incentivo à pesquisa deve fazer parte do rol de obrigações dos docentes que interagem com os estudantes durante o transcorrer do curso.

1.5.4 O ESTUDO DE TURNER

Como o foco deste trabalho é o técnico de jovens e a importância da escolaridade e certificação no processo de escolha dos indivíduos para exercer a tarefa, o estudo de Turner (2001), incidindo sobre técnicos novatos na modalidade futebol, serviu como um dos suportes para discutir o tema.

É sabido que, como regra predominante, o modelo desportivo dá grande ênfase ao rendimento. Neste caso, a busca de resultados cria um estado de conflito no técnico novato, entre o que ele percebe como positivo no ensino do desporto e as cobranças que são feitas por pais e dirigentes, que não percebendo o real valor do desporto no tocante à formação global dos jovens, exercem grande pressão sobre os técnicos novatos e jovens atletas para atingir objetivos alheios aos interesses e vontade destes. No caso específico dos Estados Unidos, de acordo com este autor, no ano 2000 mais de três milhões de praticantes de futebol foram registrados nos Estados Unidos, a maioria

deles ao nível recreativo, tendo pais ou aficionados do futebol como técnicos voluntários. Como o programa de formação de técnicos prepara por ano uma multidão de candidatos, o estudo demonstra preocupação com o processo de formação desses técnicos e as implicações desta formação sobre as próximas gerações de jovens atletas.

Com o campo de estudos delimitado ao futebol, uma dificuldade a mais pode ser observada, uma vez que não possuindo entre os americanos a mesma força e tradição de modalidades como basquetebol, beisebol, ou futebol americano, houve a necessidade dos técnicos responsáveis por esta modalidade aprenderem a conviver com as particularidades especificas do futebol, apesar de, na maioria das vezes não terem sido praticantes da modalidade, fato este considerado muitas das vezes um requisito essencial para o ensino do desporto.

Com o título "Uma aproximação construtivista para a formação do técnico: um estudo sobre uma experiência de aprendizagem", a tese de doutoramento deste autor teve como objeto de estudo o técnico desportivo da modalidade futebol. A estrutura do estudo constou de cinco capítulos (introdução, revisão de literatura, metodologia, resultados e resultados, temas, e implicações para a prática e pesquisa).

Como objetivo, o estudo tentou verificar em que momento um técnico inexperiente começa a dominar os conhecimentos sobre o futebol, bem como, o ensino das habilidades desta modalidade. Pretendeu igualmente verificar quais os programas mais adequados para preparar técnicos novatos. A questão básica proposta para a pesquisa - Como o técnico novato aprende a ministrar treino? - acarretou a necessidade de formular outras questões:

Qual é a informação específica sobre o futebol mais relevante para o técnico novato?

Que tipo de conhecimento prático e experiências ajudam o técnico novato a desenvolver suas habilidades como técnico de campo?

Que informações básicas o técnico novato consegue transmitir?

Como o técnico novato aprende a assimilar ou acomodar especificidades do futebol e informações pedagógicas mais efetivamente?

Que perguntas o técnico novato faria se estivesse no papel de um mentor?

A metodologia utilizada foi a de pesquisa etnográfica, onde os técnicos novatos foram observados em ação, responderam questões sobre seus conhecimentos e habilidades e relataram experiências de ensino individuais e compartilhadas Foram utilizadas várias estratégias utilizando o método de triangulação (questionários, entrevistas, observação, seminários pesquisa-ação e reflexões dos técnicos) buscando respostas para os problemas levantados, durante um período de oito semanas.

A amostra constou de três técnicos, indivíduos da classe alta da região nordeste do Estado de Ohio (jornalista, professor e profissional da informática). Nenhum deles havia feito curso de técnico na modalidade futebol e estavam envolvidos por conta dos filhos.

As dimensões exploradas para tentar responder às questões propostas no estudo foram o conhecimento sobre o futebol, o conhecimento pedagógico e habilidades, fases de aprendizagem, estilos de aprendizagem, curiosidade e reflexão por parte dos indivíduos participantes, esperando-se no final do processo resultados relativos a cada ponto.

A conclusão do estudo sobre técnicos novatos propiciou informações significativas para o entendimento do que ocorre quando o treinamento desportivo é comandado por indivíduo sem a preparação adequada. Quatro temas principais sobre o técnico novato emergiram do estudo: Normas da sociedade americana influenciam e perpetuam práticas de treinamento; teoria e prática são inseparáveis; treinar sem uma base de conhecimento é um desafio frustrante; os processos de mudança do formato atual da formação envolvem todos os intervenientes em todos os níveis.

Turner enfatiza que o estudo não é passível de generalização para fora do contexto onde foi realizado, ao mesmo tempo observa que os resultados obtidos geraram informação significante para entender as pressões e possibilidades de ensinar um desporto quando não se possui uma formação

adequada, uma vez que o conflito entre o interesse de fazer o melhor para os jovens atletas sob o ponto de vista educacional e recreativo e as exigências de um modelo desportivo baseado na perspectiva de rendimento esperado pelos adultos pode significar excessivas cobranças para os jovens envolvidos.

1.5.5 O ESTUDO DE FUENTES-GUERRA

Para o presente estudo, além de outras contribuições, o trabalho de Fuentes-Guerra (2003) proporcionou a base teórica para as discussões sobre a similaridade entre a função do técnico (de jovens) e a função do professor.

Diversos estudos espanhóis subordinados ao tema do desporto apresentam de forma marcante a estreita relação entre Educação Física e Desportos no que tange à necessidade de formação profissional que atenda ao perfil da docência em ambas as atividades. Neste contexto, a tese de doutoramento de Fuentes-Guerra (idem) teve como objeto de estudo o técnico desportivo da modalidade basquetebol. O título do trabalho foi: "A formação do técnico de iniciação ao basquetebol na Andaluzia". O estudo abordou aspectos importantes sobre a formação e perfil esperados do técnico de jovens, considerando que o desporto pode ser um excelente meio educativo no período formativo dos praticantes. Por este motivo, o autor fundamentou a pesquisa sobre a formação do técnico de basquetebol responsável pelo treino de jovens na Espanha, na perspectiva desta formação seguir o mesmo percurso da formação do professor. O autor encontrou guarida em estudiosos e especialistas do desporto que, entendendo a formação desportiva como parte do processo educativo, advogam para o indivíduo que tem a responsabilidade de comandar atividades desportivas, as mesmas atribuições inerentes ao professor.

Os principais objetivos traçados buscaram analisar a formação dos diferentes indivíduos responsáveis pelo treinamento de crianças e jovens entre 7 e 12 anos; estabelecer os principais problemas e necessidades destes indivíduos; estabelecer o perfil do técnico de iniciantes na região da Andaluzia; criar um seminário de formação para técnicos para desenvolver o ensino do basquetebol junto a iniciantes; avaliar a pertinência do seminário em relação

aos problemas e necessidades dos técnicos; e propor orientações gerais e específicas nos cursos de formação no futuro, para ajudar a melhora do ato docente dos técnicos de iniciantes.

Sob o ponto de vista metodológico, o autor optou por uma abordagem mista que contemplasse análise quantitativa e qualitativa e considerou o encaminhamento do estudo como modelo interpretativo em função da necessidade de captar o conhecimento e compreensão que os indivíduos participantes da amostra possuem do contexto de atuação em seus diversos aspectos.

A investigação foi composta por duas partes: o diagnóstico das necessidades formativas e um seminário de formação.

Os instrumentos utilizados foram: o questionário, a entrevista, o diário, a observação e o estudo de casos.

A preocupação inicial de Fuentes-Guerra foi conhecer através de um questionário com 80 itens, as características, motivação e interesses, bem como, as principais necessidades formativas de técnicos de jovens (monitores) na região de Andaluzia (Espanha). Para analisar as respostas obtidas no questionário foi feita uma reunião de especialistas que confirmou os problemas e necessidades dos monitores, o perfil real e ideal do monitor na iniciação ao basquetebol, e, finalmente, a definição de conteúdos além das orientações metodológicas que devem ser incluídas nos cursos de formação inicial para monitores.

De posse destes resultados, estabeleceu um seminário de formação para os oito técnicos (monitores) selecionados para o estudo. Posteriormente, três foram escolhidos para o estudo de casos que serviu para complementar a pesquisa.

Dos resultados e na seqüência, as conclusões de Fuentes-Guerra decorrentes das duas fases da investigação propostas, os que seguem podem ser relacionados com o presente trabalho:

Dados Descritivos: a idade dos monitores está localizada entre as faixas de 19 e 25 anos, ou 26 a 35 anos, e aproximadamente 25% dos indivíduos possuem formação em Educação Física.

Formação Inicial: em torno de 75% foram ex-jogadores e a maioria destes como jogadores atuaram no nível regional e segunda divisão.

Formação Permanente: em torno da metade dos monitores afirmam não estar satisfeitos com sua formação e aproximadamente 75% segue formando-se.

Características como Técnico: acima de 50% não sabem o que os pais esperam de seus filhos, e o mesmo percentual crê que os pais também desconhecem o que os técnicos pretendem com o treinamento de basquetebol para jovens.

As principais conclusões indicam que os técnicos devem melhorar a formação como qualquer outro profissional da atividade física e do desporto, com ênfase especial na formação enquanto professor. Isto dará a estes indivíduos o embasamento necessário para desenvolver a função com um lastro teórico e prático eficiente e científico. Para isto ocorrer serão necessárias profundas mudanças na estrutura e aplicação dos cursos, uma vez que no formato atual eles podem ser considerados obsoletos (também enfatizado por Ibañez Godoy, 1996) em muitos aspectos. Assim, os cursos organizados pelas federações devem mudar no sentido de adaptar os conteúdos e as características básicas da iniciação para jovens e não ser apenas uma reprodução do que se faz no treino de adultos.

Como perfil ideal, o técnico de jovens deverá apresentar as seguintes características: ser maior de idade, ser estudante universitário (preferencialmente de Educação Física), ex-jogador, possuir o título de monitor e iniciar como assistente de técnico com maior experiência. O principal objetivo na atividade será motivar os jovens para a prática desportiva sem preocupações excessivas com o trabalho técnico excessivo.

A filosofia que deve nortear o treino de jovens deve ser compartilhada por todos (técnicos, pais, autoridades) e ter como base o desenvolvimento dos valores educativos.

1.6 TÉCNICO DE JOVENS: UMA ENORME CONTRADIÇÃO?

Dentre as várias possibilidades existentes para o técnico desportivo, o treinamento de crianças e jovens reveste-se de enorme importância.

Quase sempre o jovem sente-se atraído para o desporto fundamentalmente, pelo menos no início, por razões de ordem lúdica e social, embora existam casos, em que a prática da modalidade pouco tem a ver consigo e com os seus interesses (Adelino, 1988), passando a ser um interesse extrinseco em que a influência de pais e técnicos assume um peso determinante (Scalon 2004).

Em qualquer linha de discussão sobre o desporto, sejam opiniões, análises, pesquisas, etc, há unanimidade acerca de que a formação de quadros para atuar juntos aos jovens deve ser a melhor possível, uma vez que este é um anseio geral da sociedade (Adelino, 1988; Campbell, 1998; Coelho, 1990; De Rose, 1997; Ibáñez Godoy, 1996; Fonseca, 2000; Fuentes-Guerra, 2003; Lima, s/d; Marques, 1998; 2003; Martens, 1995; Montiel, 1997; Nunes, 1995; Paterno, 1988; Prata, 1998; Proença, 1998; Tavares, 1997)

Porém, por enquanto, a implementação do que parece ser o modelo ideal de técnico de jovens parece pertencer apenas ao mundo das discussões acadêmicas e utopias.

Apesar das diferenças marcantes nas várias faixas etárias que o trabalho com jovens abrange, cada uma delas com as suas respectivas particularidades e, conseqüentemente, com diferentes ações na condução do treinamento , alguns pontos apresentam-se constantes na realização de um trabalho eficiente por parte do técnico (Campbell, 1998).

Vários são os motivos que, ao longo do tempo de prática, podem aumentar ou diminuir a motivação do jovem para permanecer na modalidade ou abandoná-la. Em qualquer uma das possibilidades, sem nenhuma dúvida, entre os grandes responsáveis estão os primeiros técnicos, que influenciam de forma positiva ou negativa a vida desportiva deste jovem (Coelho,1990; Marques 2003; Montiel, 1997; Nunes,1995; Paterno,1988; Proença, 1998).

Afirmar que o técnico é responsável pelo desenvolvimento físico, psicológico, social e espiritual dos atletas, deixa antever o papel fundamental deste

indivíduo no desenvolvimento dos jovens atletas, tendo em conta que aqueles são fatores chaves de uma perspectiva de vida equilibrada (Campbell, 1998; Marques 2003; Prata, 1998).

Assim, um técnico de jovens tem muitas responsabilidades, e conduzi-los ao êxito é apenas uma delas (Campbell, 1998; Martens, 1995). Por isso, é necessário que haja conexão e convergência entre os interesses pessoais do técnico com os objetivos e metas de sucesso do jovem praticante (Adelino, 1988). É sobre a necessidade desta convergência que Fonseca (2000) pergunta se os treinadores conhecem verdadeiramente os motivos porque os seus atletas praticam desporto.

Quando existe excessiva preocupação em alcançar sucesso a qualquer preço, ou o técnico coloca seus interesses acima dos interesses do atleta, pode estar ocorrendo o que Tavares (1997) antevê em termos de pergunta: "Não será que estamos a transformar a prática desportiva, quer a nível escolar, quer de clube, em trabalho árduo e monótono?" Esta interrogação parece ir ao encontro de Liukkonem et al (1993) e Todt (2004) quando comentam que, de maneira geral, os jovens apenas servem como objetos de aspirações de uma atividade severamente controlada por adultos e que reproduzem basicamente o desporto destes. Enfatizando esta realidade, Jimenez (1992) apresenta caracteristicas patentes no desporto de jovens, tais como: imitação do desporto de adultos; predominância dos aspectos competitivos; ênfase na seletividade e especialização precoce. Por sua vez, Voser (2001) refere como um modelo que embora utilizando slogans do tipo desporto é saúde ou desporto é educação, os técnicos utilizam a prática desportiva primeiramente para atender interesses externos aos jovens praticantes.

Cordovil (1998), tentando responder à pergunta "o que é ser treinador de jovens?", idealiza qual caminho deveria ser seguido por este profissional:

"Conhecer bem os jovens que treina; Preparar os jovens de acordo com as suas capacidades, necessidades e interesses, (...). Valorizar essencialmente o esforço, a progressão e correcção na aprendizagem dos jovens, em lugar do sucesso na acção, resultado ou classificação alcançada; Intervir sobre o contexto em que os jovens vivem e treinam, de forma a conseguir que todos

"remem no mesmo sentido" neste processo (famílias, dirigentes, professores, adeptos, etc.)." (p.61)

Parece existir unanimidade no seio de quem analisa e produz pesquisa sobre o desporto que o sucesso de qualquer modalidade passa pela formação inicial dos atletas.

Por conta disto, como fator preponderante é ressaltada a necessidade de que os técnicos responsáveis por jovens atletas possuam, no mais alto grau, as competências exigidas para que o atleta e cada modalidade específica recebam os benefícios oriundos da capacidade superior dos técnicos que formam as novas gerações de praticantes.

O trecho ora iniciado, no que diz respeito ao técnico de jovens, trata de uma questão bastante antiga, com solução que parece óbvia quando é considerada a enorme quantidade de indivíduos que já opinaram e realizaram estudos sobre a mesma, tornando-se difícil enumerar todos os que já discorreram sobre o assunto.

Porém, apesar de todas as análises e opiniões, a realidade concreta aponta para a direção contrária do que é defendido por tantos.

De maneira geral, a quem é atribuída à responsabilidade de comandar os primeiros passos dos atletas jovens em todo o mundo?

Esta pergunta, bem como, as correspondentes e conhecidas respostas apontam para a necessidade de que talvez esteja em tempo de tentar enfrentar o problema.

Por tudo o que já foi dito ou escrito, no treinamento de jovens deveriam estar os melhores técnicos, sob o ponto de vista do conhecimento e experiência, ressalvando que não se trata do que Coelho (1990) denominou como "melhores treinadores" pelos resultados obtidos na categoria de adultos. Importa aqui rever a distinção feita por Campbell (1998) entre bom técnico (pelos resultados) e bom técnico educador.

Porém, a regra geral demonstra que esta responsabilidade é atribuída a jovens iniciantes na carreira, que na maioria das vezes utilizam o treinamento dos

jovens com o objetivo de galgar posições nos extratos superiores do mercado desportivo.

Como agravante, em muitos casos, assumem a incumbência sem os conhecimentos básicos pela falta de formação específica.

Por que isto ocorre?

Porque os técnicos mais experientes não querem ou não são motivados a fazê-lo; porque não é publicamente reconhecido o trabalho de quem atua na base; porque embora reconhecida por todos a importância da formação inicial do atleta jovem, a recompensa financeira por este tipo de trabalho pode ser considerada irrisória, ainda mais, quando comparada com as vultosas quantias pagas na categoria de profissionais. Outras explicações podem ser encontradas, porém, certamente, as citadas acima devem ser as mais freqüentes.

Esta situação contrasta com a opinião de Campbell (idem) e Ibáñez Godoy (1996) que não consideram ideal, podendo ser um erro, continuar colocando jovens atletas nas mãos de técnicos jovens (às vezes tão jovens quanto os que dirigem). Segundo os autores, parece necessário repensar sobre o tema. Este pensamento vai ao encontro de Liukkonem et al. (1993) que referem a idade mais avançada e educação desportivo profissional (formação superior) como aspectos aparentemente mais adequados para o técnico utilizar os princípios humanísticos e de rendimento enquanto comportamento ideal.

A regra adotada universalmente é de que quanto mais jovens os atletas, maior a tendência de técnicos também jovens.

Uma característica geral é de que os requisitos de formação dos técnicos para os escalões mais jovens podem estar fora da estrutura do ensino universitário. No entanto, os níveis mais altos obrigatoriamente devem apresentar o valor de um curso universitário (Campbell, idem).

Esta estrutura, no que concerne ao tratamento dado para a formação dos desportistas jovens, fica evidenciada em outro esquema utilizado por Campbell (1998). Assim, quanto mais alto o nível de rendimento, maior qualificação é exigida do técnico. Embora no quadro 3 esteja indicado a necessidade de

treinador qualificado durante a iniciação, quando se trata do Brasil, não é um fato raro entregar a formação dos jovens para qualquer indivíduo.

Quadro 3: Escala ascendente de qualificação para o técnico de acordo com o nível de rendimento (extraído de Campbell, 1998)

Escala	Nível de Rendimento
INICIAÇÃO	Treinador qualificado
PARTICIPAÇÃO	Treinador de nível 2
AVANÇADOS	Treinador de nível 3
EXCELÊNCIA	Treinador de nível 4 - Envolvimento das ciências do desporto e da medicina do desporto

Observa-se que o explicitado acima é a regra geral no desporto mundial. Porém, a busca única e exclusiva do rendimento durante o treinamento de jovens não deveria ser o único propósito da formação deste.

Mesmo considerando que o resultado desportivo é uma variável de muita importância para técnicos, atletas, familiares, dirigentes, governos, etc, é possível levantar as seguintes questões:

os jovens atletas que atingem o alto rendimento (obrigatoriamente muitos chegam a este nível porque a roda da competição não pára de girar) foram convenientemente preparados pelos seus técnicos do período de formação?

Quantos talentos ficaram pelo caminho por conta de técnicos sem o devido conhecimento e experiência para observar onde estão os verdadeiros potenciais?

Possivelmente, não existem respostas objetivas para as perguntas acima, porém, em decorrência de tudo o que foi estudado, analisado e dito por tantos preocupados com o desporto, não deve ser aceito com a passividade atual que:

a) Embora fora do alcance de técnicos jovens, em início de carreira, o processo de treinamento de crianças e jovens, por apresentar estrutura complexa e precisar de muitos recursos para funcionar com eficiência, por conta dos riscos e exigências existentes, continue sendo entregue majoritariamente a jovens

ainda despreparados para a função (Araújo, 1995; Cordovil,1998; De Rose Jr., 1997; Ibáñez Godoy, 1996; Tavares,1997).

b) O desconhecimento dos aspectos mentais, técnicos e físicos dos atletas, categorias que, segundo Murphy (1999), são importantes para identificação de talentos potenciais, muitas vezes perdidos por conta de técnicos jovens que não dominam aspectos básicos para o desenvolvimento dos atletas.

Exemplo simples, porém de grande importância, ilustra este fato. É sobre a diferença de meses entre jogadores nascidos no mesmo ano (início ou final) que pode acarretar não escolher talentos potenciais que estão num estágio de desenvolvimento momentaneamente inferior (Paul e Simmons,1999; Silva et al. 2003).

c) Fato de se permitir jovens com idade em torno de 14 anos (Ibáñez Godoy,1996) ou 16 anos (Fuentes-Guerra, 2003) serem responsáveis por outros representa o risco de entregar a indivíduos sem conhecimentos essenciais, além da necessária maturidade, uma tarefa que todos afirmam ser de grande complexidade e de difícil condução (Fuentes-Guerra, idem).

d) Apesar de ser uma situação muitíssimo superior ao exemplo anterior, sujeitos com idade inferior a 25 anos, na melhor das situações (formação no nível de escolaridade universitária superior), ainda estão cursando ou cursaram há pouco tempo (Ibáñez Godoy,1998), podendo coincidir com o que Mendes (1996) classifica como noviços (indivíduos com menos de 2 anos de prática);

e) Técnicos nesta situação (começo de carreira), comandando equipes de jovens não possuem a visão global do processo de formação (Araújo, 1995), estando num estágio de desenvolvimento profissional considerado como fase de entrada. Nesta fase, os indivíduos demonstram conhecimentos limitados da instrução e do ambiente escolar onde atuam (Nascimento e Graça, 1998; Shigunov, Farias e Nascimento, 2002).

Nesta mesma linha, Bloom (1996), revisando estudos que abordaram diferenças entre técnicos novatos e experientes, comenta que o sucesso no treinamento não depende apenas do conhecimento adquirido (embora essencial). Os anos de experiência permitem ao indivíduo responsável pelo

processo discernir, com maior abrangência, como resolver os diversos tipos de problemas apresentados pelos atletas.

f) O técnico jovem e inexperiente pode moldar as atividades e seu comportamento de acordo com a própria experiência como ex-jogador, quando estiver atuando com atletas jovens (Lima s/d; Wright 1992). Seguindo este modelo, os técnicos inexperientes podem reproduzir situações e comportamentos de ex-técnicos com os quais trabalhou sem analisar devidamente o contexto; (d'Arripe-Longueville et al, 1998; McCallister et al.,2000).

Este não seria um problema crítico se houvesse uma garantia que os ex-técnicos tivessem sido modelos dignos de serem imitados em todos os aspectos Porém, certamente esta não é uma regra geral e a realidade não confirma isto (Wright, 1992).

g) Os problemas levantados acima podem aumentar nos casos de técnicos homens trabalhando com jovens do sexo feminino. Esta situação, bastante comum devido à carência de técnicas do sexo feminino ou dificuldades encontradas por estas para obter espaço no mercado de trabalho (Danylchuk e Pastore, 1996), pode acrescentar outros problemas à já difícil tarefa de estar atuando com atletas jovens sem o domínio das competências básicas para tal (Seaborn, Trudel, e Gilbert, 1998; Stewart e Taylor, 2000). A amostra de técnicos chineses de ginástica, no estudo conduzido por Baria et al (1992), diferentemente de técnicos de outros países, afirmaram existir diferença entre treinar homens e mulheres, o que leva a supor a necessidade de conhecimento específico nestes casos.

h) Numa estrutura desportiva que tende a valorizar apenas o resultado em detrimento da formação pessoal, gente sem escrúpulos entende que os fins justificam os meios, e todos os tipos de violência (sexual, física, verbal, emocional, etc), o estímulo ao uso de drogas, etc, o desrespeito ao fair play são utilizáveis como forma de obter vitórias. Neste modelo, o técnico jovem pode ser presa fácil dos interesses que valorizam os aspectos negativos do

ensino do desporto (Brackenridge e Ellis, 1992; De Rose, 1997; Le Clair, 1992; McCallister et al., 2000; Pilz, 1992)

i) O técnico jovem talvez tenha que "enfrentar" o que Campbell (1998) coloca como um dos maiores desafios ao desenvolvimento da função. Trata-se dos comportamentos e atitudes dos pais e familiares de atletas. Para tentar minimizar esta questão, Marques (2003) aconselha uma formação consistente para que o técnico desenvolva o trabalho sem ceder a pressões externas. Para isto ocorrer, a maturidade cronológica, juntamente com os conhecimentos adquiridos certamente serão importantes, uma vez que nestas situações é possível que técnicos jovens deixem de tomar atitudes pertinentes e sejam incapazes de aconselhar os pais (Campbell, 1998), nos casos em que estes tomam atitudes e estão movidos por interesses que podem ser prejudiciais aos jovens participantes (Feliu, 1994; Turner, 2001).

Sobre esta questão, Kidman (1998) observou os comportamentos positivos e negativos dos pais de atletas jovens durante competições que certamente influenciam a atuação do técnico. Em relação ao tema, o estudo de McCallister et al (2000) verificou que os técnicos da sua amostra (com uma média de 37,4 anos de idade) sem formação profissional específica para exercer a função, a exercerem o cargo pela condição de ex-atleta ou apenas por serem aficionados da modalidade, por interesse pessoal, por terem filho(s) na equipe, e pela inexistência de pessoal com melhor qualificação eram vulneráveis à pressão dos pais. Esta realidade específica permite inferir que a participação destes indivíduos não apresentou consistência sob o ponto de vista de uma atuação estritamente profissional. Ora se indivíduos mais maduros são influenciados pelos pais, é provável que essa influência seja muito maior no técnico mais jovem e inexperiente.

j) Técnicos jovens, como regra geral, não estão habilitados para conviver com situações como a de Jean Carlos Chera, que resultou reportagem com o título "Nove anos, contrato assinado" (Sorg, 2005), e Romarinho (11 anos) do Santa Cruz do Recife (Morosini, 2005) que provocou o interesse de clubes europeus no início de 2005. Estas crianças exemplificam os inúmeros casos de talentos

precoces que são motivo de interesse de pais, dirigentes e empresários desportivos que vêem nelas a possibilidade de grandes vantagens financeiras.

Estes dois casos concretos talvez sirvam para corroborar conclusão de Ré et al. (2003), em estudo sobre detecção de talentos no futsal, clamando a "necessidade dos técnicos e outros envolvidos em treinamento com crianças estarem familiarizados com os princípios básicos do crescimento e maturação e suas interferências no desempenho esportivo." (p.4). No caso de técnicos despreparados (situação muito comum na atual estrutura desportiva brasileira), é bem possível que talentos desportivos estejam sendo perdidos por falta de conhecimento das relações entre o desempenho esportivo e a idade biológica do atleta (Silva et al., 2003). Os casos citados remetem para as questões que envolvem a especialização precoce no desporto que, mesmo contando com profissionais competentes responsáveis por estas crianças (o que não é a regra em função da atual estrutura desportiva), já seria um assunto bastante polêmico. No formato atual, parece ser um risco de proporções difíceis de prever os resultados. Sobre o tema, Vargas Neto (1995), em tese doutoral tratando sobre "Esporte e Saúde", apelava junto às autoridades uma legislação para regular e controlar: " a) o número máximo de horas para treinamento de crianças; b) a intensidade e os objetivos desse mesmo treinamento; c) a formação e qualidade de ensino da pessoa responsável por essas atividades." (p. 59).

Esta última alínea vem ao encontro das preocupações externadas neste estudo, sobre quem deve estar à frente das atividades desportivas dos jovens praticantes.

Em vista do exposto, no formato atual, é previsível a continuidade das situações indesejáveis na iniciação desportiva de milhões de jovens em todo o mundo. Desta forma, concordando com Campbell (1992), de que sem dúvida a função de técnico não é uma tarefa simples, propor mudanças que parecem adequadas significa ir ao encontro do que parece ser o consenso de que " ... como os atletas, o técnico não nasce pronto ... ele precisa ser treinado (Campbell, idem: 454).

Certamente, algumas barreiras muito fortes deverão ser derrubadas. Porém, não importa que interesses econômicos ou de qualquer outra ordem impeçam uma atitude diferente em relação à questão. Assim, urge buscar soluções para a correta formação desportiva dos jovens praticantes que em todo mundo significam milhões de pessoas, no sentido de criar alternativa para que a estrutura atual seja modificada, uma vez que tomando como exemplo os Estados Unidos, em 1989, de acordo com valores apresentados por Schweitzer (1989), dos 350.000 técnicos de escolas no ensino médio, de um terço a metade não possuía formação específica em desporto. E dado mais recente indica que o quadro atual de 90% dos técnicos voluntários não possui educação formal em técnicas de ensino, primeiros socorros ou cuidados preventivos, de acordo com dados apresentados por Stewart e Bengier (2001). Se isto ocorre numa potência como os Estados Unidos, é lícito esperar um quadro muito mais caótico em países com nível de desenvolvimento inferior. Por este motivo, faz parte da responsabilidade de técnicos, professores de Educação Física, investigadores, pais, dirigentes e demais responsáveis pelo desporto mundial (Marques, 1998), diante desta situação que se perpetua através do tempo, propor uma tomada de posição dos indivíduos que estando envolvidos com o desporto, o pretende como um fenômeno com mais aspectos positivos do que negativos.

Como se faz caminho ao andar, como cantou o poeta, deveria ser feita proposição no sentido de inverter a estrutura atual da pirâmide desportiva que vai do treino de jovens até o alto rendimento, quando o tema é o técnico.

Assim, poderia ser desencadeado um grande mutirão para que no comando de equipes de jovens, na ordem que segue, estejam técnicos nas faixas etárias que foram denominadas por Nascimento e Graça (1998) como fase da maturidade ou estabilização (indivíduos mais seguros e competentes na realização das tarefas), fase da diversificação (indivíduos que confiam em si mesmo e buscam novas formas para efetivar a tarefa que exerce), ou minimamente, fase da consolidação (indivíduos capazes de estabelecer repertório pedagógico próprio).

Isto ocorrendo numa função que os discursos consideram tão importante, estariam indivíduos com a bagagem dos conhecimentos específicos considerados essenciais para treinar as diversas faixas etárias dos atletas das categorias menores e tempo de experiência suficiente para oferecer o máximo de condições para o desenvolvimento geral dos jovens praticantes.

Eles merecem os maiores cuidados e as modalidades desportivas certamente lucrarão com a presença de profissionais capacitados na iniciação dos jovens.

Quanto aos técnicos jovens e inexperientes, estes deverão assessorar atividades dos diversos escalões para sedimentar a competência tão necessária no comando de equipes desportivas, tanto no sentido ascendente ou descendente (categorias mais jovens para as mais velhas, ou o contrário), ao mesmo tempo em que, aqueles que possuem interesse e vocação para trabalhar especificamente com jovens, devem buscar os conhecimentos necessários e as devidas competências para assumir a grande responsabilidade de formar as novas gerações de atletas e cidadãos.

ESTUDO 1

ESTUDO I

2. COMPARAÇÃO DAS NORMAS E REGULAMENTOS SOBRE FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE FUTEBOL EM DIFERENTES PAÍSES

2.1 INTRODUÇÃO

Um estudo exploratório é realizado como meio de buscar maior conhecimento sobre uma realidade específica, visando subsidiar o planejamento de pesquisas de cunho descritivo ou experimental (Triviños, 1987).

Este é o caso do presente estudo que pretende analisar leis e regulamentos que normatizam a formação e certificação dos técnicos desportivos. Essa regulamentação é estabelecida pelo estado ou instituições a quem é delegado o poder de definir exigências e requisitos para que um técnico desportivo possa atuar.

O interesse pelo assunto provém do que ocorre no Brasil relativamente ao técnico de futebol que, apesar da existência de leis e regulamentos que estabelecem claramente quais indivíduos podem exercer esta função, na prática, o que se observa é o descumprimento do que está regulamentado.

A forma de utilização da prática desportiva é variada (Bento, 1995a; Cagigal, 1979; Tubino, 1992). Sobre o tema, Bento (idem), abordando a necessidade de humanizar as cidades, evocou a importância do desporto, idealizando que nos centros urbanos deveriam ser propiciadas diferentes possibilidades de utilização do fenômeno desportivo, permitindo assim maximizar a vivência motora dos cidadãos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida.

Também deve ser nesta perspectiva que deve ocorrer a atuação dos técnicos desportivos, conseqüentemente, eles devem receber uma formação que permita atender aos diferentes tipos de manifestações do fenômeno desportivo.

Considerando que além do caráter específico da prática, também devem ser observados o tipo de modalidade, o gênero e a faixa etária dos praticantes, o foco do trabalho foi direcionado para a regulamentação da atuação dos técnicos responsáveis pela preparação de jovens para o rendimento na modalidade futebol.

Desta forma, além do caso brasileiro, também são analisados regulamentos de diversos países. Isto servirá para identificar se o que ocorre no Brasil é igual ou diferente dos demais países estudados.

O estudo está dividido em seis seções: a introdução, que apresenta a estrutura do trabalho; a contextualização teórica, que situa as problemáticas da profissionalização e da certificação; a metodologia, que enuncia os objetivos, apresenta e justifica a amostra de países e os documentos selecionados para a análise, a grade analítica adotada bem como os procedimentos e técnicas analíticas utilizados; a apresentação dos resultados, que descreve e compara os regulamentos relativos ao exercício da função de técnico em países dos diversos continentes; a discussão dos resultados, que ressalta as semelhanças e contrastes entre os diversos casos analisados; e, por último, a conclusão, que sintetiza as idéias fundamentais extraídas do estudo e apresenta sugestões para outros trabalhos que discutam e aprofundem as questões normativas referentes ao técnico desportivo.

2.2 PROFISSIONALIZAÇÃO E DESPROFISSIONALIZAÇÃO

Para compreender a discussão ora existente relativamente ao técnico desportivo, é necessário identificar questões importantes que ocorrem nas relações de trabalho. No mundo laboral, as atividades desenvolvidas recebem muitas denominações. Desta forma, dentre outros termos, tais como: ocupação, ofício, tarefa e serviço, profissão também serve para denominar o tipo de função ocupada quando o tema é o trabalho.

Cada um desses termos, embora representando um trabalho, recebe maior ou menor qualificação de acordo com a importância que lhe é atribuída. Sob esta perspectiva, no mercado laboral, profissão está num nível superior em relação aos demais termos, existindo interesse dos indivíduos que desenvolvem atividades neste ambiente, de que estas atinjam o patamar de profissão.

Por este motivo, nesta parte do presente estudo serão apreciados textos produzidos acerca de profissionalização, desprofissionalização, termos derivados de profissão, bem como, certificação que está intimamente ligada à qualificação profissional.

Diversos autores discorreram sobre o tema no passado, buscando explicar de que forma uma atividade qualquer conseguia atingir o *status* de profissão. Havia uma crença dos teóricos que tratavam o assunto no início do século, de que os diferentes ofícios de forma progressiva se transformariam em profissões (Tardif, Lessard e Gauthier, 2001). Mais recentemente, por conta de profundas mudanças políticas e econômicas ocorridas no mundo, onde o principal recurso da economia avançada passou a valorizar preferencialmente o trabalho intelectual (Toffler, 1991), as discussões sobre aspectos ligados à profissão voltaram à tona.

No âmbito intelectual, Freidson (1998); Tardiff, Lessard e Gauthier (idem) e Tobias (2003) referem os anos 60 do século passado como divisor de águas para o estudo das profissões. Sendo um período de luta pela hegemonia das ideologias políticas decorrentes da "guerra fria", as opiniões dos estudiosos refletiam o interesse sócio-político da época.

A conseqüência deste esforço intelectual (independentemente de seguir idéias marxistas ou econômico liberais) foi provocar abalo no prestígio social e privilégio econômico das profissões, provocando em conseqüência disto o que pode ser configurado como um processo de desprofissionalização.

De acordo com Tobias (idem), nesta época (anos 60) as concepções idealistas vigentes sobre o conceito de profissão começaram a receber questionamentos por não atenderem aos novos interesses.

Durante os séculos 19 e 20 ocorreu crescimento notável na profissionalização das ocupações. Tobias (2003) identifica uma gama de teorias sociais que aprofundam o entendimento dos processos de profissionalização.

Discorrendo sobre profissão, Freidson (1998) a define como uma ocupação que controla o seu próprio trabalho, organizada por conjunto especial de instituições sustentadas em parte por ideologia particular de experiência e utilidade, e enquanto no estabelecimento e caracterização de um processo tipicamente profissional, é determinante o tipo de tarefa que uma pessoa ou grupo delas cumpre dentro de uma ordem social (Boudon e Bourricaud, 1993). Para Perrenoud et al. (2001), o profissional é um prático que, através de estudos prolongados, adquiriu *status* e capacidade para realizar com propriedade e responsabilidade ações especializadas e intelectualmente exigentes para resolver situações complexas no campo do trabalho.

Comentando sobre o renascimento do profissionalismo, conseqüentemente da discussão sobre profissões, Freidson (idem) comenta que nos países mais desenvolvidos a posição dos profissionais e a prática profissional estão mudando, tendo como base a influência política das profissões, a relação das profissões com as elites econômicas, políticas e com o Estado, bem como a relação das profissões com o mercado e o sistema de classes.

Aquelas que, de acordo com os conceitos estabelecidos, são consideradas como profissões de fato requerem qualificação profissional do especialista; dado que envolvem um conjunto de conhecimentos e habilidades como preparação para um trabalho determinado (Garcia, 1988; Oliver, 1990) e, sob o ponto de vista da atuação, implicam um trabalho especializado e competente, não podendo ser considerado algo de trivial que qualquer indivíduo normal possa executar ou que requeira apenas uma breve instrução para ser aprendida e executada posteriormente (Freidson, idem).

Neste caso, são considerados profissionais os indivíduos que possuem algum tipo de educação superior que lhes permita exercer como especialistas um trabalho a tempo integral, que se constitua como fonte primordial de rendimentos e auto-suficiência econômica e não como prática amadora nos tempos livres. Assim sendo, a competência e o conhecimento, a certificação e

a autonomia são fatores que caracterizam a profissão (Freidson, 1998). Ramos (2001) cita a arquitetura e a medicina como exemplos de profissões que não podem ser exercidas sem a devida formação, porque se parte do princípio de que esta formação é imprescindível para a aquisição da competência necessária para a prestação de serviço eficiente.

Porém, nos dias atuais, mesmo considerando que tenha tido qualidade, já não bastam apenas os conhecimentos adquiridos durante a formação inicial (Amaral, 2004; Morland, 2001). Por este motivo, no bojo das discussões sobre profissão e profissionalismo cresce a exigência em relação à formação continuada como requisito essencial para manutenção e aprimoramento do profissional, Tobias (2003) questiona sobre o assunto, o qual está intimamente relacionado com o mundo do trabalho (profissões e profissionalismo). Este autor enfatiza a importância dada a este tema, que ganhou grande relevância no mundo profissional, mas não será de análise mais aprofundada na presente discussão.

Quando o assunto é profissão, independentemente de variações individuais dos estudiosos sobre o assunto (relativamente aos paradigmas), alguns pontos parecem consensuais no que tange aos critérios que servem para identificar profissões e profissionais: dominar habilidades baseadas em profundo conhecimento teórico; educar e treinar convenientemente estas habilidades; ser capaz de reunir competência teórica e prática no desempenho da função; ter a competência profissional assegurada por exames pertinentes e sérios; ter a integridade profissional assegurada por um código de ética; o desempenho da função deve possuir utilidade social; prestar atendimento a uma clientela específica; existência de associação profissional que represente a classe; (Freidson, idem; Garcia, 1988; Morgaine, 1999; Nascimento, 1998; Oliver, 1990; Tobias, idem).

Evidentemente, quando uma atividade considerada profissão deixa de atender aos requisitos essenciais acima listados, torna-se difícil enquadrá-la como tal. Da mesma forma, se algum indivíduo inserido numa profissão deixa de atender aos pré-requisitos desta, também não deve receber a denominação de profissional. Nestes casos, estarão sendo caracterizadas situações de

desprofissionalização. Outra forma de desprofissionalização está atrelada a interesses político-econômicos que fazem parte do embate capital vs. trabalho que desde o advento do capitalismo tem ocorrido sempre, e, possivelmente jamais deixará de ocorrer, ainda mais neste momento de economia capitalista globalizada (Freidson, 1998; Tobias, 2003).

2.3 O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NO CONTEXTO PROFISSIONAL

Como uma necessidade geral, a estrutura social moderna exige que a atuação de qualquer indivíduo no mercado de trabalho ofereça garantias de que está capacitado para exercer a função que lhe for atribuída.

Questões como capacidade de trabalho em equipe, capacidade de criação, iniciativa, assiduidade e pontualidade, aparência pessoal etc, são fatores importantes num tipo de formação profissional específica. Porém, anterior aos atributos citados, cada vez mais é exigido do trabalhador, apresentar escolaridade compatível, como requisito considerado prioritário para ocupação dos postos de trabalho.

Neste contexto, a certificação profissional passa a ser um fator primordial para a obtenção de espaço no campo das profissões. Porém, de acordo com Jordan (1948), o conceito de certificação é quase tão antigo quanto a sociedade. Um certificado profissional, qualquer que seja a área de atuação, significa uma garantia formal de instituições responsáveis por esta tarefa, de que o indivíduo portador de tal documento possui as habilitações consideradas necessárias para assumir a função. Como a certificação está atrelada a condições concretas e não ideais, é sobre a validade de certificação alternativa para professores, que Dill (1996) levanta questões sobre esta solução encontrada nos Estados Unidos com o objetivo de resolver o problema da carência de docentes no país.

Para Jordan (1948), a certificação é um estágio da profissionalização. Segundo ela, a evolução de uma profissão vai de um estágio pré-profissional até o

profissional. No estágio profissional, a certificação é um requisito determinante para a ocupação da função no mercado de trabalho. Em geral, esta certificação é estabelecida por órgão governamental ou associação classista, com padrões profissionais para a formação que permitam satisfazer as necessidades da sociedade que utiliza os serviços do trabalhador em questão (Jordan, 1948).

No Canadá, especificamente na área desportiva, a Associação Canadense de Técnicos (2003) busca estabelecer a fronteira entre formação e certificação no sentido de dotar os técnicos das competências indispensáveis, em ambas situações, para o profissional do desporto canadense e não apenas regularizar uma função através da concessão de um título.

Todas as ocupações com maior ou menor ênfase discutem os seus problemas.

Jordan (idem) refere situações de especialidades profissionais que têm avançado nas discussões sobre como resolver as questões mais urgentes destas profissões no contexto da sociedade (médicos, cirurgiões, bibliotecários médicos).

Schussman (2002) aborda uma situação que parece ser uma das exceções em relação às preocupações com a necessidade sempre presente de adequar profissão às exigências sociais. Trata-se do atendimento médico em áreas remotas, denominado "wilderness medicine". Apesar das dificuldades, existem demandas para tentar enquadrar esta situação que Schussman considera "problemática" por sua característica bastante peculiar. Segundo o autor, trata-se de um interessante campo a ser estudado pela sociologia.

A organização e *status* profissional também está na pauta quando o tema é Educação. Quando se trat da discussão sobre a atual posição dos professores no mercado de trabalho, muito tem sido dito e escrito.

De acordo com Tobias (2003), a noção existente é de que pedagogos que trabalham neste campo são servidos pobremente pela falta de teoria social adequada, em comparação com outras classes profissionais. Segundo este autor, as questões relacionadas à profissão e profissionalização docente não se resumem apenas às condições instrumentais e técnicas, tendo uma componente de caráter político muito forte e determinante.

Nesta mesma perspectiva, Sacristán (1991) comenta que sob o ponto de vista sociológico, a função docente é apenas uma semi-profissão, quando comparada com as profissões liberais clássicas, pela dificuldade existente neste caso, para conceituar profissionalidade. Na era moderna, com maior vigor a partir das necessidades sócio-econômicas desencadeadas pela revolução industrial, a função do professor ligou-se intimamente ao advento da instituição escola (Nóvoa, 1991). Ficou ao encargo da Igreja e do Estado (o que perdura até hoje relativamente ao segundo), definir o perfil de competências técnicas e as regras deontológicas como base para recrutar os professores e nortear a carreira docente (Nóvoa, idem). Quando o estado outorgou licença para que apenas indivíduos com características específicas pudessem exercer a função docente, foi iniciado o processo de profissionalização do professor. A partir de então, os objetivos educacionais, sociais, políticos e econômicos, passaram a estabelecer as diretrizes relativas aos professores, tendo como meta o futuro das novas gerações. Atualmente, embora sem uniformidade em função das evidentes diferenças entre os países sob o ponto de vista econômico, ideológico, profissional e educativo, existe uma tendência mundial em prol da profissionalização do ensino (Tardif, Lessard e Gauthier, 2001).

Paradoxalmente, nos nossos dias, a crescente afirmação da profissionalidade docente não parece conduzir necessariamente a um estado de conforto no seio da profissão. Os professores, que da mesma forma como outros profissionais exercem "trabalho sobre e com o humano" (Tardif , Lessard e Gauthier, idem:12), sentem a perda do prestígio anteriormente existente, a ponto de Esteve (1999) utilizar a expressão "*mal-estar docente*" para definir o ânimo da classe nesse novo tempo. Esteve (idem) relaciona 12 fatores que modificaram a situação do professor no contexto social: aumento das exigências em relação ao professor; inibição educativa de outros agentes de socialização, desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola; ruptura do consenso social sobre educação; aumento das contradições no exercício da docência; mudança de expectativa em relação ao sistema educativo; modificação do apoio da sociedade ao sistema educativo; menor valorização social do professor; escassez de recursos materiais e deficientes condições de

trabalho; mudanças nas relações professor-aluno; fragmentação do trabalho do professor.

É neste nicho, com as vantagens e desvantagens da nova forma de perceber a função docente, que também pode ser perscrutada a função do técnico desportivo. Para muitos, autor deste trabalho incluído, o técnico desportivo é um professor (Adelino, 1988; Afonso, 2001; Araujo, 1988; Barata e Lacoste, 1990; Bento, 1995b; Cordovil, 1998; Fuentes-Guerra, 2003; Ibáñez Godoy, 1998; Lima, 1989; Marques, 1998; Marques e Mesquita, 1996; Martens et al., 1989; Meinberg, 2002; Mesquita, 1998; Miguez, 1995; Paterno, 1988; Pereira, 1996; Ping, 1993; Prata, 1998; Sabock, 1985 ; Simpson, 1984; Walton, 1992; Wooden, 1980), para outros, é um sujeito que exerce uma atividade com características próprias, porém, que pode ser incluída "como trabalho com e sobre o humano", repleta de inter-relações com os demais atores da estrutura social. Neste caso, a rede de relações é mais vasta que a dos demais professores, dado que inclui atletas, pais, dirigentes, árbitros, torcedores e meios de comunicação que representam usuários, patrões e estado.

O fato é que cada país trata o fenômeno desportivo de acordo com particularidades próprias sob o ponto de vista cultural, político, econômico e social. Por conta desta diversidade, identificar as semelhanças e diferenças existentes entre as diversas regiões cria a possibilidade de serem aproveitadas experiências que demonstraram ser eficientes no trato da questão.

2.4 MATERIAL E MÉTODOS

2.4.1 PROBLEMA E OBJECTIVOS

A atividade de técnico desportivo como profissão emergente tem levado países e regiões a criar dispositivos que disciplinam o ingresso dos sujeitos no mercado de trabalho, em função da posição estratégica do técnico para o desenvolvimento desportivo em todos os sentidos (formação global dos atletas, resultados econômicos esperados, questões sócio-políticas que permeiam a

prática desportiva, etc), as preocupações com os conhecimentos e competências deste indivíduo são norteadas pelas teorias que consideram a educação específica e experiência prática como motores que permitem a inserção destes indivíduos no mercado de trabalho.

Tendo como ponto de partida estas premissas, as leis e regulamentos propostos nas mais diversas regiões visam disciplinar a participação dos técnicos desportivos.

PROBLEMA

Embora a temática seja comum e esteja sendo discutida em muitos países (noutros nem tanto), o fato é que cada país possui um modo particular de encarar a questão, apesar de alguns pontos estarem aparentemente globalizados. Como os principais pontos de discussão para equacionar a inserção do técnico no mercado de trabalho dizem respeito à formação e certificação do técnico, a situação existente no Brasil em relação ao técnico desportivo, lugar onde existe evidente discrepância entre o que estabelece a norma e o que ocorre na prática, notadamente no futebol, levou ao problema que norteou o estudo:

Sob o ponto de vista normativo, o modelo brasileiro de formação e certificação do técnico desportivo na modalidade futebol difere muito dos outros países?

OBJETIVOS

Tendo como ponto de partida o problema proposto, foram formulados objetivos no sentido de buscar respostas para o estudo.

O objetivo geral foi traçado em função do problema proposto no sentido de

Comparar a formação e certificação do técnico desportivo da modalidade futebol no Brasil com a de outros países, através da análise de regulamentos específicos.

Quanto aos objetivos específicos:

Analisar regulamentos específicos do Brasil e outros países para identificar quais as principais exigências feitas aos técnicos, sob o ponto de vista da formação e certificação;

Identificar nos regulamentos quais os países que mais se aproximam ou afastam do modelo de formação e certificação do técnico brasileiro levando em conta indicadores como idade, tempo, conteúdos, escolaridade e nível de atuação.

2.4.2 DELINEAMENTO DO ESTUDO

2.4.2. 1 delimitações e limitações do estudo

Foram criados dois critérios para delimitar a amostra: a representatividade no futebol mundial e as preocupações em relação à formação dos técnicos.

Das várias possibilidades existentes para selecionar a amostra, foi escolhida a alternativa de reunir países para representar dois blocos que levou em consideração semelhanças lingüísticas e culturais. Desta forma, foram escolhidos os Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália representando o bloco anglo-saxônio e Portugal, Espanha, França e Argentina representando o bloco latino. Esta amostra atendeu os dois critérios acima citados.

Também como delimitação, foram analisados capítulos que tratavam especificamente das questões referentes aos técnicos desportivos nos documentos das federações nacionais ou regionais na modalidade futebol.

Como principal limitação, levando em consideração o somatório de países filiados a FIFA (206), foi pequena a quantidade de países selecionados para fazer a comparação proposta no trabalho. Apesar disto, como atenuante, pode ser considerado que dos oito países escolhidos, seis possuindo peso significativo no âmbito do futebol mundial, enquanto Canadá e Austrália, mesmo sem tradição futebolística, atenderam ao segundo critério estabelecido, permitindo alcançar o objetivo principal do estudo.

Da mesma maneira que em Queirós (1999), para operacionalizar o presente estudo foi utilizada a Análise de Conteúdo (A.C.) dos documentos

selecionados. Esta autora aponta a A.C. como uma técnica comum nas investigações empíricas das diferentes Ciências Sociais e Humanas. Sobre o mesmo tema, Laville e Dionne (1999) explicam a A.C. como uma maneira de desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação. Como o problema levantado indaga sobre leis e regulamentos, que segundo Richardson (1999) são formas de comunicação de massas, a utilização da A.C. permite resultados interessantes, uma vez que este é um dos campos de aplicação deste tipo de técnica.

Dentre as possibilidades existentes na A.C., a função heurística apresentou-se como mais apropriada face ao caráter exploratório do estudo.

Por ser considerado adequado o encaminhamento dado por Queirós (1999), foi utilizado o mesmo roteiro escolhido pela autora sobre as operações consideradas mínimas para a utilização da A.C:

- A delimitação do quadro de referências teóricas, do problema e objetivos para orientação da pesquisa.
- A constituição do corpus
- A definição das categorias de análise

2.4.2.2 Justificativa da escolha dos materiais analisados

Conforme foi explicado anteriormente, os documentos escolhidos para serem analisados estão relacionados com aspectos ligados à formação e certificação dos técnicos desportivos.

Para garantir a representatividade e homogeneidade assinaladas por Richardson (idem), foram analisados capítulos de documentos provenientes das federações de futebol que tratam da regulamentação e certificação dos técnicos da modalidade. Para manter o equilíbrio foi analisado apenas um documento de cada integrante da amostra, conforme segue: seis unidades de contexto de caráter nacional (Brasil, EUA, Austrália, Portugal, Espanha,

França, Argentina) e duas unidades de contexto de caráter regional (Canadá e Reino Unido).

Discutir a temática do técnico desportivo da modalidade futebol, forçosamente levou a escolher entre as diversas possibilidades documentais existentes e que pudessem ser consultadas (idioma, acessibilidade ao texto, etc).

A principal preocupação foi contemplar forças representativas do futebol mundial, bem como, países em que o equacionamento da situação do técnico no que tange à inserção do mesmo no mercado de trabalho estivesse sendo discutido para servir ao propósito de compará-los com a realidade brasileira.

Em função disto, foram formados dois blocos, um representativo dos países latinos (Portugal, Espanha, França e Argentina), outro representando o bloco anglo-saxônio (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido).

Outras formas de amostragem poderiam servir para o encaminhamento do estudo, porém, considerando que os países desta amostra têm discutido com propriedade as questões que envolvem o técnico desportivo, além da grande maioria deles fazer parte do grupo de elite do futebol mundial, os dois blocos pareceram suficientes no sentido de atender as demandas da pesquisa.

Entre os anglo-saxões, a escolha do Canadá e Austrália que não possuem destaque no futebol mundial, apesar dos australianos terem participado do último campeonato mundial e jogos olímpicos, deveu-se ao reconhecido esforço que estes países têm feito ao longo dos anos no sentido de criar uma escola de formação de técnicos, a qual tem sido referência e modelo para outros países. Os Estados Unidos, além de ser uma das maiores forças do desporto mundial, no caso do futebol trata-se de uma força emergente no masculino e uma realidade no feminino. Além disto, a estrutura particular da organização do desporto neste país, sob o ponto de vista do técnico desportivo merece ser discutida. O Reino Unido por sua vez, além de grande tradição futebolística, no atual momento, apresenta grande preocupação com as questões que dizem respeito ao técnico.

Portugal, Espanha, França e Argentina representam o bloco latino. Portugal e Espanha e França são forças representativas da modalidade. Além disso, nos

textos analisados pode ser percebido que existem preocupações em melhorar o perfil do técnico em todos os aspectos. Por outro lado, a Argentina com diversos títulos conquistados representa escola importante da modalidade em todo o mundo.

No que diz respeito à ordem como os documentos foram selecionados, obviamente, o documento brasileiro ocasionou a busca de respostas em outras regiões. Os demais documentos com características semelhantes para viabilizar a comparação foram obtidos através de consultas a Net, bem como, através do esforço dos responsáveis pela orientação deste estudo.

Quanto à constituição do corpus, os documentos selecionados para analisar foram os seguintes:

ARGENTINA (2005). Asociación del Fútbol Argentino. Legales (Estatutos); Divisiones Juveniles; Fútbol Infantil. [on-line]. Disponível:www.afa.org.ar/home.htm

AUSTRÁLIA (2004). Futebol Federation Austrália. Education Centre – Coaching Licence Course Information. [on-line]. Disponível: www.footballaustralia..com.au/public/article/list.asp

BRASIL (2005). Confederação Brasileira de Futebol; Escola Brasileira de Futebol (EBF-Notícias, 31/01/2005). [on-line]. Disponível: www.cbfnews.com.br.

CANADÁ (2004). South Okanagan Youth Soccer Association 2004. The British Columbia Soccer Association. [on-line]. www.bcsoccer.net / Canadian Soccer Association – www.canadasoccer.com.

ESPANHA (2003). Real Federación Española de Fútbol (RFEF). Escuela Nacional de Entrenadores; Cursos de Entrenador de Fútbol; Titulaciones de Fútbol. [on-line]. Disponível: www.rfef.es e http://escuelanacional.rfef.teleserver.es/artavan-bin/Rfef

ESTADOS UNIDOS (2005). U.S. Soccer Coaches Organization; National Coaching Schools; Programs; Overview of Coaching Education Programs; U.S. Soccer Continuing Education Program. [on-line]. Disponível: ussoccer.com

FRANÇA (2005). Statut des Éducateurs de Football. Formation de cadres. [on-line].Disponível: www.fff.fr/common/ressources/114185.pdf

www.fff.fr/formation/technique/218577.shtml

PORTUGAL (2004/2005). Federação Portuguesa de Futebol. Curso de Treinadores de Futebol 11. [on-line]. Disponível: www.fpf.pt

REINO UNIDO (2004) The Football Association (2004); FA Coaches Association (2003); FA Learning Courses(2004); FA Coaching Certificate (2002); Becoming a coach (2003); [on-line]. Disponível: www.thefa.com

2.4.2.3 Definição das categorias de análise

Considerando que a categorização pode ser feita antes, depois ou combinando ambas as possibilidades (Vala 1986), no presente estudo as categorias foram definidas antecipadamente, dado que o quadro teórico inicial e o problema do estudo permitiram formular um sistema de categorias para analisar o *corpus* selecionado.

Tratando-se de uma análise documental que, de acordo com Richarson (1999), no âmbito da A.C. é essencialmente temática, após a fase inicial de pré-análise, que abrange a escolha do material, a formulação de objetivos e a elaboração dos indicadores para a interpretação dos resultados, os documentos foram escolhidos buscando atender as exigências do estudo. Da mesma forma, a amostra dos documentos utilizados buscou a representatividade, homogeneidade e adequação dos textos no sentido de permitir a comparação proposta no objetivo geral (Richardson, idem).

As unidades de registro consideradas na A.C. foram temáticas, uma vez que todos os documentos selecionados foram de federações de futebol dos países escolhidos para a realização do estudo e nestes documentos o objeto de análise ficou restrito aos estatutos que regulamentam a formação e certificação dos técnicos desportivos (unidades de contexto).

Apesar de o tratamento dos resultados da A.C. utilizar a quantificação como meio muito importante para o encaminhamento de estudos desta natureza, com possibilidade de recurso a procedimentos mais simples (presença/ausência, freqüências e percentagens) ou mais complexos (análise de contingência, etc), no presente trabalho, a quantificação das unidades de registro utilizou a forma mais simples, ou seja, a verificação da presença ou ausência das categorias selecionadas. Desta forma, o interesse foi verificar a presença ou ausência das unidades de registro no corpo das unidades de contexto, com o objetivo de verificar se estas unidades de registro presentes nos documentos dos outros países, também fazem parte do documento da instituição brasileira. Esta quantificação simples não impediu que a codificação dos dados seguisse os critérios de objetividade, sistematização e

generalização em relação ao conjunto dos documentos, indo ao encontro da afirmativa encontrada em Richardson (1999), que "a Estatística está a serviço do homem, e não o homem a serviço da Estatística". (p.233)

O quadro de categorias utilizou frases curtas no formato de perguntas para serem identificadas ou não nos textos analisados:

Categoria A – Quem forma?
Categoria B – Quem certifica?
Categoria C – Qual a idade mínima exigida?
Categoria D - Qual a escolaridade exigida?
Categoria E – Quais os conteúdos da formação?
Categoria F – Qual o tempo da formação?
Categoria G – Existem níveis para a intervenção?

A pretensão com a classificação destas categorias foi atender as características preconizadas por Richardson (idem) no que tange a exaustividade, exclusividade, concretitude, homogeneidade, objetividade e fidelidade.

2.5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS:

2.5.1 INTRODUÇÃO

Em todos os recantos do mundo existem normas visando regulamentar a atuação do técnico desportivo com o objetivo de que o mesmo possa atender convenientemente as necessidades dos grupos sociais onde exerce o seu ofício, muito embora, aspectos políticos, econômicos e culturais de cada país influenciem decisivamente o processo de formação e certificação destes indivíduos (Campbell, 1993).

Atualmente, a entrada dos técnicos no mercado de trabalho tem gerado discussões. Isto tem ocorrido devido ao confronto entre o modelo existente até então, que era dominado pelo recrutamento de ex-jogadores e a inserção paulatina de indivíduos (ex-jogadores ou não) que buscaram formação superior específica.

Esta situação criou uma nova forma de visualizar o fenômeno. Por este motivo, regulamentos têm sido elaborados visando orientar o que é permitido ou não.

Assim, toda tentativa de identificar e reconhecer o processo que regulamenta e qualifica este indivíduo parece ser importante.

Para tratar sobre o assunto, na seqüência serão analisados regulamentos sobre o técnico desportivo no contexto internacional. Inicialmente serão abordados aspectos da realidade brasileira. Em seguida, serão analisados Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e Austrália que formam o bloco anglo-saxônio. Posteriormente, Portugal, Espanha, França e Argentina, que representam o bloco latino.

2.5.2 A CERTIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE FUTEBOL NO BRASIL

Apenas sob o ponto de vista da regulamentação, é possível afirmar que a legislação brasileira sempre foi avançada, a ponto de nos idos de 1941 (Decreto-Lei nº 3.199) já estar regulamentado que a escolaridade de nível superior específica em Educação Física e Desportos era o pré-requisito para atuar profissionalmente no campo desportivo (Assaf, 2002). Esta preocupação teve origem no interesse de governos ditatoriais utilizarem o desporto com fins políticos e de controle. Por conta disto, durante longo tempo foi uma constante a presença de militares atuando no campo desportivo (Aquino, 2002; Sol, 2003).

Recentemente, através da Resolução N° 218 de 6 de Março de 1997 (Brasil, 1997), o Conselho Nacional de Saúde reconheceu os profissionais de Educação Física (técnico desportivo, inclusive) como profissionais desta área, ressaltando a necessidade de cuidados especiais com a formação.

Por outro lado, na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (Brasil, 2002) este indivíduo está inserido no rol dos trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas, e trabalhadores assemelhados conforme quadro 4.

Quadro 4: subdivisão (1-8) do CBO – relação de técnicos desportivos, atletas profissionais e trabalhadores assemelhados

1-8.20 Professor de Educação Física (ginástica e desportos)
25 Preparador físico
30 Técnico de futebol
35 Técnico de basquetebol
40 Técnico de natação
45 Técnico de atletismo
50 Técnico de tênis
55 Técnico de voleibol
60 Técnico de pugilismo
90 Outros técnicos desportivos e trabalhadores assemelhados.

No país, a formação do técnico das diversas modalidades desportivas pertence à esfera governamental, em função da Lei nº 9.696 de 1 de Setembro de 1998 (Krieger, 1999; Manhães, 2002) que regulamentou a Profissão de Educação Física e criou o Conselho Federal e Regional da classe, estando o técnico desportivo incluído no bojo desta nova legislação.

Na legislação vigente, conforme pode ser observado na Portaria 63/98 (Brasil, 1998) do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto-INDESP (já extinto), que disciplinou o registro de técnicos e treinadores desportivos habilitados na forma da lei, os locais para a formação do técnico desportivo são as Faculdades de Educação Física e algumas escolas ou unidades militares, de acordo com o que está reproduzido abaixo:

Art. 2. Considera-se técnico desportivo, nos termos do que dispõe o inciso 4. do artigo 6 do Decreto nº 2.574/98, os graduados em Educação Física (bacharéis e/ou licenciados com formação específica em nível de especialização em modalidade desportiva).

Art. 3. Considera-se treinador desportivo, nos termos do que dispõe o inciso 4 do artigo 6 do Decreto nº 2.574/98, aqueles que concluíram curso de equitação ou de esgrima em escolas ou unidades militares.

Pode ser encontrado no Art. 3 da Lei nº 9.696/98 (Brasil,1998) que compete ao Profissional de Educação Física coordenar, programar, supervisionar,

dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

Os conteúdos para a formação do técnico desportivo fazem parte do currículo do curso de Educação Física e Desportos, englobando os conhecimentos técnico-científicos julgados necessários para este tipo de formação profissional, com um tempo que fica entre quatro e cinco anos para cumprir o curso. Como tentativa de aprimorar a formação, recentemente foi implementada uma mudança curricular que pretende aperfeiçoar a formação em Educação Física e Desportos (Brasil, 2002b).

Por estar no nível superior, a idade mínima no início do curso fica em torno de 18 anos. No atual formato da legislação não está preconizada a divisão em níveis para balizar o tipo ou local de intervenção dos profissionais formados. De forma particular, algumas federações começam a adotar a graduação da atuação do técnico de acordo com o nível alcançado através de cursos específicos (voleibol e atletismo).

Apesar da contemporaneidade da legislação, como em tantas outras coisas, na prática, o que se observa é que freqüentemente a regulamentação não é respeitada. Como exemplo, pode ser observado no Regulamento Geral da Federação Paulista de Futebol (2004) que em seu Artigo 44 (§1) exige que "Os 04 (quatro) membros da Comissão Técnica, obrigatoriamente, antes de cada partida, sob pena de não participar da mesma, deverão apresentar o documento original ou xerox autenticada do Conselho Regional de Medicina (CRM) para o médico, do Conselho Regional de Educação Física (CREF) para o preparador físico, e apenas Registro Geral (identidade) para os demais profissionais."

No caso do técnico, tal exigência vai de encontro ao que reza a legislação brasileira sobre o profissional da educação física explicitada anteriormente. Com o reconhecimento da profissão e criação do Conselho Federal de

Educação Física, são percebidas providências fiscalizadoras no âmbito geral da profissão, mas quando se trata do futebol, considerando o artigo 44 do regulamento da Federação Paulista, citado acima, aparentemente, a lei escrita não vale para o futebol.

Isto parece ser uma constante na sociedade brasileira no que tange a sintonia entre os extratos sociais (governo e cidadãos). Freqüentemente pode ser observado que qualquer um (alguns mais do que outros) pode ignorar o que foi decidido pelos poderes responsáveis em organizar os interesses sociais. Este descuido (descaso?) pode ser percebido até nas esferas que deveriam servir como referência. Apenas para dar força a argumentação, documento legal descumpre o que está definido na constituição, conforme o que segue.

O Capítulo III (Da educação, da cultura e do desporto) da Constituição Brasileira, utiliza desporto como termo oficial, não existindo referência à palavra esporte. Porém, na Lei Nº 9.615, de 24 de Março de 1998, alterações da Lei nº 9.981/00, da Lei nº 10654/01 e da Lei nº 10.672/03 está determinada à criação do Ministério do Esporte (com esta grafia), apenas porque alguém decidiu fazê-lo, desconsiderando a constituição do país.

Este tipo de comportamento dá margem para que qualquer indivíduo se considere com o direito de descumprir o que foi estabelecido.

É o caso da lei que regulamenta quem deve atuar como técnico desportivo, existindo duas possibilidades que podem explicar o que ocorre no momento: apesar de estar no mesmo nível do que ocorre internacionalmente nas discussões sobre a regulamentação da função do técnico desportivo, para a realidade brasileira a legislação está equivocada. A outra alternativa é que a sociedade ainda não conseguiu perceber que o que reza a lei pode ser importante para os praticantes do desporto, principalmente, os jovens atletas.

2.5.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO DO CASO BRASILEIRO

O documento brasileiro analisado foi o da entidade maior do futebol nacional, a Confederação Brasileira de Futebol – CBF(2005).

Sob o ponto de vista das unidades de registro selecionadas para o estudo comparativo com outros países, este documento não apresenta nenhuma referência. Na estrutura do mesmo, dentre as 23 seções (com subseções em várias delas) o técnico desportivo não parece ser tema importante, excetuando a que trata da Escola Brasileira de Futebol – EBF (Brasil, 2005), recém criada (01.02.2005) em parceria com a Unopar (Universidade do Norte do Paraná). Esta providência ocorre com muito atraso, tendo em conta os demais países. De acordo com a justificativa, a criação da EBF decorre da necessidade do futebol brasileiro, através da CBF, acompanhar a tendência adotada por federações e confederações de vários países. O objetivo é difundir conhecimentos que consigam melhorar a qualidade dos profissionais envolvidos no esporte. Mesmo assim, a EBF só foi possível graças à FIFA que contribuiu com U$ 400.000 para que o empreendimento fosse concretizado, a ponto de Joseph Blatter (Presidente da FIFA) manifestar "entusiasmo em ver uma iniciativa que se faz presente em todo mundo chegar ao Brasil". (EBF-Notícias, 31/01/2005).

A recente criação da EBF significa que anteriormente o técnico desportivo não fazia parte das preocupações da Confederação Brasileira de Futebol, da mesma forma que outras instituições nacionais. Isto talvez explique a inexistência de ações concretas relacionadas com o nível de qualidade exigida para formar e certificar o técnico no âmbito desportivo como característica geral no país, e, considerando todas as adaptações criadas através dos anos, particularmente na modalidade futebol. Apesar do atraso, a criação da EBF poderá desencadear todo um processo de discussão já existente em outras regiões e que apenas agora começa a engatinhar no país.

Na busca de alguma referência que pudesse oferecer maiores subsídios para a comparação pretendida, foi feita uma tentativa no âmbito das federações estaduais. Porém, seguindo a mesma estrutura da CBF, a filosofia é a mesma. Assim, ao nível das federações estaduais, também não existem ações em relação ao técnico. No quadro 5 é apresentado o perfil do documento da CBF.

Quadro 5: Análise de conteúdo de documento específico da Confederação Brasileira de Futebol

Doc CBF BRASIL		Unidades de registro						
		Cat. A	Cat. B	Cat. C	Cat. D	Cat. E	Cat. F	Cat G
Variável	Resumo dos resultados	Quem forma?	Quem certifica?	idade mínima?	escolaridade exigida?	conteúdos formação	tempo da formação?	níveis para intervenção?
	Formação e certificação não estabelecida							
obs	Inexistência de níveis. Não articulação entre Governo e Federações	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência

2.5.4 A CERTIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE FUTEBOL NO BLOCO ANGLO-SAXÔNIO

Neste bloco caracterizado por países onde a língua inglesa é predominante, o Canadá, Reino Unido e Austrália apresentam semelhanças no trato das questões sobre o técnico desportivo, enquanto os Estados Unidos da América apresentam uma estrutura que pode ser considerada confusa, quando comparado com os outros integrantes do conjunto selecionado, apesar de nos anos cinqüenta do século passado, a *American Alliance for Health, Physical Education, Recreation and Dance* (AAHPERD) ter demonstrado preocupação pela formação de técnicos para atuarem nas escolas secundárias (Evans 1996; Turner 2001).

Nos EUA, Schweitzer (1989) aponta como principais instituições formadoras de técnicos, nos níveis estadual e nacional: *The American Coaching Effectiveness Programs* (ACEP); *The National Youth Sports Coaches Association* (NYSCA); *The American Coach Effectiveness Training for Youth* Sports (ACEPT). Também as universidades e a organização que superintende o desporto universitário, The National College Atlhetics Association (NCAA) têm formado técnicos. No caso específico do futebol (soccer), de acordo com Turner (idem), duas instituições cuidam da formação dos técnicos: The United States Soccer

Federation (USSF) e *The National Soccer Coaches Association of América* – (NSCAA).

No âmbito da nação norte-americana, em décadas passadas, a exigência de certificação como professor de Educação Física, apesar das discussões sobre o tema, foi pré-requisito para a formação do técnico (Cheladurai e Kuga, 1996; Evans, 1996; Hardin, 1999).

O declínio da economia nos anos 80 (século XX) e o aumento de praticantes, especialmente mulheres, concorreu para a inclusão de sujeitos sem a devida qualificação no ensino das práticas desportivas (Schweitzer, 1989). Alíás, na atual realidade educacional americana, onde se inserem os técnicos desportivos, existe uma grande quantidade de professores ensinando disciplinas para as quais não estão habilitados (Dill, 1996; Ingersoll, 1999). Por conta disto, Campbell (1993) e Ingersoll (idem) referem estudos sobre a inexistência nos Estados Unidos de um sistema nacional coerente de formação e certificação dos técnicos desportivos, variando de desporto para desporto e de nível para nível. A responsabilidade de determinar o perfil adequado para o técnico atuar no ensino médio depende da política adotada em cada estado, significando que não existe um padrão geral único. Isto ocorre porque no país, a maioria das ações são ditadas pelas normas do mercado, e a sociedade civil minimiza a intervenção do governo central na regulamentação de questões que considera não pertencerem a alçada deste (Ramos, 2001). Esta característica contribui para a existência de grande quantidade de instituições envolvidas com a questão da formação dos técnicos, evidenciando a diversidade americana no que diz respeito à criação de normas sobre o assunto.

Ao contrário dos norte-americanos, os outros integrantes do bloco anglo-saxônio analisados permitem observar que uma instituição específica para assuntos desportivos recebe delegação governamental para organizar o desporto. São respectivamente, o *National Coaching Certification Program* (NCCP), no Canadá; o *Sport Coach United Kingdom* (scUK), criado pelo Conselho de Desportos da Grã-Bretanha em 1983, e o *National Coach Accreditation Scheme* (NCAS) na Austrália. Estas instituições têm a incumbência de organizar a formação e credenciamento (certificação),

apresentando como meta formar um técnico desportivo que possa elevar o nível desta prática sem perder de vista as questões de cunho social.

Assim, todos os que possuem responsabilidade sobre o assunto (governo, empresários, dirigentes desportivos) recomendam um rigoroso controlo dos indivíduos que têm a responsabilidade de atuar como técnicos em todas as áreas da prática desportiva. De maneira enfática, num dos documentos analisados do Reino Unido, são recomendados cuidados especiais no que diz respeito ao treinamento dos jovens. Existe um particular interesse quanto aos possíveis abusos que podem ocorrer. Os principais tipos de abuso são: negligência, abuso emocional, abuso sexual, abuso físico, preparação física, nutrição, desenvolvimento de habilidades. Como as crianças também podem ser maltratadas na família, na escola, etc, o técnico além de evitar fazê-lo, deverá ser capaz de reconhecer indicadores de possíveis abusos e providenciar as ações pertinentes para os evitar ou coibir.

Um traço comum aos quatro países, mesmo considerando as características peculiares dos Estados Unidos, é que as federações desportivas têm papel importante na execução das ações de formação e certificação dos técnicos, observando as orientações governamentais que guiam todo o processo. Neste processo, o fato de a divisão por níveis ser uma constante entre os integrantes do bloco resulta na necessidade do estabelecimento de conteúdos e cargas horárias de acordo com a característica de cada nível, ocasionando uma estrutura de formação gradual, na qual, cada etapa depende da aprovação no nível anterior e a certificação dos técnicos é dada de acordo com o nível para qual recebeu formação.

No Canadá, há bastante tempo está aprovado e implementado o programa de formação/ certificação dos técnicos desportivos (Stier, 2000), com a preocupação de constantemente aperfeiçoar este processo. As federações desportivas exigem qualificação mínima e com níveis diferentes para que o técnico possa atuar no âmbito regional ou nacional. Como exemplos: A Associação Olímpica Canadense (The Canadian Olympic Association) e Desporto Canadá (Sport Canadá) exigem o nível quatro para os técnicos principais (head coach) (www.coach.ca, 2001). O Conselho de Jogos do

Canadá (The Canadá Games Council) e a Associação Atlética de Faculdades do Canadá (The Canadá Colleges Athletic Association) exigem o nível três para os seus técnicos.

Devido à constante preocupação com a melhoria do padrão dos técnicos canadenses, estudos sobre o assunto elevaram a escola canadense de desportos, em especial no que diz respeito à formação de técnicos, ao nível de uma das melhores do mundo, sendo reconhecida como modelo a ser seguido. Por este motivo, ela tem servido de padrão. Como exemplo, Stier (2000) cita os casos da Espanha e México.

O modelo australiano também está estabelecido há algum tempo e apresenta muita semelhança com o canadense. Já entre os estadunidenses e britânicos, as mudanças para resolver questões ligadas à atuação do técnico desportivo no mesmo padrão de outros países são mais recentes. Por conta disto, nos EUA, no ano 2000 líderes desportivos do país criaram uma nova organização sem fins lucrativos para minimizar os atuais problemas existentes no que concerne aos técnicos desportivos americanos. Trata-se do Conselho Nacional para Credenciamento da Educação do Técnico (*National Council for Accreditation of Coaching Education* – NCACE) , tendo como função essencial revisar a qualidade do programa de educação do técnico e encorajar a formação contínua. Por outro lado, no Reino Unido, em 1996, de acordo com a Fundação Nacional do Técnico, ainda não havia nenhuma exigência legal para a qualificação, apesar do movimento crescente para colocar o técnico britânico no mesmo nível dos técnicos dos demais países da comunidade européia. Em 2001 foi traçada a meta conjunta através do scUK, congregando a Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, no interesse de desenvolver os técnicos desportivos britânicos e conectar o desporto com metas dos governos destes países, utilizando as atividades desportivas como fatores de apoio às políticas sociais. Apesar do interesse de modificar a situação, um relatório sobre os técnicos, em julho de 2002, concluiu que os esquemas de formação e certificação dos técnicos variaram enormemente em termos de qualidade, de conteúdo e de avaliação entre as diversas modalidades. No momento, ainda existe muito que corrigir, uma vez que a peculiaridade de cada federação,

propiciando o desenvolvimento de uma estrutura isolada, com os padrões variando de esporte para esporte, precisa abandonar o modelo tradicional em que a única condição para o aspirante a treinador é a experiência prática. A falta de um sistema unificado criou problemas para a operacionalização dos programas de educação e certificação, resultando na falta de reconhecimento do valor profissional do técnico, conseqüentemente, o pobre reconhecimento público do treinamento e dos técnicos.

Como tentativa para resolver estas questões foi proposto um Certificado Nacional para Técnicos (The National Coaching Certificate – NCC) com cinco níveis como um padrão nacional para ser implementado até 2004 em 20 modalidades e ter o novo conceito introduzido em 10 Federações Nacionais (National Governing Bodies - NGBs) até 2006. O certificado deve ser um sistema flexível de aprendizagem, aberto para todos. O certificado também deve aproveitar o que já existe de bom nos sistemas educacionais dos NGBs. Além das metas de médio prazo, a pretensão é de que até 2012, o técnico desportivo terá sua atividade reconhecida como profissão tendo a responsabilidade de desenvolver os talentos individuais e os desportos.

A faixa etária para iniciar a formação fica entre os 13 (Austrália) e 21 anos (EUA) de acordo com os diversos níveis existentes.

No tocante ao tempo destinado para a formação, pode ser percebido como característica comum da amostra, o aumento gradual do tempo de formação de acordo com o nível. Desta forma, nível mais baixo representa menor tempo, crescendo de acordo com o aumento do nível, o que caracteriza a importância dada a uma formação que buscar dotar o técnico que atua no alto rendimento com conhecimentos e competências cada vez maiores. Os exemplos encontrados foram dos Estados Unidos e Austrália. No primeiro, os cursos formativos variam entre 2 e 64 horas. No caso exclusivo de técnicos de jovens dos 6 aos 12 anos, foi citado curso de 5,5 horas, enquanto instituições ligadas ao futebol (USSF e NSCAA) promovem cursos de 50 horas (Turner, 2001). No segundo, o tempo mínimo encontrado foram 6 horas (curso inicial denominado Orientação para o treino). Em ordem crescente, do nível 1 (44,5 horas) até os 2/3 anos para o nível denominado como Alta Performance.

No tocante à escolaridade exigida, nos EUA, de acordo com Evans (1996), geralmente, o grau de bacharel é exigido como mínimo, porém, as qualidades superiores como atleta de elite superam as qualificações acadêmicas. No Canadá, além da experiência de vários anos em um esporte particular, para trabalhar como técnico, é exigida pelo menos a conclusão do 12º grau e um bacharelado em Educação Física ou Cinesiologia. Em algumas situações pode ser requerida formação ao nível de mestrado. Nos documentos consultados não foi encontrado o nível de escolaridade exigido para os técnicos australianos e britânicos.

Quanto aos conhecimentos, levando em consideração os vários níveis e cargas horárias diversificadas, os conteúdos englobando questões de ordem prática e teórica são variados, seguindo uma escala ascendente de acordo com o nível. Em estudo realizado, Evans (idem) procurou respostas para o nível de importância de temas como: Lesões Físicas: Prevenção, Cuidado e Administração; Crescimento, Desenvolvimento e Aprendizagem; Treino, Condicionamento e Nutrição; Aspectos Sócio-Psicologicos do Treino; Habilidades, Táticas e Estratégias; Ensino e Administração; Preparação Profissional e Desenvolvimento durante a formação do técnico desportivo. Com maior ou menor ênfase, levando em consideração os níveis estabelecidos, estes conhecimentos fazem parte dos programas encontrados nos países que serviram como amostra do bloco anglo-saxônio.

2.5.5 ANÁLISE DO CONTEÚDO DO CASO DO BLOCO ANGLO-SAXÔNIO

Este bloco formado pelo Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e Austrália congrega países de três continentes. As entidades analisadas no Canadá (The British Columbia Soccer Association) e no Reino Unido (London Football Association) foram regionais. Nos Estados Unidos e na Austrália foram analisadas entidades nacionais. Apesar da característica diferenciada dos EUA na organização dos desportos, de maneira geral, os documentos apresentaram grande semelhança estrutural nas unidades de contexto analisadas, em que a instituição governamental responsável pela organização dos desportos tem a

federação de futebol como colaboradora próxima durante o processo de formação e certificação. Deste processo devem fazer parte questões que envolvem pré-requisitos para a formação, como nível de escolaridade, conteúdos do programa, tempo para formação e níveis de intervenção.

Nos casos observados, as idades mínimas podem ser motivo de reflexão, principalmente no caso australiano que preconiza 13 anos para o nível inicial, o que vem a significar um indivíduo muito jovem responsável por outros. Da mesma forma, de acordo com o documento analisado, nos EUA, com 21 anos o indivíduo pode receber certificação para atuar no nível mais alto.

No que tange ao nível de escolaridade, apenas no documento canadense foi encontrada referência explícita. Na seleção de conteúdos, foi percebido que nos níveis mais baixos a componente prática possui um peso significativo, enquanto que os níveis mais altos apresentam um equilíbrio entre os conhecimentos de caráter científico e os que envolvem as questões da prática. Neste caso, nos níveis mais altos, é evidenciada a necessidade de aprimorar as habilidades dos jogadores e ampliar o repertório individual e coletivo das questões táticas e estratégicas. O grande interesse de desenvolver os níveis mais altos parece exigir um maior aporte de tempo, em comparação com cargas horárias observadas nos níveis mais baixos. Finalmente, no que diz respeito á divisão em níveis que permite estabelecer em que contexto o técnico poderá atuar, pode ser observado uma divisão que variou de 4 a 10 níveis, respectivamente EUA e Reino Unido. Alguns destes níveis não recebem certificação, servindo apenas como estágio para o nível imediatamente superior. Por outro lado, determinados níveis (os mais altos) possuem prazo de validade (4 anos na Austrália) e precisam ser revalidados após este período. Ainda em relação a este tema, a ascensão ao nível superior depende de ter completado o nível anterior e nele permanecido por tempo mínimo estabelecido, com a obrigatoriedade de estar em atividade exercendo a função exigida para participar da formação no nível seguinte. O quadro 6 resume a análise feita nos documentos selecionados.

Quadro 6: Análise de conteúdos de documentos específicos de federações da modalidade futebol de países de língua inglesa

Bloco ANGLO-SAXÔNIO		UNIDADES DE REGISTRO						
		Categ. A	Categ. B	Categ. C	Categ. D	Categ. E	Categ. F	Categ G
Variável	Resumo dos resultados	Quem forma?	Quem certifica?	idade mínima?	escolaridade exigida?	conteúdos formação	tempo da formação?	níveis para intervenção?
Canadá Âmbito Regional (British Columbia Soccer)	orientações governamentais, a federação fixa conteúdos para formar e certificar de acordo com o nível específico.	Federação nacional e regional	Federação nacional e regional	Sem referência	Sem referência	Módulos de caráter geral e específico de acordo com os objetivos de cada nível.	Mínimo 15 horas Máximo 1 a 2 anos	5 níveis
EUA Âmbito Nacional (Ussoccer)	A federação nacional fixa conteúdos para formar e certificar de acordo com os níveis existentes	Associação de técnicos e Federação nacional	Associação de técnicos e Federação nacional	Nível C-18 Nível B- 19 Nível A- 21	Sem referência	Módulos de caráter geral e específico de acordo com os objetivos de cada nível.	Nível D- 36 horas Níveis C, B e A"- curso de 9 dias	4 níveis
Reino Unido Âmbito Regional (London 1st4 Sport)	De acordo com as orientações governamentais, a federação fixa conteúdos para formar e certificar de acordo com o nível específico.	Federação nacional	Nível 1 e 2 Federação Regional Nível 3 UEFA "B"	Níveis 1,2 16 anos Nível 3 18 anos	Sem referência	Módulos de caráter geral e específico de acordo com os objetivos de cada nível.	Presencial e à distância. Sem referência de tempo	3 níveis
Austrália Âmbito National (Accredited Australian Soccer Association)	De acordo com as orientações governamentais, a federação fixa conteúdos para formar e certificar de acordo com o nível específico.	Federação nacional e regional	Federação Regional (níveis mais baixos) Nacional, (níveis mais altos)	1º Nível 13 anos 2º Nível 15 anos	Sem referência	Módulos de caráter geral e específico de acordo com os objetivos de cada nível.	Mínimo 8 horas Máximo 120 horas	6 níveis

2.5.6 A CERTIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE FUTEBOL NO BLOCO LATINO

Os países selecionados para representar o bloco latino foram Portugal, Espanha, França e Argentina. Excetuando a Argentina, os demais, por estarem no continente europeu, e pertencerem a União Européia, como em outros assuntos, nas questões que dizem respeito ao técnico desportivo se alinharam com a Directiva nº 92/51/CEE complementando a Directiva 89/48/CEE que norteia a qualificação profissional certificada. Com este intuito, foi estabelecida

uma formação mínima de três anos para permitir a atuação em qualquer país da comunidade (Kepper, 1990; Ibañez Godoy, 1996).

Seguindo esta orientação, existe uma relação entre as competências que o técnico possui e os níveis onde ele pode atuar. Em função disto, a preocupação é formá-lo de acordo com o nível específico necessário para executar a função com a qualidade exigida em cada situação. Apesar das diferenças específicas de cada país da União Européia, existe a preocupação de adequar as características nacionais ao que foi estabelecido como meta da comunidade.

Diferentemente do bloco anglo-saxônio, que possivelmente também possui legislação específica, mas simplesmente refere o que foi estabelecido, num traço que pode ser uma característica dos países latinos sempre são explicitadas as leis e decretos que regulamentam o processo de formação e certificação dos técnicos. Em Portugal, podem ser citados: Decreto-Lei nº 553/77, ratificado pela Lei nº 63/78; Decretos-Leis nº 350 e 351/91; Decretos-Leis nº 401 e 405/91; Decreto-Lei nº 95/92; Decreto-Lei número 407/99. Na Espanha, Lei nº10 de 15 de outubro de 1990; Real Decreto 1913 de 19 de dezembro de 1997; Real Decreto 320/2000. Na França, os decretos nº 89.685 (setembro de 1989), 91.270 e 91.290 (março de 1991), o 91.270 aplicando lei anterior (1984). Na Argentina, a Lei de Promoção e Fomento do Desporto N° 20.655, Ley N° 20.655, Ley N° 24.622- B.O. 18-1-96 (Palermo 2001).

Em geral, estas leis historiam as tentativas de melhorar a formação dos técnicos. Nestes países, as federações por força da tradição, possuem um peso significativo, no entanto, no atual momento, a atuação destas está restrita a questão operacional, uma vez que a responsabilidade pela formação do técnico desportivo tem caráter governamental. Em Portugal (Diário da República nº 241/1999) e França (Helal e Napias, 2001) a instituição governamental é o Ministério da Juventude e do Desporto, através do Centro de Estudos e Formação Desportiva (Portugal) e Instituto Nacional do Desporto e da Educação Física (França). No caso de Espanha, Ibáñez Godoy (1996) refere o Conselho Superior de Desportos, com a participação das Comunidades Autônomas, Conselho das Universidades e o Conselho Escolar

do Estado (Real Decreto 320/2000). Na Argentina, a entidade tutelar é a Direção Provincial do Desporto, dependente do Ministério de Desenvolvimento Social e Saúde. Isto se deve ao fato de que o modelo de formação restrito apenas às federações não parece ter sido suficiente, daí a necessidade do Estado fiscalizar o funcionamento e a qualidade dos cursos formativos oferecidos por estas, embora na Argentina, de acordo com Palermo (2001), a legislação não conceitua a função de técnico desportivo, nem qualifica a atividade destes indivíduos.

Na Espanha, a partir de 1990, a exclusividade de formação que pertencia apenas às federações, passou a ser dividida entre estas (que já não podiam expedir os títulos de forma independente) e as instituições educativas. Os problemas decorrentes da situação anterior eram: ausência da regulação e ordenação do ensino, não havia o reconhecimento acadêmico, eram separadas do sistema educativo formal e dificultava a convalidação dos estudos desportivos realizados nos Institutos de Educação Física (Fuentes-Guerra, 2003). O novo formato, acabando com o monopólio do sistema federativo, igualou as exigências de requisitos para o acesso, os conteúdos e a carga horária; melhorou a qualidade de ensino na formação dos novos técnicos (Fuentes-Guerra, idem), embora a opinião dos técnicos de basquetebol no estudo de Ibáñez Godoy (1996) não confirme esta afirmativa. No caso português, a formação dos recursos humanos do desporto, sendo inserida no mercado de emprego, precisa da chancela do estado como garantia de que os serviços prestados serão eficientes. Esta medida foi complementada com o enquadramento no Sistema Nacional de Certificação Profissional (Decreto-Lei nº 95/92 (Portugal, 1992), posteriormente, o Decreto-Lei 407/99 (Portugal, 1999) perspectivando o reconhecimento e particularidades das qualificações para ajustá-las ao mundo profissional. Na França, Cornillon (2001) refere projeto de formação dos técnicos em que o Ministério da Juventude e dos Esportes, o Instituto Nacional do Desporto e da Educação Física e Federações Desportivas assumem a responsabilidade pela formação dos técnicos.

Seguindo a tendência mundial, também existem níveis estabelecidos para a atuação dos técnicos, e, da mesma forma que no bloco anglo-saxônio, pode

ser percebido que nos níveis mais baixos estão os técnicos mais jovens e com menor experiência (idade mínima para o monitor na Espanha – 16 anos) e a estrutura apresentada no processo de formação evidencia que o domínio de conteúdos e tempo de formação é maior à medida que aumenta o nível de atuação, o que denota grande preocupação com o alto rendimento desportivo.

Neste caso, a numeração dos níveis parece estar dando lugar à definição da função numa escala ascendente. Assim, os níveis I, II, III , etc) estão ou serão substituídos por Monitor, Treinador, Treinador Nacional e Treinador de Alto Rendimento, de acordo com recente proposta portuguesa (Portugal, 2001); Instrutor, Técnico Desportivo e Técnico Desportivo Superior (Espanha); Animadores de jovens, animadores, iniciadores 1 e 2, animadores seniores, treinadores e treinadores profissionais (França).

A existência de níveis diferenciados acarreta a exigência de escolaridade também diferenciada, embora no caso argentino isto não tenha sido explicitado nos documentos consultados. Em Portugal, o Monitor deve possuir o 9º ano como mínimo, enquanto Treinador, Treinador Nacional e Treinador de Alto Rendimento, o 12º ano; enquanto na Espanha, a Graduação em Educação Secundária habilita para a formação nos dois níveis iniciais (I e II), sendo que a aprovação no nível I (Instrutor de Futebol de Base) é o pré-requisito para o nível II (Técnico Desportivo ou Regional). Da mesma forma, para ascender ao nível de Técnico Desportivo Superior (III), as exigências são possuir o título de bacharel ou equivalente para efeitos acadêmicos.

Quanto à estrutura curricular e carga horária correspondente, os documentos da França e Argentina não apresentam detalhamento destes aspectos.

Dos exemplos encontrados sobre Portugal e Espanha, por enfatizar especificamente o futebol, os conteúdos encontrados em Correia (2001) servirão como amostra.

No caso português: Nível I: Bloco nuclear composto de Técnica e Táctica; Qualidades Físicas; Integração de Factores; Ciências do Comportamento; Leis de Jogo; Medicina Desportiva. Um bloco complementar composto de disciplinas complementares e estágios pedagógicos ou um projeto de trabalho.

Nos Níveis II, III e IV, os conteúdos são os mesmos, variando a carga horária e, possivelmente, o nível de aprofundamento dos conteúdos.

Na Espanha, os conteúdos estudados em cada nível de formação dos técnicos de futebol são detalhados no Real Decreto 320/2000 (Espanha, 2000). A carga horária dos dois graus tem aproximadamente: entre 950 e 1.100 horas para o nível médio, com um mínimo de 35% correspondendo ao I nível. Quanto ao grau superior a carga horária fica entre 750 e 1.100 horas.

De acordo com o Real Decreto 320/2000 (Espanha, idem), especificamente no futebol, o primeiro e segundo nível (grau médio) acumulam um total de 1.020 horas, respectivamente, 455 (T=309 P=146) para o nível I e 565 (T=364 P=201) para o nível II. No grau superior (técnico desportivo superior em futebol), o tempo é de 875 (T=656 P=219) horas. No futebol de salão as cargas horárias dos três níveis são um pouco inferiores.

2.5.7 ANÁLISE DO CONTEÚDO DO CASO DO BLOCO LATINO

Este bloco formado por Portugal, Espanha, França e Argentina congrega países de dois continentes. Com exceção da Argentina, os demais apresentaram grande semelhança estrutural nas unidades de contexto analisadas (ver quadro 7). No país sulamericano, não foram encontradas referências das unidades de registro, no documento analisado, fato que apresenta aproximação muito grande com o que ocorre na realidade brasileira. Tendo em vista a situação argentina, é possível supor que este venha a ser o modelo adotado nos países sulamericanos.

Quadro 7: análise de conteúdos de documentos específicos de federações da modalidade futebol de países de línguas latinas

O BLOCO LATINO		UNIDADES DE REGISTRO						
		Categ. A	Categ. B	Categ. C	Categ. D	Categ. E	Categ. F	Categ G
Variável	Resumo dos resultados	Quem forma?	Quem certifica?	Idade mínima?	Escolaridade exigida?	Conteúdos formação	Tempo da formação?	Níveis para intervenção?
PORTUGAL	De acordo com as orientações governamentais, a federação fixa conteúdos para formar e certificar de acordo com o nível específico.	Federação Regional e Nacional	Federação nacional	Distrital Nível 1 Min 18 anos	Distrital Nível I Mínima obrigatória - não especificada no documento	7 núcleos para o nível I. (Distrital) 8 núcleos para o nível II (UEFA B) Estágio Pedagógico final	Distrital Nível I 90 h UEFA B 120 h	2 níveis
ESPANHA	De acordo com as orientações governamentais, a federação fixa conteúdos para formar e certificar de acordo com o nível específico.	Escola Nacional de Técnicos e Escolas Autonômicas	Escola Nacional de Técnicos (Níveis 1, 2 e 3). As Escolas Autonômicas Nível 1, 2.	Monitor 16 anos	Educação Secundária ou equivalente (níveis I e II) Bacharel ou equivalente (nível III)	4 blocos com conteúdos específicos. O Nível 3 exige um projeto final c. Horária (75 hs)	455 h Nível 1 565 h Nível 2 875 h Nível 3 Estágio prático de 6 meses Curso de Monitor (65 horas)	4 níveis
FRANÇA	De acordo com as orientações governamentais, a federação fixa conteúdos para formar e certificar de acordo com o nível específico.	Federação Francesa de Futebol	Comissão Técnica Regional- Comissão Central do Estatuto dos Educadores	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	8 níveis
ARGENTINA	O técnico desportivo não é tema de discussão no documento analisado	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência

Os resultados obtidos pelo futebol do Brasil, além da influência que o país exerce na América Latina pode ser um dos motivos da adoção deste modelo que ignora o técnico como um elemento importante para o desenvolvimento da modalidade, resultando na inexistência de ações voltadas para o mesmo, por menores que sejam.

No caso europeu, deve ser considerado que a instalação da comunidade européia exerceu e continua exercendo grande influência em todos os aspectos na organização interna dos países membros da comunidade, no sentido de padronizar ações na relação entre estes países. O mercado do emprego é um destes casos e o técnico desportivo está inserido neste contexto.

Nos três países europeus, instituições governamentais têm a responsabilidade de organizar o futebol, cabendo a federação da modalidade a incumbência de promover ações de formação e certificação. Neste aspecto, Portugal e Espanha apresentam a mesma estrutura, uma vez que a federação nacional delega para as entidades regionais a organização de ações formadoras. No caso espanhol, as associações autonômicas podem certificar os níveis mais baixos (1 e 2). Sobre o tema, o documento português trata apenas da formação em dois níveis (distrital e UEFA B, enquanto o espanhol apresenta os três níveis.

No documento português, a Categoria C correspondente ao nível de escolaridade não foi explicitada, apesar de haver referência quanto a uma escolaridade mínima obrigatória. Para os espanhóis, a escolaridade nos dois primeiro níveis tem como exigência o título de Graduado em Educação Secundária ou equivalente e no último nível (3), o título de Bacharel ou equivalente. Em relação aos espanhóis, como pré-requisito para participar dos cursos de formação, foram encontradas exigências no sentido de ter jogado um mínimo de 08 temporadas em equipes de 1ª divisão; ou haver jogado um mínimo de cinco partidas na seleção nacional principal; ou haver conseguido medalha de ouro na modalidade, durante jogos olímpicos. Os indivíduos que não atendem estes requisitos poderão inscrever-se apenas em cursos de Escolas Territoriais. Entre os espanhóis, a idade mínima exigida é inferior ao que está estabelecido em Portugal (respectivamente, 16 e 18 anos), seguindo a regra geral de técnicos jovens nas categorias de base.

Sobre conteúdos, tempo para formação e níveis de intervenção os resultados encontrados foram os seguintes: os conteúdos portugueses e espanhóis apresentaram muita semelhança no tocante à estrutura. Em ambos casos são

abordados temas de conhecimento científico, além das questões ligadas ao jogo propriamente dito. Entre os espanhóis, a formação no nível 3 aprofunda os conhecimentos considerados importantes para a atuação no alto rendimento.

O documento português não apresentou referência sobre o tempo de formação, enquanto o espanhol apresentou uma carga horária bastante significativa. Os níveis encontrados em ambos documentos apresentaram respectivamente dois e três níveis (Portugal e Espanha).

2.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O quadro 8 sintetiza o resultado da análise feita relativamente ao modelo de formação existente no Brasil, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Austrália Portugal, Espanha, França e Argentina.

Quadro 8: Resultado obtido sobre a presença ou não (S / N) nos documentos sobre a formação de técnicos, das sete unidades de registro selecionadas

Variável	Quem forma	Quem certifica	Idade mínima	Escolarida-de exigida	Conteúdos formação	Tempo da formação	Níveis para intervenção	Total de Sim
Brasil	N	N	N	N	N	N	N	0
Canadá	S	S	N	N	S	S	S	5
EUA	S	S	S	N	S	S	S	6
Reino Unido	S	S	S	N	S	N	S	5
Austrália	S	S	S	N	S	S	S	6
Portugal	S	S	S	N	S	S	S	6
Espanha	S	S	S	S	S	S	S	7
França	S	S	N	N	N	N	S	3
Argentina	N	N	N	N	N	N	N	0

Embora não possa ser generalizado para os demais países, o resultado encontrado pode significar uma tendência, especialmente no caso dos países europeus que estão alinhados com as diretivas da União Européia.

Também deve ser evidenciado o fato de que os resultados obtidos decorrem da análise feita em apenas um documento de cada federação, retratando apenas o teor deste documento, traçando em decorrência um perfil característico de cada federação a partir desta análise, o que certamente deve apresentar lacunas em alguns pontos, podendo não coincidir com a realidade concreta dos países analisados.

Considerando os objetivos traçados para o estudo (geral e específicos), a discussão segue as perguntas formuladas como unidades de registro (Categoria A até G).

Categoria A – Quem forma?

Campbell (1993), afirma que o desporto sob a tutela governamental (formação e certificação dos técnicos incluída) apresenta resultados melhores. Este também é o pensamento de Woodman (1989), que atribui o desenvolvimento desportivo na Austrália ao momento em que o governo se envolveu com o desporto como uma forma de acompanhar os planos desportivos nacionais de outros países, principalmente europeus, que adotaram uma aproximação científica durante a formação dos técnicos e reconheceram a atividade destes indivíduos como profissão. Nesta perspectiva, Ibáñez Godoy (1996) refere depoimento de técnico jugoslavo muito famoso que atribui o êxito do basquetebol do seu país à criação da Escola de Técnicos como especialidade da Faculdade de Educação Física. O autor vislumbra o mesmo para o desporto espanhol, com a possibilidade de inserção da formação de técnicos no âmbito universitário, em função do Real Decreto sobre Ensino e Titulação Desportiva.

Sob o ponto de vista das conquistas no campo desportivo, esta estrutura não é garantia de êxito (o caso do futebol brasileiro como exemplo), porque existem outras variáveis envolvidas. Porém, sob o ponto de vista organizacional parece ser bem mais fácil de gerir e tomar decisões. No que diz respeito à formação e

certificação dos técnicos desportivos, o modelo de gestão em que o estado assume a direção parece ter produzido resultados bastante satisfatórios, aparentando ser no momento o paradigma predominante na maioria dos grandes centros desportivos, principalmente porque, apesar de ressalvas que devem ser feitas, as preocupações englobam a formação de atletas para o rendimento, concomitantemente com a formação dos cidadãos.

Nos países selecionados para a presente análise, excetuando os Estados Unidos que não possui uma única via administrativa, (Schweitzer, 1989; Turner, 2001; Campbell, 1993; Ramos, 2001), nos demais a regulamentação e fiscalização da formação e atuação destes indivíduos passa por órgãos ligados ao governo central (CAC – Canadá; NCAS –Austrália; NGBs – Reino Unido; CEFD – Portugal; l'INSEP – França; CSD -Espanha; DPD - Argentina)..

Desta forma, excetuando o Brasil, que não apresenta uma conexão entre governo e federações no tocante à formação e certificação dos técnicos, nos demais, as federações apresentam-se como instituições executoras das políticas governamentais para a formação e certificação dos técnicos.

Da amostra escolhida, Canadá, Austrália, Reino Unido, Portugal, Espanha e França evidenciam grande controle governamental sobre as atividades federativas nos processos formativos, significando que as federações que antes possuíam muita liberdade pela condução do processo e nem sempre conseguiam uma formação satisfatória, atualmente (e cada vez mais) são executoras das políticas estabelecidas nas esferas governamentais no tocante aos conteúdos apropriados de acordo com os níveis, qualidade dos formadores, controle periódico das certificações.

Também pode ser ressaltado que nos países europeus (Portugal, Espanha, França e Reino Unido) existe o interesse de alinhar a formação do técnico com as diretivas da União Européia, deixando assim de ser apenas uma questão específica de cada país (Kepper, 1990;).

Quanto ao Brasil, embora tenham sido estabelecidas diretrizes governamentais para a formação do técnico desportivo que parecem tão avançadas quanto o que de melhor existe no mundo, por exemplo: Resolução n° 218 (Brasil, 1997) do Conselho Nacional de Saúde; Portaria nº 63 (Brasil, 1998a), que Disciplina o

registro de técnicos e treinadores desportivos habilitados na forma da lei; Lei Nº 9.696 (Brasil, 1998b), que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física; contrariando a afirmação de Campbell acima citada sobre a importância da tutela do governo, ainda carece de fazer vigorar o que está estabelecido e que permita transformar em realidade concreta o que foi estatuído no papel. Por outro lado, ao contrário do que ocorre nos países analisados, no âmbito federativo brasileiro, não existe afinidade com a política governamental, nem aproximação no sentido de governo e federações envidarem esforços para conjuntamente criarem alternativas de formação dos técnicos desportivos, com ressalva de algumas modalidades que têm dado passos na direção do estabelecimento de critérios alinhados com o que se faz atualmente em outras plagas para formar e certificar técnicos desportivos.

Categoria B – Quem certifica?

A análise dos documentos permitiu verificar que, em geral, as instituições responsáveis pela formação também o são pela certificação, ocorrendo casos em que as instituições de âmbito regional recebem autorização para certificar os níveis iniciais (Canadá, Reino Unido, Austrália, Espanha e França), sendo prerrogativa das instituições nacionais certificar os níveis mais altos da formação.

Alguns certificados (de acordo com o nível) são temporários e precisam ser revalidados, enquanto outros não necessitam de revalidação. Em geral, os níveis mais altos são os que necessitam de uma renovação periódica da permissão para exercer a função, como ocorre na Austrália (duração de 4 anos).

A necessidade de identificar quem possui certificação para desenvolver atividades profissionais sempre foi uma exigência no mercado de trabalho (Jordan, 1948). No caso do técnico desportivo, a certificação tácita durante muito tempo foi atribuída ao ex-jogador da modalidade. Embora já não seja o único, este requisito ainda é muito valorizado, sendo em alguns casos, condição essencial para inserção nos cursos de formação (Portugal, Espanha).

Porém, outras qualificações, cada vez mais são exigidas no sentido de dar ao técnico desportivo o estatuto de profissional de fato, saindo desta forma da condição de um profissional emergente (Woodman, 1993).

A certificação dos técnicos é um processo relativamente novo, numa estrutura social cada vez mais exigente. Por este motivo, no mercado de trabalho esses indivíduos devem oferecer garantias de que são capazes de exercer a função com eficiência. Neste caso, a certificação pretende significar que a qualificação atende as exigências do mercado e da sociedade (Freidson, 1998) e os conhecimentos e habilidades atendem as necessidades da função em toda plenitude, portanto, não deve ser prerrogativa de qualquer um, pois não se trata de uma atividade simples que pode ser exercida por qualquer pessoa (Freidson, idem; Garcia, 1988; Oliver, 1990) e sim, um avanço qualitativo para a profissionalização do técnico (Jordan, 1948) e não apenas, o que num passado recente pareceu significar: apenas uma forma de regularizar a situação de técnicos sem os conhecimentos necessários. Em Liukkonem et al. (1993) e Portugal (1999) é comentado que o modelo baseado na autonomia das federações desportivas não conseguiu atender inteiramente às expectativas. Isto ocasionou a intervenção governamental no sentido de minimizar o que de certa forma apresentou traços corporativistas que não atendiam os interesses maiores da sociedade, apesar destas instituições fazerem parte da história e tradição desportiva. Possivelmente, a detecção de falhas ocasionou a interferência no modelo certificativo gerenciado pelas federações e no momento atual, as parcerias governo/federações parecem tornar mais exeqüíveis os esforços de formação dos técnicos desportivos, embora o Ministério da Juventude e do Desporto (Portugal, 2001) sugira a entrada de outros agentes no processo de formação, entre estes as instituições de ensino superior.

Apesar dos avanços, nos países analisados é possível perceber que existe uma constante preocupação de avaliar o processo e verificar as possíveis lacunas para promover mudanças. Este é o caso por exemplo do modelo australiano que, em 2001, através da Comissão Australiana de Desportos empreendeu um estudo intitulado: Uma Investigação Preliminar sobre a

Eficiência do Esquema Nacional de Credenciamento do Técnico (Austrália, 2001).

No caso brasileiro, ainda há muito que fazer no sentido de acompanhar as iniciativas de outros países, especialmente, os que foram objeto de análise no presente estudo. Excetuando a Argentina, que sob o ponto de vista estrutural parece estar muito próxima da realidade brasileira, o Brasil, apesar de ter inaugurado recentemente a Escola Brasileira de Futebol (Brasil, 2005a), ainda está distante de equacionar os problemas relativos à formação dos técnicos, uma vez que esta escola ainda não apresentou nenhum plano de ação de curto, médio ou longo prazo, com objetivos e filosofia de atuação claros, inseridos na lei vigente, que permita visualizar quais passos serão dados para iniciar o processo de estruturação da carreira de técnico no futebol brasileiro. Não fosse assim, a Federação Pernambucana de Futebol não estaria avalizando mais um curso de técnicos da modalidade (Barbosa, 2005), nem a Associação Brasileira de Treinadores de Futebol –ABTF (Brasil, 2005b) teria dois cursos de cinco dias, programados para o ano de 2005 (julho e dezembro) para atender: "ex-jogadores profissionais de futebol; treinadores de futebol de qualquer divisão ou categoria; professores(as) de Educação Física; alunos(as) de Educação Física; pessoas de nível superior com vivência no futebol; juiz de futebol (masculino/feminino)" conforme pode ser encontrado no site oficial da ABTF (http://www.abtf.org.br/cursos.html). Sobre a ABTF, a promoção destes cursos contradiz a posição desta Associação através de seu advogado (Edson Aires) sobre a atuação de técnicos irregulares. Segundo ele, "Toda lei que não culmina em uma penalidade ou que não é fiscalizada, torna-se um chamariz para não ser cumprida" (Corassa, 2004). Porém, a própria ABTF burla a lei, haja vista que a "certificação" recebida nos cursos que ela promove não possui nenhum valor legal de acordo com o que foi observado anteriormente na Lei 9696/98 (Brasil, 1998b).

Categoria C – Qual a idade mínima exigida?

As iniciativas tomadas para a formação e certificação do técnico, descritas nas Categorias A e B analisadas anteriormente, que apontam para uma inserção deste indivíduo no rol das profissões e profissionais de fato, no que tange à idade exigida no processo de formação, apresenta o que pode ser considerado um ponto que merece estudos específicos que permitam análise mais acurada.

Nas unidades de contexto referentes aos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Portugal e Espanha, aparecem como idades mínimas para participar da formação e conseqüentemente receber certificação como técnico, 13 anos para o primeiro nível (Austrália) e 21 anos (EUA) para o nível A (superior) foram respectivamente a menor e maior idades encontradas. No primeiro caso, o indivíduo com 13 anos recebe formação e certificação para atuar junto a jovens, enquanto no segundo caso, com 21 anos o indivíduo já está habilitado a atuar no nível mais alto dos quatro referidos no documento dos Estados Unidos.

Quando se trata especificamente do treinamento de jovens, se forem considerados estudos e opiniões de pesquisadores (Araújo, 1995; Baria et al 1992; Bloom 1996; Brackenridge e Ellis, 1992; Cordovil,1998; Danylchuk e Pastore, 1996; d'Arripe-Longueville et al,1998; De Rose Jr., 1997; Feliu, 1994; Fuentes-Guerra, 2003; Ibáñez Godoy, 1998; Kidman, 1998; Le Clair, 1992; Lima, s/d; McCallister et al., 2000; Mendes, 1996; Nascimento, 1998; Nascimento e Graça, 1998; Pilz, 1992; Seaborn, Trudel, Gilbert, 1998; Shigunov, Farias e Nascimento, 2002; Tavares,1997; Turner, 2001; Wright, 1992), abordando as mais variadas dificuldades que os técnicos das camadas jovens precisam enfrentar, talvez tenha importância rever os conceitos vigentes no que tange a deixar nas mãos de indivíduos com tão pouca idade a responsabilidade pela esperada formação integral dos praticantes de faixas etárias tão próximas quanto as destes técnicos tão jovens. No estudo específico sobre os técnicos de jovens no basquetebol espanhol, Fuentes-Guerra (2003) aponta como motivo de reflexão e análise, a alta percentagem de técnicos com idades abaixo dos 18 anos (11,8% da amostra).

No caso argentino, embora sem referência quanto à faixa etária dos técnicos de jovens, o comentário feito sobre as características dos indivíduos que atuam nas categoria de infantis e juvenis, afirma que " afortunadamente a Argentina conta com uma grande quantidade de técnicos com alma de docentes. autênticos formadores de boas pessoas primeiro e de grandes futebolistas depois" (Argentina, 2005), permitindo inferir que são indivíduos numa faixa etária bem superior às idades mínimas discutidas neste momento.

Quanto ao Brasil, apenas como dado de caráter subjectivo, uma vez que não foram encontrados estudos ou dados quantitativos sobre o tema, não aparenta ser regra predominante técnicos com a idade observada na Austrália e Estados Unidos no comando de equipes menores. No caso brasileiro, o problema maior nos quadros existentes parece residir no que diz respeito ao domínio das habilidades e conhecimentos que são indispensáveis para formar os jovens para o futebol e para a vida.

Categoria D - Qual a escolaridade exigida?

No item escolaridade, nos documentos analisados foi encontrada referência sobre o nível de escolaridade exigida apenas na unidade de registro referente a Espanha.

No entanto, isto não significa que nos demais países, este item não seja considerado. O que ocorre é que as particularidades culturais de cada país (Campbell, 1993) estão presentes nas exigências feitas no tocante ao nível de estudos.

No Reino Unido, até bem pouco tempo, de acordo com Campbell (idem), o técnico desportivo não era um indivíduo considerado importante no processo desportivo. Por conta disso, os britânicos, no momento atual, tentam reverter esta situação, e certamente, o nível de escolaridade dos candidatos deve ser um dos fatores considerados. Nos Estados Unidos, o modelo de técnico ideal no passado não era concebível sem uma escolaridade adequada, de preferência formação em Educação Física, bacharelado como mínimo, de acordo com Evans (1996).

Por se tratar de um país muito desenvolvido, as dificuldades colocadas por Schweitzer (1989); Ingersoll (1999) e Dill (1996), decorrentes das dificuldades econômicas dos anos 80, não modificaram tão radicalmente o perfil dos técnicos americanos sob o ponto de vista da escolaridade. Isto pode ser percebido, mesmo considerando as particularidades americanas no trato da questão, nas preocupações atuais de formar e certificar técnicos com as exigências da época atual (Evans, 1996). Para isto, o nível de escolarização dos quadros parece ser essencial. Na Espanha, para o técnico desportivo superior, o nível escolar exigido é o bacharelado. Neste mesmo país, o grau médio (níveis I e II) exige graduação na educação secundária ou equivalente.

Na Austrália, Canadá e França, o fato de não estarem especificadas com maior ênfase as exigências literárias não parece ser um problema.

Apesar do perfil traçado por Giulianotti (2002), que talvez possa ser considerado um perfil internacional, para jogadores de futebol (candidatos potenciais ao posto de técnico) do Reino Unido, como indivíduos com "experiência educacional limitada" (p.150), em função do nível de desenvolvimento dos países analisados, embora sem os dados numéricos, tudo indica que a possibilidade de um técnico americano, canadense, australiano, britânico, etc, ser analfabeto ou mesmo com nível de escolaridade reduzido, não parece ser a regra, enquanto em diversos países a escolarização ainda é um grande problema. Assim, não devem ser raras situações em que médicos, administradores, engenheiros, professores de outras disciplinas, etc, também atuem como técnicos. Em Turner (2001), por exemplo, os três técnicos que compuseram a amostra foram: um jornalista (40 anos), um professor de línguas (37 anos) e um profissional da informática (42), portanto, indivíduos maduros e, embora não específico em desportos, provavelmente, com um nível de escolaridade alto.

À despeito que afirma Giulianotti (idem), no caso dos ex-jogadores, o nível escolar possivelmente deve atender a formação básica dos países em questão, a qual deve atingir um estágio satisfatório enquanto base intelectual para a formação destes indivíduos. Assim, mesmo necessitando dominar de forma abrangente o conhecimento específico que caracteriza a função, a vantagem é

que eles partem de um patamar acima de outros, que em muitos casos nem sequer possuem a escolarização básica (em geral deficiente) de países que ainda estão em vias de desenvolvimento.

Sem conotação preconceituosa, no que diz respeito ao Brasil, considerando a modalidade futebol, por se tratar de uma realidade reconhecida, a possibilidade de encontrar indivíduos com baixa escolaridade na função de técnico já não é tão remota. Na realidade brasileira, um percentual significativo de jogadores que posteriormente assumem a condição de técnicos após encerrarem a carreira, provem das classes sociais mais baixas e por conseqüência disso, boa parte não teve a possibilidade de freqüentar os bancos escolares das escolas públicas (com ensino deficiente em muitos casos), ou abandonou os estudos de forma precoce. Neste quadro que deveria preocupar a todos, ainda deve ser acrescentado que, para muitos dirigentes e técnicos do futebol brasileiro, jogadores que manifestam desejo de estudar são um problema, por isto mesmo, indesejáveis. Assim, o "tipo ideal" de jogador de futebol no Brasil é aquele que não estuda para não atrapalhar treinamentos e jogos. Quando encerram as carreiras, muitos destes se transformam em técnicos de crianças e jovens, baseados apenas no conhecimento prático, como se esta fosse uma tarefa simples e os conhecimentos de caráter técnico-científico desnecessários.

Como agravante ao exposto acima, na realidade brasileira segundo Faria Junior (1992), a competência não é o fator primordial para o êxito profissional, uma vez que as relações pessoais, familiares, de amizade e influência política podem garantir o posto que se pretende no mercado de trabalho. Segundo Ibáñez Godoy (1998), este também é um fato freqüente na Espanha e o processo de escolha nem sempre recai nos mais capacitados de cada nível.

A importância do técnico que foi ex-jogador é muito valorizada em todos os lugares, assim como a crença de que ter sido atleta, de preferência famoso, consegue preencher os requisitos necessários para exercer a função, apesar de Abraham e Collins (1998) terem discutido sobre a dificuldade de transferir automaticamente perícias (como é o caso do ex-jogador para o técnico). Aliás, este é um tema que denota a necessidade de mais estudos (Borko e Putnam, 1998).

Além de outras qualidades, o nível de escolaridade deveria ter um peso significativo para assumir o posto. A qualidade de ex-jogador, que antes era suficiente, atualmente não basta (Marques, 1997). Desta forma, o ex-jogador candidato a técnico necessita dominar conhecimentos específicos para assumir a função e nos países analisados não são encontradas as mesmas facilidades do Brasil (apesar da legislação), em que um ex-jogador, dependendo do interesse momentâneo dos dirigentes de plantão, pode assumir o comando de equipes em qualquer nível, sem que haja algum tipo de controle das competências exigidas em cada situação. No caso de assumir equipes de adultos, em princípio não seria um problema, porque os ineficientes logo seriam descobertos. Porém, quando se trata do treinamento de jovens, pela falta de visibilidade do que ocorre no dia a dia, uma vez que praticamente ninguém acompanha o que e como é feito em todos os sentidos (da formação do jogador à formação da pessoa), a ineficiência na atuação dificilmente é detectada. Portanto, a questão não é ser contra o ex-jogador e a favor do técnico com formação, mas a favor de que na direção de jogadores jovens estejam indivíduos preparados para exercer a função com a qualidade que o posto requer no seu sentido mais amplo. Onde isto puder ser garantido, as credenciais seriam os fatores de menor importância (Marques, 1990; Pinto, 1991).

Categoria E – Quais os conteúdos da formação?

Esta categoria enquanto unidade de registro não foi contemplada no documento francês e argentino.

Considerando que um corpo de conhecimentos é um dos fatores que servem para classificar uma atividade como profissão (Garcia, 1988, Oliver, 1990), no tópico sobre os conteúdos para a formação do técnico, foi observada uma imensa gama de itens que demonstram a preocupação em dotar estes indivíduos com os elementos considerados necessários para desempenhar a função.

Na análise dos documentos foi observado que os conteúdos seguem um escalonamento crescente dos níveis mais baixos para os mais altos, deixando evidenciada a preocupação em preparar com maior profundidade os técnicos responsáveis pelo alto rendimento.

O programa de conteúdos canadense apresentou uma característica de ordem geral sem especificar disciplinas e sim áreas. Podem ser destacadas dentre estas, as áreas que tratam sobre análise e desenvolvimento de habilidades, segurança dos atletas, o papel do técnico, valores éticos e treinamento mental.

O programa do Reino Unido aproximou-se do modelo proposto por Evans (1996) nos Estados Unidos, mesclando áreas e disciplinas. Ainda em relação ao Reino Unido parece ser uma preocupação prioritária formar o técnico sob o ponto de vista do comportamento ético e moral durante o treinamento de jovens. Temas como negligência, abuso emocional, abuso sexual e abuso físico são considerados essenciais durante o processo de formação do técnico desportivo britânico responsável pelo treinamento das camadas jovens.

Os programas de conteúdos de Portugal, Espanha e Austrália apresentaram características semelhantes, uma vez que foram divididos pelos diferentes e seqüenciais níveis de formação existentes nestes países.

No caso português foi encontrada uma divisão dos conteúdos em blocos (nuclear e complementar). Da mesma forma, os conteúdos espanhóis também apresentaram blocos (comum, específico, complementar e de formação prática).

A característica dos programas de conteúdos português e espanhol foi à semelhança entre os conteúdos de um nível para o outro, com pequenas variações de disciplinas de um para outro, ou variação da carga horária e nível de aprofundamento.

Na realidade australiana, os níveis I e II possuem as mesmas áreas, variando neste caso, as disciplinas, carga horária e nível de aprofundamento. A partir do nível III, os estudos começam a ter uma característica mais individualizada em função das necessidades específicas de cada técnico, uma vez que os técnicos

dos níveis superiores estarão envolvidos com o treinamento de atletas que participam do alto rendimento.

No caso do Brasil, se for considerada a lei, os conteúdos para a formação do técnico desportivo fazem parte do currículo do curso de Educação Física e Desportos. Eles englobam os conhecimentos técnico-científicos julgados necessários para este tipo de formação profissional. Porém, o próprio descumprimento da legislação ainda não motivou os centros de ensino superior a adequar os conteúdos acima citados no sentido de uma formação específica do técnico. Desta forma, embora definida em lei, a formação do técnico desportivo não está sendo considerada no âmbito das escolas de educação física. Esta inapetência pelo tema, permite que outras instituições ocupem este espaço ocioso e promovam cursos de formação de técnicos ao arrepio da legislação. Desta forma, comparativamente com o que ocorre nos países analisados, ainda há muito que fazer em relação ao processo de formação dos técnicos brasileiros.

Categoria F – Qual o tempo para a formação?

A relação entre desenvolvimento sócio-econômico e tempo de escolaridade aponta para o fato de que os países onde os indivíduos passam maior tempo na formação escolar, apresentam maior nível de desenvolvimento. Em estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, encontrou que na realidade brasileira em relação ao estímulo à educação, as famílias brasileiras de todos os extratos sociais, num conjunto de 40 países pesquisados estão entre as menos interessadas pela educação dos filhos (Weinberg e Edward, 2005). Sendo verdadeiro que um maior tempo de formação (desde que seja assegurada a qualidade desta), deve preparar melhor o técnico, conforme conclusão de Correia (2001), em estudo comparativo sobre técnicos portugueses e espanhóis onde a carga horária espanhola era maior, o Brasil, de acordo com o que está legalmente estabelecido, (desconsiderando a qualidade da formação), sendo o país que destina mais tempo para a formação do técnico desportivo, haja vista que dura entre 4 anos e 5 anos, tempo previsto para a graduação no Curso Superior de

Educação Física e Desportos deveria possuir a melhor escola de técnicos do mundo.

O fato é que apesar de ter um tempo maior em termos absolutos, levando em consideração o que foi discutido acima em relação aos conteúdos, especificamente, no que diz respeito ao tempo destinado à formação profissional do técnico, a formação destes indivíduos não está sendo devidamente operacionalizada no local estabelecido pela legislação, ou seja, no âmbito do ensino superior.

Seguindo a temática do tempo de duração da formação, parece ser uma preocupação geral aumentar o tempo destinado aos cursos formativos nos diversos níveis, podendo ser dado como exemplo o que está sendo recomendado na proposta portuguesa 2001 para a reformulação da formação do técnico que enfatiza uma carga horária maior em todos os níveis.

Como uma característica geral encontrada na análise feita, da mesma forma que os conteúdos para a formação, a divisão do tempo apresentando-se escalonada em ordem crescente à medida que aumenta o nível, permite antever as evidentes preocupações com uma formação que privilegia o alto nível de rendimento.

Atualmente em Portugal, a conclusão de que o tempo atual não é satisfatório está evidenciada na proposta feita pelo Centro de Estudos e Formação Desportiva (Portugal, 2001) que sugere aumento substancial do período destinado para a formação, em ordem crescente de acordo com os níveis. A dilatada carga horária espanhola destinada à formação aproxima-se bastante do que ora está sendo proposto em Portugal. Na Espanha, de acordo com Correia (2001), a carga horária destinada à formação também apresenta aumento gradativo em função do nível.

No que parece ser o padrão geral em todos os lugares, a Austrália também apresenta cargas horárias crescentes com o mesmo formato, que vai desde as 06 horas destinadas à Orientação para o Treino, até os 2/3 anos previstos para formar o técnico da Alta Performance.

De acordo com Turner (2001), o futebol (soccer) nos Estados Unidos prevê tempos variados para a formação dos técnicos considerando os níveis. Estes tempos variam entre 02 e 64 horas.

Nos textos analisados, o tempo previsto para formação não foi detectado nos casos do Canadá, Reino Unido, França e Argentina.

Categoria G – Existem níveis para a intervenção?

A característica de muitos espaços de atuação do técnico desportivo parece exigir como estrutura ideal uma formação que atenda as necessidades do técnico desportivo nas diversas possibilidades de sua atuação. Esta necessidade contribui para a divisão em níveis nos países analisados que seguem uma tendência nas regiões que tem demonstrado maior preocupação com a temática da formação do técnico desportivo. Embora os números encontrados nas unidades de contexto tenham variado entre 2 (Portugal) e 8 (França), aparentemente uma estrutura com cinco níveis parece ser uma meta a ser alcançada tendo em vista modelos já testados. Este número distribui melhor o trabalho do técnico pelas diversas variáveis encontradas na prática desportiva (idade, sexo, objetivo da participação etc). De acordo com Campbell (1993), o modelo alemão que utiliza os cinco níveis serviu como padrão inicial na Europa. No Canadá, existem casos de três e quatro níveis. No futebol canadense a exigência encontrada foi de cinco níveis. Sobre o Canadá vale ressaltar que o seu modelo tem sido utilizado como parâmetro em vários países, tendo como exemplos: a Espanha e o México (Stier, 2000). No Reino Unido, no plano de metas traçado, espera-se que o desporto anglo-saxão em toda sua extensão consiga se ombrear com as nações mais desenvolvidas nos desportos. Existe também a preocupação de atender as demandas atuais da Comunidade Européia. Inicialmente com três níveis, chegou-se a conclusão que cinco níveis parece ser a melhor opção. Com tal objetivo, o Certificado Nacional de Técnicos (National Coaching Certificate - NCC) propôs que de 2002 até 2012 o novo sistema seja implantado. Nos Estados Unidos, parece ser uma meta indispensável para resolver problemas estruturais ora encontrados no desporto americano, existindo proposta da Associação

Nacional para Sport e Educação Física (National Association for Sport and Physical Education – NASPE) para estabelecer programa com cinco níveis (Evans, 1996). Na Espanha e em Portugal, a estrutura apresenta três níveis, embora em Portugal exista modalidade (futebol) que apresenta o quarto nível (Correia, 2001). O ideal de quatro níveis também é encontrado na proposta 2001 para o desporto português como um todo.

Na Austrália a divisão é feita em quatro níveis, enquanto a França apresentou a maior divisão (9 níveis) conforme pode ser visto em Morland (2001), enquanto no documento da Federação Francesa de Futebol foram detectados 8 níveis.

Finalmente, o Brasil que como pode ser visto no item anterior sobre as questões referentes ao tempo (embora relativamente) aparenta estar alinhado com os melhores modelos, não apresenta nenhuma divisão que permita localizar os indivíduos de acordo com as competências e conhecimentos adquiridos para tal.

Como iniciativas isoladas, o voleibol e o atletismo introduziram o modelo dos níveis em suas gestões. No primeiro caso os resultados tem sido plenamente satisfatórios. Porém, como política governamental para os desportos esta providência ainda não faz parte da pauta.

2.7 CONCLUSÕES

Obter dados sobre aspectos normativos da atuação dos técnicos nos diversos países terminou por se revelar uma tarefa não tão simples, pelo que a decisão de delimitar a amostra em alguns representantes de países latinos e anglo-saxões possibilitou a continuidade do estudo.

Como em Queirós (1999), a opção metodológica para a análise do estatuto dos técnicos ficou restrita a apenas um documento por país, que tivesse a mesma característica e origem (ser de federação regional ou nacional na modalidade futebol). Como o objetivo principal foi formar um painel que permitisse estabelecer um quadro da situação existente em cada bloco para comparar

com a realidade brasileira, as conclusões do Estudo 1 foram divididas pelas unidades de registro.

Categoria A – Quem forma?

A tendência geral é a formação dos técnicos ficar sob o controle governamental, porém, na maioria dos países as federações são as principais encarregadas como agentes executoras. No futuro, é possível que esta formação ocorra integralmente no âmbito das instituições universitárias por conta de legislação específica que venha a determinar isto, pelas maiores facilidades em relação a instalações (salas, laboratórios, etc) e corpo docente especializado.

No caso brasileiro, considerando a formação de nível superior como meta, o primeiro passo foi dado, restando criar as possibilidades práticas para que ele possa ser concretizado.

Categoria B – Quem certifica?

Como regra geral, a responsabilidade da certificação fica ao encargo das federações, seguindo as normas governamentais. No Brasil, apesar da obrigatoriedade da certificação ser obtida no ensino superior (faculdades de educação física), isto ainda não é cumprido e não é um fato raro indivíduos exercerem a função após participarem de cursos promovidos por federações ou outras vias, ou até mesmo sem nenhum tipo de formação anterior.

Categoria C – Qual a idade mínima exigida?

Neste formato que privilegia o rendimento, a idade mínima deveria ser motivo de maiores reflexões. Parece contraditório, mesmo considerando apenas a variável rendimento, entregar as gerações jovens nas mãos de técnicos também muito jovens sem os conhecimentos necessários e sem a devida experiência para preparar os futuros jogadores. Por outro lado, se o objetivo é a formação integral, os jovens jogadores necessitam de técnicos com vocação

de educadores que reúnam os requisitos necessários para ajudá-los na formação que ajude a torná-los cidadãos e não apenas jogadores.

Categoria D - Qual a escolaridade exigida?

O nível de escolaridade ainda é um problema para ser resolvido. Apesar de parcela significativa dos estudiosos entenderem que a formação dos técnicos deve passar pela escolaridade de nível superior esta questão ainda permanece pendente na maioria dos países. Em muitos destes países o nível de escolaridade dos quadros talvez não seja problema. Em muitos outros, certamente o quadro educacional não deve ser satisfatório e isto repercute no conjunto dos técnicos.

Curiosamente, o Brasil que apresenta problemas quando o assunto são as políticas verdadeiramente preocupadas em resolver os problemas relativos à qualidade da educação oferecida ao povo, e não apenas a apresentação de dados estatísticos nos relatórios governamentais que não correspondem à realidade concreta, sob o ponto de vista legislativo já tornou obrigatória a formação de nível superior, mas ainda vai necessitar de tempo para por em prática o que está na lei, principalmente quando diz respeito ao futebol

Categoria E – Quais os conteúdos da formação?

A análise dos documentos evidenciou que os conteúdos previstos para a formação dos técnicos possuem um caráter de preocupação com a formação global.

No entanto, a estrutura que estabelece em sua hierarquização privilegiar o alto rendimento, pode desvirtuar a aparente correção dos conteúdos elaborados, haja vista que os melhores quadros dos técnicos e os conhecimentos mais elaborados estão destinados à elite desportiva.

No Brasil, embora oficialmente a formação do técnico esteja inserida na estrutura do ensino universitário, ainda requer uma adequação dos conteúdos para esta formação de acordo com a especificidade da mesma.

Categoria F – Qual o tempo para a formação?

A formação do técnico tem no tempo necessário para tal uma grande preocupação. A existência de cursos apenas para formalizar uma situação legal de certificação que permita a atuação dos técnicos parece estar em extinção. Desta forma, no momento parece se buscar um período de tempo que seja condizente com os objetivos e conteúdos programados para que sejam alcançados os conhecimentos e competências exigidas pela função.

No Brasil, quando prevalecer o que foi regulamentado, a questão parece ser de que forma o longo tempo para a formação pode ser operacionalizado para permitir um efetivo proveito na formação dos técnicos.

Categoria G – Existem níveis para a intervenção?

Esta parece ser uma solução interessante para resolver o problema de formar os técnicos em função do espaço de atuação no fenômeno desportivo (educacional, recreativo e competitivo). O único problema parece residir na atual prioridade que destina mais tempo, conteúdos e reserva os melhores quadros visando o desporto de alto rendimento, o que de certa forma, caminha no sentido contrário do que está contido nas intenções explicitadas nos documentos, haja vista que a grande massa de praticantes não alcança este nível. Desta forma, o esforço maior está voltado para a minoria de praticantes.

O Brasil não tendo estabelecido institucionalmente o sistema de níveis poderá aproveitar os prós e contras das experiências externas para elaborar um modelo que possa atender todas as necessidades do mundo desportivo nacional.

2.7.1 SUGESTÕES PARA NOVOS ESTUDOS

Analisar estatutos de outros países, mais especificamente, no continente asiático, africano, os países eslavos e nórdicos do continente europeu, a

américa latina (do sul e central), no sentido de comparar com os países do presente estudo;

Comparar conhecimentos e habilidades dos técnicos que tiveram formação proporcionada pelas federações e faculdades de educação física considerando, tempo, conteúdos, níveis, etc;

Tendo como referência estudos realizados sobre o nível de maturação para exercer a profissão, investigar sobre a idade mais adequada para o técnico que tem a responsabilidade de preparar crianças e jovens no treinamento desportivo;

No caso específico do Brasil, verificar de que forma as faculdades de educação física estão adequando a legislação existente para a formação do técnico desportivo com nível superior.

ESTUDO II

ESTUDO II

3. A ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR ESPECÍFICA EM DESPORTOS E O TREINO DE JOVENS, DE ACORDO COM TÉCNICOS DO FUTEBOL PERNAMBUCANO

3.1 INTRODUÇÃO

O Brasil faz parte do seleto grupo de países que possuem as maiores conquistas no futebol mundial. Por este motivo, não é obra do acaso ostentar uma posição de liderança no ranking da FIFA criado em 1993. Ao longo deste período sempre esteve entre os primeiros colocados e nos últimos 35 meses lidera ininterruptamente este ranking (uol Esporte, 2005). Por outro lado, os jogadores brasileiros são requisitados em todas as partes do mundo pela inegável qualidade técnica de que são possuidores.

De acordo com a Confederação Brasileira de Futebol (Brasil, 2005a), 857 jogadores saíram do país para o exterior em 2004 e considerando que o mercado de transferências tem maior movimento no período que antecede a temporada na maioria dos países (de maio a agosto), apenas nos cinco primeiros meses de 2005, aproximadamente 300 jogadores seguiram o mesmo caminho. Tais números atestam a procura de jogadores brasileiros por clubes de outros países.

Assim sendo, caberá perguntar qual a importância da realização desse estudo quando se sabe que os resultados do futebol brasileiro nas competições internacionais ao longo do tempo foram obtidos com participação expressiva de técnicos sem escolaridade de nível superior em desportos?

A simples observação de que a distância entre o futebol brasileiro está cada vez menor quando comparado com países sem tradição futebolística, que atualmente conseguem enfrentá-lo e até vencê-lo (Honduras, Bolívia, Equador, etc), fato

inimaginável anos atrás, torna indispensável abordar os motivos existentes para esta mudança.

Um fator que parece de grande importância no atual nivelamento do futebol mundial são os avanços no campo do treinamento (físico, técnico, tático e psicológico), que não seriam possíveis sem a participação direta de técnicos com melhor qualificação para intervir nestas variáveis.

A despeito da evolução do futebol em todo o mundo, quando ocorrem resultados adversos da seleção brasileira contra adversários supostamente menos qualificados, sempre surgem questionamentos sobre os motivos de tal fato. Isto ocorre porque ainda permanece no país, a idéia de que o futebol brasileiro é o melhor do mundo e que poucos países podem enfrentá-lo em pé de igualdade, apesar de Giglio (2005) afirmar, em ensaio sobre o futebol-arte e futebol-força, que não somos melhores, mas apenas temos um estilo diferente.

É importante destacar que o avanço da modalidade em todos os recantos é indiscutível. Certamente, uma parcela deste desenvolvimento do futebol no exterior deve ser creditada ao fenômeno da globalização, presente no futebol através da possibilidade de se poder acompanhar através as competições em todas partes do mundo pelos inúmeros meios de comunicação existentes na atualidade, principalmente a televisão. Além do mais, o intercâmbio de jogadores e técnicos em todos os países permite que as características antes peculiares a cada região passe por um processo de universalização, misturando os diferentes estilos (Giglio, idem).

O mundo globalizado propiciou grandes transformações em todos os setores e o futebol naturalmente também foi afetado. Nesse sentido, uma variável que deve estar colaborando com o atual nivelamento existente no futebol é a preocupação com a qualificação dos técnicos desportivos em outros países sob todos os pontos de vista. Neste contexto, discutir as habilidades e conhecimentos dos técnicos de futebol, sugere a necessidade de comparação entre os técnicos brasileiros e os de outros países. Isto forçosamente leva a que seja considerado o processo de formação de técnicos existente no Brasil. Neste ponto, o nível de escolaridade apresenta-se como uma questão importante, tendo em vista que esta é uma

variável considerada essencial para o desenvolvimento do desporto na maioria dos países ao redor do mundo. Porém, por conta da propalada superioridade brasileira, esta não parece fazer parte das prioridades no âmbito do futebol.

No presente estudo as prioridades selecionadas foram identificar o perfil dos técnicos pesquisados sob o ponto de vista da escolaridade e de que forma eles percebem os diversos aspectos relacionados com o treinamento de jovens.

Indiferentemente dos resultados internacionais alcançados pelo futebol brasileiro sob a direção de técnicos sem a formação esperada, o fato de existirem opiniões antagônicas quanto à necessidade de escolaridade específica num nível cada vez mais elevado para exercer a função de técnico de crianças e jovens em qualquer modalidade desportiva, requer que o assunto seja estudado buscando maior clareza para a atual situação.

3.2 O TÉCNICO NO FENÔMENO DESPORTIVO

O desporto é um fenômeno que envolve milhões de pessoas ao redor do mundo. Este envolvimento possui uma infinidade de interfaces com a política, economia, cultura, saúde, educação, etc. Esta conexão diversificada e o uso dado ao desporto em cada situação provoca reações as mais diversas, de acordo com o entendimento e interesses dos diversos grupos sociais, relativamente aos benefícios ou malefícios contidos no desporto e sua prática.

Por conta disto, ao longo do tempo sempre existiram vozes favoráveis e contrárias ao desporto e seus membros. Tratando do assunto no âmbito educacional, tendo a escola formal como local de confronto (Betti, 1991; Figone, 1994a; 1994b) relatam reações divergentes quando da entrada do desporto no ambiente escolar e todas as controvérsias que perduram até os nossos dias, a ponto de em alguns lugares a prática desportiva ter sido considerada nociva e até mesmo proibida. No Brasil, em 1921, o livro intitulado "O Esporte está deseducando a Mocidade

Brasileira" de Carlos Sussekind de Mendonça pode servir como indicativo de vozes contrárias ao desporto brasileiro daquela época (Tubino, 1996).

A introdução da prática desportiva no ambiente escolar inglês foi utilizada justamente para minimizar a pouca motivação proporcionada pelas atividades ginásticas, que por este motivo, já não davam conta de preparar convenientemente os jovens para a dureza de uma sociedade extremamente competitiva (Grifi, 1989; Mcintosh, 1985; Oliveira, 1985). Esperava-se que as características socializantes dos jogos desportivos pudessem promover valores como lealdade, cooperação e iniciativa (Korsakas e De Rose Junior, 2002).

Em contraponto, Piza (2002) cita a preocupação de Graciliano Ramos e Lima Barreto, grandes escritores nacionais, com a possibilidade de a importação do futebol no final do século dezenove, por se tratar de manifestação cultural externa, vir a deteriorar a identidade nacional. Hoje, este fenômeno se confunde com a própria identidade cultural do país.

Em Portugal, segundo Chabert (1998), a orientação política no início da década de trinta do século passado regulamentava a educação física dos liceus. Este instrumento jurídico ressaltava a importância da ginástica (como componente essencial da educação física e tratava o desporto como algo indesejável).

Porém, por questões de caráter pedagógico, político, econômico, cultural, além da luta por prestígio entre professores e técnicos dentro da escola (Cheladurai e Kuga 1996; Figone 1994a; 1994b; Hardin, 1999), os embates ocorridos entre correntes antagônicas no ambiente responsável pela educação formal sobre o desporto, de maneira geral, talvez tenham provocado receio, descaso e restrição de parcela importante da classe docente e dirigente do sistema escolar em relação a pertinência da prática desportiva no ambiente escolar.

O contraponto às posições contrárias ao desporto na escola, dentre outros, encontram guarida em Afonso (2001); Conn (1990); Fuentes-Guerra (2003); Gomes e Erichsen (2004); Mavi e Sharpe (2000); Meinberg (2002); Paes (2001); Perez Ramirez (2002); Simpsom (1984); e Staffo (1992). Sobre este assunto, Bento (1991) traça um paralelo entre o desporto na escola e no clube e os pontos de convergência que devem existir nestas duas instâncias

Ao serem evidenciadas semelhanças entre técnicos e professores de educação física no tocante as atividades desenvolvidas, não parece desprovida de lógica a necessidade de formação similar para ambos os casos, respeitadas as particularidades específicas de cada função. Por conta disto, muitos países adotam ou estão caminhando para a padronização deste modelo. Com este impasse resolvido, talvez ficasse mais fácil técnicos e professores poderem trabalhar conjuntamente no projeto pedagógico da escola que, em princípio, deve ter como meta a formação global dos alunos (Staffo 1992).

A controvérsia existente em relação ao desporto no espaço da educação formal não impediu o desenvolvimento do mesmo na sociedade civil (Betrán, 1992).

Desde então, o fenômeno desportivo alcançou proporções gigantescas no âmbito popular. No Brasil por exemplo, Inácio (1999) revela ser o desporto o conteúdo preferido pela classe trabalhadora nos momentos de lazer.

Porém, a livre expansão dos desportos ocasionou distorções que são inerentes ao gênero humano e serviram para aumentar os argumentos das correntes contrárias, principalmente no âmbito escolar, como se a prática desportiva não possuísse aspectos importantes para a formação dos jovens. A permanente dicotomia entre os valores positivos (educação; saúde, vida) e os valores negativos (doping, violência, suborno) é responsável pela desvalorização do desporto no seio das instituições educacionais.

Os valores positivos do fenômeno desportivo são reais, porém necessitam de ser cultivados por quem possui a responsabilidade de formar os jovens. No caso específico dos técnicos responsáveis pelas novas gerações de jogadores, a responsabilidade redobra no que tange a atingir todas as virtudes atribuídas ao desporto para jovens.

Evidentemente, o modelo predominante que norteia todo o processo desde sua iniciação, ao ter como principal referência o modelo adulto que privilegia a conquista de vitórias e títulos (Bento, 1989; Marques e Oliveira, 2002; Scalon, 2004; Todt, 2004) e ao deixar-se dominar pelos interesses econômicos (Brunoro, 1997; Dunning, 1999; Pozzi, 1998), contribui para o balizamento das ações e atitudes dos indivíduos envolvidos com o desporto que, não raramente, distorcem

os valores apregoados pelos slogans mais otimistas (educação, saúde, vida). Sobre esta questão, Marques e Oliveira (2002) indagam sobre como compatibilizar elevado rendimento desportivo sem prejudicar os valores fundamentais que o desporto deve propiciar aos atletas jovens (saúde física, psicológica e social), para que "mais do que o objecto" eles eles sejam " o sujeito da prática" (Marques e Oliveira, idem: 51)

Independentemente do local (na escola ou fora dela), a prática desportiva deve abranger objetivos que extrapolem a busca pura e simples de rendimento e resultados, privilegiando-se também o aspecto educacional (Adelino, 1988; Afonso, 2001; Araujo, 1988; Barata e Lacoste, 1990; Bento, 1995b; Cordovil, 1998; Fuentes-Guerra, 2003; Ibañez Godoy, 1996; Lima, 1989; Marques, 1998; Marques e Mesquita, 1996; Martens et al., 1989; Matsakis, 2002; Mesquita, 1998; Miguez, 1995; Paes, 2001; Paterno, 1988; Pereira, 1996; Ping, 1993; Prata, 1998; Sabock, 1985 ; Simpson, 1984; Staffo, 1992; Tharp e Gallimore, 1976; Walton, 1992; Wooden, 1980).

Para que o desempenho desta importante tarefa atinja os objetivos esperados é necessário que os indivíduos possuam as competências profissionais que balizam a boa atuação no mercado de trabalho e que caracterizam as profissões e os profissionais (Boudon e Bourricaud, 1993; Faria Junior, 1992).

Apesar da função de técnico ainda estar buscando um espaço no mercado das profissões (Gilbert e Trudel, 1999b; Schwartz, 2000; Woodman, 1993), a preocupação com a necessidade de uma profissionalização cada vez maior (notadamente no alto rendimento) pode ser observada nas normas sobre atuação de técnicos constatada nos textos consultados dos países latinos e anglo-saxônios que compuseram a amostra do Estudo I.

Na atual estrutura, a valorização exarcerbada do alto rendimento parece estar por merecer redimensionamento. No contexto variado em que ocorre o desempenho da função, precisa ser discutida a atuação do técnico desportivo enquanto agente vital para a formação global dos praticantes (Marques, 1997a), o que leva Todt (2004) a afirmar que "recai sobre os técnicos uma maior responsabilidade

pedagógica e obrigação moral no processo de treinamento dos atletas jovens" (p. 81).

A primazia dada ao alto rendimento desde a iniciação desportiva e as distorções que isto acarreta, tem alimentado as vozes que questionam a validade da prática desportiva e o perfil dos indivíduos responsáveis diretos pela atividade junto aos praticantes, ou seja, os técnicos desportivos.

Como o técnico participa diretamente no processo de formação de jogadores tão valorizados no mercado externo, identificar quem são, o que pensam e como agem passa a ser um tema importante a ser discutido.

Não existem dados quantitativos que esclareçam de forma detalhada os indivíduos responsáveis pela descoberta e preparação dos jogadores brasileiros, se indivíduos com formação específica (não praticante e ex-praticante); indivíduos ex-praticantes em diversos níveis (municipal até o nível internacional) sem formação específica e indivíduos sem formação específica que foram apenas aficionados do futebol sem tê-lo praticado.

Neste ambiente variado, possivelmente, a maioria dos jogadores são descobertos por técnicos sem formação específica em desportos. De certa forma, este fato serve para reforçar a tese de que o ex-jogador é uma opção importante, talvez até a melhor, no entendimento de muitos, no que diz respeito a quem deve estar à frente do treinamento de jovens.

Porém, conforme pode ser observado nos regulamentos e leis analisados no Estudo I, existe uma preocupação internacional no sentido de melhorar a competência dos técnicos desportivos, apesar de ainda privilegiar muito o alto rendimento (em alguns países bem mais do que em outros), uma vez que a estrutura existente envida esforços no sentido de formar com maior aprofundamento técnico-científico e reservar os melhores quadros para atuar no desporto de alto nível. Este paradigma relativamente novo que pretende uma formação mais consistente para os técnicos, também repercute no Brasil embora de forma ainda bastante acanhada.

Por outro lado, de acordo com estudos e opiniões de pesquisadores das ciências dos desportos analisados neste trabalho, a necessidade de conhecimentos e habilidades específicas que garantem as competências essenciais para quem atua com jovens aponta para um perfil que o status de ex-praticante não dá conta, mesmo que fosse considerada apenas a questão referente à formação técnica e tática do atleta. Estas duas variáveis representando os pontos principais para a prática desportiva, para que sejam desenvolvidas com qualidade, necessitam do suporte da preparação física e preparação psicológica. Assim, para ser técnico de jovens, o domínio destes conteúdos requer muitíssimo mais do que ter sido ex-praticante.

Fazendo a leitura da realidade brasileira, países anglo-saxônios e países latinos, de maneira geral, a condição de ex-praticante é considerada importante para quem pretende seguir a carreira de técnico, a ponto de servir como critério com peso significativo para participação nos cursos de formação.

Porém, nos demais países analisados (Argentina como exceção) a exigência da experiência prática é apenas um pré-requisito. Nos regulamentos analisados, esta qualidade extra não permite negligenciar os conhecimentos e habilidades essenciais para exercer a função, enquanto no Brasil, apesar da legislação apontar para a via acadêmica como o local apropriado para a formação, as evidências empíricas apresentam os técnicos sem formação específica como uma alternativa bastante significativa. Por conta dessa realidade aparente, no Estudo II buscou-se encontrar dados numéricos que pudessem identificar a situação concreta no Estado de Pernambuco, em relação ao quantitativo de técnicos sob o ponto de vista da escolaridade.

No Estudo I a busca de respostas para as perguntas: "Quem forma?" e "Quem certifica?" apontaram para o fato de que as tentativas malogradas no passado para a formação e certificação dos técnicos em diversos países, resultaram em decisões governamentais no sentido de exercer controle rigoroso no processo formativo destes indivíduos. Assim, mesmo aproveitando o modelo tradicional no âmbito federativo, órgãos governamentais impõem de que forma deve ocorrer a formação e certificação destes quadros.

No momento, apesar do modelo tradicional de formação apoiado nas federações, na Europa (Portugal como exemplo), existem demandas no sentido de que a formação e certificação ocorram também no ambiente escolarizado, mais especificamente no meio universitário, aparentando ser o futuro da formação dos técnicos desportivos.

Para não perderem a prerrogativa de continuarem como detentoras do privilégio da formação e certificação dos técnicos desportivos, a atual situação está exigindo uma postura mais aberta das federações para se adequarem ao novo paradigma. Por conta dessadesta tendência, cada vez mais as federações buscam parcerias com as universidades, no sentido de utilizarem as possibilidades estruturais e de pessoal qualificado destas instituições, por exemplo, a Confederação Brasileira de Futebol e Universidade do Paraná – UNIPAR (Brasil, 2005a).

As modificações nos moldes da formação e certificação já provocaram e tendem a provocar mudanças ainda mais drásticas no nível inicial de escolaridade e nos conteúdos e tempo para a formação, trazendo como conseqüência a necessidade de ser revista a questão referente à idade mínima exigida para ser iniciado o processo de formação do técnico, principalmente daqueles que na atualidade são responsabilizados pela formação das novas gerações de jogadores.

Os maiores avanços observados na legislação dos países analisados e que refletem exigência regional, como é o caso da União Européia, são a divisão em níveis de atuação de acordo com as competências; o controle cada vez maior sobre os programas de formação ao nível federativo no que diz respeito aos conhecimentos técnico-científicos e habilidades que permitem apoiar o treinamento da técnica e da tática; a valorização dos aspectos éticos; o fortalecimento das associações de técnicos que, entre outras atribuições também pretendem melhorar o nível de conhecimentos e habilidades dos técnicos das diversas modalidades.

No tocante à divisão de níveis, embora haja uma preocupação para que o nivelamento ocorra de acordo com os conhecimentos e habilidades dos técnicos, por estar calcado em um modelo que privilegia o alto rendimento os técnicos mais credenciados são alçados aos níveis mais elevados e os menos credenciados

ocupam os níveis mais baixos, entendendo-se como níveis mais baixos aqueles onde ocorre a iniciação desportiva. Esta estrutura desvela o que foi denominado como incoerência e serviu como ponto de discussão no presente estudo. Trata-se do fato de técnicos muito jovens, sem o necessário embasamento técnico-científico e tempo de experiência adequado serem responsabilizados pela formação das novas gerações de atletas. Na outra ponta, podem ser encontrados técnicos com idade satisfatória sob o ponto de vista da maturidade, porém, não possuem a necessária formação técnico-científica que pode ser obtida no ensino formal de nível superior e que parecem essenciais para atender as demandas exigidas no treinamento de jovens apontadas pelos estudiosos do assunto.

3.3 ESTUDOS SOBRE O TÉCNICO DE FUTEBOL NO BRASIL

Excetuando as discussões baseadas no senso comum alimentadas pelos meios de comunicação específica em desportos, em geral, o técnico de qualquer modalidade desportiva no Brasil não é motivo de preocupação. As observações feitas geralmente discutem os resultados, e a partir destes, o que o técnico fez ou deixou de fazer, principalmente quando se trata dos técnicos de futebol, não possuindo um caráter de análise mais profunda.

Numa rápida observação dos livros brasileiros que abordam a temática do futebol, a maioria deles com caráter informativo e sem rigor científico, como seria lógico esperar quando os temas tratados versam sobre aspectos históricos (clubes, federações, biografias de ex-jogadores e alguns técnicos, narrativas sobre conquistas, etc), manuais sobre treinamento (técnica, tática, etc). Neste espaço, o técnico não é motivo de discussões mais consistentes e exclusivas.

Destoando deste contexto, em ASSAF (2002): *Banho de bola: os técnicos, as táticas e as estratégias que fizeram história no futebol,* pode ser encontrada uma

historiografia sobre técnicos e como eles abordavam os temas que deram origem ao título do livro.

A superficialidade com que é tratado o técnico desportivo e escassez de textos sobre esta temática talvez explique a dificuldade de encontrar estudos que analise este indivíduo com maior acurácia. Assim, seguindo a regra geral sobre técnicos desportivos, não existem muitos trabalhos de cunho científico sobre o técnico de futebol no Brasil.

Porém, deveria ser fator de curiosidade buscar respostas sobre as numerosas variáveis que envolvem a atividade destes indivíduos que ocupam posição tão destacada no cenário desportivo, devido à incontestável importância da modalidade no dia a dia dos brasileiros.

No Brasil, quando se discute o técnico de futebol, modalidade que de acordo com Daólio (2000) é considerada como o principal desporto nacional, a sabedoria popular afirma que, "todo brasileiro é um técnico..." (Maurício, 2002:78).

Esta afirmação deveria significar no mínimo curiosidade sobre estes indivíduos, porém, como tentativa de confirmar a suspeita de que é pequena a produção acadêmica de estudos brasileiros sobre o técnico de futebol, foi utilizada a estratégia de encontrar estudos em periódicos nacionais especializados em Educação Física e Desportos que trouxessem especificamente no título o termo *futebol, técnico* ou *técnico de futebol*, para posteriormente dar uma panorâmica da situação acadêmica brasileira sobre o assunto.

Como espaço temporal para esta busca foi delimitado o período entre 1999 e 2004, em função da nova realidade brasileira sobre a profissão, que incluindo os técnicos desportivos no bojo da Lei 9696/98 (Brasil, 1998b), regulamentou as atividades dos profissionais da educação física e dos desportos (conforme pode ser observado no estudo 1).

A tarefa foi facilitada pelos estudos de Ferreira Neto et al (s.d.), Nascimento (2002) e Santos et al. (2003) sobre a bibliografia referente a educação física e desportos em periódicos especializados (anexo VII).

Aproveitando estes estudos, foi possível relacionar 54 periódicos de diversas instituições (universidades, faculdades, associações profissionais, etc) que apresentam textos sobre a educação física e os desportos. Esta grande quantidade de periódicos brasileiros vai ao encontro de Krzyzanowski et al. (1991) que projetavam a existência de um milhão de revistas científicas em todo mundo em torno do ano 2000.

Como o período de identificação dos títulos sobre o tema foi delimitado em seis anos (a partir de 1999), foram considerados apenas 14 periódicos acessíveis através de motores de busca de dados electrónicos, abrangendo o lapso de tempo estabelecido. No quadro 9 pode ser observada a produção científica sobre Educação Física e Desportos no período 1999-2004.

Quadro 9: Quantidades de textos publicados em revistas brasileiras sobre Educação Física e Desportos e os números específicos da modalidade futebol

Fonte	Quantidade total de textos	Textos sobre futebol	Textos sobre técnico de futebol
Caderno de Educação Física: Estudos e Reflexões	8	1	0
Conexões	30	1	0
Corpoconsciência	113	4	0
Movimento	8	0	0
Pensar a prática	70	2	0
Rev. Baiana de Ed. Física	34	0	0
Rev. Brasileira de Ciência e Movimento	194	10	1
Rev. Brasileira de Ciências do Esporte	774	26 (3,3%)	3 (0,3%)
Rev. Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano	108	2	0
Rev. Brasileira de Ed Física e Esporte. Ex-Rev Paulista de Ed. Física	128	5	0
Ver. Da E. Física/UEM	63	4	0
Rev. de Ed. Física (exército)	58	3	0
Rev. Mackenzie de Ed. Física e Esporte	11	0	0
Rev. Paranaense de Ed. Física	15	1	0
TOTAIS	1614	59 (3,6%)	4 (0,2%)

Os estudos especificamente sobre técnicos encontrados nos periódicos foram os seguintes: Brandão et al. (2002); Santos e Shigunov (1999); Nascimento et al. (1999); Bader (1999).

O estudo de Brandão et al. (2002) foi na área da Psicologia e teve como objetivo avaliar os estados emocionais de técnicos de alto rendimento responsáveis por equipes nacionais em competições importantes.

Como nesta profissão o desgaste proveniente da grande quantidade de papéis exercida por este indivíduo; a atividade exaustiva durante treinos e competições; a dependência do resultado desportivo para manter o status e o emprego, finalmente, o relacionamento com muitas pessoas (atletas, pais, dirigentes, imprensa, colegas, etc), as conclusões do estudo encontraram valores elevados para tensão, raiva, vigor e fadiga, aspectos diretamente associados às características da profissão de técnico.

O estudo de Santos e Shigunov (1999) foi bibliográfico, tendo utilizado artigos científicos, livros, teses e outros textos sobre as questões referentes aos aspectos técnicos (planos, periodização, métodos e cargas de treinamento), afetivos e psicológicos. De acordo com os autores estes são os conteúdos essenciais para o desenvolvimento do trabalho do técnico sob o ponto de vista da performance atlética e desenvolvimento do ser humano. Na conclusão, os autores apontam para a necessidade de embasamento científico no planejamento e execução do treinamento e que este seja feito baseado em conhecimentos construídos de forma racional, sistemática e contínua. Encerram afirmando que no Brasil não existe coerência na formação dos técnicos desportivos, uma vez que habitualmente esta formação ocorre através de cursos inadequados, o que acarreta prejuízos para conquistar "*status*" profissional.

Como o estudo de Nascimento et al. (1999) sobre a mensuração do nível de ansiedade de técnicos de handebol e futsal não estava concluído na época em que foi apresentado (XI COMBRACE/1999), sobre o trabalho pode ser dito que a justificativa foi baseada em estudos similares relativos aos atletas e houve a curiosidade de apurar de que forma a ansiedade se manifestava sobre os técnicos.

No estudo de Bader (1999) houve uma abordagem sobre o perfil psicológico de técnicos de modalidades desportivas coletivas em competição universitária. O interesse foi verificar através da auto-avaliação de determinados estados e

características psicológicas destes indivíduos. As variáveis foram: compreensão – objetivos – afeição – caráter – humor. Destas variáveis a afetividade recebeu maior importância, enquanto o humor apresentou menor importância.

Como a busca geral ficou restrita aos títulos dos trabalhos que explicitassem os termos *futebol, técnico e técnico de futebol* e não a leitura destes, possivelmente artigos que não foram considerados podem versar sobre a modalidade futebol e o técnico da mesma.

Neste ponto, parece importante ressaltar o que foi observado na Revista Brasileiras de Ciências do Esporte (RBCE). Ficou evidenciado que nesta revista pertencente ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, curiosamente, o desporto recebeu o menor quinhão, desde que no período observado, ao desporto foi dedicado um percentual em torno de 23% do total de textos. Para encontrar este valor foram considerados os títulos em que o termo desporto (ou esporte) ou modalidades desportivas (futebol, basquetebol, atletismo, etc) estavam citados.

Este percentual reduzido exemplifica o que tem ocorrido com o desporto brasileiro nos meios acadêmicos da Educação Física. Ele tem sido negligenciado por fração significativa da elite intelectual responsável pela formação das novas gerações que adentram nos cursos profissionalizantes da área. Muitos desses profissionais que por causas variadas colocam-se de forma contrária ao desporto ou simplesmente o ignoram, contraditoriamente não abrem mão dele quando se trata de veicular artigos e estudos na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, revista que por uma questão óbvia em respeito ao título que carrega, deveria tratar preferencialmente sobre os temas ligados ao desporto em toda a sua abrangência (aspectos positivos e negativos).

Os outros temas que são majoritários na revista, sem nenhuma dúvida também são pertinentes e muito relevantes. Porém, tratados na RBCE estão num contexto ao qual não pertencem (considerando o título da revista). Neste caso, o coerente seria ocupar um espaço específico, deixando a RBCE para quem efetivamente está preocupado em abordar sob todos os ângulos, os aspectos inerentes ao fenômeno desportivo.

O resultado desta estranha situação é que no período compreendido entre 1999 e 2003, dos artigos em português que veiculados sobre os desportos na RBCE, coube ao futebol apenas 26 do total de 774, correspondendo a um percentual pouco superior aos 3%, o que parece muito pouco para uma modalidade tão importante no cenário geral do país. Ainda como ilustração, o quinhão dedicado aos técnicos na RBCE ficou em 0,3% do total de títulos.

O fenômeno futebol adotado como uma das maiores expressões humanas de todas as sociedades (Dunning, 1999) e, de acordo com Marturelli (2002), a modalidade desportiva mais popular da terra, não tem suscitado o devido interesse na elite intelectual brasileira ligada à Educação Física. Esta omissão resulta que o não envolvimento com a modalidade, e no que interessa ao presente estudo, com a formação de melhores técnicos para jovens, permite que outros segmentos assumam esta responsabilidade, ficando o futebol à mercê de interesses nem sempre bem intencionados de quem o utiliza o com outros fins.

Então, ao meio acadêmico também deve caber alguma culpa ao fato de o futebol brasileiro estar repleto de práticas viciadas. Veja-se os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito denominada CPI da CBF-NIKE (Rebelo e Torres, 2001) formada com o intuito de apurar irregularidades dos mais variados matizes. Segundo Azevedo (2002), por conta dos políticos da "bancada da bola" i.e. "grupo formado por dezenas de deputados e senadores que defendem a Confederação Brasileira de Futebol no Congresso e em troca recebem ajuda financeira (ilegal, diga-se) para suas campanhas eleitorais" (p.11) e além desta "bancada", dos grupos sociais que não demonstram interesse em desvelar tudo o que ocorre no submundo do futebol brasileiro, os resultados esperados não foram alcançados (Carrano, 2000).

A pequena quantidade de estudos encontrados nos periódicos sobre técnicos e técnicos de futebol (quatro) parecem confirmar a regra, uma vez que representam apenas 0,2% dos 1614 trabalhos encontrados nos periódicos consultados, tratando-se portanto de um resultado insignificante, quando é indiscutível que o técnico, juntamente com os jogadores, é figura importante para qualquer modalidade desportiva

Por outro lado, enquanto o meio acadêmico da Educação Física e Desportos ainda não despertou a atenção para estudar os técnicos desportivos como deveria, para obter o grau de mestre no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Marturelli (2002) inspirou-se nestes indivíduos para realizar uma pesquisa intitulada "A organização do trabalho de treinadores de futebol: estratégias de ação e produtividade de equipes profissionais".

Focalizando o estudo na maneira como os técnicos deveriam organizar o trabalho para uma melhor produtividade, o autor aborda questões relativas às necessidades de uma boa formação para estes indivíduos. Aponta para o fato de que qualquer processo administrativo requer organização para atingir as metas desejadas, exigindo para tal o domínio de conhecimentos e habilidades.

A amostra do estudo reuniu técnicos dos clubes brasileiros da primeira divisão de profissionais na competição realizada em 2001. Nesta amostra, o quesito relativo à formação apontou que a maioria dos técnicos são favoráveis a uma formação superior específica. Esta opinião em geral foi compartilhada pelos indivíduos com escolaridade mais alta.

As conclusões do autor, que interessam de perto ao presente estudo, enfatizam a formação em Educação Física como uma das necessidades a ser complementada através de cursos de especialização, experiências na área e prova de conhecimentos específicos.

3.3.1 O TÉCNICO DE FUTEBOL NO CONTEXTO DA PESQUISA DESPORTIVA EM PERNAMBUCO

A observação em anais de eventos de cunho científico realizados em Pernambuco dentro do período estabelecido (1999-2004) demonstraram similaridade com a tendência nacional no que diz respeito a estudos realizados sobre futebol e técnicos de futebol.

O levantamento feito nos anais do X e XIII Encontro Pernambucano de Pesquisa, respectivamente anos de 2001 e 2004, apontaram que, dos 182 trabalhos produzidos em Pernambuco encontrados nestes anais, apesar de uma quantidade razoável de artigos sobre desporto (72), a modalidade futebol contribuiu apenas com 5 artigos, conforme pode ser observado no quadro 10.

Esta quantidade, representando 2,7% do total de trabalhos, é superior aos 0,2% que foi encontrado nos periódicos relacionados no quadro anterior. Porém, ainda parece ser muito pequena se for considerado, por exemplo, os 4 artigos encontrados sobre badminton, uma modalidade sem nenhuma tradição em Pernambuco e no Brasil, possuindo um número infinitamente menor de adeptos do que o futebol.

Quadro 10: Quantidades de textos publicados nos anais do Encontro Perrnambucano de Pesquisa em Educação Física e Esporte e os números específcos da modalidade futebol.

Fonte	Quantidade total de textos	Textos sobre futebol	Textos sobre técnico de futebol
X Encontro-Dez/2001	83	2	0
XIII Encontro-dez/2004	99	3	0
TOTAIS	182	5 (2,7%)	0

Sobre o técnico desportivo, em geral ou apenas da modalidade futebol, não foram encontrados estudos.

Este resultado leva ao entendimento de que também no Estado de Pernambuco, o técnico desportivo, de uma maneira geral e o de futebol especificamente, ainda carece de ser descoberto para permitir discussões consistentes que envolvam toda a gama de tarefas e responsabilidades que lhe são atribuídas em todos os níveis do treinamento desportivo. A partir do momento em que isto ocorrer, as opiniões sobre o técnico não estará restrita apenas ao senso comum. Urge portanto, que os cursos superiores de educação física, que apenas na cidade do Recife atinge a marca de 6, passem a ser locais propícios para a realização de estudos e debates sobre uma função considerada tão importante para o

desenvolvimento desportivo, e que na prática, no mundo acadêmico poucos se preocupam em analisá-la de forma rigorosa e frequente.

Como resultado concreto, independentemente de região, a busca empreendida permitiu observar que o técnico desportivo da modalidade futebol ainda não despertou as atenções de quem estuda e analisa o desporto no país.

Desta forma, o técnico de futebol no Brasil ainda é um terreno inexplorado no campo da pesquisa e parece urgente caminhar no sentido de estudá-lo. Neste caso, as preocupações com a formação escolarizada de nível superior e o processo de certificação também aparecem como temas que merecem estudos, uma vez que estes aspectos são muito importantes para a atuação destes indivíduos, notadamente no que tange ao treino dos jovens.

Dois aspectos deveriam ser particularmente observados: o que se refere ao que exige a legislação sob o ponto de vista de quem efetivamente pode exercitar a profissão (formação e certificação). O outro ponto importante seria acompanhar quais os procedimentos dos indivíduos na condução das atividades, independentemente de serem formados ou apenas provisionados, ainda mais quando se trata da condução de jovens, uma vez que estes indivíduos sendo responsáveis pela formação das novas gerações de jogadores devem dar exemplos de comportamento ético e moral que cultivem as virtudes, portanto, isentos de vícios. Em relação a este ponto, cabe ao Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), através da seção regional (CREF-PE), uma função importante no sentido de exercer fiscalização sobre o que ocorre na iniciação desportiva em todo o Estado. Esta iniciativa apesar de incipiente, já começa a tomar forma em outras regiões (Corassa, 2004).

3.4 MATERIAL E MÉTODOS

3.4.1 DELIMITAÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

No contexto das Ciências Sociais e Humanas, as questões que se referem à educação revestem-se de um peso significativo entre as muitas interfaces que são tidas como variáveis importantes na discussão da formação profissional do técnico desportivo, mais especificamente aquele que é responsável pela preparação de atletas jovens.

O presente estudo com característica de pesquisa descritiva (Marconi e Lakatos, 1999), através de uma abordagem hipotético-dedutiva e utilizando a estatística como método de procedimento, descreve e analisa o técnico desportivo na realidade brasileira, tendo em conta a situação específica do Estado de Pernambuco.

A preocupação com as questões que envolvem a escolaridade e sua importância no exercício da função do técnico de crianças e jovens durante o processo de formação destes no desporto de rendimento resultou na formulação do objetivo principal do estudo no sentido de analisar qual o peso da escolaridade de nível superior como fator determinante para a formação do técnico responsável pelas camadas de jovens atletas na opinião de técnicos da modalidade futebol no Estado de Pernambuco.

Em função do objetivo proposto, as teorias que defendem a educação institucional de caráter universitário como aspecto fundamental para a formação profissional apresentam-se como essenciais para o encaminhamento dos estudos, ao lado das teorias sobre formulação de conteúdos essenciais para o ensino (currículo) e as diferenças existentes entre os técnicos no que concerne as competências e experiência para exercer a atividade.

Por estes motivos, o embasamento teórico buscou apoio em estudos que tratassem destas questões, encontrando principalmente nos trabalhos realizados por Ibáñez Godoy (1996), Evans (1996), Nascimento (1998), Turner (2001) e Fuentes-Guerra (2003) a base necessária para dar sustentação às hipóteses levantadas.

De acordo com o que pode ser observado no Estudo I existe uma tendência mundial de valorizar o domínio de conhecimentos de ordem teórica para exercer a função de técnico desportivo, independentemente do local (federações, universidades, etc) onde se dá a formação e certificação.

No momento, embora persistindo em muitas pessoas a convicção de que para ser técnico o conhecimento de caráter escolarizado específico no nível superior é perfeitamente dispensável, por outro lado, o aumento gradual do percentual de sujeitos que possuem escolaridade específica de nível superior atuando na função, provoca uma situação que merece uma análise mais acurada.

No ambiente onde ocorreu o estudo, região nordeste do Brasil, mais precisamente no Estado de Pernambuco, o interesse foi analisar as opiniões dos técnicos desportivos atuantes no estado que possuem formação específica completa, formação incompleta e sem este tipo de formação, com o objetivo de verificar qual é o perfil mais adequado de técnicos desportivos para exercer a função de preparar as novas gerações de atletas.

Indagando sobre a escolaridade de nível superior no âmbito da formação do técnico desportivo como fator determinante, o estudo procurou respostas para o problema proposto neste ambiente onde coexistem técnicos com escolaridade de nível superior específica em desportos e outros sem esta escolaridade.

Como o campo de atuação deste indivíduo é muito amplo, considerando a questão dos sexos, faixas etárias diversificadas cada qual com suas particularidades e a grande quantidade de modalidades desportivas englobando os desportos individuais e coletivos, foi necessário delimitar o estudo de forma a permitir minimizar as dificuldades operacionais.

Dessa forma, para o desenvolvimento do trabalho foi escolhida uma modalidade desportiva que, apesar das possíveis ressalvas, permitisse visualizar as principais questões relacionadas com o técnico desportivo sob o ponto de vista da formação e que, embora de forma exclusiva para um desporto, pudesse servir como referência para a discussão da problemática.

Por este motivo, devido ao evidente peso social e econômico do futebol no mundo, muito particularmente no Brasil, foram escolhidos técnicos desta modalidade no Estado de Pernambuco pelo fato de apresentarem quantidade significativa de indivíduos com as características consideradas importantes para a pesquisa. Assim, o estudo buscou, junto aos técnicos pernambucanos integrantes de equipes participantes de competições voltadas para o rendimento na modalidade futebol, englobando o campo e o salão, identificar até que ponto a escolaridade de nível superior específica em desportos tem importância na formação e certificação dos técnicos responsáveis por crianças e jovens.

O estudo foi dividido em 5 seções, iniciando pela introdução, a qual permite visualizar de que forma o trabalho foi estruturado; o marco teórico que aborda questões ligadas à inserção do técnico no fenômeno desportivo, particularmente no âmbito escolar; as contribuições do Estudo I para o entendimento do que ocorre no processo de formação, bem como a realidade acadêmica brasileira na discussão do tema; a metodologia, que em função do problema proposto, enuncia objetivos, hipóteses, justifica a amostra e em conseqüência desta, os procedimentos e técnicas utilizadas; a apresentação e discussão dos resultados, em que o referencial teórico permite inferências face às opiniões emitidas pelos técnicos sobre as questões tratadas no estudo; a conclusão que busca a síntese das idéias básicas retiradas do trabalho e sugere a necessidade de novos estudos que possam complementar as lacunas não preenchidas no presente trabalho.

3.4.2 DELINEAMENTO GERAL DO ESTUDO

Quando Richardson (1999) analisa a pertinência da utilização dos métodos quantitativos e qualitativos durante pesquisas, ressalta que "a pesquisa social deve estar orientada à melhoria das condições de vida da maioria da população. Portanto, é necessário, na medida do possível, integrar pontos de vista, métodos e técnicas para enfrentar esse desafio". (p.89)

Com esta afirmação ele quer deixar claro que a utilização de um ou outro método, ou mesmo ambos, terá um caráter que diz respeito à peculiaridade de cada estudo.

Esta forma de pensar coincide com Goode e Hatt (1973), que de certa forma entendem que a pesquisa quantitativa também é qualitativa.

Segundo eles, "a pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos qualitativos e quantitativos, ou entre ponto de vista estatístico e não estatístico. Além disso, não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade". (p. 398)

Partindo das opiniões acima, o que passa a ter importância é o enfoque dado na análise do problema estudado, principalmente no tocante a técnica utilizada para o levantamento dos dados em conformidade com a realidade concreta para efetivação do estudo. No caso das pesquisas sociais, com ênfase especial no que tange a realidade concreta do pesquisador e as características dos indivíduos contatados para prestar informações para realização do estudo, o encaminhamento do trabalho torna-se específico em cada situação, o que redunda na utilização de método ou métodos, de forma igual, ou com a prevalência de um sobre o outro.

Desta forma, embora apresentando caráter de estudo quantitativo, quando da interpretação dos resultados, a análise feita foi de variáveis indicativas de qualidades dos sujeitos sob o ponto de vista dos requisitos que podem ser considerados como essenciais para exercer a função.

3.4.3 PROBLEMA E OBJETIVOS

É unânime o entendimento que, até alcançar o alto rendimento, o atleta iniciante deve seguir uma trajetória ascendente que lhe permita dominar passo a passo os elementos que constituem o arcabouço básico do desportista.

Dessa forma, é uma suposição pertinente esperar que o técnico que atua na fase inicial da carreira de qualquer atleta seja capaz de colaborar eficientemente na formação do mesmo.

No desporto, essa questão sempre gera discussão. De um lado estão os que defendem ou não consideram prejudicial que os técnicos desportivos sejam indivíduos apenas com experiência prática como ex-jogador.

Do outro lado estão os que defendem que para atuar como técnico existe a necessidade de uma formação específica em desportos, de preferência, no nível universitário superior.

Embora existindo indivíduos que possuem formação universitária específica e também foram ex-jogadores, também é fato que existem indivíduos com apenas uma dessas características como pontos extremos durante o treino de jovens: técnico ex-jogador ou técnico com formação universitária sem a experiência prática. Neste caso, sob o ponto de vista do domínio de conhecimentos técnico-científicos essenciais para trabalhar junto às crianças e jovens, qual tipo de formação seria mais adequada? A experiência prática do ex-jogador, ou a de nível universitário específico em desportos?

Localizando esta discussão no Estado de Pernambuco onde se observa a presença de técnicos com as características acima descritas, o presente estudo estabeleceu como problema a ser investigado a seguinte questão:

"Em que medida a escolaridade de nível superior específica em desportos é um fator determinante para a formação profissional do técnico responsável pelo treinamento de jovens?"

Objetivo geral

Para descrever e discutir sobre o que ocorre no Estado de Pernambuco, em relação à formação profissional adequada para o exercício da função de técnico de crianças e jovens, foi traçado o seguinte objetivo geral:

Analisar a importância da escolaridade de nível superior para os técnicos da modalidade futebol que atuam no Estado de Pernambuco.

Objetivos específicos

Verificar os dados de identificação dos indivíduos pertencentes aos subgrupos dos técnicos sem formação, formados e com formação incompleta;

Identificar o tipo de associação existente entre os subgrupos de técnicos sem formação, formados e com formação incompleta da modalidade futebol sobre o nível de prioridade dado à escolaridade de nível superior;

Identificar o tipo de associação existente entre os subgrupos de técnicos sem formação, formados e com formação incompleta da modalidade futebol em relação aos conhecimentos e habilidades consideradas necessárias para o exercício da função;

Identificar o tipo de associação existente entre os subgrupos de técnicos sem formação, formados e com formação incompleta da modalidade futebol sobre a classificação dada a função que exercem no âmbito do mercado de trabalho;

Identificar o tipo de associação existente entre os técnicos formados e com formação incompleta na modalidade futebol sobre a existência de semelhanças entre a função do técnico e do professor;

Identificar o tipo de associação existente entre os subgrupos de técnicos sem formação, formados e com formação incompleta da modalidade futebol sobre a faixa etária ideal para o técnico responsável pelo treinamento de jovens;

Identificar o tipo de associação existente entre os subgrupos de técnicos sem formação, formados e com formação incompleta da modalidade futebol, quando comparam o nível de experiência do ex-praticante com o nível que deveria ter um (ex) jogador que exerce a função de técnico de jovens.

Hipóteses

Tendo como ponto de partida o problema que orientou o estudo, hipóteses foram propostas supondo que:

PRIMEIRO CONJUNTO DE HIPÓTESES

H_0: No futebol pernambucano **não** existe associação significativa entre os subgrupos pesquisados em relação ao que eles consideram como principal prioridade: possuir escolaridade de nível superior específica em Educação Física e Desportos ou a experiência prática do ex-jogador.

H_1: No futebol pernambucano existe associação significativa entre os subgrupos pesquisados em relação ao que eles consideram como principal prioridade: possuir escolaridade de nível superior específica em Educação Física e Desportos ou a experiência prática do ex-jogador.

SEGUNDO CONJUNTO DE HIPÓTESES

H_0: Não existe diferença significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados no futebol pernambucano em relação à competência percebida das dimensões de conhecimentos e habilidades necessárias para exercer a função.

H_1: Existe diferença significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados no futebol pernambucano, em relação à competência percebida das dimensões de conhecimentos e habilidades necessárias para exercer a função.

TERCEIRO CONJUNTO DE HIPÓTESES

H_0: No futebol pernambucano **não** existe associação significativa entre os subgrupos de pesquisados em relação ao fato de considerarem como profissão a função de técnico desportivo.

H_1: No futebol pernambucano existe associação significativa entre os subgrupos de pesquisados em relação ao fato de considerarem como profissão a função de técnico desportivo.

QUARTO CONJUNTO DE HIPÓTESES

H_0: Quando questionados sobre a existência de semelhança entre as funções de técnico desportivo e professor, para técnicos do futebol pernambucano (subgrupos pesquisados) **não** existe associação significativa.

H_1: Quando questionados sobre a existência de semelhança entre as funções de técnico desportivo e professor, para técnicos do futebol pernambucano (subgrupos pesquisados) existe associação significativa.

QUINTO CONJUNTO DE HIPÓTESES

H_0: **Não** existe associação significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados (futebol pernambucano) quando indagados sobre a faixa etária mais apropriada para os indivíduos responsáveis pelo treinamento de crianças e jovens.

H_1: Existe associação significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados (futebol pernambucano) quando indagados sobre a faixa etária mais apropriada para os indivíduos responsáveis pelo treinamento de crianças e jovens.

SEXTO CONJUNTO DE HIPÓTESES

H_0: Não existe associação significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados (futebol pernambucano) quando indagado sobre qual nível de experiência como ex-jogador seria mais adequado para exercer a função de técnico de jovens.

H_1: Existe associação significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados (futebol pernambucano) quando indagado sobre qual nível de experiência como ex-jogador seria mais adequado para exercer a função de técnico de jovens.

3.4.4.RECOLHA DE DADOS

3.4.4.1 População alvo

Inicialmente, as tentativas feitas junto às federações dos estados nordestinos no sentido de colher dados sobre os técnicos desportivos para a partir daí estabelecer uma amostra, permitiram perceber a inexistência de preocupação com o conhecimento de quem são e como se formam os indivíduos responsáveis pela formação dos atletas. Esta questão ainda aparenta ser assunto de pouca monta nas entidades que dirigem o desporto brasileiro.

Este fato, além de outros de natureza pessoal e econômica, somados a questões de natureza institucional, serviram para desestimular o pesquisador em seu interesse de realizar o estudo abrangendo vários estados da região Nordeste do Brasil devido a inexistência de dados quantitativos referentes aos técnicos desportivos atuantes, bem como possíveis endereços onde pudessem ser localizados. Desta forma, foi feita a opção em concentrar o esforço na população e conseqüente amostra de técnicos localizados no Estado de Pernambuco, uma vez

que algumas pessoas se dispuseram a colaborar com a tarefa. Esta delimitação permitiu que o estudo pudesse ser finalizado apesar de fugir da idéia original.

A população investigada foi a dos técnicos desportivos responsáveis pelo treinamento da modalidade futebol (técnicos, assistentes técnicos, preparadores físicos) atuantes nas diversas categorias existentes no nível competitivo em Pernambuco.

Seguindo o modelo das demais, dados estatísticos sobre técnicos não são prioritários na Federação Pernambucana de Futebol. A dificuldade encontrada por Barbosa (2005) para elaborar matéria jornalística sobre o desemprego no futebol brasileiro foi a mesma do autor deste estudo relativamente aos dados demográficos dos técnicos do Estado de Pernambuco. Isto dificultou a determinação com dados precisos da população, conseqüentemente, da amostra. Sobre esta questão, Ibáñez Godoy (1996) refere o mesmo quando trata do universo da população pesquisada em seu estudo sobre técnicos de basquetebol na Espanha.

O desconhecimento prévio da quantidade de técnicos existentes no estado nos diversos níveis de participação (divisões de clubes profissionais – primeira e segunda, escolas de ensino básico, escolas desportivas, universidades) impediu qualquer possibilidade de selecionar uma amostra probabilística aleatória, ficando o pesquisador dependente da boa vontade dos indivíduos que se dispuseram a participar do estudo respondendo aos questionários, o que caracteriza uma amostra não probabilística acidental. Tendo como parâmetro o nível de escolaridade e com o conhecimento prévio de que os níveis de formação escolar eram diferentes, os indivíduos foram agrupados em três extratos.

Inicialmente a amostra ficou restrita aos técnicos da modalidade futebol de campo atuantes em instituições (clubes desportivos, escolas desportivas e unidades de ensino da rede formal) participantes de competições no Estado de Pernambuco, localizado na região nordeste do Brasil. Posteriormente, face às dificuldades existentes para conseguir a quantidade de indivíduos considerada suficiente, foi tomada a decisão de acrescentar técnicos da modalidade futebol de salão.

Quando isto ocorreu, não foi feito contato com a Federação Pernambucana de Futebol de Salão com o objetivo de saber se havia algum controle censitário dos técnicos da modalidade.

Como o propósito era verificar a opinião dos técnicos em relação às questões ligadas à escolaridade de nível superior, o fato da diferença básica entre o futebol de campo e futsal estar nas dimensões do campo de jogo, ao mesmo tempo em que boa parte dos indivíduos com quem houve contato direto terem verbalizado que trabalhavam com o futebol de campo e de salão, não houve a preocupação de identificar e quantificar no instrumento, os técnicos que trabalhavam nas duas, ou apenas uma das possibilidades. Além do mais, uma divisão neste sentido traria dificuldades ainda maiores durante o tratamento estatístico da amostra estratificada nos três subgrupos (indivíduos sem formação, com formação incompleta e formados).

Conforme foi referido anteriormente, a modalidade futebol foi escolhida para a realização do estudo devido à representatividade social e grande número de praticantes, conseqüentemente, de quantidade proporcional de técnicos com os perfis desejados para a investigação.

Pelo que pode ser observado no Estudo 1, mesmo onde existe grande esforço no sentido de homogeneizar a formação e certificação, esta modalidade continua apresentando características que terminam diferenciando-a das demais, em maior ou menor escala. Principalmente num país como o Brasil, onde a modalidade possui importante peso econômico, social e político.

Por este motivo, mesmo podendo ser, de certa forma, considerada exceção no conjunto das modalidades desportivas, estudos sobre o futebol, além da possibilidade de acrescentar novos conhecimentos específicos às questões internas deste, poderão servir como referência externa para as demais modalidades.

3.4.4.2 Desenvolvimento do instrumento

Para coletar os dados referentes ao estudo, em função das características específicas dos sujeitos que compunham o universo da pesquisa, foi feita a opção pela observação direta extensiva tendo como instrumento a utilização de questionário (conforme modelo apresentado no anexo II) composto por perguntas fechadas.

O Inquérito aos Treinadores Portugueses (Almeida, 2001), questionário utilizado por Ibáñez Godoy (1996) abordando a questão da formação dos técnicos de basquetebol na Espanha, questionário utilizado por Evans (1996) serviram de modelos para formulação do instrumento da pesquisa, tendo contribuído para a estruturação do questionário elaborado especificamente para o presente estudo. Complementarmente, recorremos à Escala de Nascimento sobre a auto-percepção de competência profissional em Educação Física e Desportos, composta por trinta questões. Nesta escala foram necessárias adaptações que atendessem especificamente ao técnico desportivo, haja vista que ela também englobava o professor de educação física. Por conta da necessidade, também foram acrescidas mais quatro questões consideradas pertinentes para o caso. Duas delas foram sobre conhecimentos acerca de higiene e nutrição e duas sobre habilidades relativas a prestar segurança e primeiros socorros aos atletas.

Durante o processo de elaboração do instrumento, algumas questões, embora consideradas importantes foram retiradas, em função de características específicas dos indivíduos participantes da amostra, principalmente aquelas que de alguma forma foram consideradas como causadoras de possível desconforto e retração nas respostas.

Após várias versões do questionário, a orientação do estudo considerou satisfatório o modelo que foi utilizado para amostra piloto (31 técnicos de modalidades desportivas coletivas, excetuando o futebol no sistema de teste/ re-teste).

3.4.4.3 Avaliação do questionário

Com a participação de técnicos de modalidades desportivas coletivas, excetuando o futebol, foi aplicado o instrumento com o objetivo de avaliá-lo.

Os indivíduos participantes dirigiam equipes amadoras (escolas e clubes desportivos) e a grande maioria possuía formação específica em desportos. Por este motivo, não houve grande dificuldade para aplicar o questionário. Sob o ponto de vista da escolaridade, 31 indivíduos responderam o questionário, sendo 29 com formação de nível superior (8 formados e 21 com formação incompleta) e 2 sem formação no nível superior. Dos 29 indivíduos com formação superior, 19 cursaram ou estavam cursando Educação Física e 10 pertenciam a outros cursos.

O instrumento foi aplicado experimentalmente na segunda quinzena de fevereiro (alguns casos no início de março) com o intervalo em torno de uma semana entre o teste e re-teste. O tempo gasto pelos indivíduos que colaboraram com a avaliação em seus dois momentos foi de aproximadamente vinte minutos na primeira avaliação. Não foi considerado importante verificar o tempo da segunda avaliação.

Para avaliar a consistência interna dos dados foi obtido o alfa de Cronbach para os dados do grupo do teste / re-teste e o grau de coincidência entre as duas avaliações através do escore de coincidência kappa e um teste para a hipótese de que Kappa populacional ser ou não igual a zero. Este teste eqüivale a verificar se as avaliações entre exames são independentes ou não.

O alfa de Cronbach aplicado no grupo do teste/ re-teste foi igual a 0,9552 indicando uma consistência interna elevada para os dados. Nos quadros que se seguem apresenta-se a coincidência observada e o valor de Kappa em relação ao teste e o re-teste realizado com o grupo dos 31 pesquisados.

Inicialmente foi feito um levantamento dos Dados Gerais dos indivíduos, totalizando 16 questões que pareceram importantes para a pesquisa. Na seqüência foram tratadas as questões 17 a 28 que buscaram respostas para os aspectos referentes à Caracterização do perfil do técnico de futebol no mercado de trabalho.

No Quadro 11 observa-se que o percentual de coincidência variou de 70,0% a 100,0%, com exceção da questão sobre as funções que teve um valor de kappa de 0,27. Para as demais questões, a referida medida oscilou de razoável a perfeita e o teste estatístico rejeita a hipótese de que o Kappa populacional é nulo.

Quadro 11: Avaliação da coincidência entre o teste e o re-teste para o grupo dos 31 pesquisados (questões 1 a 16)

Variável	Respostas	Coincidência	Kappa	P
	N	%		
Local onde esteja atuando	28	96,4	0,93	p < 0,001*
Região onde trabalha	29	100,0	1,00	p < 0,001*
Faixa Etária	31	96,8	**	**
Gênero	31	100,0	1,00	p < 0,001*
Escolaridade	30	93,3	0,85	p < 0,001*
Curso Superior	29	96,6	0,93	p < 0,001*
Nível do Curso Superior (Educação Física)	7	100,0	1,00	p < 0,001*
Exercer duas funções (Técnico e Professor)	20	75,0	0,53	p < 0,001*
As funções que preferiu exercer	10	70,0	0,27	P = 0,247
Tempo como técnico de Futebol	28	96,4	0,94	p < 0,001*
Tempo como técnico de jovens no futebol (anos)	27	81,5	**	**
Função atual no Futebol	26	100,0	1,00	p < 0,001*
Características do local de trabalho	14	71,4	**	**
Nível da pratica do futebol	30	70,0	0,55	p < 0,001*
Nível competitivo mais elevado	23	82,6	0,74	p < 0,001*

(**) - Não foi possível determinar devido à ocorrência de freqüência nula em pelo menos uma das categorias.

Entre as questões ou itens relacionados no Quadro 12, com exceção da questão sobre as características semelhantes à de um professor que teve 58,1% de coincidência e um kappa de 0,45 (concordância moderada), para os demais itens o percentual de coincidências variou de 66,7% a 100,0% e valores de kappa que variaram de 0,56 (concordância moderada) a 1,00 (concordância perfeita).

Para todas as questões em que foi possível determinar o valor de kappa, rejeitou-se a hipótese de que o valor do Kappa populacional seja nulo.

Quadro 12: avaliação da coincidência entre o teste e o re-teste para o grupo dos 31 pesquisados (questões 17 a 28)

Variável	RESPOSTAS	ACORDO	KAPPA	P
	N	%		
Enquadramento da função técnico de futebol	31	87,1	**	**
Ser membro de alguma associação	31	96,8	0,78	p < 0,001*
Existência de código de ética	31	96,8	0,65	p < 0,001*
Características semelhantes a de um professor (Função técnico de futebol)	31	58,1	0,45	p < 0,001*
Categoria ideal para técnico iniciar a carreira	30	83,3	0,70	p < 0,001*
Idade mais adequada para exercer a função (Técnico de futebol)	30	76,7	**	**
Experiência mais adequada para jogador de futebol Treinar equipes de jovens no futebol	30	66,7	0,56	p < 0,001*
Nível de estudos necessário para exercer a função De técnico de jovens no futebol	31	96,8	0,87	p < 0,001*
Nível do terceiro grau	26	80,8	0,63	p < 0,001*
Curso mais adequado para quem pretende ser Técnico de jovens	31	100,0	1,00	p < 0,001*
Se tratando de técnico de jovens no futebol: a lei Deve estabelecer que:	28	100,0	1,00	p < 0,001*
A função técnico de futebol perante a legislação deve Ser diferente das outras modalidades	26	92,3	0,62	p < 0,001*

(**) - Não foi possível determinar devido à ocorrência de freqüência nula em pelo menos uma das categorias.

Entre as questões ou itens relacionados no Quadro 13, com exceção das três questões: "Iniciar a carreira tendo um técnico de experiência reconhecida como orientador", "Fazer o curso de Educação Física e Desportos seria determinante" e "O técnico de jovens ideal seria aquele com maior conhecimento e experiência", que tiveram percentuais de coincidências variando de 36,7% a 53,3% e valores de kappa entre 0,15 a 0,22, para as demais questões o percentual de coincidência variou de 60,0% a 86,7% e valores de kappa de 0,32 (coincidência fraca) até 0,67 (boa coincidência).

Quadro 13: Avaliação da coincidência entre o teste e o re-teste para o grupo dos 31 pesquisados (questões 29abcd a 31abcd)

Variável	Respostas	acordos	kappa	P
	N	%		
Até 28 anos – Ex-Jogador sem formação superior	25	68,0	0,45	< 0,001*
Até 28 anos – Não Jogador com formação superior	26	65,4	0,51	< 0,001*
A partir de 40 anos - Ex-Jogador sem formação Superior	26	61,5	0,44	< 0,001*
A partir de 40 anos – Não Jogador com formação Superior	26	65,4	0,48	< 0,001*
Iniciar a carreira tendo um técnico de experiência reconhecida como orientador	30	36,7	0,15	= 0,138
Possuir experiência como ex-jogador seria o aspecto mais importante	30	60,0	0,32	< 0,001*
Fazer o curso de Educação Física e Desportos seria Determinante	30	53,3	0,22	< 0,001*
O técnico de jovens ideal seria aquele com maior conhecimento e experiência	30	43,3	0,20	< 0,001*
Preparação Técnica	30	83,3	0,67	< 0,001*
Preparação Tática	30	86,7	**	**
Preparação Física	30	83,3	**	**
Preparação Psicológica	30	86,7	**	**

(**) - Não foi possível determinar devido à ocorrência de freqüência nula em pelo menos uma das categorias.

Por ser extenso, o quadro relativo às questões 32.1 a 32.35 (Avaliação da coincidência entre o teste e o reteste para o grupo dos 31 pesquisados) foi colocado no Anexo III (tabela 1). Nesse quadro, para as questões relativas à capacidade e domínio observa-se percentuais de coincidência variando de 35,7% a 72,4%. Para as questões em que foi possível determinar o valor de kappa, este variou de 0,24 a 0,62 e em todos as situações a hipótese de Kappa populacional igual a zero foi rejeitada.

3.4.4.4 Aplicação da versão final do questionário à amostra do estudo

O modelo final do instrumento (anexo) composto de 66 questões ficou com a seguinte estrutura:

I - Página de apresentação

II - Dados Gerais (16 questões)
III - Caracterização do Perfil do Técnico de Futebol no Mercado de Trabalho (12 questões)
IV - Aspectos Prioritários na Formação do Técnico de Jovens no Futebol (03 questões)
V - Estágio Atual do Nível de Auto-Percepção de Competência Durante o Treinamento de Futebol (35 questões)

O período entre o início da entrega e recebimento dos instrumentos ficou compreendido entre março e julho de 2004.

Devido à grande dificuldade na recolha dos instrumentos, o pesquisador considerou um número bastante satisfatório os 192 questionários utilizados (dos 212 devolvidos), uma vez que a amostra ideal estabelecida como boa pela orientação do estudo deveria estar em torno dos 200 indivíduos.

Como foram distribuídos 517 questionários, a quantidade devolvida (212) significando um percentual de 41%, ficou bem acima dos 25% que Marconi e Lakatos (1999) refere como devolução média. A divisão por regiões foi a seguinte: Metropolitana do Recife – 257 (49,7%); Agreste – 100 (19,3%); Sertão – 100 (19,3); Mata Norte – 30 (5,8%); Mata Sul – 30 (5,8%).

Dos questionários devolvidos, 17 foram desconsiderados por não terem sido preenchidas a maioria das questões propostas, sendo 4 do Grande Recife e 13 distribuídos pelas outras regiões.

Por outro lado, 03 questionários (Metropolitana do Recife) foram preenchidos por mulheres, correspondendo apenas a 1,4% do total recolhido, quantidade muito inferior à encontrada por Almeida (2001) em Portugal, durante estudo realizado com técnicos de modalidades desportivas, que levou a autora comentar a característica da atividade como "tipicamente masculina". Souza (1996), em estudo antropológico, e Moura (2005), em texto extraído da dissertação de mestrado de cunho sociológico, também abordam a questão da supremacia masculina no futebol brasileiro. Considerando a quantidade de mulheres e as dificuldades que isto causaria durante a análise estatística dos dados, o estudo foi realizado considerando apenas o gênero masculino.

Marconi e Lakatos (1999) enfatizam que este tipo de instrumento apresenta, entre outras, desvantagens no que tange ao número de documentos distribuídos e reduzida devolução; muitas perguntas sem resposta; necessidade dos indivíduos serem minimamente alfabetizados; a incerteza em relação às circunstâncias de como e quem preencheu o instrumento; além da dificuldade para receber de volta os documentos, fato este que pode atrasar todo o processo de elaboração do trabalho.

No presente caso, considerando as desvantagens explicitadas, foi necessário solicitar o auxílio de amigos e colegas de profissão que pudessem fazer chegar o instrumento nas mãos do público-alvo.

Eles se dispuseram a entregá-los e recebê-los, principalmente nas regiões mais afastadas da cidade do Recife, respectivamente: Região da Mata Norte, Mata Sul, Agreste e Sertão. Posteriormente, surgiu mais uma dificuldade: o alto percentual de instrumentos devolvidos com preenchimento insuficiente de dados importantes para a pesquisa e a necessidade de reiniciar todo o processo de localização, sensibilização para o preenchimento e posterior devolução, o que nem sempre foi conseguido. Isto atrasou consideravelmente o cronograma estabelecido.

Apesar das dificuldades enumeradas, a opção pela aplicação do questionário apresentou-se como a técnica mais apropriada devido às condições concretas para a realização do estudo.

No questionário utilizado, as variáveis ficaram agrupadas em quatro blocos. O número de variáveis registradas foi de 151 (Dados Gerais= 55, Caracterização do Perfil do Técnico de Futebol no Mercado de Trabalho= 49, Aspectos Prioritários na Formação do Técnico de Jovens no Futebol=12, Estágio Atual do Nível de Competência Durante o Treinamento de Futebol=35), distribuídas pelas 66 questões formuladas no instrumento, respectivamente: 16 (Dados Gerais), 12 (Caracterização do Perfil do Técnico de Futebol no Mercado de Trabalho), 03 (Aspectos Prioritários na Formação do Técnico de Jovens no Futebol), 35 (Estágio Atual do Nível de Competência Durante o Treinamento de Futebol).

As variáveis serviram para definir as características da amostra, bem como para os testes estatísticos:

1. Caracterizando os dados demográficos;
2. Identificando qual o nível de prioridade para a formação dos técnicos de jovens;
3. Identificando o nível de competência percebida pelos indivíduos participantes da amostra;
4. Identificando como os técnicos se percebem em relação ao mercado de trabalho;
5. Identificando semelhanças entre a função de técnico e professor;
6. Identiiificando a faixa etária ideal para iniciar a carreira como técnico de jovens;
7. Identificando a relação entre a experiência prática do ex-jogador e a experiência considerada ideal para um ex-jogador assumir a função de técnico de jovens.

3.4.5 MÉTODOS ESTATÍSTICOS

Para análise dos dados foram utilizados recursos da estatística descritiva através da obtenção de distribuições absolutas, distribuições percentuais e medidas estatísticas: média, desvio padrão e coeficiente de variação (Técnicas de Estatística Descritiva) e utilizados os testes Qui-quadrado de Pearson e F (ANOVA) (Técnicas de Estatística Inferencial), destacando-e a utilização do Teste Exato de Fisher quando as condições para utilizaçãodo do teste Qui-quadrado não foram verificadas. Foram usados os testes de Comparações Pareadas de Tukey no caso de diferenças significantes entre os subgrupos quando da utilização do Teste F. Ressalta-se a escolha da técnica paramétrica ANOVA para a comparação entre os subgrupos em relação à escala das habilidades e domínio dos conhecimentos devido ao número superior a 45 técnicos em cada subgrupo.

Os dados foram digitados na planilha Excel e o "*software*" utilizado para a obtenção dos cálculos estatísticos foi o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) na versão 11. A margem de erro utilizada na decisão dos testes estatísticos foi de 5,0%.

3.5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta parte são apresentados os resultados obtidos na aplicação do instrumento escolhido para o desenvolvimento do estudo.

Na apresentação dos resultados a discussão relaciona o que foi analisado nas referências teóricas, em busca de resposta para o questionamento que orientou o trabalho.

Para ilustrar a apresentação dos resultados, dezessete quadros e um gráfico (tipo pizza) foram utilizados.

A maioria dos quadros reuniu conjunto de perguntas do questionário de acordo com os temas tratados.

3.5.1 PERFIL DOS TÉCNICOS PARTICIPANTES

A ordem estabelecida apresenta os dados de identificação dos sujeitos da amostra estratificada por subgrupos com os seguintes resultados:

Dos 192 pesquisados, 74 eram técnicos sem formação, 54 eram técnicos com formação incompleta e 64 eram técnicos com formação completa, conforme se ilustra no Figura 1:

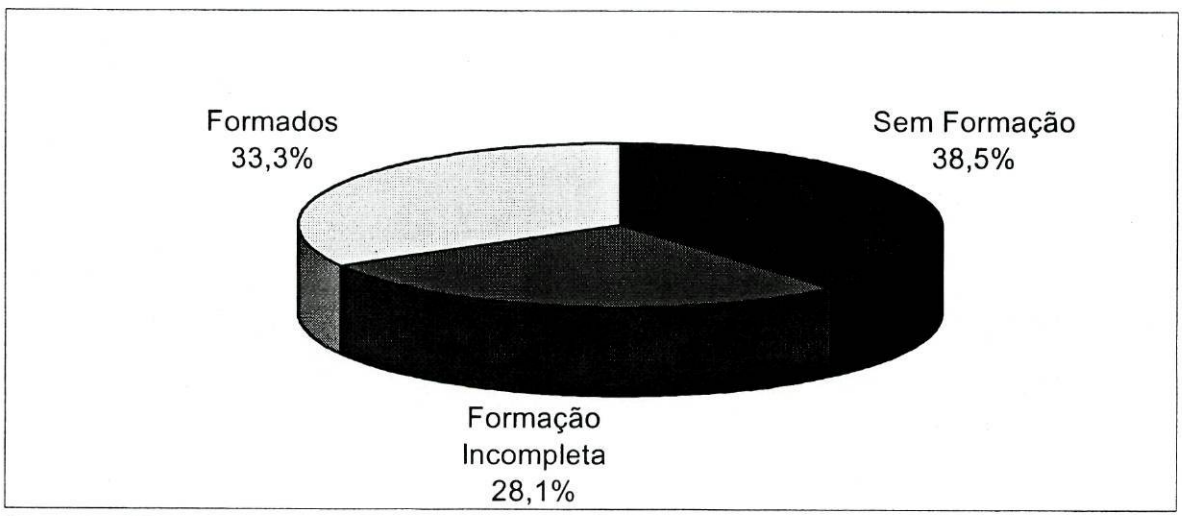

Figura 1 – Distribuição dos pesquisados segundo a formação técnica

No quadro 14 são apresentados os resultados da avaliação das questões sobre a instituição onde os técnicos desenvolvem a função (pergunta 1), a região de atuação do grupo total no Estado de Pernambuco (pergunta 2). Neste quadro verifica-se que, entre os que responderam sobre o local, a maioria (60,2%) dos pesquisados atuava em Clube, em segundo lugar (32,9%) em Escola, e não se verificam diferenças elevadas entre os subgrupos. Entretanto, destaca-se que o maior percentual dos que atuavam em clubes foi registrado no subgrupo de indivíduos sem formação, enquanto que naqueles que, atuavam em escola, os maiores percentuais ocorreram entre os formados (57,1%) e entre os com formação incompleta (56,5%).

Quadro 14: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o local e a região onde exerce a atividade

	Nível do Técnico							
Variável	Sem formação		Form Incompleta		Formados		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pergunta 1								
• Local								
Clube	39	66,1	26	56,5	32	57,1	97	60,2
Escola	16	27,1	16	34,8	21	37,5	53	32,9
Universidade	1	1,7	2	4,3	3	5,4	6	3,7
Comunidade	3	5,1	2	4,3	-	-	5	3,1
TOTAL(1)	59	100,0	46	100,0	56	100,0	161	100,0
(1) – Para 31 pesquisados não se dispõe desta informação								
Pergunta 2								
• Região								
Metropolitana do Recife	36	48,6	38	70,4	43	67,2	117	60,9
Mata Norte	2	2,7	-	-	2	3,1	4	2,1
Mata Sul	4	5,4	-	-	2	3,1	6	3,1
Agreste	10	13,5	9	16,7	10	15,6	29	15,1
Sertão	19	25,7	-	-	5	7,8	24	12,5
Sem Referência	3	4,1	7	13,0	2	3,1	12	6,3
TOTAL	74	100,0	54	100,0	64	100,0	192	100,0

Em relação á região onde o técnico atuava destaca-se a Região Metropolitana do Recife com 60,9%, seguida do Agreste com 15,1% e Sertão com 12,5%. Entre os grupos destaca-se que: o percentual dos que atuam na Região Metropolitana do Recife foi menos elevado no grupo dos técnicos sem formação e foi bastante aproximado entre os outros dois grupos; o percentual dos que atuavam no Sertão foi mais elevado no subgrupo sem formação do que nos outros dois subgrupos.

Sobre estas duas variáveis pode ser percebido que os clubes (60,2%) ainda são majoritários no oferecimento de vagas para técnicos de futebol e neles os técnicos sem formação são preferidos em detrimento dos técnicos formados ou com formação incompleta. A discussão pode girar em torno de ser uma preferência por estes indivíduos, indisponibilidade de formados ou com formação incompleta, ou por questões de ordem financeira.

No Brasil, baseados numa tradição cultural arraigada no âmbito do senso comum, indivíduos das variadas camadas da sociedade defendem a presença de técnicos sem formação de nível acadêmico, ancorados apenas na formação extra-escolar, tendo como base a experiência prática e sequer este requisito em algumas situações. Esta situação é defendida em qualquer nível, das faixas etárias mais jovens até os profissionais. Por este motivo são enfatizados comentários do tipo "só quem esteve muitos anos correndo atrás da bola é que pode orientar um jogador", atribuído a Zezé Moreira (Maurício:78) ou, "não acredito em faculdade dando título de doutor em futebol. Esse título de doutor só se tira nos gramados", atribuído a Tim (Assaf, 2002:74), reforça a idéia que conhecimento técnico-científico adquirido nos bancos escolares não tem valor e os técnicos com este tipo de formação não são capazes de desenvolver um trabalho eficiente. De certa forma, esta preferência é alimentada por indivíduos pertencentes à imprensa ou jogadores famosos que, gozando de grande conceito, contribuem para formar opinião sobre as possíveis virtudes do técnico sem formação. Como exemplo pode ser citada a frase "Abaixo os teóricos" utilizada por influente jornalista desportivo como título de crônica em jornal pernambucano, querendo significar que futebol é lugar exclusivo para quem possui conhecimentos práticos (Valle, 1999).

Por outro lado, a utilização de indivíduos com formação na direção de equipes de crianças e jovens, embora não pareça ser uma prioridade, pode ser dificultada em função de quantidade insuficiente de indivíduos com esta certificação que permita atender a demanda existente, principalmente nas regiões mais afastadas, por conta da inexistência de cursos de formação nestes locais. Sobre esta questão, Ingersoll (1999) e Martens (1985) comentam que, nos Estados Unidos, o aumento da quantidade de praticantes, de modo especial no sexo feminino, acarretou a necessidade de maior número de técnicos.

A isto pode ser adicionada a questão financeira, uma vez que o indivíduo sem formação deve ser uma opção de mão de obra mais barata do que os indivíduos com formação de nível universitário, quando se trata do treinamento das camadas mais jovens, onde a remuneração é pequena.

Esta situação parece ser bem específica do treino de jovens, uma vez que, quando se trata dos técnicos que atuam com jogadores profissionais, nos grandes clubes, a remuneração pode ser muito alta, enquanto a escolaridade não aparenta ser um fator importante para a contratação, surgindo outras variáveis, e, dentre elas, o passado desportivo como jogador constituindo-se como fator importante (às vezes, determinante) para assumir o posto (Tadeia, 2000; Alves, 2001). Como exemplo, podem ser citados os valores pagos a Mário Zagalo (1,8 milhão de reais por ano, na Portuguesa de Desportos) e Paulo César Carpegiani (1 milhão de reais por ano, no São Paulo), de acordo com dados divulgados na Revista Veja (1999). Estes mesmo senhores não receberiam tanto para treinar jovens.

No Brasil, adicionando ao que foi explicitado no estudo I, a atual legislação, Lei nº 9.696 de 01 de setembro de 1998, em seu artigo 1, diz que "o exercício das atividades de educação física e a designação de profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física", enquanto o artigo 2 estabelece que "apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais":

I- os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido.

III - os que, até a data do início da vigência desta lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física , nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

Talvez por conta dos fatores acima enumerados é que, embora não sendo permitida na rede formal de ensino (escolas e universidades) a presença de técnicos sem formação, excetuando o que está explicitado no inciso III do artigo 2 (acima), do total de 59 indivíduos trabalhando em instituições de ensino, foram encontrados 17 sem formação (28,8%), que podem estar cumprindo ou burlando a lei acima citada.

Embora não tenha sido uma variável priorizada no estudo, foi confirmada na amostra utilizada a suposição baseada em dados empíricos de que em regiões mais afastadas da Região Metropolitana do Recife existe maior quantidade de técnicos atuando sem formação.

Como exemplo, no Sertão, região que dista em média 600 quilômetros da RMR, foram 79,1% de técnicos sem formação, do total de técnicos pesquisados.

Quanto aos técnicos com formação incompleta, a área de atuação deles depende da localização da instituição onde estuda. Possivelmente, este é o motivo de não serem encontrados técnicos deste subgrupo no Sertão, uma vez que naquela região não existem faculdades de formação em Educação Física.

Este não parece ser um privilégio de Pernambuco, ou do Brasil. Em geral, nas proximidades dos grandes centros urbanos as chances são maiores em todos os sentidos, existindo maior possibilidade para emprego, estudos, grandes clubes, maior número de competições, etc. (Almeida, 2002). Por estes motivos, é natural que haja uma maior concentração de indivíduos nas proximidades das grandes regiões metropolitanas.

Da mesma forma que o Ministério da Educação e Cultura do Brasil sobre a formação de quadros para a educação (uol Educação, 2004), o documento da instituição responsável pela formação de técnicos do Reino Unido (scUK 2003) refere preocupações no sentido de criar alternativas de cursos de formação para as regiões mais afastadas. Na África do Sul (South África, 1999), a federação de

futebol (SAFA), com a pretensão de formar novos técnicos, envida esforços para que também nas regiões mais distantes do país ocorram cursos de formação.

No Quadro 15 são apresentados os resultados dos três subgrupos sobre o nível de escolaridade (pergunta 05) e no caso do terceiro grau (curso superior) indicar qual (pergunta 06). Embora apresentando terceiro grau incompleto e completo como nível de escolaridade, por não se tratar de formação específica em desportos, os 18 casos de técnicos que aparecem foram considerados como pertencentes ao extrato dos indivíduos sem formação, uma vez que não se formaram ou estão se formando em Educação Física e Desportos.

Dessa forma, dos 191 indivíduos pesquisados na variável Escolaridade, 38,2% não possuíam formação, enquanto os formados (64) ou com formação incompleta (54) representaram 61,8% de graduados ou graduandos no Curso Superior de Educação Física e Desportos. Um indivíduo (formação incompleta em Educação Física), completou nível superior em outra especialidade. O subgrupo de indivíduos (formação incompleta) era de alunos de faculdades pernambucanas de nível superior do curso de Educação Física e Desportos.

Quadro 15: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo a escolaridade e curso superior

	Nível do Técnico							
Variável	Sem formação		Form Incompleta		Formados		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pergunta 5								
• Escolaridade								
Primeiro grau	13	17,8	-	-	-	-	13	6,8
Segundo grau	42	57,5	-	-	-	-	42	22,0
Terceiro grau incompleto	7	9,6	53	98,1	-	-	60	31,4
Terceiro grau completo	11	15,1	1	1,9	64	100,0	76	39,8
TOTAL(1)	73	100,0	54	100,0	64	100,0	191	100,0
(1) – Para um pesquisado não se dispõe desta informação								
Pergunta 6								
• Curso Superior								
Educação Física	-	-	54	100,0	64	100,0	118	88,7
Outros	15	100,0	-	-	-	-	15	11,3
TOTAL(1)	15	100,0	54	100,0	64	100,0	133	100,0

(1) – Para 59 pesquisados não se dispõe desta informação

O percentual de técnicos sem formação (38,2%) encontrados nos 191 indivíduos pesquisados foi inferior aos 52% encontrado por Almeida (2001), em estudo sobre técnicos portugueses, ficando próximo do percentual (31,7%) encontrado por Fuentes-Guerra (2001), porém, muito superior aos 5% relatados por Ibáñez Godoy (1996), ambos na Espanha. O Estudo de Gould et al. (2002), sobre sessenta e cinco técnicos americanos participantes dos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996) e Olímpiadas de Nagano (1998), indica que apenas 15,4% não possuíam formação. O total de técnicos doutores e mestres apresenta 36,9% e bachareis 47,6%.

No nosso estudo foram devolvidos 212 dos 517 questionários distribuídos, quantidade que apresenta um percentual de 41%, bem acima dos 25% que Lakatos refere como devolução média. Porém, quando são consideradas as quatro regiões geográficas, os dados numéricos apresentam-se desproporcionais, revelando a necessidade de os números, apresentando uma quantidade maior de indivíduos formados ou com formação incompleta (61,8%), serem analisados com muita reserva. Este cuidado deve considerar o resultado obtido por regiões: Metropolitana do Recife – 257 (49,7%); Agreste – 100 (19,3%); Sertão – 100 (19,3); Mata Norte – 30 (5,8%); Mata Sul – 30 (5,8%).

Nesta divisão, dos 191 pesquisados, apenas pouco mais de (32%) foi das regiões mais afastadas da Região Metropolitana do Recife (Mata Norte, Mata Sul, Agreste e Sertão). Além disto, deve ser considerado que, dos 260 questionários distribuídos nestas regiões (50,3% do total), apenas 63 (24,3%) retornaram, e que o percentual de indivíduos sem formação representava 55,5% desta parte da amostra. Também deve ser ressaltado que dos 24 técnicos do Sertão que devolveram o questionário (de 100 enviados), apenas 5 possuíam formação e os 19 restantes (79,1%) foram todos sem formação.

Por outro lado, os números encontrados nas regiões distantes da Região Metropolitana do Recife (Agreste e Sertão) permitem supor que os percentuais de técnicos sem formação atuando nos clubes seriam modificados em relação aos outros subgrupos, caso a amostra tivesse sido mais equilibrada entre as diversas regiões.

No Quadro 16 são apresentados os resultados da faixa etária (pergunta 3), faixa de tempo como técnico (pergunta 10), faixa de tempo como técnico de jovens (pergunta 11).

Quadro 16: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo a faixa etária, o tempo como técnico, o tempo como técnico de jovens, a categoria ideal para iniciar a carreira e a idade mais adequada para exercer a função de técnico de jovens no futebol

	Nível do Técnico							
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL	
Pergunta 3	N	%	N	%	N	%	N	%
• Faixa etária (anos)								
< 22	5	6,9	13	24,5	-	-	18	9,5
22 a 27	10	13,9	25	47,2	7	10,9	42	22,2
28 a 32	12	16,7	8	15,1	9	14,1	29	15,3
33 a 39	21	29,2	5	9,4	15	23,4	41	21,7
40 a 55	18	25,0	2	3,8	27	42,2	47	24,9
> 55	6	8,3	-	-	6	9,4	12	6,3
TOTAL(1)	72	100,0	53	100,0	64	100,0	189	100,0
(1) – Para 3 pesquisados não se dispõe desta informação								
Pergunta 10								
• Tempo como técnico (anos)								
0 a 3	16	26,2	34	66,7	9	15,0	59	34,3
4 a 6	21	34,4	8	15,7	10	16,7	39	22,7
7 a 19	20	32,8	9	17,6	24	40,0	53	30,8
20 a 35	3	4,9	-	-	17	28,3	20	11,6
> 35	1	1,6	-	-	-	-	1	0,6
TOTAL(1)	61	100,0	51	100,0	60	100,0	172	100,0
(1) – Para 20 pesquisados não se dispõe desta informação								
Pergunta 11								
• Tempo como técnico de jovens (anos)								
0 a 3	22	36,1	31	67,4	10	16,7	63	37,7
4 a 6	15	24,6	8	17,4	9	15,0	32	19,2
7 a 19	22	36,1	7	15,2	25	41,7	54	32,3
20 a 34	2	3,3	-	-	16	26,7	18	10,8
TOTAL(1)	61	100,0	46	100,0	60	100,0	167	100,0

– Para 25 pesquisados não se dispõe desta informação

Nesta tabela verifica-se que a idade tendeu a ser mais elevada entre os formados e menos elevada no grupo com formação incompleta. Os percentuais das duas

primeiras faixas etárias foram correspondentemente mais elevados no subgrupo com formação incompleta (71,7%), enquanto que os percentuais mais elevados das duas últimas faixas etárias ocorreram no grupo de formados (51,6%).

Da mesma forma que a faixa etária, o tempo como técnico e como técnico de jovens foram correspondentemente menos elevados no grupo com formação incompleta e mais elevados no grupo de formados.

Em relação à categoria ideal para iniciar a carreira, a maioria (88,2%) citou escolinha / infantil/ juvenil, sendo este percentual menos elevado (81,7%) entre os técnicos em formação.

A idade considerada mais adequada para iniciar a carreira de técnico teve o maior percentual na faixa de 22 a 27 anos, sendo o percentual relativo a esta faixa mais elevado no grupo de formados e menos elevado entre os técnicos leigos; o segundo maior percentual correspondeu aos que disseram que idade não tem importância, sendo este percentual mais elevado (39,1%) entre os formados e menos elevado (17,6%) entre os técnicos sem formação.

Nas questões referentes à idade, a variação nos subgrupos de técnicos sem formação e formados vai da faixa etária abaixo dos 22 anos até indivíduos com idade acima dos 55 anos. Entre os técnicos sem formação, a faixa etária com maior quantidade de indivíduos foi entre os 33 e 39 anos (29,2%), enquanto a faixa etária mais concorrida entre os formados foi entre 40 e 55 anos (42,2%).

Como seria óbvio esperar, a maioria (47,2%) dos indivíduos com formação incompleta ficou numa faixa etária mais jovem (entre 22 e 27 anos), embora a faixa abaixo dos 22 anos também tenha apresentado um índice importante (24,5%).

Na observação do tempo como técnico e técnico de jovens, 93,4% e 96,8% dos indivíduos sem formação estão nas três primeiras faixas. Entre os formados, a maioria está contida na terceira (7 a 19 anos) e quarta faixa (20 a 34 anos), respectivamente 68,3% e 68,4%.

Diferentemente dos outros subgrupos, entre os técnicos com formação incompleta, apenas uma faixa (0 a 3 anos) apresenta percentual acentuado (67,4%), não sendo encontrados indivíduos nas duas últimas faixas.

Analisando as idades dos indivíduos, fica evidenciado que os subgrupos de técnicos sem formação e formados apresentam faixa etária alta. Sob o ponto de vista do tempo esses indivíduos podem ser considerados experientes (Mendes,1996; Nascimento e Graça, 1998). Quanto à maioria dos indivíduos com formação incompleta, de acordo com Mendes (idem) são considerados novatos.

No Quadro 17 são apresentados os resultados da função atual (pergunta 12).

Sobre o tipo de posição ocupada, a função de técnico era exercida pela maioria (67,5%) dos pesquisados, sendo este percentual mais elevado no subgrupo de indivíduos sem formação do que nos outros dois subgrupos. O percentual composto de assistentes técnicos foi mais elevado (21,7%) no subgrupo sem formação e menos elevado (5,0%) no subgrupo de formados, enquanto que o percentual de preparadores físicos foi menos elevado (5,0%) no subgrupo de indivíduos sem formação e mais elevado (31,7%) no subgrupo de formados.

Quadro 17: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo a função atual

	Nível do Técnico							
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL	
Pergunta 12	N	%	N	%	N	%	N	%
• Função Atual								
Técnico	44	73,3	32	65,3	38	63,3	114	67,5
Assistente Técnico	13	21,7	7	14,3	3	5,0	23	13,6
Preparador Físico	3	5,0	10	20,4	19	31,7	32	18,9
TOTAL(1)	60	100,0	49	100,0	60	100,0	169	100,0

1) – Para 23 pesquisados não se dispõe desta informação

Como nota adicional, foi constatado que os técnicos sem formação preferiam para função de assistente-técnico indivíduos que também não possuem formação.

Enquanto isso, a atuação como preparador físico é bastante acentuada entre os indivíduos formados e com formação incompleta, certamente por terem entrado no

futebol pela via da preparação física, resultando no que Pinto (1991) chamou de possível erro estratégico dos indivíduos com formação. Esta parece ser a regra predominante. Da mesma forma que no estatuto da Federação Italiana de Futebol (Itália, 2004) onde não tendo sido encontrada exigência de escolaridade para os técnicos, quando se trata dos preparadores físicos, a formação em Educação Física é pré-requisito e está explicitada. Como exemplo brasileiro, na Federação Paulista de Futebol (Brasil, 2004), os preparadores físicos são obrigados a apresentar documento que atesta formação superior em Educação Física.

No Brasil, isto ocorreu por dois motivos, segundo as explicações da época: o fracasso na copa do mundo de 1966, devido ao surgimento de um novo paradigma denominado como "futebol força", evidenciou a necessidade de aderir à nova situação. Durante a ditadura (1964/ 1985), quando o desporto foi utilizado com fins de controle político, ocorreu uma verdadeira invasão de militares no comando dos clubes desportivos, para atuarem especialmente na preparação física, ou com outras atribuições. Atente-se na descrição de Aquino (2002) sobre característica observada na seleção brasileira que venceu a Copa de 1970:

> "dava para perceber como os jogadores estavam com os cabelos bem aparados, "à escovinha", em claro estilo militar. A militarização da delegação também se evidenciava pela chefia entregue ao brigadeiro Jerônimo Bastos.
>
> O major aviador Roberto Câmara Lima Ypiranga dos Guaranis incumbiu-se da segurança e, junto ao preparador físico Admildo Chirol, encontravam-se vários oficiais do exército: Kleber Calomino, Raul Carlesso, José Benedito Bonetti e Cláudio Pêcego de Moraes Coutinho. Comentava-se na época que, além da preparação física, caberia a esses capitães a função de disciplinar os jogadores. Era a militarização do futebol." (p.88-89)

Como para exercer a função era necessária formação de nível superior em Educação Física e Desportos, foi criada uma parceria (que atualmente ainda permanece muito forte de acordo com o que foi constatado), onde o comando técnico estava a cargo de um técnico sem formação, preferencialmente ex-atleta, enquanto a preparação física ficava com um sujeito com escolaridade de nível superior em educação física e desportos, no início, preferencialmente militar. O êxito na copa do mundo de 1970 consagrou definitivamente o modelo de

preparadores físicos oriundos do quartel durante longo período, entrando em declínio nos últimos anos.

Atualmente, com o progressivo afastamento dos militares, futebol pernambucano como exceção, de acordo com Sol (2003), que discute sobre os militares no futebol do Estado, geralmente, os responsáveis pela preparação física são civis formados ou formandos em Educação Física e Desportos, atuando lado a lado com indivíduos sem formação (ex-atletas ou não) nos clubes de futebol espalhados pelo país. Mesmo assim, como no caso dos técnicos sem formação atuantes na escola (verificado acima), também vale ressaltar a presença de 03 preparadores físicos sem formação, que fugindo do padrão, servem para confirmar a regra.

3.5.2 TESTANDO HIPÓTESES

No Brasil, de acordo com a legislação vigente (Brasil, 1998b), o cargo de técnico desportivo está reservado ao profissional de educação física. A mesma legislação exige que o local de formação destes profissionais seja no nível universitário superior, especificamente no curso de educação física.

Em função desta obrigatoriedade legal que convive com o fato de muitos indivíduos exercerem a função de técnico de jovens sem a certificação estabelecida, buscando resposta para a pergunta que orientou o estudo, foram levantadas hipóteses para serem testadas.

Seis aspectos principais foram priorizados: (1) o peso da escolaridade de nível superior como contraponto da experiência prática do ex-jogador; (2) a auto-percepção das competências para exercer a função; (3) o técnico no mercado de trabalho dos indivíduos que atuam na modalidade escolhida (futebol de campo e salão) nas diversas regiões do Estado; (4) a questão referente à situação dual técnico e professor e possível semelhança entre ambos; (5) a idade ideal para ser técnico de jovens; e (6) a relação entre a experiência como ex-jogador e o tipo de experiência mais indicada do jogador que exerce a função de técnico de jovens.

Na análise foram considerados os três subgrupos dos técnicos relacionados no presente trabalho, excetuando o caso específico da quarta hipótese, onde foram considerados apenas os técnicos formados e com formação incompleta.

3.5.2.1 Primeiro conjunto de hipóteses

O primeiro conjunto de hipóteses teve como intenção identificar a opinião dos técnicos sobre escolaridade de nível superior e experiência prática como ex-jogador.

H_0: No futebol pernambucano **não** existe associação significativa entre os subgrupos pesquisados em relação ao que eles consideram como principal prioridade: possuir escolaridade de nível superior específica em Educação Física e Desportos ou a experiência prática do ex-jogador.

H_1: No futebol pernambucano existe associação significativa entre os subgrupos pesquisados em relação ao que eles consideram como principal prioridade: possuir escolaridade de nível superior específica em Educação Física e Desportos ou a experiência prática do ex-jogador.

Para testar as hipóteses foram consideradas as perguntas: P. 24 (Que nível de estudos você considera necessário para exercer a função de técnico de jovens no futebol?); P. 25 (Caso tenha optado pelo terceiro grau, indique um dos níveis indicados:graduação, doutorado, etc); P. 26 (Considerando importante o nível de escolaridade superior, qual seria o curso mais adequado para quem pretende ser técnico de jovens no futebol?), reunidas no Quadro 18. No quadro 19, a pergunta 30bc (Em que ordem de prioridade você coloca alternativas abaixo?); No quadro 20, a pergunta 31abcd (Quem está melhor preparado para trabalhar com jovens nos aspectos abaixo indicados?).

Do Quadro 18 destaca-se que, em relação à pergunta 24: "O nível de estudos que considera necessário para exercer a função de técnicos de jovens no futebol", os

percentuais dos que citaram nenhum, primeiro ou segundo grau foram correspondentemente mais elevados entre os técnicos sem formação, enquanto que os percentuais dos que citaram terceiro grau foram mais elevados entre os técnicos com formação incompleta ou entre os formados e, portanto, comprova-se associação significante entre os subgrupos e os resultados da questão ($p < 0,05$).

Quadro 18: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o grau de estudos necessário para exercer a função de técnicos de jovens, o nível do terceiro grau e o curso mais adequado

	Nível do Técnico								
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL		Valor p
	N	%	N	%	N	%	N	%	
P 24 • Grau de estudo									
Nenhum	7	9,6	-	-	1	1,6	8	4,2	< 0,0001*
Primeiro Grau	10	13,7	1	1,9	-	-	11	5,8	
Segundo Grau	34	46,6	7	13,0	6	9,4	47	24,6	
Terceiro Grau	22	30,1	46	85,2	57	89,1	125	65,4	
TOTAL(1)	73	100,0	54	100,0	64	100,0	191	100,0	
(1) – Para um pesquisado não se dispõe desta informação									
P 25 • Nível do terceiro grau									
Graduação	8	38,1	23	50,0	29	50,9	60	48,4	= 0,2954
Especialização	9	42,9	22	47,8	25	43,9	56	45,2	
Mestrado	1	4,8	-	-	1	1,8	2	1,6	
Doutorado	3	14,3	1	2,2	2	3,5	6	4,8	
TOTAL(1)	21	100,0	46	100,0	57	100,0	124	100,0	
(1) – Para 68 pesquisados não se dispõe desta informação									
P 26 • Curso mais adequado									
Educação Física	60	93,8	53	100,0	62	100,0	175	97,8	= 0,3005
Administração	2	3,1	-	-	-	-	2	1,1	
Engenharia	1	1,6	-	-	-	-	1	0,6	
Psicologia	1	1,6	-	-	-	-	1	0,6	
TOTAL(1)	64	100,0	53	100,0	62	100,0	179	100,0	

(1) – Para 13 pesquisados não se dispõe desta informação
(*) – Associação significante ao nível de 5,0%.

Entre os que citaram terceiro grau na pergunta 24, na pergunta 25, aproximadamente a metade dos pesquisados com formação incompleta e formados citaram o nível de graduação, enquanto que entre os sem formação os

dois maiores percentuais corresponderam aos que citaram especialização (42,9%) e graduação (38,1%). Para esta variável não se comprova associação significante entre o nível do curso e os subgrupos (p> 0,05).

Quanto à pergunta 26, excetuando quatro pesquisados do subgrupo de técnicos sem formação, todos os demais citaram que o curso de Educação Física era o mais adequado, não se comprovando associação significante entre as duas variáveis (p > 0,05).

Estudos apontam a experiência prática, a observação e o contato com técnicos mais experientes como os recursos primários da aquisição de conhecimentos e fatores de desenvolvimento na carreira (Bloom et al, 1995; Cushion et al.,2003). Talvez, por este motivo, os técnicos portugueses participantes do estudo de Almeida (2001) tenham considerado pouco a formação acadêmica. Comparativamente, os resultados desta primeira hipótese apresentaram-se bem mais promissores em relação a este tipo de fomação. No conjunto das respostas da pergunta 24, do total dos setenta e três técnicos sem formação pesquisados, cinqüenta (68,5%) consideram que a escolaridade ideal deve estar acima do próprio nível de escolaridade que possuem; doze (16,4%) consideram que a escolaridade ideal deve estar abaixo do próprio nível de escolaridade que possuem, enquanto onze técnicos (15,1%) consideram que a escolaridade ideal deve estar no mesmo nível de escolaridade que possuem.

Este resultado em relação aos técnicos sem formação aponta para possível preocupação destes em relação à necessidade de adquirir mais conhecimentos sobre a função que exercem.

Quando a este interesse se observa que o resultado obtido na pergunta 26 sobre o curso de nível superior mais adequado para técnicos de jovens revela que, dos 64 indivíduos sem formação que responderam, a esmagadora maioria (94%) indica que deve ser Educação Física, isto pode representar um interesse dos técnicos sem formação por este tipo de formação, porém, a situação sócio-econômica, destes indivíduos pode ser o fator que dificulta sua concretização.

Nas três perguntas sobre escolaridade, os resultados obtidos da amostra denotam que os técnicos sem formação adotam a postura de privilegiar a escolaridade nos

níveis abaixo do terceiro grau (69,9%), enquanto dos 118 indivíduos com formação incompleta e completa, 103 (87,3%) elegem a escolaridade de nível superior como mais importante.

No conjunto das respostas da pergunta 24, do total dos setenta e três técnicos sem formação pesquisados, cinqüenta (68,5%) consideram que a escolaridade ideal deve estar acima do próprio nível de escolaridade que possuem; doze (16,4%) consideram que a escolaridade ideal deve estar abaixo do próprio nível de escolaridade que possuem, enquanto onze técnicos (15,1%) consideram que a escolaridade ideal deve estar no mesmo nível de escolaridade que possuem.

Este resultado em relação aos técnicos sem formação aponta para possível preocupação destes em relação à necessidade de adquirir mais conhecimentos sobre a função que exercem.

Quando a este interesse se observa que o resultado obtido na pergunta 26 sobre o curso de nível superior mais adequado para técnicos de jovens revela que, dos 64 indivíduos sem formação que responderam, a esmagadora maioria (94%) indica que deve ser Educação Física, isto pode representar um interesse dos técnicos sem formação por este tipo de formação, porém, a situação sócio-econômica, destes indivíduos pode ser o fator que dificulta sua concretização.

Quanto aos indivíduos com a formação incompleta e completa, chama a atenção o fato de que 15 técnicos (12,7%) indicaram nível de escolaridade inferior para exercer a função, chegando um deles (formado) a indicar a inexistência de necessidade de qualquer nível de escolaridade para ser técnico de jovens, o que denota uma opinião baseada no entendimento do senso comum. Este resultado não coincide com o que foi obtido por Marturelli (2002). Este autor encontrou que os técnicos com maior grau de escolaridade consideram importante a formação superior específica.

Por outro lado, apenas oito do total de técnicos (124) que responderam a pergunta 25, no que diz respeito ao grau de escolaridade de nível superior, atribuíram valor ao mestrado e doutorado para exercer a função de técnico. Este resultado indica que para a grande maioria destes indivíduos, na graduação e especialização estão as qualificações necessárias para o cargo. Vale ressaltar que dos 08 indivíduos

que mencionaram mestrado e doutorado, a metade era composta por técnico sem formação. Isto denota uma grande sensibilidade destes indivíduos para um aprofundamento cada vez maior dos conhecimentos para exercer a função.

Os resultados das perguntas 30b e 30c sobre os aspectos prioritários para a formação do técnico de jovens no futebol são apresentados no Quadro 19.

Nele destaca-se que, no item (pergunta 30b): "Possuir experiência como ex-jogador seria o aspecto mais importante", o percentual dos que citaram alta prioridade foi mais elevado entre os pesquisados sem formação (50,7%) e menos elevado entre os formados (17,5%), diferença esta que revela associação significante entre os subgrupos e os resultados da questão.

Para o item (pergunta 30c) "Fazer o curso de Educação Física e Desportos seria determinante", os percentuais atribuídos para alta prioridade foram correspondentemente menos elevados no subgrupo de técnicos sem formação do que nos outros dois subgrupos. Ao nível de 5,0% existe associação significativa entre os subgrupos e cada uma das variáveis relativas às questões: "Possuir experiência como ex-jogador seria o aspecto mais importante" e "Fazer o curso de Educação Física e Desportos seria determinante".

Quadro 19: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo as prioridades indicadas para ser técnico de jovens no futebol (pergunta 30 bc)

	Nível do Técnico								
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL		Valor p
	N	%	N	%	N	%	N	%	
P30b: Possuir experiência como ex-jogador seria o aspecto mais importante									
Alta prioridade	35	50,7	12	22,6	11	17,5	58	31,4	< 0,0001*
Baixa prioridade	34	49,3	41	77,4	52	82,5	127	68,6	
TOTAL(1)	69	100,0	53	100,0	63	100,0	185	100,0	
P30c: Fazer o curso de Educação Física e Desportos seria determinante									
Alta prioridade	36	53,7	41	82,0	52	85,2	129	72,5	< 0,0001*
Baixa prioridade	31	46,3	9	18,0	9	14,8	49	27,5	
TOTAL(1)	67	100,0	50	100,0	61	100,0	178	100,0	

(1) – Para 7 pesquisados não se dispõe desta informação

Possuir experiência como ex-jogador (pergunta 30b) é baixa prioridade para a maioria dos técnicos formados e em formação, em claro contraste com os técnicos sem formação. Ainda assim, mesmo neste grupo a diferença em termos percentuais apresentada entre alta e baixa prioridade é mínima (1,4%), parecendo indicar que o peso do ex-jogador como fator essencial para exercer a função de técnico entre os próprios indivíduos sem formação não é tão importante como se poderia supor.

Os técnicos sem formação apresentaram resultados inferiores aos outros subgrupos quando questionados sobre o curso de Educação Física como fator determinante para a formação profissional (pergunta 30c). Mesmo assim, o simples fato de neste grupo o número dos que indicaram alta prioridade ser superior aos que optaram por baixa prioridade (36 x 31) reforça o que foi analisado sobre as respostas da questão anterior, ou seja, que a escolaridade de nível superior em curso específico (Educação Física e Desportos), para a maioria dos técnicos sem formação pesquisados reveste-se de grande importância para atuar junto às camadas de jovens desportistas.

Entre os indivíduos com formação incompleta e formados, os resultados obtidos corroboram os índices apresentados anteriormente na pergunta 24 sobre o grau de escolaridade.

Na pergunta 31 (a, b, c, d) sobre os itens: preparação técnica, tática, física e psicológica (Quadro 20) verifica-se que os percentuais dos que citaram a categoria: "Ex-jogador sem formação" foram correspondentemente mais elevados no grupo de técnicos sem formação para qualquer um dos itens analisados.

Nos dois primeiros itens, o menor percentual foi registrado entre os profissionais com formação completa ou incompleta. Ao nível de significância considerado, comprova-se associação significante entre os subgrupos e as categorias dos dois primeiros itens.

Quadro 20: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo as prioridades indicadas para ser técnico de jovens no futebol (pergunta 31abcd)

	Nível do Técnico								
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL		Valor p
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Pergunta 31: Preparação técnica									
Ex-jogador sem formação	50	71,4	32	60,4	18	29,0	100	54,1	< 0,0001*
Profissional com formação	20	28,6	21	39,6	44	71,0	85	45,9	
TOTAL(1)	70	100	53	100	62	100	185	100	
(1) – Para 7 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 31 b: Preparação tática									
Ex-jogador sem formação	43	62,3	30	56,6	24	40,0	97	53,3	= 0,0342*
Profissional com formação**	26	37,7	23	43,4	36	60,0	85	46,7	
TOTAL(1)	69	100	53	100	60	100	182	100	
(1) – Para 10 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 31 c: Preparação física									
Ex-jogador sem formação	15	22,1	7	13,2	8	13,1	30	16,5	= 0,2935
Profissional com formação	53	77,9	46	86,8	53	86,9	152	83,5	
TOTAL(1)	68	100	53	100	61	100	182	100	
Pergunta 31 d: Preparação psicológica									
Ex-jogador sem formação	13	19,1	5	9,4	6	9,8	24	13,2	= 0,1883
Profissional com formação	55	80,9	48	90,6	55	90,2	158	86,8	
TOTAL(1)	68	100	53	100	61	100	182	100	

(1) – Para 10 pesquisados não se dispõe desta informação
(*) – Associação significante ao nível de 5,0%.
(**) – completa ou incompleta

As quatro variáveis da pergunta 31 tratam sobre as questões que englobam as principais atribuições do técnico desportivo. Os resultados encontrados sobre as respostas dadas pelos técnicos refletem o entendimento geral da possível vantagem do técnico sem formação que foi ex-jogador, sobre os outros com escolaridade de nível universitário, principalmente, quando se trata da técnica e tática, que são fatores básicos para qualquer atleta atuar com eficiência.

Por este motivo, no conjunto das respostas dos técnicos sem formação, a técnica e tática são consideradas como variáveis onde eles se consideram mais preparados para exercer a função em comparação aos outros subgrupos do estudo. Para este subgrupo, a preparação física e psicológica estão mais

afastadas das competências do técnico sem formação ficando mais próximas da competência que é própria dos indivíduos que estão se formando ou já estão formados.

As respostas dadas reforçam a estrutura encontrada no futebol pernambucano onde os técnicos sem formação cuidam da técnica e tática, enquanto a preparação física fica sob o encargo dos preparadores físicos. Quanto à preparação psicológica os números obtidos atribuem aos profissionais formados ou em formação, maior competência no trato deste item.

Sobre preparação psicológica, o resultado talvez seja pouco fiável por se tratar de uma área ainda pouco explorada nas instituições onde o futebol é praticado.

As respostas que atribuem aos preparadores físicos competências para se ocupar da preparação psicológica podem estar baseadas apenas no fato de eles possuírem escolaridade de nível superior onde o tema psicologia é tratado, enquanto os técnicos sem formação em geral não têm acesso a este conhecimento.

A predominância da atual estrutura do futebol pernambucano (técnico sem formação como técnicos e assistentes; técnicos formados ou em formação como preparadores físicos) ganha consistência quando se observa o resultado das respostas dadas pelos indivíduos com formação incompleta que apontam a técnica e a tática como tarefa melhor desenvolvida pelo ex-jogador, levando a inferir que estes conteúdos não recebem um tratamento qualificador durante o curso de formação.

Mesmo entre os formados, os índices atribuídos aos ex-jogadores nas variáveis técnica e tática, embora sejam inferiores aos índices encontrados nos sujeitos com formação incompleta, ainda são altos quando comparados com as variáveis preparação física e psicológica.

Apesar do que se constata nos valores absolutos obtidos, é preciso considerar que os resultados encontrados permitem fazer inferências sobre o declínio do "mito" do ex-jogador como modelo ideal de técnico para jovens.

Isto decorre do fato de que até os técnicos sem formação parecem perceber a necessidade de buscar embasamento que extrapola a competência do ex-jogador, demonstrando no conjunto das opiniões dadas que percebem a necessidade de adquirir conhecimentos mais consistentes.

Esta nova situação deve decorrer da importância econômica do desporto; da presença cada vez maior no mercado de técnicos que, possuindo uma formação teórica mais consistente, colocam em cheque a competência dos técnicos sem formação; das facilidades cada vez maiores de acesso ao conhecimento científico; da globalização e massificação dos desportos em escala mundial através dos meios de comunicação, o que deixa à mostra que o modelo de técnico predominante no passado (ex-jogador) já não é suficiente para atender as múltiplas facetas do desporto atual.

Devido a isto, a presença de profissionais que não dominem eficientemente as ferramentas que se fazem indispensáveis para a função que exercem, pode acarretar problemas variados, desde a diminuição dos resultados econômicos, de uma maneira geral (ações dos clubes, venda de produtos ligados ao nome do clube, diminuição dos valores auferidos por jogadores e técnicos), até à perda de prestígio e espaço no mercado de trabalho.

Assim, a busca por técnicos competentes sinaliza para a necessidade de estes indivíduos dominarem conhecimentos que não estão restritos apenas ao perfil de ex-praticante, sendo indispensável agregar habilidades e conhecimentos que somente estudos específicos podem oferecer.

O teste das perguntas buscando associação significante entre os subgrupos, apresentou resultados que apontam para a aceitação da Hipótese Nula nas questões 25, 26, 31c, 31d.

Quanto ao teste das perguntas 24, 30b, 30c, 31a, 31b apresentou resultados que apontam para a rejeição da Hipótese Nula.

3.5.2.2 Segundo conjunto de hipóteses

O segundo conjunto de hipóteses teve como intenção identificar de que forma os três subgrupos de técnicos percebiam a sua própria competência ao responder a escala criada por Nascimento (1998), com pequena adaptação para a necessidade específica do presente trabalho.

H_0: Não existe diferença significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados no futebol pernambucano, em relação à competência percebida das dimensões de conhecimentos e habilidades necessárias para exercer a função.

H_1: Existe diferença significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados no futebol pernambucano, em relação à competência percebida das dimensões de conhecimentos e habilidades necessárias para exercer a função.

Por ser muito extenso, o quadro detalhado relativo à distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas Dimensões Habilidades e Conhecimentos foi colocado no anexo III (tabela 2)

No Quadro 21 destaca-se que os valores médios das questões relativas as dimensões de habilidades e conhecimentos foram mais elevados entre os formados do que entre os outros dois grupos e existe diferença significante entre os três subgrupos ($p < 0,05$).

Através dos testes de comparações pareadas de Tukey comprova-se diferença significante do grupo de formados com cada um dos outros dois grupos conforme indica as letras entre parêntesis.

Os resultados apontam que em média os técnicos formados obtiveram índices maiores que os técnicos dos dois outros subgrupos (3,77 contra 3,47 dos técnicos sem formação e 3,32 dos indivíduos com formação incompleta), tanto no conjunto das dimensões Habilidades e Conhecimentos, quanto nas dimensões de forma separada (para mais detalhe, consultar no anexo III, tabelas 3 e 4, as estatisticas dos níveis de competência na Dimensão das Habilidades segundo o nível do

técnico e às estatísticas dos níveis de competência na Dimensão do Conhecimento segundo o nível do técnico).

Quadro 21: Estatísticas da Competência Profissional Percebida, das dimensões de Conhecimentos e Habilidades necessárias para exercer a função

Nível do técnico					
Competência Profissional Percebida					
Estatística	Sem formação	Em Formação	Formados	Total	Valor de p
Média	3,47 (A)	3,32 (A)	3,77 (B)	3,53	0,0006*
Desvio padrão	0,69	0,66	0,57	0,67	
Coef. Variação	19,88	19,86	15,17	18,87	
Dimensão de Conhecimentos					
Média	3,11	2,99	3,61	3,25	0,0001*
Desvio padrão	0,75	0,79	0,52	0,74	
Coef. Variação	24,02	26,40	14,51	22,77	
Dimensão de Habilidades					
Média	3,30	3,16	3,70	3,40	0,0001*
Desvio padrão	0,69	0,69	0,53	0,68	
Coef. Variação	20,93	21,96	14,45	19,95	

(*) – Diferença significante ao nível de 5,0%.
Obs. Letras distintas entre parêntesis indica diferenças significantes entre as médias dos grupos correspondentes.

Os resultados obtidos no Quadro 21 apontam que na média os formados obtiveram índices maiores que os dois outros subgrupos (3,77 contra 3,47 dos técnicos sem formação e 3,32 dos indivíduos com formação incompleta).

Considerando os seis valores possíveis da escala (0 a 5), todas as médias ficaram no intervalo entre 3 e 4, excetuando a Dimensão Conhecimento dos indivíduos com formação incompleta que ficou abaixo de 3 (2,99).

Estes resultados parecem confirmar estudo de Langston (1978, citado por Matsakis, 2002), onde indivíduos formados apresentaram nível superior aos técnicos sem formação nas questões que envolviam temas indispensáveis para o exercício da função.

Parece importante comentar que os resultados obtidos entre indivíduos sem formação e indivíduos com formação incompleta foram maiores para o primeiro

subgrupo. Estes resultados analisados genericamente podem sugerir diversas possibilidades:

Os técnicos sem formação terem atribuído valores mais altos do que deveriam nas questões postas.

Os técnicos sem formação terem mais tempo na função do que os técnicos com formação incompleta. Neste caso, os anos de experiência e possível participação em clínicas e cursos de atualização acrescentaram habilidades e conhecimentos ao acervo dos técnicos sem formação, o que pode corroborar Bloom et al. (1995) e Cushion et al.(2003).

A estatística dos níveis de competência na dimensão das habilidades segundo o nível do técnico colocada no anexo III (tabela 3) mostra que existe diferença significante entre o grupo dos formados e cada um dos outros grupos, para itens 32.1, 32.7, 32.17, 32.20, 32.22 e 32.26; entre os subgrupos de técnicos sem formação e técnicos formados, para os itens: 32.13, 32.28 e 32.30; e entre o grupo de técnicos sem formação com cada um dos outros grupos para o item 32.24.

Analisando o sentido das diferenças, pode ser observado que em todos os casos o grupo dos técnicos formados obteve resultados maiores que os outros dois subgrupos, excetuando a questão 32.9, onde o índice dos formados foi igual ao dos técnicos sem formação, e a questão 32.24, onde os técnicos sem formação obtiveram índice maior dos que os formados (técnicos sem formação= 3,81 contra formados=3,73).

Entre os técnicos sem formação e indivíduos com formação incompleta, das 18 questões os técnicos sem formação obtiveram índice maior em 14 (32.1, 32.5, 32.7, 32.9, 32.11, 32.13, 32.15, 32.17, 32.18, 32.20, 32.22, 32.24, 32.28 e 32.30), enquanto os indivíduos com formação incompleta obtiveram índice maior em quatro (32.3, 32.26, 32.33 e 32.34).

Considerando os seis valores possíveis da escala (0 a 5) a média geral dos subgrupos ficou entre 3,12 e 3,88 (inclusive).

Os formados ficaram entre 3,30 e 3,98 (inclusive), os indivíduos com formação incompleta ficaram entre 2,91 e 3,72 (inclusive), enquanto os técnicos sem formação ficaram entre 3,00 e 3,92 (inclusive).

Das três questões que trataram sobre habilidade para motivar os atletas, duas corresponderam às médias mais altas de todo o conjunto de respostas (questão 32.18 = 3,88 e questão 32.9 = 3,83).

No outro extremo, as questões que apresentaram médias mais baixas (32.34= 3,12; 32.17= 3,20 e 32.28= 3,23) corresponderam respectivamente a habilidades que para serem dominadas necessitam de conhecimentos técnico-científicos prévios, dependendo, portanto, de estudos específicos e/ou experiência acumulada através dos anos de exercício da função.

De maneira geral, deve ser ressaltado que, na Dimensão das Habilidades relacionadas por Nascimento (1998), o resultado encontrado apresentou as seguintes características: as questões dependentes de valores intrínsecos dos indivíduos (Comunicação, Incentivação, Auto-reflexão) obtiveram valores médios mais altos, enquanto as questões dependentes de valores extrínsecos (Planejamento, Avaliação, Gestão) obtiveram valores médios mais baixos.

Sobre os técnicos sem formação podem ser destacadas duas idéias:

A primeira se refere à habilidade de identificar os erros de execução que estão diretamente ligados à técnica e que, em princípio, seria um dos motivos da presença destes indivíduos na função. Inclusive, na discussão da primeira hipótese, este aspecto foi realçado na questão que tratava sobre a preparação técnica, onde 71,4% dos técnicos sem formação e 60,4% dos indivíduos com formação incompleta consideraram que o jogador sem formação seria mais importante do que o indivíduo com formação. Porém, a média encontrada correspondeu a 3,54, o que pode ser considerado um valor menor do que o esperado, tendo em conta que esta é tida como uma das principais competências destes indivíduos, a capacidade de ensinar e corrigir a execução dos movimentos da modalidade. Inclusive, o resultado apresentou-se inferior às médias dos outros subgrupos.

A segunda idéia, no item 32.22, relativo ao planejamento dos programas de treinamento, a média obtida foi 3,62 (a sexta maior) enquanto nas demais questões relacionadas com o mesmo tema (metodologia de treino) as médias ficaram sempre abaixo dos 3,26, ressaltando que a menor média (3,0) pertencia a uma questão sobre metodologia do treino.

A aplicação dos testes buscando diferença significante entre os subgrupos apresentou resultados que apontam para a aceitação da hipótese nula nas questões: 32.3, 32.5, 32.9, 32.11, 32.15, 32.18, 32.33, 32.34.

Quanto ao teste das perguntas 32.1, 32.7, 32.13, 32.17, 32.20, 32.22, 32.24, 32.26, 32.28 e 32.30 apresentou resultados que apontam para a rejeição da hipótese nula:

Como no caso anterior, as estatísticas dos níveis de competência percebida na dimensão do conhecimento segundo o nível do técnico podem ser apreciadas em detalhe no anexo III (tabela 4).

Os testes estatísticos aplicados à Dimensão dos Conhecimentos evidenciaram que, com exceção dos itens 32.29 e 32.31, existe diferença significante entre os subgrupos. Através de testes de comparações pareadas comprova-se diferenças significantes entre o grupo dos técnicos formados com cada um dos outros grupos para: 32.2, 32.6, 32.14, 32.16, 32.21, 32.25, 32.27, 32.32 e; entre os subgrupos de técnicos sem formação e formados para os itens: 32.4, 32.10, 32.19 e 32.23 e entre o subgrupo de técnicos sem formação com cada um dos outros grupos para o item 32.12. Em todos os resultados citados o valor médio foi mais elevado entre os formados do que nos outros dois subgrupos.

Entre os técnicos sem formação e indivíduos com formação incompleta, das 16 questões os técnicos sem formação obtiveram índice maior em 12 (32.4, 32.6, 32.8, 32.10, 32.12, 32.16, 32.19, 32.23, 32.25, 32.27, 32.29, 32.32), enquanto os indivíduos com formação incompleta obtiveram índices maiores em três (32.2, 32.14 e 32.31), sendo registrada igualdade na questão 32.21

Considerando os seis valores possíveis da escala (0 a 5) as médias ficaram entre 2,62 e 3,66 (inclusive). Os formados ficaram entre 3,20 e 3,92 (inclusive); os Indivíduos com formação incompleta ficaram entre 2,25 e 3,68 (inclusive); enquanto os técnicos sem formação ficaram entre 2,58 e 3,64 (inclusive).

Utilizando os grupos de competências denominados como Conhecimento Conceitual, Procedimental e Contextual (Nascimento, 1998), pode ser observado nos resultados apresentados pelo grupo dos formados que os valores médios mais altos foram encontrados nos conhecimentos procedimentais (3,73) e os mais baixos, nos conhecimentos contextuais (3,42). Os indivíduos com formação incompleta apresentaram valores médios muito próximos nos três conhecimentos (em torno de 3,00); enquanto os técnicos sem formação apresentaram valores mais altos nos conhecimentos procedimentais e contextuais (respectivamente 3,33 e 3,20) e valores mais baixos nos conhecimentos conceituais (3,01).

A análise dos valores relativamente baixos obtidos pelos indivíduos com formação incompleta e, em certa medida, também pelos formados, nas competências das Habilidades e Conhecimentos revelam que a formação destes indivíduos apresenta questões que são negligenciadas, ou não suprida, durante o curso.

É preocupante perceber que todos os valores obtidos no caso dos indivíduos formados e com formação incompleta são inferiores aos do estudo realizado por Nascimento com formandos portugueses e brasileiros (da Região Sul) e do estudo realizado por Feitosa (2002). Sobre o estudo de Feitosa, parece importante esclarecer que os brasileiros participantes eram todos indivíduos formados, vários deles ao nível de doutoramento.

Isto pode ser uma decorrência da estruturação curricular nos cursos de graduação e pós-graduação em Educação Física e Desportos que ainda não tratam sobre as questões que são específicas para função exercida pelo técnico desportivo e na melhor das hipóteses continuam formando apenas preparadores físicos.

Somando a isto o fato de os estudantes participantes do estudo de Nascimento (1998) dominarem mais habilidades do que conhecimentos, pode ser uma evidencia dos problemas existentes durante a formação específica dos técnicos desportivos no nível universitário. Neste caso, se o domínio de habilidades

predomina, os ex-jogadores estão no mesmo patamar ou mesmo em vantagem, por conta da experiência vivida no campo de jogo.

Com a recente modificação curricular, é possível que esta lacuna venha a ser preenchida e a formação universitária do técnico desportivo possa ser conduzida com a qualidade que se almeja (Brasil, 2002b).

Outro fator, tratado anteriormente na revisão da literatura, diz respeito ao descaso com a discussão do fenômeno desportivo no âmbito das universidades.

Mesmo sob o ponto de vista apenas do rendimento, sem considerar outros aspectos importantes para a formação geral dos técnicos que vão atuar junto a crianças e jovens (o que seria um erro), na formação atual são negligenciadas sob o ponto de vista da utilização prática pelos técnicos desportivos como ferramentas essenciais para o trabalho com as camadas jovens: a aprendizagem motora em toda sua abrangência, aspectos biomecânicos dos movimentos executados, valências físicas predominantes para executar os elementos fundamentais da modalidade, as variações morfológicas e psicológicas de acordo com as faixas etárias, conhecimentos sólidos sobre pedagogia do desporto e os conhecimentos metodológicos específicos das várias modalidades (Evans, 1996; Fuentes-Guerra, 2003; Ibañez Godoy, 1996; Nascimento, 1998; Tani, 2002; Turner, 2001).

Os conteúdos acima são importantes para a formação do jogador sob o ponto de vista da execução dos elementos técnicos/táticos. Por este motivo, a formação do técnico não pode prescindir destes conhecimentos e neles deve residir à diferença entre quem recebeu formação específica e o curioso que pensa que sabe e que é simples ensinar.

A aplicação dos testes buscando diferença significante entre os subgrupos apresentou resultados que apontam para a aceitação da hipótese nula nas questões 32.29 e 32.31. Quanto ao teste das perguntas 32.2, 32.4, 32.6, 32.10, 32.12, 32.14, 32.16, 32.19, 32.21, 32.23, 32.25, 32.27 e 32.32 apresentou resultados que apontam para a rejeição da hipótese nula.

3.5.2.3 Terceiro conjunto de hipóteses

O terceiro conjunto de hipóteses teve como intenção identificar a opinião dos técnicos sobre a posição ocupada no mercado de trabalho, mais especificamente sobre se a função exercida seria ou não profissão.

H_0: No futebol pernambucano, não existe associação significativa entre os subgrupos de pesquisados em relação ao fato de considerarem como profissão à função de técnico desportivo.

H_1: No futebol pernambucano, existe associação significativa entre os subgrupos de pesquisados em relação ao fato de considerarem como profissão à função de técnico desportivo.

Para testar as hipóteses foram consideradas a pergunta 17 (Qual das opções abaixo você considera como a que melhor se enquadra com a atividade do técnico de futebol?); pergunta 18 (Você é membro de alguma associação de técnicos de futebol?); pergunta 19 (Você considera indispensável a existência de um código de ética para os técnicos de futebol?); pergunta 27 (Quando se tratar de técnico de jovens no futebol, a lei deve estabelecer que: a) qualquer indivíduo pode ser técnico? b) apenas ex-jogador da modalidade deve ser técnico? c) só deve ser técnico indivíduo com formação de nível superior em desporto?) e pergunta 28 (A legislação sobre o técnico de futebol deve ser diferente das outras modalidades?).

Da leitura do Quadro 22 destaca-se que a maioria (88,3%) dos pesquisados considera que a opção profissão é a que melhor se enquadra com a atividade do técnico de futebol, não se destacando diferenças elevadas entre os subgrupos para esta questão.

A maioria (86,8%) dos entrevistados não era membro de alguma associação de técnicos de futebol, sendo este percentual mais elevado (96,2%) no subgrupo com formação incompleta (em formação) e com valores aproximados entre os outros dois subgrupos.

Quadro 22: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo status da função no mercado de trabalho; participação em associação de classe; necessidade do código de ética, leis desportivas e diferenciação entre as leis para o futebol e outras modalidades

	Nível do Técnico								
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL		Valor p
Pergunta 17	N	%	N	%	N	%	N	%	
• Atividade Profissional									
Ocupação	1	1,4	-	-	2	3,1	3	1,6	p (1) = 0,8849
Quase Profissão	1	1,4	1	1,9	-	-	2	1,1	
Semi-Profissão	3	4,3	1	1,9	1	1,6	5	2,7	
Profissão Emergente	5	7,1	4	7,4	3	4,7	12	6,4	
Profissão	60	85,7	48	88,9	58	90,6	166	88,3	
TOTAL(1)	70	100,0	54	100,0	64	100,0	188	100,0	
(1) – Para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 18									
• Associação de Técnicos									
Sim	12	16,7	2	3,8	11	17,2	25	13,2	(2) = 0,0566
Não	60	83,3	51	96,2	53	82,8	164	86,8	
TOTAL(1)	72	100,0	53	100,0	64	100,0	189	100,0	
(1) – Para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 19									
• Considera indispensável Código de ética									
Sim	66	89,2	50	94,3	59	92,2	175	91,6	p (2) = 0,5749
Não	8	10,8	3	5,7	5	7,8	16	8,4	
TOTAL(1)	74	100,0	53	100,0	64	100,0	191	100,0	
(1) – Para um pesquisado não se dispõe desta informação									
Pergunta 27									
• Lei do Técnico de Jovens									
Qualquer Indivíduo	27	39,7	9	17,0	6	9,5	42	22,8	(2) < 0,0001*
Ex-jogador	18	26,5	1	1,9	2	3,2	21	11,4	
Formação acadêmica	23	33,8	43	81,1	55	87,3	121	65,8	
TOTAL(1)	68	100,0	53	100,0	63	100,0	184	100,0	
(1) – Para 8 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 28									
• Futebol x outras modalidades									
Sim	34	51,5	14	28,0	23	41,1	71	41,3	(2) = 0,0389*
Não	32	48,5	36	72,0	33	58,9	101	58,7	
TOTAL(1)	66	100,0	50	100,0	56	100,0	172	100,0	

(*) – Associação significante ao nível de 5,0%.
(1) – Através do teste Exato de Fisher.
(2) - Através do teste Qui-quadrado de Pearson.

A maioria dos técnicos formados e em formação considerou a exigência legal de formação superior para exercer a função de técnico, enquanto que entre os técnicos sem formação o maior percentual (39,7%) correspondeu aos que consideraram elegível para função qualquer indivíduo, seguido dos que citaram formação acadêmica (33,8%) e ex-jogador (26,5%).

Aproximadamente a metade (51,5%) dos técnicos sem formação respondeu que a legislação sobre o técnico de futebol deveria ser diferente das outras modalidades, sendo este percentual menos elevado entre os técnicos com formação incompleta (28,0%) e entre os formados (41,1%).

Os resultados do teste estatístico mostram associação significante entre o subgrupo e a variável, para as duas questões: "Quando se tratar de técnico de jovens no futebol, a lei deve estabelecer que:" e para "A legislação sobre o técnico de futebol deveria ser diferente das outras modalidades".

Embora apresentando um percentual menor do que os outros subgrupos, na pergunta 17, os técnicos sem formação (85,7%) consideraram a função como uma profissão, ficando muito próximo da média obtida pelo total de indivíduos pesquisados nos três subgrupos (88 3%).

Seguindo a escala de ordem crescente indicada por Boudon e Bourricaud (1993) e Faria Junior (1992) que atribuem à profissão o lugar mais alto, para uma função ser denominada como tal, os critérios desempenho de função social, conjunto estruturado de conhecimentos especializados (Oliver, 1990; Garcia, 1988), programas institucionalizados de formação para transmissão de conhecimentos sistematizados e desenvolver habilidades específicas (Freidson, 1998; Nascimento, 1998; Evans, 1996; Godoy, 1996; Campbell, 1993) e código de ética necessitam ser atendidos (CONFEF, 2000; Campbell, 1993).

O resultado médio obtido pelo total de indivíduos pesquisados nos três subgrupos considerando a função de técnico como profissão foi bastante alto.

Mesmo apresentando um percentual menor, os técnicos sem formação ficaram muito próximos da média. Se for considerada a segunda opção indicando a função

como profissão emergente, o valor médio obtido atinge um valor que se aproxima dos noventa e cinco por cento.

Por conta disso, quando se leva em consideração que a estrutura de uma profissão requer associação profissional específica, escolaridade de nível superior e código de ética (Afonso, 2001; Ramos, 2001; Rosado, 2000; Lombardo,1999; Freidson, 1998; Proença, 1998; Constantino,1995; Nunes,1994/1995; Campbell, 1993; Souza, 1984), as respostas encontradas permitem antever que o conceito de profissão entre os técnicos pesquisados está incompleto e insuficiente, ainda mais quando são levados em conta os interesses econômicos atuais (Brunoro, 1997; Gilbert e Trudel, 1999b; Pozzi, 1998; Tenreiro, 1990).

Apesar disto, dentre as opções indicadas na questão 17, para os três subgrupos profissão foi considerada como a que melhor se enquadra com a atividade do técnico de futebol.

Quando o assunto é associação de classe (pergunta 18), os indivíduos não parecem considerar importante participar. Esta é uma situação que parece ser comum em todos os lugares e merece investigação para melhor entendimento (Ibáñez Godoy, 1998).

Ser membro de associação da classe já possui alguma representatividade no Sul e Sudeste do Brasil, onde pode ser citada a Associação de Técnicos Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo e Sindicato dos Treinadores de Futebol do Rio de Janeiro. Porém, apesar da existência da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol – ABTF (Brasil, 2005b), os três subgrupos estão no mesmo patamar. Isto pode decorrer do fato que não é uma prática comum no país à formação de associações que congreguem os técnicos desportivos, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste. Assim, mesmo existindo uma entidade nacional os números encontrados denotam a falta de interesse dos técnicos pernambucanos em fazer parte como associado. Esta situação apresenta semelhança com o resultado encontrado entre os técnicos espanhóis (Ibáñez Godoy, idem). Em Portugal, Almeida (2001) encontrou resultado em que a quantidade de técnicos que não são associados às entidades de classe girou em torno dos 45%. Estes resultados

parecem sinalizar para uma tendência de não adesão dos técnicos às associações classistas, desqualificando os ideais de profissionalização (Jordan, 1948).

A pequena participação em associação profissional específica com valores muito baixos cabendo aos indivíduos com formação incompleta o menor percentual, se fossem apenas estes não seria problema tão grande. Como estes indivíduos ainda não completaram a formação, havendo a possibilidade de não ingressar neste mercado de emprego de difícil acesso e instável este fato seria menos grave que os dois outros segmentos que também não são membros da associação de classe, embora já estejam inseridos na função de técnicos. Conforme os resultados encontrados, esta é uma situação que desqualifica o entendimento destes indivíduos como profissionais e a função que exercem como profissão haja vista que, fazer parte da associação de classe deveria ser a regra e não a exceção (Tobias, 2003; Morgaine, 1999; Freidson, 1998; Nascimento, 1998; Oliver, 1990; Garcia, 1988).

Sendo uma atividade que inegavelmente possui função social, a sociedade espera de seus agentes (técnicos) a capacidade de atender os interesses dos usuários dos desportos, principalmente os jovens. Este indivíduos precisam dominar o conjunto estruturado de conhecimentos especializados através de programas institucionalizados de formação (Campbell, 1993; Evans, 1996; Freidson, 1998; Nascimento, 1998; Ibáñez Godoy, 1996;), os quais, no formato atual das estruturas sociais acontece no âmbito do ensino formal. Como no caso específico das funções laborais consideradas como profissão, a formação preconizada é no nível universitário (Fuentes-Guerra, 2003; Afonso, 2001; Ramos, 2001; Rosado, 2000; Lombardo, 1999; Nascimento, 1998; Proença, 1998; Freidson, 1998; Ibáñez Godoy, 1996; Bento, 1995; Constantino, 1995; Nunes, 1995; Adelino, 1992; Souza, 1984), entendendo-se que esta formação proporciona um melhor desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades essenciais para exercer a função, o status de profissional deveria atender esta exigência.

Quando se tratou sobre o código de ética, os percentuais atribuídos a cada subgrupo, bem como a média destes indicaram que este tópico é importante no exercício da função dos técnicos. Porém, ao comparar as perguntas 19 e 27, em

que os técnicos sem formação e com formação minimizam o rigor da legislação, surge uma contradição: a lei não precisa ser muito rigorosa quando se trata de quem pode atuar como técnico de futebol, porém nas questões relativas ao código de ética, é uma das exigências das profissões regulamentadas (Brasil, 2000; Campbell, 1993). Por este motivo, sendo profissão, a formação deve ocorrer no ensino superior. Isto sugere que os indivíduos dos subgrupos, principalmente, os sem formação e os formados há mais tempo, talvez não entendam bem quanto à necessidade de código de ética para os técnicos, enquanto exigência das profissões estabelecidas que impõem normas rígidas no que diz respeito à escolaridade exigida para um profissional (Brasil, 1998(b); 2000).

Tendo sido formulada como questão fechada no instrumento, a questão 19 sobre código de ética deixou nas entrelinhas, o entendimento não explicitado de que os indivíduos desconhecem o significado do que vem a ser um código de ética no âmbito das profissões.

O percentual maior de técnicos sem formação achar normal a legislação permitir qualquer indivíduo poder atuar é compreensível, ainda mais quando se considera a pergunta 28 que indaga sobre se a modalidade futebol deve receber um tratamento diferenciado no que diz respeito à legislação. A posição destes indivíduos difere dos subgrupos (formação completa e incompleta). Mesmo assim, em termos numéricos, o subgrupo dos formados não apresenta diferença muito grande em relação ao subgrupo dos técnicos sem formação, enquanto os indivíduos com formação incompleta entendem que a lei deve ser a mesma para todas as modalidades. Como resposta, mais da metade dos técnicos sem formação consideram que a modalidade deve ter privilégios sob o ponto de vista da lei. Em se tratando dos técnicos sem formação, esta parece ser uma posição corporativista estimulada pela própria formulação das leis que através dos anos sempre tratou o futebol de maneira diferente e sempre pode ser esperado que alguma legislação extra (como por exemplo, uma lei de 1993, denominada Lei Zico), venha a "facilitar" as coisas e o que foi estabelecido sobre a obrigatoriedade de freqüentar curso universitário para exercer a função de técnico possa ser atenuado ou modificado (Corassa, 2004). Quanto aos indivíduos formados que

apresentaram faixas etárias mais altas nos três subgrupos, considerar normal que a lei seja diferente para o futebol, pode ser fruto da época em que concluíram a graduação, quando este tipo de discussão não era muito freqüente e o modelo vigente predominante era do técnico sem formação. Este ponto de vista leva à deduzir que para estes indivíduos, o que não deve ser permitido nas outras modalidades pode ser minimizado e perfeitamente possível quando se trata do futebol.

Apesar desta posição dos técnicos sem formação, entre o ex-jogador e o técnico com formação acadêmica, eles consideram que quem possui formação de nível universitário deve ter a preferência. No conjunto dos subgrupos, quando consideradas as três possibilidades da pergunta 27, o nível universitário também é considerado mais importante e o ex-jogador é a alternativa menos indicada.

Por outro lado, o resultado encontrado entre os indivíduos que estão se formando apresenta grande importância em função das discussões provenientes sobre as questões legais serem mais freqüentes durante o andamento dos cursos universitários no atual momento, além do fato da sociedade brasileira, apesar dos desmandos da classe política, estar mais atenta para as reivindicações que parecem pertinentes.

Levando em consideração os resultados obtidos, embora considerando a função como profissão, o conjunto dos técnicos pernambucanos, aparentemente não compreendem o que caracteriza profissão e o que é essencial para que a função se estabeleça definitivamente como tal.

Tendo em vista os testes estatísticos do terceiro conjunto de hipóteses buscando associação significante entre os subgrupos, os resultados apontaram para a aceitação da hipótese nula nas perguntas 17, 18 e 19 e rejeição desta hipótese nas perguntas 27 e 28.

3.5.2.4 Quarto conjunto de hipóteses

O quarto conjunto de hipóteses teve como intenção identificar a opinião dos técnicos com formação incompleta e formados sobre semelhanças e diferenças entre as funções de professor e técnico, embora na questão 20, os técnicos sem formação também tenham respondido.

H_0: Quando questionados sobre a existência de semelhança entre as funções de técnico desportivo e professor, para técnicos do futebol pernambucano (subgrupos pesquisados) **não** existe associação significativa.

H_1: Quando questionados sobre a existência de semelhança entre as funções de técnico desportivo e professor, para técnicos do futebol pernambucano (subgrupos pesquisados) existe associação significativa.

Na quarta hipótese, as perguntas 8 e 9 foram específicas para os técnicos formados e com formação incompleta, enquanto a pergunta 20 foi formulada para os três subgrupos.

Do Quadro 23 destaca-se que quando questionado entre os que possuíam formação em Educação Física se exerciam ao mesmo tempo as funções de técnico de futebol e de professor (pergunta 8) o percentual dos que afirmaram positivamente foi 81.0% entre os formados e 55,8% entre os que tinham formação incompleta.

Entre os que responderam que exercem ao mesmo tempo as funções de técnico de futebol e professor (pergunta 9) foi questionado qual delas preferiu, e a maioria (53,0%) citou que preferiria ser técnico, não se verificando diferenças elevadas entre os subgrupos em relação a esta questão.

Quadro 23: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o fato de exercer ou não ao mesmo tempo as funções de técnico e professor e qual das funções prefere

Variável	Formação Incompleta		Formados		TOTAL		Valor p(2)
Pergunta 8	N	%	N	%	N	%	
• O uso das duas funções							
Sim	29	55,8	51	80,9	80	69,5	0,0035
Não	23	44,2	12	19,1	35	30,5	
TOTAL(1)	52	100,0	63	100,0	115	100,0	
(1) – Para 74 pesquisados não se dispõe desta informação							
Pergunta 9							
• Preferência entre as duas funções							
Ser Técnico	16	55,2	26	51,0	42	52,5	0,6898
Ser Professor	8	27,6	12	23,5	20	25,0	
Indiferente	5	17,2	13	25,5	18	22,5	
TOTAL(1)	29	100,0	51	100,0	80	100,0	

(1) – Para 99 pesquisados não se dispõe desta informação
(*) – Associação significante ao nível de 5,0%.
(2) - Através do teste Qui-quadrado de Pearson.

Na quarta hipótese, as perguntas 8 (ser professor e/ou técnico) e 9 (qual das duas opções prefere) foram específicas para os técnicos formados e com formação incompleta, enquanto a pergunta 20 (semelhança entre técnico e professor) foi formulada para os três subgrupos. O maior percentual dos formados respondeu que exercia as duas funções, porém preferia ser técnico, aproximando-se neste aspecto aos indivíduos com formação incompleta. Este resultado coincide com o que Figone (1994(b) refere sobre homens e mulheres que possuem a dupla função em escolas secundárias americanas (quantidade superior a 190.000 instituições). Porém, muitos se retiram do treinamento e isto acarreta o aumento de técnicos que não pertencem as escolas.

Os resultados obtidos apontaram para um fato que parece corriqueiro no ambiente desportivo: atuar nas duas funções ocorre com bastante freqüência. Entre as justificativas para tal situação poderia ser relacionado que o trabalho como professor parece representar a garantia de emprego permanente, enquanto atuar como técnico, apesar de ser uma questão preferencial da maioria, pela instabilidade da função que está alicerçada numa avaliação que preferencialmente considera apenas os resultados obtidos obriga estes indivíduos a buscarem espaço nas duas funções. Outro aspecto a considerar é a característica própria da

Educação Física e Desportos que permite aos indivíduos atuarem concomitantemente nos dois espaços.

Esta duplicidade foi constatada por Ramos (1999) em estudo sobre técnicos de basquetebol. Almeida (2001) sobre técnicos portugueses também refere a função de professor de educação física como uma alternativa importante para os técnicos. Rosado (2000) aconselha este como o caminho a ser seguido pelos profissionais da área da Educação Física por conta da dificuldade do técnico desportivo conseguir permanecer no posto de trabalho de forma duradoura.

Por outro lado, no Quadro 24, mais da metade (58,2%) da amostra considera que a função de técnico possui características idênticas às de um professor, sendo este percentual (71,4%) mais elevado no grupo dos formados e menos elevado (42,3%) entre os técnicos com formação incompleta. Em segundo lugar registrou-se a opção "parecida" com o menor percentual registrado entre os formados.

Quadro 24: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o fato da função de técnico de futebol possuir características semelhantes às de um professor

	Nível do Técnico								
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL		Valor p
Pergunta 20	N	%	N	%	N	%	N	%	
• Semelhança entre Técnico e Professor									
Diferente	10	13,5	12	23,1	6	9,5	28	14,8	p (2) = 0,0332*
Parecida	21	28,4	18	34,6	12	19,0	51	27,0	
Idêntica	43	58,1	22	42,3	45	71,4	110	58,2	
TOTAL(1)	74	100,0	52	100,0	63	100,0	189	100,0	

(1) – Para 3 pesquisados não se dispõe desta informação
(*) – Associação significante ao nível de 5,0%.
(2) - Através do teste Qui-quadrado de Pearson.

Quanto à pergunta 20 sobre as semelhanças entre a função de técnico e professor, considerando-as como idênticas, os técnicos sem formação aproximaram-se mais dos formados do que os técnicos com formação incompleta.

Estudos de Fuentes-Guerra, 2003; Ibañez Godoy e Causabón, 2000; Mavi e Sharpe, 2000; Ibañez Godoy, 1996; Staffo, 1992 e Simpson (1984) apontam o processo de formação do professor de Educação Física como um modelo a ser seguido durante a formação do técnico desportivo. No presente caso, esta idéia parece ser respaldada pelo resultado obtido na resposta sobre qual seria o curso de nível superior mais adequado (pergunta 26 –primeira hipótese) em que a média dos três subgrupos apresentou percentual próximo de 98% para o curso de Educação Física. Porém, como grande dificuldade existente, a formação dos professores ocorre no nível universitário, enquanto que na formação dos técnicos esta não é a regra geral (Gilbert e Trudel, 1999).

De qualquer forma, além dos estudiosos citados acima: Afonso, 2001; Paes, 2001; Cordovil, 1998; Marques, 1998; Mesquita, 1998; Prata, 1998; Marques e Mesquita, 1996; Pereira, 1996; Bento, 1995; Miguez, 1995; Ping, 1993; Walton, 1992; Barata e Lacoste, 1990; Lima, 1989; Martens et al., 1989; Araujo, 1988; Paterno, 1988; Adelino, 1988; Sabock, 1985 ; Wooden, 1980 ressaltam que existe similaridade entre as duas funções, a ponto de Meinberg (2002) e Gomes e Erichsen (2004) afirmarem que a intervenção do técnico, ressalvada sua especificidade, é uma forma de ensino. Esta junção foi realçada por Tharp e Galimore (1976) ao nomear John Wooden, o técnico americano de basquetebol como técnico-professor.

A aplicação dos testes buscando associação significante entre os subgrupos apresentou resultados que apontam para a aceitação da hipótese nula na questão 09. Quanto ao teste das perguntas 08 e 20 apresentou resultados que apontam para a rejeição da hipótese nula.

3.5.2.5 Quinto conjunto de hipóteses

A intenção no quinto conjunto de hipóteses foi identificar a opinião dos técnicos sobre a faixa etária mais adequada para o técnico atuar com crianças e jovens.

H_0: Não existe associação significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados (futebol pernambucano) quando indagados sobre a faixa etária mais apropriada para os indivíduos responsáveis pelo treinamento de crianças e jovens.

H_1: Existe associação significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados (futebol pernambucano) quando indagados sobre a faixa etária mais apropriada para os indivíduos responsáveis pelo treinamento de crianças e jovens.

Para testar as hipóteses foram consideradas a pergunta 21 (Qual a categoria ideal para o técnico de jovens?) e pergunta 22 (Da escolinha até o juvenil qual a mais adequada para exercer a função de técnico no futebol?), além da pergunta 29 abcd (Para ser técnico de jovens no futebol, em que ordem você colocaria os indivíduos com as características abaixo: com idade inferior a 28 anos - letras a / b) e com idade superior a 40 anos - letras c / d).

No Quadro 25 apresentam-se os resultados da categoria ideal para iniciar a carreira de técnico (pergunta 21) e idade mais adequada para exercer a função de técnico (pergunta 22).

Podemos verificar que, em relação à categoria ideal para iniciar a carreira, a maioria (88,2%) citou escolinha/infantil/juvenil, sendo este percentual menos elevado (81,7%) entre os técnicos com formação incompleta. A idade mais adequada para iniciar a carreira de técnico teve o maior percentual na faixa de 22 a 27 anos, sendo o percentual relativo a esta faixa, maior no grupo de formados e menor entre os técnicos sem formação.

O segundo maior percentual correspondeu aos que disseram que idade não tem importância, sendo este percentual mais elevado (39,1%) entre os formados e menos elevado (17,6%) entre os técnicos sem formação.

Quadro 25: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo a categoria ideal para iniciar a carreira e a idade mais adequada para exercer a função de técnico de jovens no futebol

	Nível do Técnico								
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL		Valor p
Pergunta 21									
• Categoria ideal para iniciar a carreira									
Escolinha/ Infantil/ Juvenil	58	81,7	46	90,2	60	93,8	164	88,2	p (1) = 0,0833
Júnior/ Adulto	13	18,3	5	9,8	4	6,3	22	11,8	
TOTAL(1)	71	100,0	51	100,0	64	100,0	186	100,0	
(1) – Para 6 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 22									
• Idade mais adequada (anos)									
< 22	11	14,9	6	11,1	4	6,3	21	10,9	**
22 a 27	24	32,4	22	40,7	29	45,3	75	39,1	
28 a 32	17	23,0	9	16,7	3	4,7	29	15,1	
33 a 39	5	6,8	-	-	1	1,6	6	3,1	
40 a 55	4	5,4	1	1,9	2	3,1	7	3,6	
> 55	-	-	2	3,7	-	-	2	1,0	
Idade não tem importância	13	17,6	14	25,9	25	39,1	52	27,1	
TOTAL	74	100,0	54	100,0	64	100,0	192	100,0	

(*) – Associação significante ao nível de 5,0%.
(**) – Não foi possível determinar devido elevado número de freqüências nulas ou muito baixas.
(1) - Através do teste Qui-quadrado de Pearson.

A análise das duas perguntas do Quadro 25, no primeiro caso confirma o modelo existente de que a categoria ideal para iniciar como técnico (pergunta 21) encontra-se nos escalões de crianças e jovens uma vez que o resultado médio dos indivíduos nos três subgrupos foi bastante alto ao apontar as escolinhas, os infantis e juvenis como primeira etapa para o técnico iniciante. Este parece ser um dos grandes problemas da iniciação desportiva, uma vez que ela não ocorre apenas com os jogadores. Da mesma forma que os jogadores, os técnicos de jovens também pretendem passar por um aprendizado que lhes permita galgar as equipes adultas. Eles praticam com os jogadores jovens, aprendem errando (Abraham e Collins, 1998) e quando adquirem conhecimentos e habilidades suficientes, na primeira oportunidade que surge abandonam a formação de jovens. Seria menos mal se o resultado deste aprendizado pudesse ser revertido para as gerações seguintes de jogadores. No entanto, o círculo vicioso se renova, uma vez que novos técnicos inexperientes trabalham com outras gerações de jovens

jogadores que também não passam de cobaias para 'indivíduos que utilizam o treino de jovens apenas como um estágio para galgar postos mais altos (Liukonnem et al. 1993; Todt, 2004). Isto dificulta cumprir as responsabilidades atribuídas ao técnico e o esperado equilíbrio entre os interesses destes indivíduos e dos jogadores (Adelino, 1988; Campbell, 1998; Coelho, 1990; De Rose, 1997; Fuentes-Guerra, 2003; Fonseca, 2000; Ibáñez Godoy, 1996; Marques, 2003; Marques, 1998; Martens, 1995; Montiel, 1997; Nunes, 1995; Paterno, 1988; Prata, 1998; Proença, 1998; Tavares, 1997).

Ainda bem que nem todos conseguem. Muitos destes indivíduos, por falta de oportunidade permanecem no treinamento de jovens durante longo tempo e certamente, conseguem adquirir a experiência e conhecimentos necessários para exercer a função (Bloom, 1996). Neste ponto entra a questão dos conhecimentos e habilidades essenciais para desenvolver a função que está diretamente relacionado ao tipo de formação e certificação que os indivíduos possuem no início da carreira e que vão adquirindo ao longo do tempo como técnicos de jovens (Turner, 2001).

Quando foi perguntado sobre a faixa etária mais adequada para trabalhar da escolinha até o juvenil, dos 22 aos 27 anos foi a faixa preferida no conjunto dos três subgrupos. O segundo percentual ficou com a resposta que não atribuía importância à idade, enquanto as faixas mais maduras (dos 40 aos 55 anos ou mais) apresentaram um percentual muito pequeno.

Os resultados obtidos nas duas questões apontam para a manutenção do *status quo* atual em que os técnicos devem iniciar pelos escalões inferiores. Quanto à faixa etária, embora sendo uma faixa que estudiosos apontam como indivíduos ainda pouco experientes (Mendes, 1996; Nascimento e Graça, 1998), mesmo assim, parece bem melhor do que a realidade existente em muitos lugares onde a idade permitida e até mesmo estimulada conforme observado no Estudo I fica bem abaixo dos 20 anos (Austrália, Reino Unido, Portugal e Espanha).

Em função de freqüências nulas ou muito baixas, não foi possível aplicar teste estatístico para as perguntas 21 e 22 (categoria ideal para iniciar a carreira e da idade mais adequada).

No Quadro 26 apresentam-se os resultados da prioridade para ser técnico de jovens segundo duas faixas etárias.

Para a opção: "idade inferior a 28 anos, ex-jogador sem formação superior em desporto" (pergunta 29 a), o percentual com alta prioridade foi mais elevado no grupo de técnicos sem formação (69,6%) e teve percentuais variando de 34,0% a 39,1% para os outros dois subgrupos.

Quadro 26: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo as características indicadas para ser técnico de jovens no futebol (Perguntas 29abcd)

	Nível do Técnico								
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL		Valor p (1)
Pergunta 29 a	N	%	N	%	N	%	N	%	
• Menos de 28 anos – Ex-Jogador sem formação superior									
Alta prioridade	48	69,6	18	34,0	25	39,1	91	48,9	0,0001*
Baixa prioridade	21	30,4	35	66,0	39	60,9	95	51,1	
TOTAL(1)	69	100,0	53	100,0	64	100,0	186	100,0	
(1) – Para 6 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 29 b									
• Menos de 28 anos – Não Jogador com formação superior									
Alta prioridade	44	63,8	48	90,6	50	79,4	142	76,8	0,0020*
Baixa prioridade	25	36,2	5	9,4	13	20,6	43	23,2	
TOTAL(1)	69	100,0	53	100,0	63	100,0	185	100,0	
(1) – Para 7 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 29 c									
• A partir de 40 anos - Ex-Jogador sem Formação									
Alta prioridade	25	44,6	6	15,8	12	26,1	43	30,7	0,0085*
Baixa prioridade	31	55,4	32	84,2	34	73,9	97	69,3	
TOTAL(1)	56	100,0	38	100,0	46	100,0	140	100,0	
(1) – Para 52 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 29 d									
• A partir de 40 anos – Não Jogador com Formação									
Alta prioridade	17	32,1	29	76,3	35	72,9	81	58,3	0,0001*
Baixa prioridade	36	67,9	9	23,7	13	27,1	38	41,7	
TOTAL(1)	53	100,0	38	100,0	48	100,0	139	100,0	

(1) – Para 53 pesquisados não se dispõe desta informação
(*) – Associação significante ao nível de 5,0%.
(1) - Através do teste Qui-quadrado de Pearson.

Para a opção "menos de 28 anos – não jogador com formação superior" (pergunta 29 b), a maioria do grupo pesquisado atribuiu alta prioridade, sendo este percentual mais elevado entre os técnicos com formação incompleta. Para a opção "com idade a partir dos 40 anos - ex-jogador sem formação superior em desporto" (pergunta 29 c), o percentual atribuído para alta prioridade variou de 15,8% (entre os técnicos com formação incompleta) até 44,6% (entre os técnicos sem formação). Para a opção "com idade acima de 40 anos - não jogador e com formação superior" (pergunta 29 d), a maioria do grupo pesquisado atribuiu alta prioridade, sendo este percentual bem mais elevado entre os técnicos com formação incompleta e menos elevado no subgrupo de técnicos sem formação. Para todas as questões comprova-se associação significante entre os subgrupos e os resultados das questões.

A pergunta 29 subdividida nas letras a, b, c e d, teve como objetivo identificar além da faixa etária a prioridade para o tipo de indivíduo responsável pela atividade com jovens. Desta forma, colocada como opção, as faixas etárias abaixo de 28 anos e a partir dos 40 anos com indivíduos nas situações propostas anteriormente (ex-jogador ou não jogador com formação universitária), em ambos os casos a faixa etária abaixo dos 28 anos obtiveram percentuais mais altos do que os indivíduos na mesma situação a partir dos 40 anos.

Coincidindo com perguntas anteriores, pode ser observado que os técnicos sem formação continuaram preferindo ex-jogadores em ambas faixas etárias, porém com números muito próximos dos não jogadores com formação.

Da mesma forma, no sentido inverso, os técnicos formados e com formação Incompleta preferiram os não jogadores com formação nas duas faixas propostas. Porém, um dado muito significativo encontrado, sintetizando o paradigma existente, é que os três subgrupos consideraram prioritários os ex-jogadores ou não jogadores com formação com menos de 28 anos em relação ao mesmo tipo com idade a partir de 40 anos. Os valores encontrados foram respectivamente 91 vs. 43 e 142 vs. 81. Isto significa que não são considerados os anos de experiência e, certamente, de aprendizagem dos indivíduos localizados nas faixas

etárias, independentemente do nível de escolaridade, quando os estudos apontam que o passar dos anos aumenta a qualidade do técnico em todos os sentidos.

Esta realidade encontrada não apenas em Pernambuco contraria os níveis de idade considerados ideais para exercer funções profissionais no campo desportivo (Araújo, 1995; Ibañez Godoy, 1996; Liukonnem et al., 1993; Mendes, 1996; Nascimento e Graça, 1999; Shigunov et al., 2002) e aquisição das habilidades, conhecimentos e experiência necessária para tratar de tema tão complexo como é o treino de jovens (De Marco e McCullick, 1997; Pereira, 1999; Rodrigues, 1997).

Em função de freqüências nulas ou muito baixas, não foi possível aplicar teste estatístico para as perguntas 21 e 22 (categoria ideal para iniciar a carreira e da idade mais adequada). Nas questões 29a, 29b, 29c e 29d, a aplicação dos testes buscando associação significante entre os subgrupos apresentou resultados que apontam para a rejeição da hipótese nula.

3.5.2.6 Sexto conjunto de hipóteses

O sexto conjunto de hipóteses teve como intenção identificar a opinião dos técnicos qual seria o nível de experiência como jogador mais adequado para atuar com crianças e jovens.

H_0: Não existe associação significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados (futebol pernambucano) quando indagado sobre qual nível de experiência como ex-jogador seria mais adequado para exercer a função de técnico de jovens.

H_1: Existe associação significativa entre os subgrupos de técnicos pesquisados (futebol pernambucano) quando indagado sobre qual nível de experiência como ex-jogador seria mais adequado para exercer a função de técnico de jovens.

Para testar as hipóteses foram consideradas a pergunta 15 (Se praticou ou pratica o futebol, em que nível?); pergunta 16 (Como atleta de futebol qual o nível competitivo mais elevado em que participou/participa?) e pergunta 23 (Que experiência como jogador de futebol seria mais adequada possuir para treinar equipes de jovens?) reunidas no Quadro 27.

Observando a categoria da participação (pergunta 15), a maioria praticava de forma amadora (nível de rendimento), sendo o maior percentual (44,5%) entre as categorias indicadas.

Quadro 27: Distribuição dos pesquisados por subgrupos de acordo com o nível de formação escolar específica, segundo o nível de prática do futebol, nível competitivo e tipo de experiência adequada

	Nível do Técnico								
Variável	Sem formação		Formação Incompleta		Formados		TOTAL		Valor p
Pergunta 15	N	%	N	%	N	%	N	%	
• Prática no futebol									
Não pratica	1	1,5	5	9,4	4	6,3	10	5,5	0,0059*(1)
Amador (de forma eventual)	20	30,8	12	22,6	16	25,0	48	26,4	
Amador: nível de rendimento	20	30,8	30	56,6	31	48,4	81	44,5	
Profissional	24	36,9	6	11,3	13	20,3	43	23,6	
TOTAL(1)	65	100	53	100	64	100	182	100	
(1) – Para 10 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 16									
• Nível competitivo como atleta									
Municipal	15	22,4	13	28,9	10	16,9	38	22,2	0,7377(2)
Estadual	33	49,3	21	46,7	30	50,8	84	49,1	
Nacional	11	16,4	8	17,8	14	23,7	33	19,3	
Internacional	8	11,9	3	6,7	5	8,5	16	9,4	
TOTAL(1)	67	100	45	100	59	100	171	100	
(1) – Para 21 pesquisados não se dispõe desta informação									
Pergunta 23									
• Tipo de experiência adequada									
Nenhuma	16	21,9	29	53,7	20	31,3	65	34,0	0,0040*(2)
Amador Eventual	7	9,6	4	7,4	10	15,6	21	11,0	
Federado Municipal	8	11,0	-	-	1	1,6	9	4,7	
Federado Estadual	15	20,5	8	14,8	13	20,3	36	18,8	
Federado Nacional	19	26,0	8	14,8	10	15,6	37	19,4	
Federado Internacional	8	11,0	5	9,3	10	15,6	23	12,0	
TOTAL(1)	73	100	54	100	64	100	191	100	

(1) – Para um pesquisado não se dispõe desta informação
(*) – Associação significante ao nível de 5,0%.
p(1) – Através do teste Exato de Fisher.
p(2) - Através do teste Qui-quadrado de Pearson.

A análise dos resultados em relação às perguntas formuladas indicou que a grande maioria dos indivíduos da amostra praticou futebol, distribuindo-se pelas diversas categorias, uma vez que dos cento e oitenta e dois que responderam à questão 15, apenas dez revelaram não ter praticado a modalidade, registrando-se nesta dezena apenas um técnico sem formação.

Deve ser ressaltado que 68,1% dos técnicos sem formação localizaram-se entre os amadores no nível de rendimento e os profissionais (situações que ficam muito próximas, uma vez que a possibilidade de ser profissional passa a ser uma questão de oportunidade). Assim, na variável ex-praticante, os técnicos sem formação participantes nas condições acima citadas contribuíram para aumentar o nível qualitativo da amostra sob o ponto de vista do ex-jogador enquanto praticante.

Por outro lado, a grande quantidade de indivíduos com formação incompleta e formados, fazendo parte das duas variáveis (ex-jogador e escolaridade de nível superior), podem ter representado um viés difícil de mensurar no conjunto de respostas. No entanto, em se tratando de futebol, ainda mais no Brasil, seria muito difícil encontrar uma amostra significativa de técnicos sem formação não praticantes, do mesmo modo que não praticantes com formação acadêmica. Este fator poderia inviabilizar a realização do estudo no formato proposto.

No que diz respeito ao nível em que os ex-jogadores participaram, há que considerar o nível de qualidade da prática, haja vista que, com percentuais muito próximos entre os subgrupos, a maior parte destes indivíduos jogou no nível municipal e estadual. Este tipo de competição, em todos os sentidos, não possui a representatividade dos que participaram em competições nacionais e/ou internacionais.

Os resultados obtidos por Almeida (2001) sobre técnicos portugueses podem reforçar a melhor qualificação do técnico que foi ex-jogador nos níveis mais altos. Aqueles que participaram no nível internacional são responsáveis pela preparação de jogadores neste nível em quantidade superior aos que participaram em níveis mais baixos. Por outro lado, considerando que o ex-jogador quando assume a função, tende a reproduzir o que aprendeu com seus antigos técnicos (Ibáñez

Godoy, 1997b), certamente nos níveis mais altos do rendimento (a experiência internacional como o tôpo), a possibilidade de ser comandado por técnicos experientes e conhecedores do ofício é muito maior do que nos níveis mais baixos

Analisando os requisitos de experiência como praticante e o nível desta pratica para delinear o perfil desejado de técnico para atuar junto a crianças e jovens, foi permitido observar que 45% de indivíduos dos três subgrupos consideraram não haver necessidade de nenhum nível de prática ou ela poderia ser apenas na categoria dos amadores eventuais. Curiosamente, 85% dos indivíduos que escolheram estas duas opções pertenciam aos subgrupos dos formados e com formação incompleta. Esta não deixa de ser uma opinião contraditória uma vez que estes indivíduos deveriam supor que quanto mais alto o nível de participação, possivelmente, maior seria o nível de experiência e conhecimentos adquiridos para atuar como técnico.

No outro extremo, 31,4% dos indivíduos considerou que o nível adequado seria o nacional e internacional. Mais uma vez, para este caso, do total de sessenta indivíduos que indicaram as duas variáveis postas, vinte e sete opiniões (45%) pertenceram ao grupo de técnicos sem formação, ficando os 55% restantes distribuídos com os outros dois subgrupos, representando que neste sentido os técnicos sem formação apresentaram um entendimento maior no sentido de que o nível nacional e internacional parece ser mais adequado para o técnico responsável por crianças e jovens.

A aplicação de testes buscando associação significante entre os subgrupos apresentou resultados que apontam para a aceitação da hipótese nula na questão 16. O teste das perguntas 15 e 23 apresentou resultados que apontam para a rejeição da hipótese nula.

3.6 CONCLUSÕES

PRIMEIRA CONCLUSÃO

O somatório de indivíduos com formação e formação incompleta apresenta uma quantidade maior de técnicos. Porém, como foi explicado anteriormente, a impossibilidade de colher uma amostra aleatória nas quatro regiões, podendo não refletir a realidade do quantitativo de técnicos com e sem formação, por outro lado, pode sugerir que paulatinamente a presença de indivíduos com escolaridade de nível superior em desportos no futebol pernambucano será majoritária nos próximos anos.

Isto decorrerá em função da recente implantação dos cursos de Educação Física nas regiões mais afastadas do Recife, bem como devido as exigências relativas a certificação provenientes da Lei 9696/98, que aos poucos estará implementada por inteiro.

SEGUNDA CONCLUSÃO

Embora seja difícil evitar o sentimento corporativo que está relacionado com as necessidades pessoais dos indivíduos, os técnicos pesquisados percebem como legítima a necessidade de que a formação deve ser num nível de escolaridade cada vez maior. Na estrutura social brasileira o ensino formal escolarizado no nível universitário parece ser a opção mais válida e mais consistente quando comparado com outros modelos de formação (federações, cursos de fim de semana, etc), uma vez que estes não oferecem o devido respaldo para uma formação eficaz.

No caso particular da presente pesquisa, esta afirmativa ganha consistência nas opiniões do conjunto de técnicos sem formação, de forma objetiva ou no que deixaram transparecer nas entrelinhas do questionário aplicado, apesar de ter sido um instrumento de características muito restritivas, pelas perguntas fechadas.

TERCEIRA CONCLUSÃO

A auto-percepção dos indivíduos aferida através de instrumento já utilizado anteriormente por Nascimento evidenciou que: comparativamente o nível de conhecimentos e habilidades dos técnicos pernambucanos pode ser considerado como estando num patamar insatisfatório, principalmente, no caso do técnico de jovens, onde competências essenciais precisam ser dominadas com maior eficiência.

No caso dos técnicos formados e com formação incompleta, os resultados deixaram à mostra a necessidade dos cursos de formação no âmbito universitário, que a segunda conclusão entendeu como essenciais, passarem por ajustes que permitam dotar estes indivíduos com o perfil e qualidades que a sociedade espera e deveria exigir.

CONCLUSÕES GERAIS

4. CONCLUSÕES GERAIS

4.1 CONCLUSÕES

Quando o presente estudo foi iniciado, a partir de um interesse com pouca base teórica, existiam muitas dúvidas e poucas certezas em relação às discussões existentes sobre o técnico desportivo.

Uma das poucas certezas no início da jornada era que os estudos sobre o técnico eram escassos e o garimpo seria difícil.

Este era e continua sendo um fato verdadeiro na realidade da pesquisa brasileira, onde o treinamento e o técnico desportivo ainda não foram devidamente considerados como objeto de estudos.

Porém, rapidamente, com a prestimosa e necessária ajuda da orientação foi possível perceber a enorme quantidade de estudos realizados sobre o técnico desportivo em outros países.

Sobre este indivíduo existem muitas pesquisas sobre questões psicológicas, sociológicas, pedagógicas, históricas, etc.

No entanto, os estudos sobre a formação e certificação propriamente dita ainda carecem de massa crítica suficiente para permitir a formulação de teorias consistentes sobre o assunto.

Desta forma, o presente estudo deve ser considerado como mais um momento de exploração deste complexo e vasto campo da formação dos técnicos desportivos e no seu bojo são trazidas algumas respostas que não sendo definitivas, podem servir como base, juntamente com outros estudos existentes para que se continue a buscar os melhores caminhos para estabelecer padrões que permitam aos técnicos desportivos prestarem serviço de qualidade em qualquer nível de atuação e nas diversas possibilidades existentes da prática desportiva, desde as pesadas exigências do alto rendimento até as amenas responsabilidades encontradas no desporto voltado para o lazer (quando comparadas com a primeira alternativa).

PRIMEIRA CONCLUSÃO

Uma vez que a legislação brasileira exige que a formação e certificação do técnico desportivo seja no nível universitário, ela pode ser considerada avançada nada ficando a dever ao modelos existentes em outros países. Porém, como no caso de tantas outras leis, necessita que se faça cumpri-las na íntegra.

SEGUNDA CONCLUSÃO

Que o status de profissão perseguido pelos técnicos, de acordo com o conceito predominante, ainda depende do reconhecimento por parte destes indivíduos do que caracteriza uma profissão. Dentre estas características, as associações profissionais, estabelecimento de códigos éticos para exercer a função e o nível de escolaridade requerido é que permitirão o reconhecimento profissional sob o ponto de vista legal e de aceitação social.

TERCEIRA CONCLUSÃO

O entendimento consensual é de que técnico e professor são funções que mais se aproximam do que se afastam. Esta é uma questão que deve ser priorizada, uma vez que para além do conceito e do termo, o que importa é que a função exercida por este indivíduo possa atender as necessidades individuais e coletivas de todos os que estão envolvidos com o fenômeno desportivo, muito especialmente, os atletas, e dentre estes, os atletas jovens.

QUARTA CONCLUSÃO

O modelo do técnico jovem e inexperiente treinando crianças e jovens parece ser um dogma. Esta situação contraria os princípios mais simples da lógica, das reflexões e dos estudos realizados sobre o tema. É notório que o aprendiz aprende com os próprios erros. Nossas crianças e jovens ao longo do tempo têm servido como cobaias nas mãos dos aprendizes de técnicos que não são culpados de estarem exercendo a função.

Todo dia, em todos os recantos, esta situação ocorre e todas as conseqüências e prejuízos (danos físicos, morais, psicológicos, técnicos, etc) desta situação jamais são mensurados.

O ideal seria que estas possibilidades de causar danos fossem minimizadas e apenas com a escolha dos indivíduos supostamente mais credenciados isto pode ocorrer.

Baseado nisto, apesar das possíveis dificuldades para operacionalizar esta intenção, técnicos maduros sob o ponto de vista da idade, experiência e conhecimentos deveriam ser responsáveis pelo treinamento das camadas jovens.

QUINTA CONCLUSÃO

Embora as conclusões deste estudo tendo como base à literatura utilizada idealize formação escolar no nível universitário em Educação Física e Desportos, no caso brasileiro esta não será uma mudança simples e num curto espaço de tempo.

Por este motivo, deveria ser estabelecido que na formação de jovens, no caso do ex-jogador, juntamente com outros critérios pertinentes (escolaridade mínima, idade, etc), o nível de experiência prática também fosse um critério de classificação para atuar como técnico. Assim, o ex-jogador de nível internacional teria vantagem sobre o de nível nacional e nesta escala até o nível mais baixo.

SEXTA CONCLUSÃO

As instituições universitárias responsáveis legalmente pela formação necessitam ajustar os currículos e programas no sentido de preparar convenientemente o técnico desportivo para que ele possa atuar com as devidas competências nos vários níveis existentes dentro do fenômeno desportivo.

4.2 ASPECTOS ESSENCIAIS PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Além dos resultados encontrados quando se finaliza uma pesquisa sempre se descortinam novas sendas que podem e devem ser trilhadas no sentido de buscar soluções diferentes para problemas antigos ou resposta para os novos problemas que sempre surgem.

Como não poderia deixar de ser, o presente estudo buscou respostas para as inquietações existentes no seu início, encontrou algumas, porém, novos questionamentos afloraram no andamento dos estudos, os quais deverão ser explorados e na medida do possível desvendados.

Dentre as possibilidades de novos estudos, seguem algumas que foram consideradas importantes para o enriquecimento da base teórica existente sobre o técnico desportivo:

Realizar estudos sobre a problemática do perfil ideal de técnico desportivo de jovens em relação ao nível de escolaridade e status de ex-praticante, no seio dos extratos sociais que interage com estes indivíduos: atletas, pais, dirigentes e imprensa.

Realizar estudos buscando identificar o perfil ideal de técnico desportivo nas outras vertentes do desporto: alto rendimento profissional, no lazer e no desporto para a terceira idade que parecem exigir conhecimentos específicos para cada situação.

Realizar estudos sobre a questão específica do treinamento de mulheres e o perfil ideal de técnicos para este gênero.

Realizar estudos comparativos dos atuais cursos de formação existentes no nível das universidades ou federações, com o objetivo de verificar os pontos positivos e negativos no que tange a conteúdos, tempo de formação, filosofia da formação

para tentar uma melhor padronização da certificação dos indivíduos que irão atuar nas várias vertentes do campo desportivo.

Realizar estudos para identificar se no Brasil a função de técnico desportivo e professor de Educação Física representa uma relação conflituosa ou necessária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM, Andy; COLLINS, Dave (1998). Examining and Extending Research In: Coach Development. *Quest, 50*, 59-79

ADELINO, Jorge (1988). Como conciliar o sucesso do jovem praticante com o sucesso do treinador. *Horizonte, 26*, 42-47

ADELINO, Jorge. (1991/1992). A importância da formação. *Horizonte, 46*, 137-148.

AFONSO, Carlos Alberto (2001). *O conhecimento do treinador a respeito das metodologias de ensino e do treino de voleibol na formação*. Tese de Doutorado. Universidade do Porto - FCDEF.

ALMEIDA, Cristina Matos (2001) *O treinador em Portugal: perfil social, caracterização da actividade e formação*. Centro de Estudos e Formação Desportiva - Ministério da Juventude e do Desporto. Portugal

ALTET, Marguerite (2001). As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar In: *Formando Professores Profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* (2ª ed.) – Porto Alegre: Artmed Editora.

ALVES, Iale (2001) Quando o "professor" vai à aula. *Folha de Pernambuco de 19 de novembro de 2001*, Esportes : 4

AMARAL, Jader Denicol do (2004). Cooperação e Competição In: Scallon, Roberto Mário (Org.) *A psicologia do esporte e a criança* (pp. 119-147). Porto Alegre: EDIPUCRS.

AQUINO, Rubim Santos Leão de (2002). *Futebol, uma paixão nacional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

ARAÚJO, Jorge (1988). Entrevista, *Treino Desportivo, 9*; 2 -17

ARAÚJO, Jorge (1995). A Selecção em Basquetebol. *Seminário Internacional "A Equação da Selecção"*. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto.

ARAÚJO, Jorge (1998). *Treinador, saber estar, saber ser*. Editorial Caminho S.A., Lisboa

ASSAF, Roberto (2002). *Banho de bola: os técnicos, as táticas e as estratégias que fizeram história no futebol*. Rio de Janeiro: Relume Dumará

AZEVEDO, Carlos (2002). A CPI improvável. In: Rebelo, Aldo e Torres, Silvio (2001). *CBF NIKE: As investigações da CPI do Futebol da Câmara dos Deputados desvendam o lado oculto dos grandes negócios da cartolagem e passam a limpo o futebol brasileiro* (pp. 11-16). São Paulo: Casa Amarela:

BARATA, João e LACOSTE, Pierre (1990). Treinador de Basquetebol: estratégia para a sua modificação comportamental. *Revista Horizonte, 39*, 75-80

BARBOSA, Alexandre (2005). Treinador: Curso de formação chega à 4a edição. *Folha de Pernambuco digital - Esportes* - 05.03.2005. [periódico on-line]. Disponível: http://www.folhape.com.br/materia.asp?mat=9000

BARIA, A. et al (1992) Un análisis comparativo de las relaciones sociales de expertos entrenadores de gimnasia canadienses y chinos In: *Actas del Congreso Científico Olimpico*

BEJA, Eliseu (2002). A formação de treinadores em Portugal In: *Seminário Internacional Formação de Treinadores "Competências Profissionais, supervisão e Tutoria"*. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém

BENTO, Jorge Olímpio (1991) Desporto na Escola e Desporto no Clube. *Revista Horizonte, 42*, 183-190

BENTO, Jorge Olímpio (1995a) *O outro lado do desporto*. Porto: Campo das Letras.

BENTO, Jorge Olímpio (1995b) Segurança ou qualidade na prática do desporto? Uma intervenção pedagógica. *Revista Horizonte*, 68, 45

BERROCAL, Santos (1995). Prólogo a la edición española In: Martens, R. et al. (1995) *El entrenador* (p.13). Barcelona: Hispano Europea:

BETRÁN, Javier Olivera. (1993). Reflexiones en torno al origen del deporte. *Apunts: Educación Física y Deportes, 33*, 12-23

BETTI, M. (1991). *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Editora Movimento.

BETTI, Mauro. (1992) Perspectivas na formação profissional. In: Moreira, Wagner W. (Org.) *Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI* (pp. 239 – 254). Campinas: Papirus:

BLOOM, Gordon A. (1995). Opinion des entraîneurs experts sur la formation des aspirants entraîneurs In: *9º Congrés Européen de Psychologie du Sport*, 151: 46-51

BLOOM, Gordon A. (1996). *Characteristics, Knowledge, and strategies of expert team sport coaches*. Tese de doutorado, UMI, a Bell & Howell Information Company, USA

BLOOM, Gordon A. et al. (1997). pre- and postcompetition routines of expert coaches of team sports, *The Sport Psychologist, 11*: 127 - 141

BORKO, H., PUTNAM, R. T. (1998). The role of context in teacher learning and teacher education In: *Contextual Teaching and Learning: Preparing Teachers to Enhance Student Success in and Beyond School. Information Series No. 376.* Columbus: ERIC Clearinghouse on Adult, Career, and Vocational Education, Center on Education for Training and Employment, College of Education, The Ohio State University, and Washington, DC: ERIC Clearinghouse on Teaching and Teacher Education, American Association of Colleges for Teacher Education (ED 429 263)

BORTOLI, L., MALIGNAGGI, G., ROBAZZA, C. (1995). Perception du comportment de leur entraîneur, réel et idéal, par des jeunes athletes. *Sports, 151,* 52 - 57

BOUDON, Raymond, BOURRICAUD Bourricaud, François. (1993) *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática.

BRACKENRIDGE, C., ELLIS, L. (1992). Abuso sexual infantil en el deporte: una exploración comparative de las metodologias de investigación y la practica profesional. I: *Actas del Congreso Científico Olimpico, Instituto Andaluz del Deporte*/ Junta de Andalucía

BRÁS, José (1994). A especialidade de Educação Física: vírus e mutações na formação. *Revista Horizonte, 61*, 14-18.

BRAY, Corey D., WHALEY, Diane E. (2001). Team Cohesion, Effort, and Objective Individual Performance of High School Basketball Players. *The Sport Psychologist*, 15: 260 – 275.

BRUNORO, José Carlos (1997). *Futebol 100% Profissional*. Säo Paulo: Gente.

CAGIGAL, J.M. (1979). *Cultura intelectual y cultura física*. Buenos Aires: Kapelusz.

CAMPBELL, Sue (1992) Coach education in: the 21st century: a look into the future In: T. Williams, L. Almond & A. Sparkes (Eds.), *Sport and physical activity: Moving towards excellence: The proceedings of the AIESEP world convention July 20-25, 1990, Loughborough University, UK* (pp. 453-462). London: Spon.

CAMPBELL, Sue (1993) Coaching education around the world. *Sports Science Review, 2*(2), 62-74

CAMPBELL,Sue (1998). A função do treinador no desenvolvimento do jovem atleta. *Treino Desportivo*, ano 1, número 3: 31- 36

CARRANO, Paulo César Rodrigues (Org.) (2000). *Futebol:paixão e política*. Rio de Janeiro: DBA

CHABERT, José Manuel (1998). As sociedades Desportivas. *Revista Jurídica, 22,* [periódico on-line]. Disponível: http://nifdl.fd.ul.pt/infoteca/publicacoes/juridica/22/451.htm

CHELADURAI, Packianathan; KUGA, Donna J. (1996). Teaching and Coaching: Group and Task Differences. *Quest, 48*, 470-485

CIESLINSKI, Wojciech, Perechuda, Kazimierz (1993). Heuristic methods as the tool of the development of the coach In: S. SERPA, J. ALVES, V. FERREIRA, A.P. BRITO (Eds.), *Proceedings of the 8th World congress of Sport Psychology,* Lisboa: 197-200.

COELHO, Olímpio (1990). Formação de técnicos e desenvolvimento desportivo *Revista Horizonte, 40*, 126-128.

COLOMBEROTTO, Ariane et al (1987). Relation entre léntraineur et le sportif em gymnastique : differences selon le niveau d'habilete des gymnasts *Rev. Education Physique, XXVII*(2), 19-22.

CONN, James H. (1990). A critical need in the professional preparation of physical educators and coaches: a course in sport law. Physical Educator, Vol. 47, Issue 2, p27, 6p. [periódico on-line]. Disponível: www.web17.epnet

CONSTANTINO, José Manuel (1995) A Profissão. *Horizonte, 70,* 123-131.

CORASSA, Rafael (2004, 12 de Março). Eles não podem ser técnicos. *Revista aol*, 1, (15), [periódico on-line]. Disponível: www.aol.com.br.

CORDOVIL, José (1998). Ser treinador de jovens *Treino Desportivo*, ano 1, 3ª série, outubro / 98, p. 59-64

CORNILLON, Martine (2001). La formation des entraîneurs: la réponse de l'INSEP. In H. Hélal & F. Napias (Eds): *Les Cahiers de l'INSEP. Former des entraîneurs demain*, 29 (pp. 171 – 180). Paris: Institut National du Sport et de l'Education Phisique.

CORREIA, Ricardo (2001). *A formação de treinadores de futebol- Estudo comparativo dos modelos vigentes em Portugal e Espanha.* Dissertação de mestrado. Porto: FCDEF- Universidade do Porto

CÔTÉ, Jean, SALMELA, John, RUSSEL, Storm (1995a). The knowledge of High-Performance Gymnastic Coaches: Competition and Training Considerations. *The Sport Psychologist, 9*: 76-95.

CÔTÉ, Jean, SALMELA, John, RUSSEL, Storm (1995b). The knowledge of High-Performance Gymnastic Coaches: Methodological Framework. *The Sport Psychologist, 9,* 65-75.

CÔTÉ, Jean, SALMELA, John, RUSSEL, Storm (1996) The Organizational Tasks.of high-Performance gymnastic Coaches. *The Sport Psychologist, 9,* 247-260.

CÔTÉ, Jean, TRUDEL, P., SALMELA, J. (1993). A Conceptual Model of Coaching In: S. SERPA, J. ALVES, V. FERREIRA, A.P. BRITO (Eds.), *Proceedings of the 8 th World congress of Sport Psychology,* Lisboa: 201-205

CRESPO, Jorge (1991). A Educação Física em Portugal. A génese da Formação dos Professores. *Boletim SPEF, 1*, 11-19.

CUNHA, António et al. (2000). O "bom" treinador. Representações das características dos treinadores segundo atletas da modalidade desportiva colectiva – futebol. *Revista Horizonte, 91*,

CUNHA, Pedro D. (1995). Para uma deontologia da profissão docente: paradigmas e problemas. *Brotéria, 140,* 39-53

CUSHION, Chris (2001). *Coaching Research and Coach Education: Do the sum of the parts equal the whole? (Part 1).[on-line]. Disponível :* http:www.sportsmedia.org/Sportapolisnewsletter4.htm

CUSHION, Christopher J. et al. (2003). Coach Education and Continuing Professional Development: Experience and Learning to Coach. *Quest, 55*, 215 - 230

d'ARRIPE LONGUEVILLE, Fabienne et al. (1998). The perceived effectiveness of interactions between expert french judo coaches and elite female athletes. *The Sport Psychologist: 12*: 317-332.

DANYLCHUK, Karen E., PASTORE, Donna L. (1996). *Critical factors in the attainment of intercollegiate coaching and management positions.* [on-line]. Disponível: http://web17.epnet.com

DAÓLIO, Jocimar (2000). As contradições do futebol brasileiro. In Paulo César R.Carrano (org.): *Futebol: paixão e política* (pp.29-44). Rio de Janeiro: DP&A.

DE ROSE JR, Dante (1997). Sintomas de stress no esporte infanto-juvenil. *Treinamento Desportivo,* II(3), 12-19

DIAZ, Ismael (2000). Duas artes distintas. *Domingo Record,* caderno especial Dança das Cadeiras de 20 fevereiro de 2000, seção Opinião, p. 3

DILL, Vicky (1996). Alternative teacher certification. In J. Sikula (Ed.): *Handbook of Research on Teacher Education* (2nd edition, pp. 932-957). New York: Macmillan.

DINIZ, Kauê (2004). Escolas abertas para a cidadania: Unesco usa esporte como caminho de sociabilização. *Folha de Pernambuco, Esportes: 13*. Recife, 19 de julho

DUNN, Thomas P., DUNN, Sandra Long (1992). The graduate assistant coach: a preliminary profile of an endangered species. *Physical Educator, 49*(4), 189-193. http://web17.epnet.com/DeliveryPrintSave.asp?tb

DUNNING, Eric (2003). *El fenómeno deportivo: estudios sociológicos en torno al deporte, la violencia e la civilización*. Barcelona: Editorial Paidotribo

ESTEVE. José M. (1991) Mudanças Sociais e Função Docente In António Nóvoa (Ed.) *Profissão Professor* (pp. 93-124). Porto: Porto Editora

EVANS, Marc S.(1996). *A model curriculum for the graduate preparation of collegiate basketball coaches*. Unpublished doctoral dissertation. Denton, Texas: University of North Texas.

FARIA JUNIOR, Alfredo G. (1992). Perspectivas na formação profissional em Educação Física. In : MOREIRA, Wagner W. (Org) *Educação Física & Esportes : perspectivas para o século XXI* (pp. 227 – 228). Campinas: Papirus.

FEITOSA, Wallace (2002). *As competências específicas do profissional de Educação Física: um estudo DELPHI. s*. Dissertação de mestrado. *Universidade Federal de Santa Catarina-Centro de Desporto*

FELIU, Jaume Cruz (1994). Asesoramiento psicológico a entrenadores: Axperiencia en baloncesto de iniciación. *Apunts: Educación Física y Deportes, 35*, 5 -14

FERREIRA NETO, Amarílio, SCHNEIDER, Omar; AROEIRA, Kalline Pereira; BOSI, Fabiana; SANTOS, Wagner. Pensar a Prática. (2002). *Catálogo de periódicos de educação física e esporte (1930 - 2000).* Vitória: PROTEORIA, http://www.proteoria.org/ (visitado no dia 15-5-2005).

FIGONE, Albert J. (1994a). Origins of the teaching- coach role: idealism, convenience, and unworkhability. *Physical Educator, 51*(3), 148-156

FIGONE, Albert J. (1994b). Teacher- coach role conflict: Its impact on students and students-athletes. *Physical Educator, 51*(1), 29-34

FONSECA, António Manuel (2000). A motivação dos jovens para o desporto e os seus treinadores In: GARGANTA, Júlio (Ed.). *Horizontes e Órbitas no treino dos jogos desportivos* (pp. 155-174). Porto:FCDEF-UP.

FONSECA, Antonio Manuel, ROCHA, Henrique (1995). Perception par les coaches du style de leadership préféré des athlètes. *Sport,* 151, 40- 45

FRANCHINI, E. e MARIZ DE OLIVEIRA, J.G. (1996) Perspectivas da atuação profissional em Educação Física no século XXI. In : AMADIO, A.C.;MOCHIZUKI,L.(Ed.) *Congresso de Iniciação Científica da Escola de Educação Física da USP*. São Paulo:USP: 45 - 51

FREIDSON, Eliot (1998). *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: EDUSP.

FUENTES-GUERRA, F. Javier Giménez (2003). *La formación del entrenador en la iniciación al baloncesto*. Sevilla, España: Wanceulen Editorial Deportiva S.L.

GARCIA, Basilisa S. (1988). Las categorias profesionales de cultura física en el ordenamiento jurídico español. In: DURAN, F.; HERNADEZ, J.L., RUIZ, L.M. (Org.) *Humanismo y Nuevas Tecnologias en la Educación Física y el deporte*, (pp. 455 – 460). Madrid: INEF / AISEP:

GAUTRAT, Patrick (1995) La profesión de educador deportivo: Balance y Perspectivas. *Stadium, revista de educación física y deportiva*, 174, *41-43*.

GIGLIO, Sérgio Settani (2005). Futebol-Arte ou Futebol-Força? O Estilo Brasileiro em Jogo In: In Jocimar Daólio(org.): *Futebol, Cultura e Sociedade* (pp. 53 – 72). Campinas, SP: Autores Associados.

GILBERT, W., TRUDEL, P. (1999a). *Framing the construction of coaching knowledge in experiential learning theory*. [on-line]. Disponível: http://physed.otago.ac.nz/ sosol/v2i1/v2i1s2.htm

GILBERT, Wade; TRUDEL, Pierre (1999b) An evaluation strategy for coach education programs *Journal of Sport Behavior*, 22 (2):234 [periódico on-line]. Disponível: http://search.epnet.com/direct.asp?an=1909324&db=aph

GILBERT, W., TRUDEL, P. (2000) Validation of the Coaching Model (CM) in a team sport context. *International Sport Journal, 4*(2), 120-128.

GILBERT, Wade D. (2002). *An Annotated Bibliography and Analysis of Coaching Science*. California State University, Fresno [on-line]. Disponível: http://www.icsspe.org/portal/download/pdf/bibliography.pdf

GIULIANOTTI, Richard (2002). *Sociologia do futebol – Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria

GOMES, Antônio Carlos e ERICHSEN, Oscar Amauri (2004). Aspectos relacionados aos futebolistas na infância e adolescência In: BARROS, Turíbio Leite e GUERRA (org.) *Ciências do Futebol*, Barueri,SP: Manole

GOODE, William e HATT, Paul K (1973). *Métodos em pesquisa social.* São Paulo: Nacional, 1973: 398

GOULD, D., GUINAN, D., GREENLEAF, C., & CHUNG, Y. C. (2002). A survey of US Olympic coaches: Variables perceived to have influenced athlete performances and coach effectiveness. *Sport Psychologist*, 16(3), 229-250.

GRIFI, G. (1989) *História da Educação Física e do Esporte*, Porto Alegre, D.C. Luzzato

HARDIN, Brent (1999). *Expertise in Teaching and Coaching: a Qualitative Study of Physical Education and Athletic Coaches*, Florida State University http://physed.otago.ac.nz/sosol/v2i1/v2i1a2.htm (visitado 09.12.2003)

IBÁÑEZ GODOY, Sergio José (1996). *Análisis del proceso de formación del entrenador español de baloncesto*. tesis doctoral. Granada: Departamento de didáctica y organización escolar da Universidad de Granada.

IBÁÑEZ GODOY, Sergio José (1997). Variables que afectan al establecimiento de los modelos de entrenador de baloncesto. *Habilidad Motriz*, nº 10: 30-37

IBÁÑEZ GODOY, Sergio José e CASAUBÓN, Jesús Medina (2000). Aportaciones desde la formación de profesor de educación física hacia la formación del entrenador deportivo Lecturas: Educación Física y Deportes , Revista Digital – Buenos Ayres, Año 5, 24 http://www.efdeportes.com/efd24b/pefent.htm. visitado no dia 30 de janeiro de 2005

INÁCIO, Humberto Luiz (1999). Esporte: conteúdo dominante do lazer do trabalhador. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, 21*(1), 741-747.

INGERSOL, Richard M. (1999). The problem of Underqualified Teachers in *American Secondary Schools Educational Researcher, 28*, (2), 26 -37

ISBERG, Leif (1993). What does it mean to be an elite coach in team sport? In: S. SERPA, J. ALVES, V. FERREIRA, A.P. BRITO (Eds.), *Proceedings of the 8 th World congress of Sport Psychology*, Lisboa: 233 – 236

JIMÉNEZ, F. (1992). El desarrollo social de los niños y la actividad física. In MINISTERIO DE ASUNTOS SOCIALES: *Infancia y sociedad. Los Deportes,* 13, 17–24. Madrid: Centro de Publicaciones

JONES, D. F., HOUSNER, L. D., & KORNSPAN, A. S. (1997). Interactive decision making and behavior of experienced and inexperienced basketball coaches during practice. *Journal of Teaching in Physical Education, 16*(4), 454-468.

JONES, Robyn L., ARMOUR, Kathleen M., POTRAC, Paul (2002). Understanding the Coaching Process: A Framework for Social Análisis. *Quest, 54,* 34-48

JORDAN, Mildred (1948). Certification: A Stage of Professionalization Librarian *Bull Med Libr. 36*(2), 108-116.

JORUNN-KOLNES, L. (1992) Entrenadores, atletas y relaciones de género: cuestiones sobre el poder, el control y la propia identidad. In: *Actas del Congreso Científico Olímpico*, Instituto Andaluz del Deporte/ Junta de Andalucía.

JOWETT, Sophia, MEEK, Geoff (1999). A preliminary conceptualization of the coach-athlete relationship In V. Hosek, P. Tilinger & L. Bilek (Eds.), *Proceedings of the 10th European Congress of Sport Psychology, Prague 1999* (Part 2, pp. 289 - 291). Prague: FEPSAC.

KEPPER, Christophe (1990). A comunidade européia e o desporto. *Revista Horizonte*, *40*, 142

KIDMAN, Lynn (1998) Who reaps the benefits in coaching research?: The case for an applied sociological approach. *Sosol 1*(2)

KORSAKAS, Paula; DE ROSE JUNIOR, Dante (2002). Os encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófico-pedagógica. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, 1*(1):83-93

KRIEGER, Marcílio (1999). *Lei Pelé e Legislação Desportiva Brasileira Anotadas*. Rio de Janeiro: Forense

KRZYZANOWSKI, R. F. et al. (1991). Programa de apoio às revistas científicas para a FAPESP. *Ciência da Informação*, Brasília, 20(2)

LASHUK, M. (1992). Coaching in the nineties. In T. Williams, L. Almond & A. Sparkes (Eds.), Sport *and physical activity: Movint towards excellence: The proceedings of the aiesep world convention july 20-25, 1990, loughborough university, uk* (pp. 470-473). London:Spon.

LASHUK, M. (1992). Coaching in the nineties. In Williams, Almond,T.; Sparkes, A. (Eds.), *Sport and physical activity: Moving towards excellence: The proceedings of the AIESEP world convention July 20-25, 1990, Loughborough University, UK* (pp. 470-473). London:Spon.

LAUNDER (1995) La Instruccion de entrenadores para el siglo XXI: *Stadium, revista de educación física y deportiva*, *174*, 23-25.

LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed/ UFMG

LE CLAIR, J. (1992). El Juego sucio en el deporte: investigación sobre actitudes de estudiantes y reclusos según sexo: en Atlanta y Toronto. In: *Actas del Congreso Científico Olímpico*, Instituto Andaluz del Deporte/ Junta de Andalucía

LEVEQUE, Marc (1995). La dyade entraîneur-entraîné: affects et émotions partagés. *Sport, 151*, 3, 18-24

LIDOR, Ronnie and ARNON, Michal (1999). Developing indexes of efficiency in basketball: Where is the spirit of the team? In V. Hosek, P. Tilinger & L. Bilek (Eds.), *Proceedings of the 10th European Congress of Sport Psychology, Prague 1999* (Part 2, pp. 19-21). Prague: FEPSAC.

LIMA, Teotônio (1989). Treinadores que saibam ensinar, precisam-se. *O treinador, 23*, 2-3

LIMA, Teotônio. (s/d). *Com que então quer ser treinador? Basquetebol: da aprendizagem à competição*. Lisboa : Compendium.

LIUKKONEM, Jarmo et al (1993). Humanism and effectiveness in coaching behaviors of youth sport coaches. In: S. SERPA, J. ALVES, V. FERREIRA, A.P. BRITO (Eds.), *Proceedings of the 8th World congress of Sport Psychology*, Lisboa: 248 - 252

LOMBARDO, Bennet. J. (1999). Coaching in the 21st century: Issues; concerns and solutions. *Sosol sociology of sport online, 2*(1).

MALETE, Leapetswe, FELTZ, Deborah L. (2000). The Effect of a Coaching Education Program on Coaching Efficacy. *The Sport Psychologist, 14,* 410-417.

MANHÃES, Eduardo D. (2002). *Política de esportes no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria (1999). *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas (4ª ed.)*. São Paulo: Atlas.

MARCOTTE, G., LAROUCHE, R. (1994). Ser treinador - Uma profissão que começa surgir!. *Horizonte, 59,* 163-169

MARQUES, António (1990). Treino desportivo – Área de formação e investigação. *Horizonte, 39,* 97-106.

MARQUES, Antônio (1997a). As profissões do corpo: o treinador. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

MARQUES, António (1998). Crianças e Adolescentes Atletas: entre a escola e os centros de treino/ entre os centros de treino e a escola! Seminário Internacional Treino de Jovens, Lisboa

MARQUES, António, OLIVEIRA, José (2002). O treino e a competição dos mais jovens: rendimento *versus* saúde In Valdir José Barbanti, Jorge Olímpio Bento, António Teixeira Marques, Alberto Carlos Amadio (Orgs.): *Esporte e Atividade física: interação entre rendimento e saúde* (pp. 51-78). Barueri- SP – Brasil:

MARQUES, Márcio Geller (2003). *Psicologia do Esporte: aspectos em que os atletas acreditam*. Canoas:ULBRA

MARQUES, Paulo, MESQUITA, Isabel (1996). A instrução do treinador: análise do comportamento de instrução de um treinador de voleibol da 1ª divisão nacional senior masculino *Estudos, CEJD*-FCDEF-UP

MARTENS, R. et al. (1995) *El entrenador*. Barcelona: Hispano Europea

MARTURELLI JUNIOR, Mauro (2002). *A Organização do Trabalho de Treinadores de Futebol: Estratégias de Ação e Produtividade de Equipes Profissionais.* Dissertação de mestrado, UFSC, Florianópolis-SC. [on-line]: Disponível: http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/8404.pdf

MATSAKIS, Meg Hanshaw (2002). *Exploring the coaching process in football practice*. Tese de doutorado, Manhattan, Kansas: Kansas State University.

MAURÍCIO, Ivan (2002). *90 minutos de sabedoria. A filosofia do futebol em frases inesquecíveis*. Rio de Janeiro: Garamond

MAVI, Hasan F.,SHARPE, Tom (2000). Reviewing the literature on teacher and coach expectations with implications for future research and practice. *Physical Educator, 57(*3), 161-168.

MCCALLISTER, Sarah G. et al. (2000). Teaching values and implementing philosophies: Dilemmas of the youth sport coach. *Physical Educator; 57*(1), 35-45.

MCCREADY, G. (1984). L' entraineur, agent de perfectionnement des ressources humaines. *Science du sport. Documents de recherche et de technologie. CANADA*, 1-6.

MCINTOSH, P. C. (1975). *O desporto na sociedade* (2º ed). Lisboa: Prelo.

MEINBERG, Eckhard (2002). Training: a special form of teaching *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 2*(4), 115-123

MENDES, Francisco (1996). A experiência profissional como elemento diferenciador dos professores de Educação Física. *Horizonte, 74*, 23-25.

MESQUITA, Isabel (1998). *A instrução e a estruturação das tarefas no treino de voleibol: Estudo experimental no escalão de iniciados feminino*. FCDEF - Universidade do Porto

MIGUEZ, José (1995). O treinador enquanto gestor de sistemas complexos em meios turbulentos: o caso de uma intervenção numa equipa de basquetebol. Departamento de Psicologia, Universidade do Minho

MONTIEL, António (1997). Treinador: Técnico e Formador. *Treino Desportivo, 0,* 11 -12

MORGAINE, Carol A. (1999). Alternative Paradigms and Professionalizing Childhood Care and Education: The Oregon Example. *Child & Youth Care Fórum, 28*(1).

MORLAND, Jean-Pierre (2001). La formation des educateurs de football In In H. Hélal & F. Napias (Eds): Les Cahiers de l'INSEP. Former des entraîneurs demain, 29 (pp. 77-82). Paris: Institut National du Sport et de l'Education Phisique.

MOROSINI, Luciana (2005). Romarinho: Nome e jeito de craque/ Menino decide futuro da família/ Pressão preocupa psicólogo. *Folha de Pernambuco-Caderno de Esportes.* [periódico on-line]. Disponível: http://www.folhape.com.br/materia.asp?mat=10176

MOURA, Eriberto Lessa (2005). O futebol como Área Reservada Masculina In: Jocimar Daólio (org.): *Futebol, Cultura e Sociedade* (pp.131–147). Campinas, SP: Autores Associados.

MURPHY, Colin (1999). Key Aspects in Talent Identification. "Insight" – The F.A. *Coaches Association Journal, 3*(4), 51

NASCIMENTO, Ana Claudia (2002). *Análise das características formais dos periódicos científicos da educação física brasileira: o caso da revista brasileira de ciências do esporte.* Monografia. Vitória: Centro de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. http://www.proteoria.org (visitado no dia 15 de maio de 2005).

NASCIMENTO, Juarez (1998) *A formação inicial universitária em Educação Física e Desportos : uma abordagem sobre o ambiente percebido e a auto-percepção de competência profissional de formandos brasileiros e portugueses.* Tese de doutorado. Porto: FCDEF – UP.

NASCIMENTO, Juarez, GRAÇA, (1998, 8 a 12 de Julho de 1998). *A evolução da percepção de competência profissional de professores de educação física ao longo da sua carreira profissional.* Actas do VI Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa; Deporte e Humanismo en Clave de Futuro, Corunha; Espanha.

NASH, Christine (2003). Development of a Mentoring System within Coaching Practice. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education, 2*(2), 39–47. http://www.hlst.ltsn.ac.uk/johlste/vol2no2/practice/0037.pdf, visitado no dia 20 de fevereiro de 2005

NÓVOA, António (1991). O passado e o presente dos professores IN: A. Nóvoa (ed.): *Profissão Professor* (pp.13 – 34). Porto: Porto Editora

NUNES, Eduardo L. (1994/1995). The training of coaches – a basic element for the development of sport as a whole. *FIEP Bulletin, 64*, 20-22

NUNES, M. (1995). A formação e o treinador de futebol. *Revista Horizonte,* 68, 75-78

OLIVEIRA, Vitor Marinho (1985). Educação Física Humanista. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico

OLIVER, Bernard (1990). Defining competence: The case of teaching. *Journal of Teaching in Physical Education: 9*, 184-188

OYAMA, Edison R. (1995) Educação Física, motricidade humana e suas dimensões sócio-culturais. *Revista Paulista de Educação Física, 9*(1), 75-85

PAES, Roberto Rodrigues (2001). *Educação física escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental.* Canoas:Ed. ULBRA

PALERMO, Javier (2001). El Técnico Deportivo em la Legislación Argentina. *Datasports – revista digital, 3* www.datasports.8k.com/3/tecnico.htm, visitada no dia 26.02.2005 às 15:33

PATERNO, Joe (1988) Editorial. *Treino Desportivo, 8*, 1

PAUL, Geoffrey, SIMMONS, Craig (1999). Season of Birth Bias in Sport: The Football Association Experience. "Insight" – *The F.A. Coaches Association Journal, 3* (4), 22 - 23

PEREIRA, Eduardo (1996): Futebol juvenil em Portugal: escola de formação?, 73.

PEREIRA, Paulo (1999). Os processos de pensamento dos professores de Educação Física com e sem experiência docente. *Ludens, 16*(3), 35-40.

PÉREZ RAMIREZ, Mª del Carmen (2002). Estudio cualitativo sobre entrenadores de alto rendimiento deportivo. *Revista de Psicología del Deporte, 11*(1), 9-33.

PERRENOUD, Philippe (2000). *10 novas competências para ensinar.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul

PETRICA, João Manuel (1991). Perfil de intervenção dos futuros docentes *Revista Horizonte, 41*, 151-154.

PIÉRON, M. (1994). *Sport pedagogy: Highlights on research on teaching research on teacher preparation.* Liège: Université de Liège & AIESEP.

PILZ, G.A. (1992). Deporte de alto rendimiento ¿educación para el juego limpio? Algunas observaciones empíricas y teóricas. In: *Actas del Congreso Científico Olímpico*, Instituto Andaluz del Deporte/ Junta de Andalucía: 361-397

PING, Wang Run (1993). The coach's role in coach–athlete relationships: a social psychological perspective In: S. SERPA, J. ALVES, V. FERREIRA, A.P. BRITO (Eds.), *Proceedings of the 8 th World congress of Sport Psychology*, Lisboa: 275 - 276

PINTO, Jorge (1991): Profissionais de Educação Física versus treinadores de futebol. *Horizonte, 44*, 77-78, agosto/setembro

PIZA, Daniel (2002). Um mapa-múndi do futebol In: Giulianotti, Richard: *Sociologia do Futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões* (pp. 4 – 6). São Paulo:Nova Alexandria,

POTRAC, P., BREWER, C., JONES, R., ARMOUR, K., & HOFF, J. (2000). Toward an holistic understanding of the coaching process. *Quest, 52*(2), 186-199.

POTRAC, Paul, JONES, R., & ARMOUR, K. (2002). "It's All About Getting Respect": The Coaching Behaviors of an Expert English Soccer Coach. *Sport, Education and Society, 7*(2), 183-202.

POZZI, Luís Fernando (1998). *A grande jogada: teoria e prática do marketing esportivo*. São Paulo: Globo

PRATA, Carlos (1998). Treinador de jovens. Ideais . Formação. Problemas *Treino Desportivo, ano 1*, 3ª série, 15-20

PRICE, Melissa S., WEISS, Maureen R. (2000). Relationships Among Coach Burnout, Coach Behaviors, and Athletes' Psychological Responses. *The Sport Psychologist, 14*, 391- 409.

PROENÇA, Jorge (1998) Formação e ensino *Horizonte, vol. 14,* 83.

QUEIRÓS, Paula Maria Leite (1999). *A problemática dos Valores no Programa de Educação Física do 2º Ciclo do Ensino Básico*. Dissertação apresentada às provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. FCDEF- Universidade do Porto

QUINTILLAN, G. (1992). El comportamiento no verbal de entrenamiento: comparación entre expertos y novatos In : *Actas del Congreso Científico Olímpico*, Instituto Andaluz del Deporte/ Junta de Andalucía: 355-359

RAMOS, Marise Nogueira (2001). *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez

RAMOS, Valmor (1999). *A selecção de jovens basquetebolistas no Brasil: um estudo a partir do entendimento dos treinadores*. Dissertação de mestrado. FCDEF-UP.

RÉ, Alessandro H. Nicolai et al.(2003). Interferência de características antropométricas e de aptidão física na identificação de talentos no futsal *R. bras. Ci. e Mov. 2003; 11*(4): 51-56.

REBELO, Aldo e TORRES, Sílvio (2001*). CBF NIKE: As investigações da CPI do Futebol da Câmara dos Deputados desvendam o lado oculto dos grandes negócios da cartolagem e passam a limpo o futebol brasileiro*. São Paulo: Casa Amarela

REVISTA VEJA (1999). Seção Holofote, *Veja Esporte*, Edição 1585, 17 de fevereiro [periódico on-line]. Disponível: http://veja.abril.com.br/170299/p_022.html

RICHARDSON, Roberto J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

RODRÍGUES, J. et al (1992). Análisis del comportamiento del entrenador. Estudio ilustrativo en diferentes contextos deportivos. In: *Actas del Congreso Científico Olímpico*, Instituto Andaluz del Deporte/ Junta de Andalucía.

RODRIGUES, José (1997). *Os treinadores de sucesso – Estudo da Influência do Objectivo dos Treinos e do Nível de Prática dos Atletas na Actividade Pedagógica do Treinador de Voleibol*. FMH da Universidade Técnica de Lisboa

RODRIGUES, José (2000). A investigação da competência pedagógica dos treinadores. In: *Formação de Treinadores Desportivos*. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém

RODRIGUES, José (2002). A supervisão pedagógica na formação de treinadores-expectativas e constrangimentos In: *I Seminário Internacional Formação de Treinadores "Competências Profissionais, Supervisão e Tutoria"*. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém

ROSADO, A., CAMPOS, J., APARICIO, J. (1993). Comportamentos Entusiastas em Desporto. Perfis comportamentais de treinadores em diferentes desportos: um estudo exploratório. In: S. SERPA, J. ALVES, V. FERREIRA, A.P. BRITO (Eds.), *Proceedings of the 8th World congress of Sport Psychology*, Lisboa: 285 - 288

ROSADO, António (2000). Um perfil de competências do treinador desportivo In: *Formação de Treinadores Desportivos*. Escola Superior de Desporto de Rio Maior: 21-48

SABOCK, Ralph J. (1985). *The coach* (3rd ed). Champaign Il: Human Kinetics

SABOROWSKI, Cathleen et al (1999). The coach – an important social agent in the athlete's social environment during a sports career. *In V. Hosek, P. Tilinger & L. Bilek (Eds.), Proceedings of the 10th European Congress of Sport Psychology, Prague 1999 (Part 2, pp.* 135-137*). Prague: FEPSAC*

SACRISTÁN, J. Gimeno (1991). Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores In A. Nóvoa (ed.): *Profissão Professor* (pp. 63-92). Porto: Porto Editora

SALMELA, John H. (1995). Learning from the Development of Expert Coaches. *Coaching and Sport Science Journal, 2*(2), 3-13

SALMELA, John H;DRAPER, Sean P.;LAPLANTE, Denise et al (1996). Development of expert coaches of team sports In: S. SERPA, J. ALVES, V. FERREIRA, A.P. BRITO (Eds.), *Proceedings of the 8 th World congress of Sport Psychology* (pp.296 – 300). Lisboa: http://www.hyperinfo.ca/Potentium. CA/SSC_Introdution.htm/#0.2.0.0 (22.11.2004)

SANTOS, Berrocal (1995). Prefácio In: Martens, R. Et al. El entrenador, Barcelona:Hispano Europea

SANTOS, Wagner (2002). *Avaliação na educação física escolar: análise de periódicos do século xx.* Monografia – Vitória: Centro de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. http://www.proteoria.org

SAURY, J., DURAND, M. (1995). Etudes des connaissances pratiques des entraîneurs experts en voile: de l'analyse des relations entraîneurs-athlètes à une approche de la situation d'entrainement commme un travail collectif, *Sport, 151*, 25-39

SCALON, R.M. (2004). Os motivos da aderência da criança ao esporte In: Scallon, Roberto Mário (Org.) *A psicologia do esporte e a criança*, Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 49 – 78

SCHEMPP, P. G. (2003). The role of knowledge and experience in expert sport instruction, *e-journal de la Recherche sur l'Intervention en èducation Physique et Sport, 3*, 3-22). Disponível em http://www.fcomte.iufrn.fr/recherch/ejournal3/Schempp%20eJ%203.pdf

SCHUSSMANN, Alan T. (2002, August). *Uncertain Certification: The Problematic Practice of Wilderness Medicine.* Paper presented at the Annual Meeting of the American Sociological Association. Chicago.

SCHWARTZ, G. (2000). Aperte os cintos, o mercado sumiu! In: *As profissões do futuro.* São Paulo: Publifolha

SCHWEITZER, Cathie (1989) Coaching Certification. *Eric Digest.* ERIC Clearinghouse on Teacher Education Washington DC. http://ericdigests.org/pre-9212/coaching.htm (22.11.2004)

SEABORN, Pamela, TRUDEL, Pierre, GILBERT, Wade (1998). Instructional Content Provided To Female Ice Hockey Players During Games. *Applied Research in Coaching and Athletics annual, 13*, 119-141.

SERPA, Sidônio (1995). La relation coach-athlete : principaux courants de la recherce em Europe. In*: 9º Congrés européen de Psychologie du Sport,* 151, 6-17

SHIGUNOV, Viktor (2000) Reflexões sobre o desporto escolar: questões de formação e competência. *Revista Paranaense de Educação Física, 1*(1), 44-54

SHIGUNOV, Viktor, FARIAS, Gelcemar Oliveira, NASCIMENTO, Juarez (2002). O percurso profissional dos professores de educação física nas escolas. In Alexandre Shigunov Neto, Viktor Shigunov (org): Educação *física: conhecimento teórico x prática pedagógica* (pp.103 – 152). Porto Alegre: Mediação.

SILVA, Luiz Roberto Rigolin da et al. (2003). A utilização de variáveis cineantropométricas no processo de detecção, seleção e promoção de talentos no voleibol In: *Rev. Bras. Ciên. e Mov. Brasília v. 11*(1), 69-76.

SIMÃO, J., & ROSADO, A. (2004). A formação do treinador. Análise das representações dos treinadores em relação ao perfil profissional e à sua auto-percepção de competência. In V. Ferreira & P. Sarmento (Eds.), *Formação desportiva: Perspectivas de estudo nos contextos escolar e desportivo* (pp. 293-309). Cruz Quebrada: Edições FMH.

SIMPSON, Warren Keith (1984:19). *A theoretical model for prediciting potential coaching success in women's intercollegiate basketball based on the centrality theory, coaching theories, academic preparation and related variables.* Tese de doutorado, College of Texas, A & M University

SOBRAL, Francisco. (1992) A educação Física na escola e na sociedade: crise e transfiguração. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*, 5/6, 9-15

SOL, Eduardo (2003) Militares no ramo do futebol *Diário de Pernambuco de 5 de janeiro de 2003*, Esportes: D4.

SOLOMON, Gloria et al. (1998). Expectations and coaching experience: Is more better? *Journal of Sport Behavior, 21*(4), 444-455.

SORG, L. (2005, 13 de Abril). Nove anos, contrato assinado. Revista *Veja* [periódico on-line]. Disponível: http://veja.abril.com.br/130405/p_134.html

SOUZA, Jorge T. (1984) *Estudo do campo de actividades dos profissionais de Educação Física*. Lisboa: ISEF / UTL.

SOUZA, Marcos Alves (1996). *A "nação em chuteiras": raça e masculinidade no futebol brasileiro.* Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

STAFFO, Donald F. (1992). Clarifying physical education teacher-coach responsibilities: a self-analysis guide for those in dual roles. *Physical Educator; 49*(1), 52-56.

STEWART, C. (1993). Coaching behaviors: ' the way you were, or the way you wished you were". *Physical Educator, 50* (1), 23.

STEWART, Craig, TAYLOR, Joan (2000). Why Female Athletes Quit: Implications for Coach Education. *Physical Educator, 57*(4), 170-177. Article

STEWART, Michael J., BENGIER, Donald J. (2001). An Analysis of Volleyball Coaches' Coaching Behavior in a Summer Volleyball Team Camp. *Physical Educator, 58*(2), 86-102.

STIER JR, William F. (2000). Changes in the Curriculum and Facilities at Mexico's National School for Sport Coaches. *International Journal of Physical Education, XXXVI*, 117-124.

SULEMAN, Fátima. (1994). A emergência de perfis profissionais em Portugal. In : Estado actual da investigação em formação. In: *Actas do Colóquio da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*: 313-330.

TADEIA, António (2000). A "alta escola" e os "lobbies". *Domingo Record,* caderno especial Dança das Cadeiras, de 20 fevereiro de 2000, seção Abertura, p. 2

TANI, Go. (1992) Estudo do comportamento motor, educação física escolar e preparação profissional em Educação Física. *Revista Paulista de Educação Física, 6*(1), 62–66

TARDIF, M., LESSARD, C., & GAUTHIER, C. (2001). *Formação dos professores e contextos sociais*. Portugal: Res Editor

TAVARES, Fernando (1997). As tarefas do treinador na formação dos jogadores. In: *Actas do V Congresso de Educação Física e Ciências dos Desportos dos Países de Língua Portuguesa*

TEIXEIRA, Luís A. (1993). Estudo da motricidade humana como fonte de ordem para um tema científico, uma profissão e um componente do currículo escolar. *Revista Paulista de Educação Física*, v. 7, nº 1: 77 - 91

TENREIRO, Fernando (1990). Formação de Agentes Desportivos: uma perspectiva económica. *Horizonte, 39*, 81-82

THARP & GALLIMORE (1976). What a coach can teach a teacher?, *Psychology Today*: 75-78.

TOBIAS, Robert (2003). Continuing professional education and professionalization: travelling without a map or compass? *International Journal of Lifelong Education* 19 (5): 445-456

TODT, Nelson Schneider (2004). Iniciação Desportiva In: Scallon, Roberto Mário (Org.): *A psicologia do esporte e a criança* (pp79 -98). Porto Alegre: EDIPUCRS.

TOFFLER, Alvin (1991), *Os novos poderes*. Lisboa: Livros do Brasil.

TRIVIÑOS, Augusto N. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas

TRUDEL, Pierre, CÔTÉ, Jean, DONOHUE, John (1993). Direct observation of coaches' behaviors during training and competition: a literature review In: S. SERPA, J. ALVES, V. FERREIRA, A.P. BRITO (Eds.), *Proceedings of the 8 th World congress of Sport Psychology, Lisboa:* 316 - 320

TUBINO, M. Gomes (1992). *Esporte e Cultura Física*. São Paulo . IBRASA

TUBINO, Manoel José Gomes (1996). *O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias*. São Paulo: IBRASA

TURNER, Thomas W. (2001). *A constructivist approach to coaching education: a study of learning experience*. Unpublished Doctoral Dissertation. Kent State University

UOL EDUCAÇÃO (2004) *Censo escolar mostra falta de formação adequada de professores*. http://noticias.uol.com.br/educaçao/ultnot/ult105u3180.jhtm, visitado no dia 14.04.2004

UOL ESPORTE (2005) *Brasil segue tranqüilo na liderança do ranking da Fifa*.http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2005/05/18/ult59u93572.jhtm, visitado no dia 18/05/2005 - 07h38

VALA, J. (1986). A Análise de Conteúdo. In: A. Santos Silva & J. Madureira Pinto (Eds). *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.

VALLE, Luciano do (1999). Abaixo os teóricos In: *Diário de Pernambuco* de 25 de março de 1999, Coluna: Diário Esportivo, Caderno de Esportes, p. B7

VARGAS NETO, Francisco Xavier (1995). *Deporte y salud. Las actividades físico-deportivas desde una perspectiva de la educación para la salud: síntesis actual.* Tesis Doctoral. Barcelona: Universidad de Barcelona.

VOSER, Rogério da Cunha (2001). O ensino e o esporte infantil In: F. Xavier Neto e R. Voser (Eds.): *A criança e o esporte: uma perspectiva* lúdica (pp. 73-82). Canoas: Ed. Ulbra:

WALTON, Gary M. (1992) Beyond *Winning: The timeless wisdom of great philosopher coaches*. Champaign, IL: Leisure Press.

WEINBERG, Monica; EDWARD, José (2005, fevereiro). Na trilha coreana In: *Revista Veja*, edição 1892, 38 (7), fevereiro: pp. 72 -74.

WILCOX and TRUDEL, Pierre (1998). Constructing the Coaching Principles and Beliefs of a Youth Ice Hockey Coach. *Avante, 4*(3), 39 - 66

WILLIAMS, J. M., JEROME, G. J., KENOW, L. J., ROGERS, T., SARTAIN, T. A., & DARLAND, G. (2003). Factor structure of the Coaching Behavior Questionnaire and its relationship to athlete variables. *Sport psychologist, 17*(1), 16-34.

WOODEN, John (1980). Pirâmide do êxito In: *Caderno Técnico-Didático – Basquetebol Coletânea*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Física e Desportos

WOODMAN, L. (1989). The development of coach education in Australia. *Sporting Traditions, 5*(2), 204-255.
(http://www.aafla.org.SportsLibrary/SportsTradition/1989/st0502/st0502g.pdf, visitado em 26.03.2005)

WOODMAN, L. (1993). Coaching: A Science, an art, an emerging profession. *Sport Science Review, 2*(2), 1-13

WRIGHT, S. (1992). Formar a un professor: um modelo diferente. In: *Actas del Congreso Científico Olímpico*, Instituto Andaluz del Deporte/ Junta de Andalucia

DOCUMENTOS REFERENCIADOS

ARGENTINA (2005). Asociación del Fútbol Argentino. Legales (Estatutos); Divisiones Juveniles; Fútbol Infantil. [on-line]. Disponível: www.afa.org.ar/home.htm

AUSTRÁLIA (2001). Austrália Sports Comission 2001. A preliminary investigation into the effectiveness of the national coach accreditation scheme. UNE-The University of New England. Adobe Reader [AccreditationReport2.pdf]

AUSTRÁLIA (2004). Futebol Federation Austrália. Education Centre – Coaching Licence Course Information. [on-line]. Disponível: www.footballaustralia..com.au/public/article/list.asp

BRASIL (1997). Resolução n° 218, de 6 de março de 1997. O Conselho Nacional de Saúde reconhece os Profissionais de Educação Física como Profissionais de Saúde.

BRASIL (1998a). Portaria nº 63 de 07 de julho de 1998, Disciplina o registro de técnicos e treinadores desportivos habilitados na forma da lei. Diário Oficial (da República Federativa). Brasília, nº 129. p. 16, 09 jul 1998, Seção 1

BRASIL (1998b). Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. DOU nº168 de 02.09.1998-folha 01 – Seção I

BRASIL (2000) Conselho Federal de Educação Física. Resolução CONFEF nº25 / 2000: Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais registrados no sistema CONFEF/CREFs. Rio de Janeiro

BRASIL (2002a). Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. [on-line]. Disponível: cbo.spes@mte.gov.br

BRASIL(2002b). Conselho Nacional de Educação – Resolução CNE/CP de 19.02.2002 " Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de março de 2002, seção 1, p.9

BRASIL (2004). Federação Paulista de Futebol. Regulamento Geral. [on-line] Disponível: www.futebolpaulista.com.br.

BRASIL (2005a). Confederação Brasileira de Futebol / Registro de jogadores /Transferências Internacionais. 2004/2005 / Escola Brasileira de Futebol(EBF-Notícias, 31/01/2005) [on-line]. Disponível: www.cbfnews.com.br

BRASIL (2005b). Associação Brasileira de Treinadores de Futebol. [on-line]. Disponível: http://www.abtf.org.br/cursos.html

CANADÁ (2001) The Canadian Olympic Association [on-line]: Disponível: www.coach.ca, 2001

CANADA (2002) Association canadienne des entraîneurs, [on-line]. Disponível: www.coach.ca

CANADÁ (2003). Le nouveau programme national de certification des entraîneurs et ses implications pour les entraîneures In: Journal Canadien des Entraîneures. Association canadienne des entraîneurs.Juillet 2003, Vol. 3, N° 5 [periódico on-line]. Disponível: www.fjuillet2003.pdf%

CANADÁ (2004). South Okanagan Youth Soccer Association 2004. The British Columbia Soccer Association. [on-line]. Disponível: www.bcsoccer.net; www.canadasoccer.com.

ESPANHA (2000). Real Federación Española de Futbol. Real Decreto 320 \ 2000 (...) Futbol y Futbol Sala [on-line]. Disponível: www.rfef.es

ESPANHA (2003). Real Federación Española de Fútbol (RFEF). Escuela Nacional de Entrenadores; Cursos de Entrenador de Fútbol; Titulaciones de Fútbol. [on-

line]. Disponível: www.rfef.es; http://escuelanacional.rfef.teleserver.es/artavan-bin/Rfef

ESTADOS UNIDOS (2005). U.S. Soccer Coaches Organization; National Coaching Schools; Programs; Overview of Coaching Education Programs; U.S. Soccer Continuing Education Program. [on-line]. Disponível: ussoccer.com

FRANÇA (2001) Former des entraîneurs demain. In:. HÉLAL, Henri; NAPIAS, Françoise (Coord.). Les Cahiers de l'INSEP nº 29. Former des entraîneurs demain:. Institut National du Sport et de l'Education Phisique. [on-line]. Disponível: http://www.insep.jeunesse-sports.fr/Uei/milieupublications.htm

FRANÇA (2005). Statut des Éducateurs de Football. Formation de cadres. [on-line].Disponível: www.fff.fr/common/ressources/114185.pdf;

www.fff.fr/formation/technique/218577.shtml

ITÁLIA (2004). Federação Italiana de Futebol. Regulamentos. [on-line]. Disponível: www.fiqc.it ; www.assoallenatori.it; www.settoretecnico.figc.it,

PORTUGAL (1992). Decreto-Lei n 95/92 de 23 de maio. Estabelece o enquadramento no Sistema Nacional de Certificação Profissional In: I Seminário Internacional Formação de Treinadores: Competências Profissionais, Supervisão e Tutoria. Secretária de Estado da Juventude e Desportos, Centro de Estudos e Formação Desportiva

PORTUGAL (1999). Decreto-Lei n 407\99 que Estabelece o regime jurídico da formação desportiva no quadro da formação profissional. Diário da República n 241\99, I-A Série: 6944

PORTUGAL (2001) Ministério da Juventude e do Desporto – CEFD. Regulamentação do Regime Jurídico da Formação Desportiva. Formação de Treinadores: perfis profissionais, Documento de trabalho junho/2001

PORTUGAL (2004/2005). Federação Portuguesa de Futebol. Curso de Treinadores de Futebol 11. [on-line]. Disponível: www.fpf.pt

REINO UNIDO (2003) sports coach UK. The National Coach Certificate.consultation Report, Stage One. Impact Research, november 2003

REINO UNIDO (2004) The Football Association (2004)/ FA Coaches Association (2003)/ FA Learning Courses(2004)/ FA Coaching Certificate (2002)/ Becoming a coach (2003) [on-line]. Disponível: www.thefa.com

SOUTH AFRICA (1999) *The SAFA - Football Education Department- Coaching Development Programme* [on-line]. Disponível: http://www.safagoal.net/

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO I - Questionário Definitivo

Prezado Senhor (a)

Este questionário tem por objetivo concluir estudo sobre técnicos (as) responsáveis pelo treinamento de jovens no futebol, visando o doutoramento na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Por favor, preencha completamente o documento de forma individual. As respostas dadas representarão sua opinião sobre as questões que se referem ao treinamento de jovens e junto com as respostas de outros técnicos de futebol, o Sr.(a) estará contribuindo para uma melhor compreensão sobre o padrão atual da formação de técnicos de jovens na modalidade e o que poderá ser feito para aperfeiçoá-lo.

Ressalto que não existe necessidade de identificar-se nominalmente, uma vez que o interesse é pelas respostas provenientes do conjunto de técnicos, sendo mantido o sigilo absoluto das respostas de cada questionário, não havendo qualquer tipo de prejuízo para as pessoas participantes do estudo.

Por último, solicito o enorme favor de devolver este questionário o mais rápido possível, uma vez que tenho prazo muito curto para fazer a análise das respostas dadas de todos os documentos que foram distribuídos.

Caso haja alguma dúvida, comunique-se com Raul Siqueira Lopes através de:

Fone: (81) 32682250 / (81) 99787492

e-mail - rsiqueiralps@hotmail.com

DADOS GERAIS

Por favor, escreva, grife ou circule de acordo com o que for solicitado.

1 Caso esteja em atividade no momento, indique o local (clube/escola, etc):_____

2 Cidade(s) onde trabalha:

3 Sua idade:

a) abaixo de 22 anos b) 22 – 27 c) 28- 32 d) 33- 39 e) 40 – 55 f) acima de 55

4 Sexo

a) masculino b) feminino

5 Nível escolar:

a) nenhum

b) primeiro grau completo (0) incompleto (9)

c) segundo grau completo (0) incompleto (9)

d) terceiro grau completo (0) incompleto (9)

6 No caso de terceiro grau, indique o curso: _____

7 Se o curso do terceiro grau for Educação Física indique o nível:

1) especialização 2) mestrado 3) doutorado

8 Se sua formação for em Educação Física você exerceu (exerce) ao mesmo tempo as funções de técnico de futebol e professor?

a) Sim b) Não

9 Se a resposta foi afirmativa, qual delas preferiu (prefere) ?

a) Ser técnico b) Ser professor c) Indiferente

10) Há quantos anos é técnico de futebol?

a) 0 – 3 anos b) 4 – 6 anos c) 7 – 19 anos d) 20 a 35 anos e) acima de 36 anos

11) Do tempo acima indicado, quantos anos dedicados ao treinamento de jovens? _____ anos

12 Função atual no futebol:

a) técnico b) assistente técnico c) preparador físico

13 Característica do local de trabalho:

Obs. Se houver mais de uma opção, grife ou circule todas:

a) clube (1ª divisão) b) clube (2ª divisão) c) escola pública ou privada
d) universidade e) escolinha desportiva f) outro :_____

14 Categoria (s) onde está atuando atualmente:

a) escolinha b) infantil c) juvenil d) juniores e) adultos

15 Se praticou (ou pratica) o futebol, em que nível?

a) Não praticou (pratica) b) Amador (de forma eventual)

c) Amador (nível de rendimento) d) Profissional

16 Como atleta de futebol, qual o nível competitivo mais elevado em que participou (participa)?

a) Municipal b) Estadual c) Nacional d) Internacional

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO TÉCNICO DE FUTEBOL NO MERCADO DE TRABALHO

As questões seguintes têm por objetivo saber como você percebe o técnico de futebol no mundo do trabalho e o perfil mais adequado para o técnico de jovens. Por favor, marque uma das opções indicadas.

17 Qual das opções abaixo você considera como a que melhor se enquadra com a atividade do técnico de futebol?

a) Ocupação b) Quase profissão c) Semi-profissão d) Profissão emergente e) Profissão

18 Você é membro de alguma associação de técnicos de futebol ?

a) Sim b) Não

19 Você considera indispensável a existência de um código de ética para os técnicos de futebol?

a) Sim b) Não

20 A função do técnico de futebol possui características semelhantes as de um professor?

a) Diferente b) Pouco parecida c) Parecida e) Muito parecida f) Idêntica

21 Qual a categoria ideal para o técnico de futebol iniciar a carreira?

a) Escolinha b) Infantil c) Juvenil d) Junior e) Adulto

22 Da escolinha até o juvenil, qual a idade mais adequada para exercer a função de técnico de no futebol?

a) Abaixo de 22 anos b) 22 – 27 anos c) 28- 32 anos d) 33- 39 anos e) 40 – 55 anos

f) Acima de 55 anos g) A idade não tem importância

23 Que experiência como jogador de futebol seria mais adequada possuir para treinar equipes de jovens?

a) Nenhuma experiência

b) Haver sido jogador amador de forma eventual

c) Haver sido jogador federado em categoria municipal

d) Haver sido jogador federado em categoria estadual

e) Haver sido jogador federado em categoria nacional

f) Haver sido jogador federado em categoria internacional

24 Que nível de estudos você considera necessário para exercer a função de técnico de jovens no futebol?

a) Nenhum b) Primeiro grau c) Segundo grau d) Terceiro grau

25 Caso tenha optado pelo terceiro grau, indique um dos níveis abaixo:

a) Graduação b) Especialização c) Mestrado d) Doutorado

26 Considerando essencial o nível de escolaridade superior, qual seria o curso mais adequado para quem pretende ser técnico de jovens no futebol? Escolher apenas uma opção.

a) Medicina b) Educação Física c) Administração d) Outro _____

27 Quando se tratar de técnico de jovens no futebol, a lei deve estabelecer que:

a) qualquer indivíduo pode ser técnico?

b) apenas ex-jogador da modalidade deve ser técnico?

c) só deve ser técnico indivíduo com formação de nível superior em desporto?

28 A legislação sobre o técnico de futebol deve ser diferente das outras modalidades?

a) Sim b) Não

ASPECTOS PRIORITÁRIOS NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO DE JOVENS NO FUTEBOL

Por favor, na questão 29 e 30 atribua 1 para sua primeira prioridade, 2 para a segunda, assim sucessivamente a última prioridade, **sem deixar nenhum item sem valor** e **sem valores repetidos.**

29 Para ser técnico de jovens no futebol, em que ordem você colocaria os indivíduos com as características abaixo indicadas? (numerar de 1 a 4)

COM IDADE INFERIOR A 28 ANOS

a) Ex-jogador **sem** formação superior em desporto ( )

b) Não jogador com formação superior em desporto ( )

COM IDADE A PARTIR DE 40 ANOS

c) Ex-jogador **sem** formação superior em desporto ( )

d) Não jogador com formação superior em desporto ( )

30 Em que ordem de prioridade, você coloca as alternativas abaixo? (Numerar de 1 a 4)

a) Iniciar a carreira tendo um técnico de experiência reconhecida como orientador ( )

b) Possuir experiência como ex-jogador seria o aspecto mais importante ( )

c) Fazer o curso de Educação Física e Desportos seria determinante ( )

d) O técnico de jovens ideal seria aquele com maior conhecimento e experiência ( )

31 Quem está melhor preparado para trabalhar com jovens nos aspectos abaixo indicados? Quando considerar que é o **ex-**jogador **sem** formação de nível superior coloque 1.

Considerando o **não** jogador **com** formação de nível superior, coloque 2.

a) Preparação técnica ( )

b) Preparação tática ( )

c) Preparação física ( )

d) Preparação psicológica ( )

ESTÁGIO ATUAL DO NÍVEL DE COMPETÊNCIA DURANTE O TREINAMENTO DE FUTEBOL

Nas questões seguintes, por favor atribua um valor para cada item, de acordo com o que você considera como o seu estágio atual em termos de domínio ou capacidade.

Assinale com um "x" o nível da sua competência em cada item da lista de competências

Níveis de domínio: 0-nenhum; 1-muito pouco; 2- insuficiente; 3-suficiente; 4-forte; 5- perfeito

	Competências	Competência percebida					
1	Sou capaz de estruturar e ordenar os conteúdos de treinamento e implementar as tarefas de aprendizagem de futebol.	0	1	2	3	4	5
2	Domino conhecimentos sobre as indicações e contra-indicações fisiológicas dos exercícios durante o treinamento.	0	1	2	3	4	5
3	Sou capaz de identificar os erros de execução dos praticantes e fornecer-lhes as informações necessárias à sua correção.	0	1	2	3	4	5
4	Domino conhecimentos sobre formas de intervir que facilitem aos atletas o desenvolvimento de atitudes, valores e comportamentos sociais aceitáveis .	0	1	2	3	4	5
5	Sou capaz de transmitir as informações de forma lógica, clara e simples.	0	1	2	3	4	5
6	Domino conhecimentos sobre aprendizagem e desenvolvimento motor dos meus atletas.	0	1	2	3	4	5
7	Sou capaz de planejar e colocar em prática, objetivos de diferentes níveis durante uma temporada.	0	1	2	3	4	5
8	Domino conhecimentos sobre as principais características da estrutura e funcionamento do sistema desportivo.	0	1	2	3	4	5
9	Sou capaz de cativar o gosto ou o interesse dos jogadores para a prática de futebol.	0	1	2	3	4	5
10	Domino conhecimentos sobre os conteúdos da matéria de ensino de futebol.	0	1	2	3	4	5
11	Sou capaz de melhorar a minha atuação profissional através de uma permanente atitude investigativa e de atualização.	0	1	2	3	4	5
12	Domino conhecimentos sobre programação, planejamento e estruturação do treinamento de futebol.	0	1	2	3	4	5
13	Sou capaz de racionalizar e gerir os recursos (pessoas, espaço, tempo e materiais) de modo a assegurar uma estrutura de funcionamento eficiente.	0	1	2	3	4	5
14	Domino conhecimentos sobre os efeitos pelos exercícios durante o treinamento físico.	0	1	2	3	4	5
15	Sou capaz de caracterizar e diagnosticar os contextos e os sujeitos com quem trabalho.	0	1	2	3	4	5
16	Domino conhecimentos sobre as indicações e contra-indicações	0	1	2	3	4	5

	biomecânicas dos exercícios durante o treinamento.						
17	Sou capaz de ajustar os programas de treinamento às situações particulares de trabalho, selecionando os métodos e estratégias mais adequadas.	0	1	2	3	4	5
18	Sou capaz de criar um clima de treinamento favorável, tornando o ambiente de trabalho agradável.	0	1	2	3	4	5
19	Domino conhecimentos metodológicos específicos do treinamento de futebol.	0	1	2	3	4	5
20	Sou capaz de operacionalizar a transmissão dos conteúdos de treinamento do futebol selecionando as atividades mais adequadas.	0	1	2	3	4	5
21	Domino conhecimentos sobre os mecanismos e processos de aquisição das habilidades técnicas de futebol.	0	1	2	3	4	5
22	Sou capaz de planejar programas de treinamento de futebol.	0	1	2	3	4	5
23	Domino conhecimentos sobre as necessidades, expectativas e interesses das crianças e jovens.	0	1	2	3	4	5
24	Sou capaz de criar e reforçar a motivação para o treinamento dos jogadores jovens com quem trabalho.	0	1	2	3	4	5
25	Domino conhecimentos que fundamentam os programas de treino físico de atletas jovens.	0	1	2	3	4	5
26	Sou capaz de manifestar um espírito auto-crítico de permanente avaliação de minha atuação pedagógica.	0	1	2	3	4	5
27	Domino conhecimentos sobre técnica de avaliação do processo de treinamento de futebol.	0	1	2	3	4	5
28	Sou capaz de estruturar os conteúdos de aprendizagem na implementação de programas de ensino do futebol.	0	1	2	3	4	5
29	Domino conhecimentos sobre os principais problemas e dificuldades encontradas pelos praticantes nos contextos desportivo e extra-desportivo.	0	1	2	3	4	5
30	Sou capaz de avaliar os resultados do trabalho desenvolvido identificando as causas de sucesso e insucesso.	0	1	2	3	4	5
31	Domino conhecimentos sobre princípios básicos de higiene para informar os atletas.	0	1	2	3	4	5
32	Domino conhecimentos sobre nutrição para informar aos atletas sobre os princípios da boa alimentação	0	1	2	3	4	5
33	Domino conhecimentos sobre como cuidar da segurança dos atletas durante treinos e jogos	0	1	2	3	4	5
34	Sou capaz de prestar os primeiros socorros em situações emergenciais	0	1	2	3	4	5

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

ANEXO II: Documento de solicitação do consentimento livre e esclarecido

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO :

EU, _____ certifico que, sinto-me suficientemente esclarecido(a), estando plenamente de acordo em participar da pesquisa, permitindo que os dados obtidos sejam utilizados para fins de pesquisa. Estou ciente de que os resultados encontrados serão publicados para a difusão do conhecimento científico e que minha identidade será preservada.

Por ser verdade, firmo o presente

Data:_____/_____/_____

Nome completo: (letra de forma)

_____

ANEXO III – tabelas

TABELA 1

Tabela 1: Avaliação da coincidência entre o teste e o reteste para o grupo dos 31 pesquisados

Variável	Número de Respostas	Coincidência N	Coincidência %	kappa	Valor de p
P32.1	29	18	62,1	**	**
P32.3	29	20	69,0	**	**
P32.4	29	21	72,4	**	**
P32.5	29	21	72,4	**	**
P32.6	29	16	55,2	**	**
P32.7	29	15	51,7	0,37	p < 0,001*
P32.8	29	18	62,1	**	**
P32.9	29	21	72,4	**	**
P32.10	28	10	35,7	**	**
P32.11	28	10	35,7	**	**
P32.12	29	15	51,7	**	**
P32.13	29	15	51,7	**	**
P32.14	29	17	58,6	**	**
P32.15	29	13	44,8	**	**
P32.16	30	20	66,7	0,57	p < 0,001*
P32.17	30	14	46,7	0,29	p < 0,001*
P32.18	29	16	55,2	0,36	p < 0,001*
P32.19	29	14	48,3	0,30	p < 0,001*
P32.20	30	15	50,0	**	**
P32.21	30	18	60,0	0,46	p < 0,001*
P32.22	28	15	53,6	0,40	p < 0,001*
P32.23	30	14	46,7	0,24	p < 0,001*
P32.24	30	19	63,3	**	**
P32.25	30	13	43,3	**	**
P32.26	30	17	56,7	**	**
P32.27	29	15	51,7	0,34	p < 0,001*

(**) - Não foi possível determinar devido à ocorrência de freqüência nula em pelo menos uma das categorias.

Continuação

Tabela 1– Avaliação da coincidência entre o teste e o reteste para o grupo dos 31 pesquisados

variável	número de respostas	coincidência		kappa	valor de p
		n	%		
p32.28	30	17	56,7	0,39	p < 0,001*
p32.29	30	18	60,0	0,42	p < 0,001*
p32.30	30	14	46,7	0,24	p < 0,001*
p32.31	30	20	66,7	**	**
p32.32	30	17	56,7	0,42	p < 0,001*
p32.33	30	19	63,3	**	**
p32.34	29	21	72,4	0,62	p < 0,001*
p32.35	30	16	53,3	0,39	p < 0,001*

(*) - Não foi possível determinar devido à ocorrência de freqüência nula em pelo menos uma das categorias.

TABELA 2

Tabela 2: Distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas dimensões habilidades e conhecimentos

		nível do técnico							
variável	níveis de competência	sem formação		formação incompleta		formados		Grupo	Total
		n	%	n	%	N	%	N	%
sou capaz de estruturar e ordenar os conteúdos de treinamento e implementar as tarefas de aprendizagem de futebol	nenhum	-	-	-	-	1	1,6	1	0,5
	muito pouco	5	6,9	-	-	-	-	5	2,7
	insuficiente	12	16,7	12	22,6	3	4,8	27	14,4
	suficiente	30	41,7	25	47,2	19	30,2	74	39,4
32.1	forte	19	26,4	16	30,2	30	47,6	65	34,6
	perfeito	6	8,3	-	-	10	15,9	16	8,5
total[1]		72	100,0	53	100,0	63	100,0	188	100,0
(1) – para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									
Domino conhecimentos sobre as indicações e contra-indicações fisiológicas dos Exercícios durante o treinamento	Nenhum	3	4,1	4	7,5	1	1,6	8	4,2
	Muito Pouco	10	13,7	3	5,7	-	-	13	6,8
	Insuficiente	21	28,8	11	20,8	6	9,4	38	20,0
	Suficiente	25	34,2	20	37,7	30	46,9	75	39,5
32.2	Forte	9	12,3	12	22,6	17	26,6	38	20,0
	Perfeito	5	6,8	3	5,7	10	15,6	18	9,5
TOTAL[1]		73	100,0	53	100,0	64	100,0	190	100,0
(1) – Para dois pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de identificar os erros de execução dos praticantes e fornecer-lhes as informações necessárias à sua correção	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
	muito pouco	4	5,6	-	-	-	-	4	2,1
	insuficiente	6	8,3	5	9,6	2	3,2	13	7,0
	suficiente	24	33,3	14	26,9	22	34,9	60	32,1
	forte	23	31,9	29	55,8	21	33,3	73	39,0
32.3	perfeito	15	20,8	4	7,7	18	28,6	37	19,8
total[1]		72	100,0	52	100,0	63	100,0	187	100,0
(1) – para 5 pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre formas de intervir que facilitem aos atletas o desenvolvimento de atitudes, valores e comportamentos sociais aceitáveis	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
	muito pouco	3	4,1	2	3,8	-	-	5	2,6
	insuficiente	7	9,6	4	7,5	2	3,2	13	6,9
	suficiente	20	27,4	23	43,4	19	30,2	62	32,8
	forte	26	35,6	20	37,7	24	38,1	70	37,0
32.4	perfeito	17	23,3	4	7,5	18	28,6	39	20,6
total[1]		73	100,0	53	100,0	63	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de transmitir as informações de forma lógica, clara e simples	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
	muito pouco	3	4,1	-	-	-	-	3	1,6
	insuficiente	-	-	2	3,8	-	-	2	1,1
	suficiente	28	38,4	19	35,8	22	34,9	69	36,5
32.5	forte	26	35,6	27	50,9	24	38,1	77	40,7
	perfeito	16	21,9	5	9,4	17	27,0	38	20,1
total[1]		73	100,0	53	100,0	63	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									

Continuação (Tabela 2)

Distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas dimensões habilidades e conhecimentos

variável	níveis de competência	nível do técnico: sem formação n	%	formação incompleta n	%	formados N	%	Grupo Total N	%
domino conhecimentos sobre aprendizagem	nenhum	1	1,4	1	1,9	-	-	2	1,1
e desenvolvimento motor dos meus atletas	muito pouco	11	15,3	-	-	1	1,6	12	6,4
	insuficiente	6	8,3	13	25,0	4	6,3	23	12,3
	suficiente	30	41,7	24	46,2	24	38,1	78	41,7
32.6	forte	17	23,6	13	25,0	28	44,4	58	31,0
	perfeito	7	9,7	1	1,9	6	9,5	14	7,5
total[(1)]		72	100,0	52	100,0	63	100,0	187	100,0
(1) – para 5 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de planejar e colocar em prática,	nenhum	1	1,4	2	3,8	-	-	3	1,6
objetivos de diferentes níveis durante uma	muito pouco	4	5,6	2	3,8	-	-	6	3,2
temporada	insuficiente	8	11,1	11	20,8	2	3,2	21	11,2
	suficiente	35	48,6	17	32,1	17	27,4	69	36,9
32.7	forte	15	20,8	17	32,1	31	50,0	63	33,7
	perfeito	9	12,5	4	7,5	12	19,4	25	13,4
total[(1)]		72	100,0	53	100,0	62	100,0	187	100,0
(1) – para 5 pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre as principais	nenhum	-	-	1	1,9	1	1,6	2	1,1
características da estrutura e funcionamento	muito pouco	4	5,6	4	7,7	-	-	8	4,3
do sistema desportivo	insuficiente	12	6,7	11	21,2	7	11,1	30	16,0
	suficiente	37	51,4	18	34,6	24	38,1	79	42,2
	forte	17	23,6	15	28,8	29	46,0	61	32,6
32.8	perfeito	2	2,8	3	5,8	2	3,2	7	3,7
total[(1)]		72	100,0	52	100,0	63	100,0	187	100,0
(1) – para 5 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de cativar o gosto ou o interesse	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
dos jogadores para a pratica de futebol	muito pouco	1	1,4	-	-	-	-	1	0,5
	insuficiente	3	4,2	4	7,5	1	1,6	8	4,3
	suficiente	18	25,4	18	34,0	22	34,9	58	31,0
32.9	forte	31	43,7	20	37,7	24	38,1	75	40,1
	perfeito	18	25,4	11	20,8	16	25,4	45	24,1
total[(1)]		71	100,0	53	100,0	63	100,0	187	100,0
(1) – para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									

Continuação (Tabela 2)

Distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas dimensões habilidades e conhecimentos

variável	níveis de competência	nível do técnico: sem formação n	%	formação incompleta n	%	formados N	%	Grupo Total N	%
domino conhecimentos sobre os conteúdos	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
da matéria de ensino de futebol	muito pouco	2	2,7	1	1,9	-	-	3	1,6
	insuficiente	5	6,8	11	20,8	3	4,8	19	10,1
	suficiente	34	46,6	21	39,6	22	34,9	77	40,7
32.10	forte	24	32,9	16	30,2	23	36,5	63	33,3
	perfeito	8	11,0	4	7,5	15	23,8	27	14,3
total[1]		73	100,0	53	100,0	63	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de melhorar a minha atuação	nenhum	1	1,4	-	-	1	1,6	2	1,1
profissional através de uma permanente	muito pouco	-	-	1	1,9	-	-	1	0,5
atitude investigativa e de atualização	insuficiente	3	4,1	4	7,5	6	9,5	13	6,9
	suficiente	26	35,6	13	24,5	15	23,8	54	28,6
32.11	forte	27	37,0	27	50,9	25	39,7	79	41,8
	perfeito	16	21,9	8	15,1	16	25,4	40	21,2
total[1]		73	100,0	53	100,0	63	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre programação,	nenhum	-	-	2	3,8	1	1,6	3	1,6
planejamento e estruturação do treinamento	muito pouco	3	4,1	4	7,5	1	1,6	8	4,2
de futebol	insuficiente	7	9,6	16	30,2	3	4,8	26	13,8
	suficiente	34	46,6	15	28,3	18	28,6	67	35,4
	forte	17	23,3	15	28,3	26	41,3	58	30,7
32.12	perfeito	12	16,4	1	1,9	14	22,2	27	14,3
total[1]		73	100,0	53	100,0	63	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de racionalizar e gerir os recursos	nenhum	-	-	1	1,9	1	1,6	2	1,1
(pessoas, espaço, tempo e materiais) de	muito pouco	6	8,2	2	3,8	-	-	8	4,2
modo a assegurar uma estrutura de	insuficiente	6	8,2	13	24,5	5	7,9	24	12,7
funcionamento eficiente	suficiente	25	34,2	20	37,7	28	44,4	73	38,6
	forte	30	41,1	15	28,3	21	33,3	66	34,9
32.13	perfeito	6	8,2	2	3,8	8	12,7	16	8,5
total[1]		73	100,0	53	100,0	63	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									

Continuação (Tabela 2)

Distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas dimensões habilidades e conhecimentos

variável	níveis de competência	nível do técnico: sem formação n	%	formação incompleta n	%	formados N	%	Grupo Total N	%
domino conhecimentos sobre os efeitos pelos exercícios durante o treinamento físico	nenhum	3	4,1	-	-	-	-	3	1,6
	muito pouco	7	9,6	4	7,5	-	-	11	5,8
	insuficiente	9	12,3	10	18,9	4	6,3	23	12,2
	suficiente	39	53,4	20	37,7	22	34,9	81	42,9
32.14	forte	12	16,4	11	20,8	27	42,9	50	26,5
	perfeito	3	4,1	8	15,1	10	15,9	21	11,1
total[1]		73	100,0	53	100,0	63	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de caracterizar e diagnosticar os contextos e os sujeitos com quem trabalho	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
	muito pouco	6	8,3	2	3,8	1	1,6	9	4,8
	insuficiente	6	8,3	8	15,1	3	4,8	17	9,0
	suficiente	22	30,6	22	41,5	26	41,3	70	37,2
32.15	forte	27	37,5	18	34,0	27	42,9	72	38,3
	perfeito	11	15,3	3	5,7	6	9,5	20	10,6
total[1]		72	100,0	53	100,0	63	100,0	188	100,0
(1) – para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre as indicações	nenhum	5	6,8	8	15,1	1	1,6	14	7,4
e contra-indicações biomecânicas dos exercícios durante o treinamento	muito pouco	12	16,4	7	13,2	-	-	19	10,0
	insuficiente	21	28,8	14	26,4	9	14,1	44	23,2
	suficiente	23	31,5	13	24,5	33	51,6	69	36,3
	forte	10	13,7	10	18,9	17	26,6	37	19,5
32.16	perfeito	2	2,7	1	1,9	4	6,3	7	3,7
total[1]		73	100,0	53	100,0	64	100,0	190	100,0
(1) – para dois pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de ajustar os programas de treinamento às situações particulares de trabalho, selecionando os métodos e estratégias mais adequadas	nenhum	1	1,4	2	3,8	-	-	3	1,6
	muito pouco	5	6,8	3	5,7	1	1,6	9	4,7
	insuficiente	15	20,5	12	22,6	3	4,7	30	15,8
	suficiente	30	41,1	17	32,1	25	39,1	72	37,9
	forte	16	21,9	17	32,1	24	37,5	57	30,0
32.17	perfeito	6	8,2	2	3,8	11	17,2	19	10,0
total[1]		73	100,0	53	100,0	64	100,0	190	100,0
(1) – para dois pesquisados não se dispõe desta informação									

Continuação (Tabela 2)

Distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas dimensões habilidades e conhecimentos

variável	níveis de competência	nível do técnico: sem formação n	%	formação incompleta n	%	formados N	%	Grupo Total N	%
sou capaz de criar um clima de treinamento	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
favorável, tornando o ambiente de trabalho	muito pouco	-	-	1	1,9	-	-	1	0,5
agradável	insuficiente	4	5,6	1	1,9	2	3,1	7	3,7
	suficiente	24	33,3	21	39,6	19	29,7	64	33,9
32.18	forte	18	25,0	19	35,8	21	32,8	58	30,7
	perfeito	26	36,1	11	20,8	22	34,4	59	31,2
total[1]		72	100,0	53	100,0	64	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos metodológicos	nenhum	1	1,4	3	5,7	-	-	4	2,1
específicos do treinamento de futebol	muito pouco	4	5,6	2	3,8	-	-	6	3,2
	insuficiente	15	20,8	13	24,5	4	6,3	32	17,0
	suficiente	22	30,6	18	34,0	25	39,7	65	34,6
32.19	forte	21	29,2	12	22,6	25	39,7	58	30,9
	perfeito	9	12,5	5	9,4	9	14,3	23	12,2
total[1]		72	100,0	53	100,0	63	100,0	188	100,0
(1) – para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de operacionalizar a transmissão	nenhum	-	-	2	3,8	-	-	2	1,1
dos conteúdos de treinamento do futebol	muito pouco	6	8,3	2	3,8	-	-	8	4,2
selecionando as atividades mais adequadas	insuficiente	13	18,1	6	11,3	3	4,7	22	11,6
	suficiente	27	37,5	23	43,4	20	31,3	70	37,0
32.20	forte	20	27,8	19	35,8	29	45,3	68	36,0
	perfeito	6	8,3	1	1,9	12	18,8	19	10,1
total[1]		72	100,0	53	100,0	64	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre os	nenhum	1	1,4	2	3,8	-	-	3	1,6
mecanismos e processos de aquisição das	muito pouco	3	4,2	2	3,8	-	-	5	2,7
habilidades técnicas de futebol	insuficiente	8	11,3	8	15,1	4	6,3	20	10,6
	suficiente	38	53,5	18	34,0	23	35,9	79	42,0
32.21	forte	13	18,3	19	35,8	28	43,8	60	31,9
	perfeito	8	11,3	4	7,5	9	14,1	21	11,2
total[1]		71	100,0	53	100,0	64	100,0	188	100,0
(1) – para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									

Continuação (Tabela 2)

Distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas dimensões habilidades e conhecimentos

variável	níveis de competência	nível do técnico: sem formação n	%	formação incompleta n	%	formados N	%	Grupo Total N	%
sou capaz de planejar programas de treinamento de futebol	nenhum	-	-	2	3,8	-	-	2	1,1
	muito pouco	2	2,9	2	3,8	-	-	4	2,2
	insuficiente	4	5,8	10	18,9	3	4,8	17	9,2
	suficiente	26	37,7	18	34,0	14	22,2	58	31,4
32.22	forte	23	33,3	17	32,1	31	49,2	71	38,4
	perfeito	14	20,3	4	7,5	15	23,8	33	17,8
total[1]		69	100,0	53	100,0	63	100,0	185	100,0
(1) – para 7 pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre as necessidades, expectativas e interesses das crianças e jovens	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
	muito pouco	3	4,2	4	7,5	2	3,1	9	4,8
	insuficiente	3	4,2	11	20,8	5	7,8	19	10,1
	suficiente	35	49,3	22	41,5	21	32,8	78	41,5
32.23	forte	22	31,0	15	28,3	27	42,2	64	34,0
	perfeito	8	11,3	1	1,9	9	14,1	18	9,6
total[1]		71	100,0	53	100,0	64	100,0	188	100,0
(1) – para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de criar e reforçar a motivação para o treinamento dos jogadores jovens com quem trabalho	nenhum	-	-	1	1,9	-	-	1	0,5
	muito pouco	1	1,4	1	1,9	1	1,6	3	1,6
	insuficiente	2	2,7	6	11,3	4	6,3	12	6,3
	suficiente	28	38,4	23	43,4	18	28,1	69	36,3
	forte	21	28,8	18	34,0	29	45,3	68	35,8
32.24	perfeito	21	28,8	4	7,5	12	18,8	37	19,5
total[1]		73	100,0	53	100,0	64	100,0	190	100,0
(1) – para dois pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos que fundamentam os programas de treino físico de atletas jovens	nenhum	4	5,6	4	7,5	-	-	8	4,2
	muito pouco	2	2,8	3	5,7	-	-	5	2,6
	insuficiente	14	19,4	10	18,9	5	7,8	29	15,3
	suficiente	31	43,1	18	34,0	23	35,9	72	38,1
32.25	forte	18	25,0	14	26,4	27	42,2	59	31,2
	perfeito	3	4,2	4	7,5	9	14,1	16	8,5
total[1]		72	100,0	53	100,0	64	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									

Continuação (Tabela 2)

Distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas dimensões habilidades e conhecimentos

variável	níveis de competência	nível do técnico: sem formação n	%	formação incompleta n	%	formados N	%	Grupo Total N	%
sou capaz de manifestar um espírito auto-crítico de permanente avaliação de minha atuação pedagógica	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
	muito pouco	2	2,8	1	1,9	1	1,6	4	2,1
	insuficiente	12	16,7	12	22,6	3	4,7	27	14,3
	suficiente	30	41,7	17	32,1	19	29,7	66	34,9
32.26	forte	21	29,2	15	28,3	26	40,6	62	32,8
	perfeito	7	9,7	8	15,1	15	23,4	30	15,9
total[(1)]		72	100,0	53	100,0	64	100,0	189	100,0
(1) – para 3 pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre técnica de avaliação do processo de treinamento de futebol	nenhum	1	1,4	3	5,8	-	-	4	2,1
	muito pouco	2	2,8	2	3,8	-	-	4	2,1
	insuficiente	14	19,4	13	25,0	4	6,3	31	16,5
	suficiente	31	43,1	19	36,5	22	34,4	72	38,3
32.27	forte	15	20,8	12	23,1	30	46,9	57	30,3
	perfeito	9	12,5	3	5,8	8	12,5	20	10,6
total[(1)]		72	100,0	52	100,0	64	100,0	188	100,0
(1) – para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de estruturar os conteúdos de aprendizagem na implementação de programas de ensino do futebol	nenhum	-	-	3	5,7	-	-	3	1,6
	muito pouco	2	2,7	1	1,9	-	-	3	1,6
	insuficiente	13	17,8	14	26,4	7	10,9	34	17,9
	suficiente	31	42,5	17	32,1	26	40,6	74	38,9
32.28	forte	19	26,0	16	30,2	25	39,1	60	31,6
	perfeito	8	11,0	2	3,8	6	9,4	16	8,4
total[(1)]		73	100,0	53	100,0	64	100,0	190	100,0
(1) – para dois pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre os principais problemas e dificuldades encontradas pelos	nenhum	1	1,4	2	3,8	-	-	3	1,6
	muito pouco	4	5,5	2	3,8	1	1,6	7	3,7
praticantes nos contextos desportivos e extra-desportivo	insuficiente	11	15,1	10	18,9	5	7,8	26	13,7
	suficiente	30	41,1	23	43,4	31	48,4	84	44,2
	forte	19	26,0	14	26,4	25	39,1	58	30,5
32.29	perfeito	8	11,0	2	3,8	2	3,1	12	6,3
total[(1)]		73	100,0	53	100,0	64	100,0	190	100,0
(1) – para dois pesquisados não se dispõe desta informação									

Continuação (Tabela 2)

Distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas dimensões habilidades e conhecimentos

variável	níveis de competência	nível do técnico: sem formação n	%	formação incompleta n	%	formados N	%	Grupo Total N	%
sou capaz de avaliar os resultados do trabalho desenvolvido identificando as causas de sucesso e insucesso	nenhum	1	1,4	-	-	-	-	1	0,5
	muito pouco	1	1,4	3	5,7	1	1,6	5	2,6
	insuficiente	10	13,7	6	11,3	1	1,6	17	8,9
	suficiente	22	30,1	26	49,1	19	29,7	67	35,3
	forte	27	37,0	15	28,3	34	53,1	76	40,0
32.30	perfeito	12	16,4	3	5,7	9	14,1	24	12,6
total[(1)]		73	100,0	53	100,0	64	100,0	190	100,0
(1) – para dois pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre os cuidados básicos de higiene que os atletas devem atender	nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-
	muito pouco	4	5,6	2	3,8	-	-	6	3,2
	insuficiente	5	6,9	4	7,5	1	1,6	10	5,3
	suficiente	25	34,7	16	30,2	17	27,0	58	30,9
32.31	forte	19	26,4	18	34,0	24	38,1	61	32,4
	perfeito	19	26,4	13	24,5	21	33,3	53	28,2
total[(1)]		72	100,0	53	100,0	63	100,0	188	100,0
(1) – para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									
domino conhecimentos sobre nutrição para informar aos atletas sobre os princípios da boa alimentação	nenhum	2	2,8	1	1,9	-	-	3	1,6
	muito pouco	10	14,1	5	9,4	-	-	15	8,0
	insuficiente	8	11,3	12	22,6	3	4,8	23	12,3
	suficiente	30	42,3	19	35,8	25	39,7	74	39,6
	forte	14	19,7	12	22,6	29	46,0	55	29,4
32.32	perfeito	7	9,9	4	7,5	6	9,5	17	9,1
total[(1)]		71	100,0	53	100,0	63	100,0	187	100,0
(1) – para 5 pesquisados não se dispõe desta informação									
sou capaz de cuidar da segurança dos atletas durante treinos e jogos	nenhum	2	2,8	-	-	-	-	2	1,1
	muito pouco	1	1,4	-	-	-	-	1	0,5
	insuficiente	7	9,7	4	7,7	3	4,7	14	7,4
	suficiente	22	30,6	22	42,3	22	34,4	66	35,1
32.33	forte	23	31,9	17	32,7	20	31,3	60	31,9
	perfeito	17	23,6	9	17,3	19	29,7	45	23,9
total[(1)]		72	100,0	52	100,0	64	100,0	188	100,0
(1) – para 4 pesquisados não se dispõe desta informação									

Continuação (Tabela 2)

Distribuição dos pesquisados segundo o nível do técnico e os níveis de competência nas dimensões habilidades e conhecimentos

Variável	Níveis de Competência	Nível do Técnico							
		Sem Formação		Formação Incompleta		Formados		Grupo Total	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Sou capaz de prestar os primeiros socorros	Nenhum	-	-	2	3,8	1	1,6	3	1,6
Em situações emergenciais	Muito Pouco	10	13,7	1	1,9	-	-	11	5,8
	Insuficiente	13	17,8	11	20,8	7	10,9	31	16,3
	Suficiente	24	32,9	22	41,5	32	50,0	78	41,1
	Forte	17	23,3	13	24,5	19	29,7	49	25,8
32.34	Perfeito	9	12,3	4	7,5	5	7,8	18	9,5
TOTAL[1]		73	100,0	53	100,0	64	100,0	190	100,0

(1) – Para dois pesquisados não se dispõe desta informação

TABELA 3

Tabela 3: Estatísticas dos níveis de competência na Dimensão das Habilidades segundo o nível do técnico

		nível do técnico				
Variável	estatísticas	leigos	formação incompleta	formados	grupo total	Valor P
32.1 sou capaz de estruturar e ordenar os conteúdos de treinamento eimplementar as tarefas de aprendizagem de futebol	n	72	53	63	188	
	média	3,13 (a)	3,08 (a)	3,70 (b)	3,30	p (1) = 0,0006*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p.(2)	1,02	0,73	0,91	0,95	
32.3 sou capaz de identificar os erros de execução dos praticantes e fornecer-lhes as informações necessárias à sua correção	n	72	52	63	187	
	média	3,54	3,62	3,87	3,67	p (1) = 0,1107
	mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	
	moda	3	4	3	4	
	d.p	1,09	0,77	0,87	0,94	
32.5 sou capaz de transmitir as informações de forma lógica, clara e simples	n	73	53	63	189	p (1) = 0,2773
	média	3,71	3,66	3,92	3,77	
	mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	
	moda	3	4	4	4	
	d.p	0,95	0,71	0,79	0,84	
32.7 sou capaz de planejar e colocar em prática, objetivos de diferentes níveis durante uma temporada	n	72	53	62	187	
	média	3,19 (a)	3,08 (a)	3,85 (b)	3,38	p (1) = 0,0008*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p	1,07	1,16	0,77	1,06	
32.9 sou capaz de cativar o gosto ou o interesse dos jogadores para a prática de futebol	n	71	53	63	187	
	média	3,87	3,72	3,87	3,83	p (1) = 0,6935
	mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	
	moda	4	4	4	4	
	d.p	0,89	0,89	0,81	0,86	
32.11 sou capaz de melhorar a minha atuação profissional através de uma permanente atitude investigativa e de atualização	n	73	53	63	189	
	média	3,73	3,70	3,76	3,73	p (1) = 0,9311
	mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	
	moda	4	4	4	4	
	d.p	0,95	0,89	1,04	0,96	
32.13 sou capaz de racionalizar e gerir os recursos (pessoas, espaço, tempo e materiais) de modo a assegurar uma estrutura de funcionamento eficiente	n	73	53	63	189	
	média	3,33 (ab)	2,98 (b)	3,46 (a)	3,28	p (1) = 0,0442*
	mediana	3,00	3,00	3,00	3,00	
	moda	4	3	3	3	
	d.p	1,03	1,01	0,93	1,00	

(*) – Diferença significante ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste F (ANOVA).

(2) – Desvio Padrão

Obs. Letras distintas entre parêntesis indica diferenças significantes entre as médias dos grupos correspondentes.

Continuação

Tabela 3 – Estatísticas dos níveis de competência na Dimensão das Habilidades segundo o nível do técnico

		nível do técnico				
variável	estatísticas	leigos	formação incompleta	formados	grupo total	Valor P
32.15 sou capaz de caracterizar e diagnosticar os contextos e os sujeitos com quem trabalho	n	72	53	63	188	
	média	3,43	3,23	3,54	3,41	p (1) = 0,2768
	mediana	4,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	4	3	4	4	
	d.p.(2)	1,11	0,91	0,80	0,96	
32.17 sou capaz de ajustar os programas de treinamento às situações particulares de trabalho, selecionando os métodos e estratégias mais adequadas	n	73	53	64	190	
	média	3,00 (a)	2,94 (a)	3,64 (b)	3,20	p (1) < 0,0001*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	3	3	
	d.p	1,08	1,13	0,88	1,08	
32.18 sou capaz de criar um clima de treinamento favorável, tornando o ambiente de trabalho agradável	n	72	53	64	189	
	média	3,92	3,72	3,98	3,88	p (1) = 0,2080
	mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	
	moda	5	3	5	3	
	d.p	0,96	0,89	0,89	0,92	
32.20 sou capaz de operacionalizar a transmissão dos conteúdos de treinamento do futebol selecionando as atividades mais adequadas	n	72	53	64	189	
	média	3,10 (a)	3,09 (a)	3,78 (b)	3,33	p (1) < 0,0001*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p	1,06	1,02	0,81	1,02	
32.22 sou capaz de planejar programas de treinamento de futebol	n	69	53	63	185	
	média	3,62 (a)	3,09 (a)	3,92 (b)	3,57	p (1) = 0,0008*
	mediana	4,00	3,00	4,00	4,00	
	moda	3	3	4	4	
	d.p	0,97	1,15	0,81	1,03	
32.24 sou capaz de criar e reforçar a motivação para o treinamento dos jogadores jovens com quem trabalho	n	73	53	64	190	
	média	3,81 (a)	3,28 (b)	3,73 (a)	3,64	p (1) = 0,0053*
	mediana	4,00	3,00	4,00	4,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p	0,94	0,97	0,90	0,95	
32.26 sou capaz de manifestar um espírito auto- crítico de permanente avaliação de minha atuação pedagógica	n	72	53	64	189	
	média	3,26 (a)	3,32 (a)	3,80 (b)	3,46	p (1) = 0,0014*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p	0,95	1,05	0,91	0,99	
32.28 sou capaz de estruturar os conteúdos de aprendizagem na implementação de programas de ensino do futebol	n	73	53	64	190	
	média	3,25 (ab)	2,91 (b)	3,47 (a)	3,23	p (1) = 0,0054*
	mediana	3,00	3,00	3,00	3,00	
	moda	3	3	3	3	
	d.p	0,97	1,15	0,82	1,00	

(*) – Diferença significante ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste F (ANOVA). (2) – Desvio Padrão

Obs. Letras distintas entre parêntesis indica diferenças significantes entre as médias dos grupos correspondentes

Continuação

Tabela 3 – Estatísticas dos níveis de competência na Dimensão das Habilidades segundo o nível do técnico

		nível do técnico				
variável	estatísticas	sem formação	formação incompleta	formados	grupo total	Valor P
32.30 sou capaz de avaliar os resultados do trabalho desenvolvido identificando as causas de sucesso e insucesso	n	73	53	64	190	
	média	3,49 (ab)	3,17 (b)	3,77 (a)	3,49	p (1) = 0,0019*
	mediana	4,00	3,00	4,00	4,00	
	moda	4	3	4	4	
	d.p.(2)	1,06	0,91	0,77	0,95	
32.33 sou capaz de cuidar da segurança dos atletas durante treinos e jogos	n	72	52	64	188	
	média	3,58	3,60	3,86	3,68	p (1) = 0,0836
	mediana	4,00	3,50	4,00	4,00	
	moda	4	3	3	3	
	d.p	1,16	0,87	0,91	1,01	
32.34 sou capaz de prestar os primeiros socorros em situações emergenciais	n	73	53	64	190	p (1) = 0,1904
	média	3,03	3,04	3,30	3,12	
	mediana	3,00	3,00	3,00	3,00	
	moda	3	3	3	3	
	d.p	1,21	1,09	0,89	1,08	

(*) – Diferença significante ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste F (ANOVA).

(2) – Desvio Padrão

Obs. Letras distintas entre parêntesis indica diferenças significantes entre as médias dos grupos correspondentes

TABELA 4

Tabela 4: Estatísticas dos níveis de competência na Dimensão do Conhecimento segundo o nível do técnico

		nível do técnico				
Variável	estatísticas	leigos	formação incompleta	formados	grupo total	Valor P
32.2 domino conhecimentos sobre as indicações e contra-indicações fisiológicas dos exercícios durante o treinamento	n	73	53	64	190	
	média	2,58 (a)	2,79 (a)	3,44 (b)	2,93	p (2) < 0,0001*
	mediana	3,00	3,00	3,00	3,00	
	moda	3	3	3	3	
	d.p.(1)	1,20	1,25	0,97	1,20	
32.4 domino conhecimentos sobre formas de intervir que facilitem aos atletas o desenvolvimento de atitudes, valores e comportamentos sociais aceitáveis	n	73	53	63	189	
	média	3,64 (ab)	3,38 (b)	3,92 (a)	3,66	p (2) = 0,0206*
	mediana	4,00	3,00	4,00	4,00	
	moda	4	3	4	4	
	d.p.(1)	1,07	0,88	0,85	0,97	
32.6 domino conhecimentos sobre aprendizagem e desenvolvimento motor dos meus atletas	n	72	52	63	187	
	média	3,00 (a)	2,98 (a)	3,54 (b)	3,18	p (2) = 0,0030*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p.(1)	1,21	0,87	0,82	1,03	
32.8 domino conhecimentos sobre as principais características da estrutura e funcionamento do sistema desportivo	n	72	52	63	187	
	média	3,01	2,98	3,37	3,12	p (2) = 0,0399*
	mediana	3,00	3,00	3,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p.(1)	0,86	1,11	0,85	0,95	
32.10 domino conhecimentos sobre os conteúdos da matéria de ensino de futebol	n	73	53	63	189	
	média	3,42 (ab)	3,21 (b)	3,79 (a)	3,49	p (2) = 0,0053*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p.(1)	0,88	0,93	0,86	0,91	
32.12 domino conhecimentos sobre programação, planejamento e estruturação do treinamento de Futebol	n	73	53	63	189	
	média	3,38 (a)	2,75 (b)	3,73 (a)	3,32	p (2) < 0,0001*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	2	4	3	
	d.p.(1)	1,00	1,13	1,02	1,11	
32.14 domino conhecimentos sobre os efeitos causados pelos exercícios durante o Treinamento físico	n	73	53	63	189	
	média	2,81 (a)	3,17 (a)	3,68 (b)	3,20	p (2) < 0,0001*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p.(1)	1,09	1,14	0,82	1,08	
32.16 domino conhecimentos sobre as indicações e contra-indicações biomecânicas dos exercícios durante treinamento	n	73	53	64	190	
	média	2,37 (a)	2,25 (a)	3,20 (b)	2,62	p (2) < 0,0001*
	mediana	2,00	2,00	3,00	3,00	
	moda	3	2	3	3	
	d.p.(1)	1,20	1,37	0,88	1,22	
32.19 domino conhecimentos metodológicos Específicos do treinamento de futebol	n	72	53	63	188	
	média	3,18 (ab)	2,92 (b)	3,62 (a)	3,26	p (2) = 0,0045*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	3	3	
	d.p.(1)	1,16	1,24	0,81	1,11	

(*) – Diferença significante ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste F (ANOVA).

(2) – Desvio Padrão

Obs. Letras distintas entre parêntesis indica diferenças significantes entre as médias dos grupos correspondentes

Continuação

Tabela 4– Estatísticas dos níveis de competência segundo o nível do técnico

		nível do técnico				
Variável	estatísticas	leigos	formação incompleta	formados	grupo total	Valor P
32.21 domino conhecimentos sobre os mecanismos e processos de aquisição das habilidades técnicas de futebol	n	71	53	64	188	
	média	3,17 (a)	3,17 (a)	3,66 (b)	3,34	p (2) = 0,0020*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	4	4	3	
	d.p.(1)	1,01	1,14	0,80	1,01	
32.23 domino conhecimentos sobre as necessidades, expectativas e interesses das crianças e jovens	n	71	53	64	188	
	média	3,41 (ab)	2,96 (b)	3,56 (a)	3,34	p (2) = 0,0032*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p.(1)	0,90	0,94	0,94	0,95	
32.25 domino conhecimentos que fundamentam os programas de treino físico de atletas jovens	n	72	53	64	189	
	média	2,92 (a)	2,89 (a)	3,63 (b)	3,15	p (2) < 0,0001*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p.(1)	1,11	1,30	0,83	1,13	
32.27 domino conhecimentos sobre técnica de avaliação do processo de treinamento de futebol	n	72	52	64	188	
	média	3,17 (a)	2,85 (a)	3,66 (b)	3,24	p (2) < 0,0001*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p.(1)	1,06	1,18	0,78	1,06	
32.29 domino conhecimentos sobre os principais problemas e dificuldades encontradas pelos praticantes nos contextos desportivos e extra-desportivo	n	73	53	64	190	
	média	3,18	2,96	3,34	3,17	p (2) = 0,0701
	mediana	3,00	3,00	3,00	3,00	
	moda	3	3	3	3	
	d.p.(1)	1,09	1,06	0,74	0,98	
32.31 domino conhecimentos sobre os cuidados básicos de higiene que os atletas devem atender	n	72	53	63	188	
	média	3,61	3,68	4,03	3,77	p (2) = 0,0544
	mediana	4,00	4,00	4,00	4,00	
	moda	3	4	4	4	
	d.p.(1)	1,12	1,05	0,82	1,02	
32.32 domino conhecimentos sobre nutrição para informar aos atletas sobre os princípios da boa alimentação	n	71	53	63	187	
	média	2,92 (a)	2,91 (a)	3,60 (b)	3,14	p (2) = 0,0003*
	mediana	3,00	3,00	4,00	3,00	
	moda	3	3	4	3	
	d.p.(1)	1,24	1,15	0,73	1,11	

(*) – Diferença significante ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste F (ANOVA).

(2) – Desvio Padrão

Obs. Letras distintas entre parêntesis indica diferenças significantes entre as médias dos grupos correspondentes